

RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI

TECNOCRACIA - CAPITALISMO E EDUCAÇÃO EM

ANÍSIO TEIXEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

CAMPINAS

1979

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

## Agradecimentos

Maurício Tragtenberg (orientador da dissertação) Casemiro dos Reis Filho, e a todos os outros amigos que me ajudaram a realizar este trabalho.

Para meus pais

José Pereira Chainho

Dulce Toledo Pires Chainho

e,

Dino

Alex

Andrê, marido e filhos.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I:   FORMAÇÃO LIBERAL E TRADIÇÃO LEGALÍSTI CO-BUROCÁTICA. FUNDAMENTOS DO PENSAMEN TO DE ANÍSIO TEIXEIRA .....	6
CAPÍTULO II:   ESCOLA ÚNICA e ESCOLA NOVA .....	58
1. INTRODUÇÃO .....	58
2. ESCOLA ÚNICA: DEMOCRATIZAÇÃO   DA EDUCAÇÃO? .....	61
3. ESCOLA NOVA: CIENTIFIZAÇÃO DA EDU- CAÇÃO? .....	107
3.1. RAZÃO INSTRUMENTAL .....	124
3.1.1. O RECALQUE DA MORAL ..	131
3.1.2. ADAPTAÇÃO .....	140
CAPÍTULO III:  A SITUAÇÃO .....	150
1. INTRODUÇÃO .....	150
2. A DECADÊNCIA DO LIBERALISMO .....	153
2.1. LIBERALISMO E OLIGARQUIA RU- RAL .....	153
2.2. EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS E O LIBERALISMO .....	173
2.3. CAMADAS MÉDIAS E LIBERALISMO.	192
3. ANÍSIO TEIXEIRA E O ESTADO CORPORA TIVO-AUTORITÁRIO .....	207
4. CONCLUSÃO .....	246
IV. CONCLUSÃO.....	251
BIBLIOGRAFIA .....	258

## INTRODUÇÃO

Anísio Teixeira é, seguramente, uma das figuras mais polêmicas da história recente da evolução da educação brasileira. Realizar um estudo sobre a sua obra é uma tarefa temerária porque já se consolidou uma determinada imagem, diga-se de passagem bastante admirada, a seu respeito, particularmente entre aqueles que com ele conviveram.

Nosso objetivo neste trabalho é analisar o conteúdo teórico de sua obra, ao nível do discurso e da prática, em um determinado período: de 1930 a 1935. Foge às nossas pretensões acrescentar dados biográficos ao que já foi escrito sobre a sua vida, ou reincidir em análises que se aproximam do maniqueísmo, ao opor linearmente, a sua posição suposta como progressista, a uma sociedade entendida como retrógrada.

Procuraremos aqui tornar claros os pressupostos teóricos que informaram suas propostas centrais para a educação e enfatizar os traços básicos dessas propostas. Entretanto, a explicação desse conjunto de significações só é possível quando inserida em um conjunto social mais amplo: o grupo social. Por outro lado, a obra de um autor faz parte da realidade e também por esse motivo deve ser integrada no âmbito do comportamento do grupo social. Em outras palavras, admitimos a não coincidência entre as pretensões do autor e o significado de sua obra e portanto a autonomia relativa do texto.

Eleger o pensamento de Anísio Teixeira como objeto de estudo não implica a preocupação central com sua originalidade. Ao contrário, conhecer as raízes de sua elaboração teórica é reconhecer um dos aspectos da formação do pensamento dos teóricos da educação brasileira: trata-se de uma forma de realização dos valores culturais hegemônicos da época e não uma "idéia fora de lugar".<sup>1</sup>

A coerência ao método de trabalho adotado, baseado em algumas concepções de Lucien Goldman e Lukács, nos leva a procurar ultrapassar o nível individual, isto é, não tomar o Autor como sujeito individual e relatar suas idéias. Anísio Teixeira será aqui entendido como expressão possível do pensamento de um determinado grupo social, ou seja, de um sujeito coletivo que se exprime através de um autor.<sup>2</sup>

Tendo em vista os nossos objetivos, o presente trabalho será composto de três momentos de investigação. O primeiro será dedicado ao estudo dos fundamentos do pensamento do

---

1. "Tanto a eternidade das relações sociais, de base quanto a lepidéz ideológica das elites eram parte - a parte que nos toca - da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional que é o capitalismo" Schwartz, R., "As idéias fora do lugar", Revista CE-BRAP, nº 3, 1973, p. 158.

2. "Nesta perspectiva, a cultura, e mais precisamente, toda obra cultural importante, surge como o ponto de encontro ao nível mais elevado de vida do grupo e da vida individual, ao mesmo tempo, residindo a sua essência - no fato de elevar a consciência coletiva a um grau de unidade para o qual ela estava espontaneamente orientada mas que, talvez, jamais tivesse alcançado na realidade empírica sem a intervenção da individualidade criadora". Goldman, Lucien, *A criação cultural na sociedade moderna*, (Por uma sociologia da totalidade) Tradução de Rolando Roque da Silva, Difel, São Paulo, 1972 p. 65.

Autor: adjetivá-lo como um ideólogo liberal da educação em desdobrar os termos, como tem sido feito constantemente, não define as implicações do emprego desses termos, assim como a própria doutrina liberal comporta diferentes fases de acordo com o desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, há uma especificidade no próprio fato de ser liberal em países onde o modo de produção capitalista ainda não podia ser considerado hegemônico.

Neste estágio, mais do que a obra teórica (discurso) de Anísio, interessam-nos os seus suportes políticos e filosóficos. Acreditamos que esta investigação atende à necessidade de inserir nosso autor e sua obra em uma estrutura mais vasta - a do pensamento liberal conservador. Tentaremos assim compreender este mesmo liberalismo conservador e explicar o pensamento de Anísio. A marca por ele deixada - o pensamento crítico - torna-se compreensível na medida em que o liberalismo conservador representa realmente uma crítica conservadora ao sistema capitalista. O "vanguardismo" de Anísio explica-se também uma vez que ele pensava em termos de capitalismo desenvolvido, e vivia nos vestibulo do avanço da industrialização pela via capitalista, no Brasil.

No segundo momento, serão analisadas as linhas teóricas das reformas que Anísio Teixeira propôs para as instituições escolares, reformas essas imputadas por ele à responsabilidade do Estado. Neste nível procuraremos destacar a coerência das propostas tendo em vista a estrutura de seu pensamento e, por outro lado, os limites que se apresentavam ao nosso educador. Ao tentar implantar uma reforma talhada para sociedades

capitalistas industrializadas e eminentemente urbanas, Anísio foge ao problema de sua inviabilidade e procura, ao nível do discurso, adaptar as propostas. Ao nível da prática, realiza o possível — a reforma administrativa, burocratizando e modernizando o aparelho de controle das instituições escolares. Neste ponto é que se manifestam com intensidade as implicações do seu tipo de formação, com seus limites e potencialidades, e a própria *funcionalidade* de Anísio em relação ao contexto: pensa como um liberal conservador americano e age como um funcionário — intelectual latino-americano, no melhor sentido e com todas as suas limitações: procura promover a democratização de escola por decreto.<sup>3</sup>

A terceira etapa procurará verificar a relação mais ampla entre a obra de Anísio, em sua tentativa de implantação e o sentido de que se revestiu ao nível da sociedade política. É muito difícil, nesta e nas outras etapas, desvincular o indivíduo de sua obra e portanto, a reação da sociedade política ao homem, representa uma reação às suas propostas teóricas e à sua postura política. Não somente é o Autor um produto da situação, como a estrutura social e política da época se reve

---

3. "Julgar o comportamento de um grupo social perguntando simplesmente: 'Que pensais?' esquecer que o que as pessoas dizem não corresponde simplesmente ao que fazem, confundir a consciência com a funcionalidade global, é um método empírico que jamais permitirá compreender a realidade dos fenômenos. Podemos estar certos de que, se perguntarmos às pessoas o que pensam de um grupo adverso, teremos as mais diversas opiniões. É preciso integrar a consciência no comportamento, procurar a sua significação e a sua funcionalidade, e a funcionalidade de dos dois". Goldman, L., op. cit., p. 93.

la através de sua história individual. Em outras palavras, o estabelecimento das relações entre a sua obra e sua militância, por um lado, e a formação social concreta, por outro, objetiva a compreensão do período e do próprio autor dialéticamente.

Uma vez que o trabalho atinja seus objetivos, poderá contribuir como um capítulo da história das relações entre a educação e a sociedade brasileira e ao mesmo tempo desvelar o pensamento do autor como uma representação de um momento do desenvolvimento histórico social, isto é, como falsa consciência da realidade, na terminologia de Lukács.

## CAPÍTULO I

### FORMAÇÃO LIBERAL E TRADIÇÃO LEGALÍSTICO-BUROCRÁTICA.

#### FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA.

O liberalismo como doutrina é um conceito e uma prática históricos que sofreram evolução no tempo e diferenciação de acordo com as formações sociais concretas em que foram empregados. Sem pretender explicar o que já foi explicado, cabe aqui algumas palavras sobre o que significa adjetivar Anísio Teixeira como liberal. Os riscos que este texto apresenta justificam-se em função do público ao qual pretendemos que nosso trabalho atinja: aos que identificam imediatamente o conceito e também aqueles que não o identificam naquilo que ele apresenta de mais importante para nós: seu caráter histórico e ideológico.

Por considerarmos necessária esta explanação, mas conscientes do que já foi escrito em torno do assunto, o que se segue é uma tentativa de agrupamento das idéias principais e implicações mais importantes da doutrina liberal, sem pretensão alguma de inovação, dada a categoria dos trabalhos existentes sobre o assunto.

O liberalismo é herdeiro de três conceitos fundamentais: liberdade, constitucionalismo e tolerância.

O sentido que se atribui, modernamente, ao constitucionalismo, significando uma forma de ordenamento político, deriva do conceito de constituição. Esta deve ser definida, para se

tornar operacional, em relação a constitucionalismo, de tal modo que sejam destacados os traços que se contrapõem a outras espécies de ordenamento político.<sup>1</sup>

No constitucionalismo moderno os direitos individuais ocupam um lugar central. O constitucionalismo antigo, como entendido pelos gregos e romanos na Antiguidade, visava mais a solidez do sistema do que a proteção do indivíduo. O constitucionalismo medieval, "da mesma forma que o grego e o romano, surgiu da luta de uma aristocracia que cuidava de limitar os poderes de um monarca que ameaçava converter-se em um tirano".<sup>2</sup>

---

1. A Enciclopédia de Ciências Sociais aponta a função política da constituição através da definição de seus objetivos:

- 19) "Proteger aos indivíduos que integram a comunidade política frente a qualquer ingerência em sua esfera de autonomia legítima".

O primeiro objetivo acha-se fortalecido e protegido pelo segundo, que é a divisão do poder político.

- 29) "A separação de poderes" corresponde à divisão funcional, enquanto que o federalismo corresponde à divisão espacial. Para seu funcionamento efetivo, ambas divisões requerem a existência de uma constituição atuando como freios ao poder do governo".

Apontados estes dois objetivos, governo constitucional é entendido como:

*"(...) aquele no qual existem limitações efetivas que dividem o poder político, ou para expressá-lo de forma negativa, evitam a concentração de tal poder".*

A partir desses pressupostos, surge então a definição de constitucionalismo.

*"(...) a prática política conforme as certas 'regras do jogo' que impõem limitações efetivas à ação do governo e de outras forças políticas, e a teoria explicativa e justificativa de tal prática".*

Friedrich, Carl J. *Constitucion y Constitucionalismo*, Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales, Madrid, Aguilar, p. 79.

2. Ibidem, p. 80.

Locke foi o primeiro a distinguir as funções do Estado e foi o principal defensor do direito do povo de dar-se sua própria constituição. Montesquieu criou e sistematizou a doutrina sobre a divisão dos poderes ("O espírito das leis") e a sua formulação sobre a distinção entre funções legislativa, executiva e judicial, "obteve aceitação universal, foi institucionalizada pelas revoluções norte-americana e francesa, e se converteu em princípio que informou todas as constituições do século XIX".<sup>3</sup>

Nos Estados Unidos as duas constituições elaboradas inspiraram-se em Locke e Montesquieu. A particularidade norte-americana foi o fato de adaptarem os princípios gerais aos problemas concretos que enfrentavam e que o constitucionalismo anterior havia ignorado: o federalismo, o controle judicial da legislação e o procedimento de reforma constitucional mediante emendas.

As constituições norte-americana e inglesa serviram de base à maioria das constituições elaboradas no século XIX e XX.

Montesquieu é considerado um pessimista, em relação aos homens.<sup>4</sup> Esse ceticismo tornou-o conservador mas não necessariamente reacionário. Neumann atribui a Montesquieu a qualificação de *pensador original*, na medida em que, mesmo seguindo a tradição e influência de Descartes, Malebranche e Maquiavel, procurando justificar e conciliar liberdade e coação, descobriu estruturas de pensamento e processos históricos e cujo trabalho abriu o caminho para cientistas políticos e historia-

---

3. Ibidem, p. 82

4. Para o que se segue, veja-se Neumann, Franz - *Estado Democrático e Estado Autoritário*, Org. de Herbert Marcuse, Trad. de Luiz Corção, Rio de Janeiro, Zahar, 1969 - Capítulo 4 - Montesquieu, pp. 109-176.

dores que ainda se beneficiam deles".<sup>5</sup> O conceito de liberdade, para Montesquieu, está relacionado à sua proposta política principal, a separação dos poderes, que Neumann resume:

"A liberdade consiste, portanto, em se fazer o que não é proibido por uma lei promulgada por um Governo que tenha a separação de poderes; onde a lei é elaborada por um corpo legislativo, administrada por um executivo separado e aplicado aos cidadãos somente por um judiciário independente".<sup>6</sup>

Dentro da doutrina de separação dos três poderes, de Montesquieu, é importante sua característica de instrumento de controle de poder. Esta função só poderá ser efetiva se os poderes "estiverem separados não somente de forma legal e organizacional, mas também social, isto é, com grupos sociais diferentes dominando os poderes diferentes".<sup>7</sup>

O estudo de Neumann nos mostra, portanto, que o princípio constitucional dos poderes separados estava ligado à base sociológica de Montesquieu: equilíbrio das forças sociais. De acordo com a época em que foi escrito "*O espírito das leis*", estariam representados o monarca (executivo), a aristocracia e a burguesia (legislativo) e "todo mundo"<sup>8</sup> no legislativo.

Neumann aponta a grande importância de Montesquieu para o constitucionalismo moderno, acreditando mesmo que sua influência seja ainda crescente.<sup>9</sup> Observa, através do estudo de sua influência no constitucionalismo americano, que a teoria de Montes

---

5. Neumann, F. op. cit., p. 129.

6. Neumann, F. op. cit., p. 148-149. (grifos do autor)

7. Neumann, F. op. cit., p. 154.

8. Neumann, F. op. cit., p. 154.

9. Neumann, F. op. cit., p. 155.

quieu, "continha implicações definidamente antidemocráticas, destinadas a controlar o poder dos representantes eleitos".<sup>10</sup> Dessa forma, influenciou o constitucionalismo que é, nas palavras de Neumann, uma doutrina que se preocupa mais com as restrições ao poder do que com a utilização e direção para fins sociais.<sup>11</sup>

Montesquieu privilegia a legislação, na separação dos poderes e, de acordo com a sua influência e a de Condorcet, emergiram teorias constitucionais as quais, segundo Neumann,

"combinadas com o liberalismo econômico dos fisiocratas e de Adam Smith, levaram às concepções seguintes quanto ao papel e estrutura do Estado:

1. O Estado deve interferir o mínimo possível na vida social.
2. Qualquer mudança social que seja necessária só poderá ser feita por meio de legislação.
3. Legislação significa a promulgação de regras gerais, fixas e abstratas.
4. Legislação é o monopólio da legislatura.
5. A administração não é o órgão de mudança social; nada mais é do que a concretização de regras, sua aplicação aos casos concretos.
6. A função judicial é uma função lógica. O juiz é apenas o porta-voz da lei".<sup>12</sup>

O constitucionalismo, assim como a tolerância, de que falaremos a seguir, estão ligados à época de transição do capitalismo para o feudalismo em que surge o tipo de Estado

10. Neumann, F. op. cit., p. 156.

11. Neumann, F. op. cit., p. 156, Harold Laski refere-se à teoria de Montesquieu como 'conservadorismo liberal'. Ver Laski, Harold, *O liberalismo europeu*, Trad. Alvaro Cabral, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1973, p. 151.

12. Neumann, F., op. cit., p. 158.

absolutista. A concentração e centralização do poder nas mãos do monarca foi uma condição necessária à liquidação dos obstáculos oferecidos pelo feudalismo para a criação de condições de desenvolvimento do modo de produção capitalista:

"expropriação dos pequenos proprietários, fiscalização, fornecimento dos fundos para início da industrialização, ataque ao poder senhorial, ruptura das barreiras comerciais no interior do território nacional, etc." 13

Esse caráter de Estado intervencionista, criando as precondições para o capitalismo, sendo um Estado de caráter *capitalista*<sup>14</sup>, deixa de ser regulado por privilégios medievais que são substituídos por um sistema jurídico escrito.

---

13. Poulantzas, N. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*, Trad. Francisco Silva, Portucalense Editorial, Porto, 1971, V.I, p. 198.

14. Cf. Poulantzas, N., op. cit., p. 199. - Esse autor enfatiza a função do Estado absolutista na acumulação primitiva do capital; o Estado absolutista é uma decorrência da não-correspondência, na transição do feudalismo para o capitalismo, entre a super-estrutura política e a instância econômica. (pgs. 188/192) (...) "Assim, do ponto de vista do Estado, o estágio inicial da transição do feudalismo para o capitalismo consiste no facto de comportar um Estado com traços marcadamente capitalistas, num momento em que a burguesia não é a classe politicamente dominante e, mesmo frequentemente, não é a classe economicamente dominante: esse estágio inicial não corresponde, a maior parte das vezes, a um equilíbrio de forças entre a burguesia ao poder político - o que não implica necessariamente a sua hegemonia política - a transição continuará até à consolidação do M.P.C. e até o início da fase de reprodução alargada: o primeiro estágio correspondente, sempre através dos desenvolvimentos desiguais, ao Estado liberal que encontramos na Europa Ocidental na 2ª metade do século XIX". (Poulantzas, pp. 199-200).

Ao mesmo tempo em que o Estado absolutista cria as condições para a transição para o modo de produção capitalista, cria também as condições de sua própria destruição, na medida em que passa a significar entrave para a plena expansão do capitalismo. É nesse sentido que o constitucionalismo, como teoria, passa a atuar no sentido de substituição do Estado absolutista pelo Estado capitalista liberal: "A teoria constitucional, com a sua substituição do arbítrio pela lei, do capricho régio pela liberdade civil, é a resposta dos homens de negócios ao fracasso da economia nacional em servir às suas necessidades".<sup>15</sup>

A idéia de tolerância, surge também no século XVI, quando as guerras civis motivadas por questões religiosas mostram-se francamente negativas em virtude da destruição econômica que provocaram.<sup>16</sup> Um dos principais teóricos da tolerância foi Locke e em uma de suas cartas sobre a tolerância define esta como sendo a necessidade de que cada grupo ou igreja respeite outros grupos ou igrejas, porque "cada igreja é ortodoxa para consigo mesma e errônea e herege para as outras".<sup>17</sup> Propõe também a separação completa entre os poderes civis e as igrejas, desde que estas não prejudiquem a preservação da sociedade civil.

---

15. Laski, H. op. cit., p. 47.

16. "Mas a história da tolerância mostra-nos ter sido a destruição econômica provocada pela guerra civil que gerou o clima mental favorável à tolerância. Ela veio porque, no fundo, as perseguições eram uma ameaça à prosperidade. Punham em perigo as condições de trabalho dos empreendimentos comerciais em bases sólidas e estáveis". Laski, H. op. cit., p. 45.

17. Locke, J. *Carta acerca da tolerância*. Trad. Anuar Alex Abril Cultural, Coleção "Os Pensadores", volume XVIII, p. 15.

A tolerância está ligada ao desenvolvimento capitalista: visa evitar a destruição econômica e preservar a propriedade individual. Por outro lado, além desse aspecto, a tolerância religiosa vinha a neutralizar os efeitos morais da igreja e a sua hegemonia enquanto aparelho ideológico de Estado. Isso é demonstrável pela constatação de que o próprio Locke, um dos principais defensores de tolerância religiosa, foi um dos pioneiros da teoria educacional burguesa. Faz parte da ascensão da burguesia a liquidação de certos entraves, como a hegemonia da religião e sua legitimação para o feudalismo, que já coadunavam com o capitalismo legitimado a partir de sua própria constituição: a economia de mercado e a ideologia da mercadoria.

*Se toda a luta ideológica do século XVI ao XVIII des- de a primeira sacudida da Reforma, concentrou-se em uma luta anticlerical e antireligiosa, não se deveu ao azar, mas foi determinada pela posição dominante do Aparelho Ideológico de Estado religioso. (...) Naturalmente, as coisas não ocorreram por si mesmas: são provas a Concordata, a Restauração e a longa luta de classes entre a aristocracia latifundiária e a burguesia industrial ao longo de todo o século XIX que terminou estabelecendo a hegemonia burguesa sobre as funções que antes haviam sido desempenhadas pela Igreja: antes de tudo pela Escola".<sup>18</sup>*

Em várias passagens Locke se refere à necessidade de segurança de propriedade e vê na perseguição religiosa um "subterfúgio da espoliação e da ambição".<sup>19</sup> Para ele, a intolerância por parte dos poderes civis, para com assembléias religiosas, sob a alegação de se constituírem em "focos de sedição e

---

18. Althusser, Louis, *Escritos*, Trad. para espanhol de Albert Roies, Qui - Editorial Laia, Barcelona, 1975, p. 134.

19. Locke, J. op. cit., p. 24.

sementeiras de facções" <sup>20</sup>, também escamoteia o problema principal que é o da opressão, da própria intolerância:

*"Alguns se associam por negócio e lucro, outros que estão desocupados, para se divertirem. Alguns se reúnem mediante relação social porque vivem na mesma cidade e moram na mesma vizinhança; outros se reúnem para participar do mesmo culto religioso. Mas há apenas uma coisa que reúne as pessoas para a sediação, ou seja, a opressão".* 21

Outra implicação dessa idéia, ao nível econômico, além da inviolabilidade da vida e da propriedade privada em sua esfera individual, é a abertura do mercado a cada um, de acordo com seus objetivos pessoais. O próprio mercado regulará as restrições e limitações mútuas e, em último caso, o Estado intervirá.

Em sua versão moderna a tolerância aparece ligada à teoria e à prática do pluralismo democrático, desenvolvido nos Estados Unidos em fins do século XIX e XX. Esse tema foi objeto de um estudo que analisa a prática da tolerância nas modernas democracias industriais em suas implicações mais comprometedoras. <sup>22</sup>

O pluralismo democrático substitui o conceito individualista que relacionava cada cidadão ao Estado pela mediação de grupos. Wolff aponta como principais consequências ideológicas do pluralismo democrático:

20. Idem, p. 30.

21. Idem, p. 31.

22. Wolff, Robert, P. Barrington Moore Jr. e Herbert Marcuse, *Crítica da tolerância pura*, Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

- favorecer sempre os grupos existentes contra aqueles em formação;
- a tolerância entre trabalho (sindicatos) e capital (empresários), como dois grupos de interesses, prejudica os grupos não sindicalizados;
- nega a *existência* de certos grupos e não de suas reivindicações em teoria, retardando veladamente a transformação;
- o arbítrio do Governo, admitido pelos grupos conflitantes não é neutro, porque ao invés de arbitrar entre *interesses* concorrentes, julga *poderes* concorrentes, dando ao mais forte;
- elimina a questão de interesse pelo bem comum, na medida em que estimula a luta de cada grupo por seus próprios interesses e não apresenta mecanismo para a descoberta e manifestação do interesse na sociedade como um todo.<sup>23</sup>

Wolff mostra, principalmente, que o pluralismo democrático domestica a luta de classes através dos grupos de interesses. Para êle, o pluralismo democrático é uma prática do liberalismo conservador, na medida em que unifica os princípios liberais clássicos (individualista) com as realidades psicológicas e políticas da moderna sociedade pluralista.<sup>24</sup>

Herbert Marcuse, mostra-nos mais radicalmente os perigos da tolerância, declarando textualmente que, sendo uma categoria ideológica, nunca foi neutra e na realidade serve à opressão.<sup>25</sup>

---

23. Wolff, Robert, P. e outros - op. cit., vide pp. 47 a 58.

24. Idem, p. 44.

25. "Nas sociedades liberais firmemente estabelecidas da Inglaterra e Estados Unidos, a liberdade de expressão e reunião era concedida até mesmo a inimigos radicais da sociedade contanto que não efetuassem a transição da sala

A estrutura da sociedade de classes oferece limitações seguras à prática da tolerância. Para ele, há necessidade de ser criada primeiramente uma sociedade livre e não ser objetivada a acomodação de interesses de indivíduos ou grupos. Para Marcuse a tolerância é uma categoria viciada, principalmente nas sociedades modernas, (concentração oligopolista ou monopolista de capital) uma vez que se baseia na premissa da existência de uma sociedade onde o povo tenha condições de escolher e deliberar. Nas modernas sociedades industriais isso não é possível, uma vez que a opinião da maioria é moldada pelos detentores do poder.<sup>26</sup> A tese de Marcuse, que como os outros autores oferece alternativas no sentido normativo, é a necessidade da prática da intolerância ou de tolerância discriminatória, uma vez que a tolerância vem se tornando um instrumento para "proteger e preservar a sociedade repressiva".<sup>27</sup>

Barrington Moore equaciona tolerância e o ponto de vista científico, tomando como conhecidas e aceitas as teses dos dois outros autores. Demonstra que o "viés tolerante" da ciência tem servido como âlibi para se evitar grandes problemas. Defende a possibilidade do conhecimento objetivo apesar do componente subjetivo: a tolerância, do ponto de vista científico não significa ausência de valores e nem a subjetividade significa arbitrariedade. Há possibilidade de se distinguir a verdade e

---

26. "Opiniões e filosofias diferentes não podem mais concorrer pacificamente pela adesão e persuasão utilizando fundamentos racionais: o "mercado de idéias" foi organizado e delimitado por aqueles que determinam em que consiste o ideal nacional e individual". Marcuse, H. op. cit. p. 113.

27. Idem, p. 114.

ainda entre verdade trivial e verdade significativa: "Um dos critérios para distinguir a verdade significativa da trivial, por conseguinte, é o volume de benefícios ou danos decorrentes da sua descoberta."<sup>28</sup> Enfim, o "viés tolerante" do ponto de vista científico, é um elemento a ser rejeitado e Barrigton Moore é incisivo em sua análise do papel intelectual profissional, como resultado da análise da tolerância: "encontrar e revelar a verdade" (...)<sup>29</sup> Essa incumbência se justifica e se impõe em função dos argumentos que ele desenvolveu e que o autorizam a denunciar a tolerância como escapismo e covardia intelectual, em certos casos.<sup>30</sup>

O liberalismo surge como uma justificação racional para as alterações das relações sociais introduzidas com a emergência do capitalismo. O *ethos* liberal baseia-se nas seguintes categorias: individualismo, igualdade, liberdade, contrato, tolerância e propriedade. Todas essas categorias estão ligadas ao surgimento de uma economia de troca e de mercado.<sup>31</sup>

A ênfase do liberalismo situa-se no culto à *razão* e esta tem como ponto de partida a consciência individual como origem absoluta do conhecimento e da ação.

A *igualdade* é uma categoria que se torna necessária uma vez que a economia capitalista se baseia no *contrato*. Este substitui a fundamentação medieval da condição social baseada no *status* e

28. Barrigton, Moore Jr. op. cit., p. 63.

29. Idem, p. 83.

30. "Existe uma distinção real, em outras palavras, entre a humildade científica e imprecisão que deriva da covardia moral e intelectual" - Barrigton Moore Jr., op. cit., p. 76.

31. Para o que se segue, veja-se Tragtenberg, M. *Burocracia e Ideologia*, São Paulo, Editora Atica, 1973, pp.172 a 183 e Laski, H., *O liberalismo Europeu*.

é a expressão da existência de oferta *livre* de força de trabalho no mercado. É uma categoria ideológica na medida em que pressupõe que as partes contratantes estejam em igualdades de condições, o que não ocorre entre quem compra e vende força de trabalho.

A liberdade, pregada como condição universal do homem, significava na realidade liberdade de contrato e realiza-se em sua negação uma vez que as partes contratantes não desfrutam de iguais condições. A liberdade de consciência também é uma mistificação uma vez que não há vida anterior.

A propriedade é a idéia principal do liberalismo e em torno dela giram as outras categorias. O indivíduo é livre para defender sua propriedade e é livre para vendê-la; a propriedade tem como categoria histórica contrária a força de trabalho, que é a situação limite da não-propriedade, mas propriedade do outro.

Ao nível histórico o liberalismo surge no final do século XV, quando o espírito capitalista passou a preponderar. A doutrina liberal é a justificação das novas relações sociais. A burguesia procurou justificar com as categorias acima assinaladas as novas práticas que implicaram nas seguintes transformações principais:

- do status ao contrato
- tolerância religiosa
- da legitimação religiosa à legitimação científica
- da iniciativa e controle sociais à iniciativa e controle individuais.

O estabelecimento de condições para preponderância, através da eliminação dos entraves da sociedade anterior, da

burguesia, implicou por sua vez o surgimento de uma classe antagônica. Fundamentalmente o que se pretendia era o direito de acumular propriedade nos moldes capitalistas — liberdade pretendida pela burguesia. A acumulação baseava-se na exploração do trabalho, na existência do não-proprietário. Ao nascer, portanto, o capitalismo já envolvia o surgimento de duas classes antagônicas, e a uma delas não se aplicava o conceito de liberdade. Nesse sentido, o termo liberalismo está sempre ligado à existência da propriedade privada e liberdade significa liberdade de manter e defender propriedade privada e liberdade de comprar e vender força de trabalho, uma vez que a propriedade significa a existência da não-propriedade, isto é, a existência de indivíduos *livres* de propriedade para vender sua única posse — a força de trabalho.<sup>32</sup>

Ao mesmo tempo em que criava a justificação da transformação ao nível das relações de produção, a burguesia comercial procurou apossar-se do Estado. Este ajudou o liberalismo de diferentes formas conforme a época e de acordo com o país.

O século dezesseis caracterizou-se pela secularização do Estado, o que possibilitou o desenvolvimento das relações de propriedade sem os entraves teológicos e com uma ética baseada no utilitarismo. Essa época é caracterizada pelo intervencionismo estatal, a centralização do poder nas mãos do rei — o

---

32. Isto não significa como o assinalam vários autores, negar totalmente o liberalismo. Ao nível histórico é uma passagem que representa grandes conquistas do progresso humano; Aqui, entretanto, nosso interesse principal é sua compreensão ao nível ideológico, uma vez que o seu emprego continua para justificar a manutenção de outras condições sociais de existência, diferentes daquela em que ele surgiu.

Estado absolutista.<sup>33</sup> Nessa fase a burguesia está em ascensão e não se atingiu ainda a fase do individualismo.

O século XVII representa, segundo Laski o triunfo das se mentes lançadas no século anterior: "É na Inglaterra que ele (o triunfo) pode ser observado com maior nitidez. Foi a vitória do utilitarismo no domínio moral, da tolerância no domínio religioso, do governo constitucional na esfera política".<sup>34</sup>

No século XVII, na Inglaterra, a preocupação principal, em termos de políticos era limitar os poderes do rei, limitar as ações da autoridade. Locke é o grande ideólogo dessa época. Sua teoria oferecia a legitimação necessária à propriedade e a delimitação da autoridade cuja necessidade era sentida pelos proprietários.<sup>35</sup>

---

33. "Ao príncipe quinhentista foram concedidos amplos poderes porque, quanto maior fosse a sua autoridade, maiores se riam as possibilidades de um renascimento econômico que o conflito dificulta. E ninguém estava mais ávido de paz que os novos comerciantes. Foi a aliança destes com as monarquias que ajudou, de modo definitivo, a extinguir o esforço dos senhores feudais para reterem alguns vestígios de autoridade independente. A burguesia nascente via numa fonte autoridade central e melhor garantia de sua própria sobrevivência e a melhor esperança de sua própria prosperidade. Os príncipes reconheceram o valor desta aliança: e sua legislação consistia, em grande parte, num esforço de liberado para estabelecer as condições que a burguesia reclamava. Quanto maior for a riqueza que a burguesia possa alcançar, mais poderoso será o Estado", Laski, H. op. cit., p. 59.

34. Laski, H., op. cit., p. 63.

35. "Sua geração queria ouvir que a Natureza justificava suas exigências sociais. Locke proporcionou-lhes essa justificação. Deu-lhes uma receita específica para a ordem, cujos limites admitiam, exatamente, as liberdades que desejam. Deu-lhes uma teoria da tolerância que os habilitou a excluírem de seus benefícios exatamente os que desejavam excluir. Deu-lhes uma teoria da propriedade que tornou seus possuidores dignos de proteção, em virtude do esforço despendido em sua acumulação e do bem social que isso representava. Reconciliou a contradição entre autoridade e liberdade, de maneira a oferecer à nascente classe média exatamente as idéias que procurava." Laski, H. op. cit., p. 85.

Quanto ao pensamento filosófico, no século XVII a tônica é amplamente secular e racionalista: tinha se emancipado da autoridade teológica. O racionalismo aparece estreitamente ligado ao individualismo. A base da filosofia nesse século é o individualismo econômico que rejeita a interferência do Estado.

O século XVII, conhecido como era mercantilista, não foi marcado pelo liberalismo econômico, mas por sua ausência. A burguesia não tinha ainda se apossado do Estado e o poder central era forte. Entretanto, durante todo o século XVII houve protestos contra o intervencionismo, particularmente na Inglaterra. A pregação e luta para regulamentação da economia tendo em vista a maior calculabilidade dos riscos e a luta para eliminação da intervenção estatal na esfera econômica culminaram, na Inglaterra, em 1702, quando a Câmara dos Comuns resolveu liberar o comércio.<sup>36</sup>

A doutrina liberal aplicada à esfera econômica era individualista ao extremo, na medida em que, livre de tutela do Estado, cada indivíduo pode realizar-se plenamente em sua natureza racional: a propriedade, livre do Estado, poderia se realizar plenamente e dessa forma realizar o bem comum. O século XVIII foi marcado pelo avanço do liberalismo econômico, na evolução do liberalismo. Locke teorizou o liberalismo político e depois Adam Smith ofereceu a justificativa teórica para o libe

---

36. Harold, Laski, op. cit., p. 108. E ainda: "Locke, cujos bens tinham sido confiscados, e que passara dez anos num triste exílio, não duvidou dessa necessidade no evangelho que doou ao século XVIII. Nesse Estado natural que a razão já governa, a propriedade privada existe por uma lei da natureza: o Estado nasceu para intitular certos homens à posse daquela". op. cit., p. 110.

ralismo econômico.<sup>37</sup> Da mesma forma que o liberalismo político, o liberalismo econômico favorecia apenas uma parcela da sociedade: a burguesia. A liberdade por ela difundida como universal, revelou-se na prática liberdade daqueles que possuíam propriedade e criou, ao nascer, a contradição que o destruiu, como doutrina e como prática. Transformou-se, em fins do século XVIII, nas palavras de Laski,

*"num método para disciplinar a classe trabalhadora. A liberdade de contrato advogada pela doutrina emancipou os detentores de bens e propriedades de seus grilhões; mas, na realização dessa liberdade, estava envolvida a escravização dos que nada tinham para vender senão a sua força de trabalho. Os conquistadores justificavam sua vitória pelos mais simples recursos doutrinários. Declararam que sua liberdade era também a da nação toda; insistiram em que lhes seria impossível servir seus interesses pessoais sem que, ao mesmo tempo, satisfizessem os daqueles que dependiam deles".* 38

O liberalismo está, portanto, estreitamente ligado à ascensão da burguesia à hegemonia econômica e política. Foi um processo gradual e de acordo com o tipo de revolução bur-

---

37. "Num sentido, talvez seja correto dizer que Adam Smith completa uma evolução que vinha sendo contínua desde a Reforma. Esta substituiu a Igreja pelo príncipe como fonte das leis que regulavam o comportamento social. Locke e sua escola substituíram o príncipe pelo Parlamento como mais adequado para impregnar as leis de um propósito central. Adam Smith foi mais além e acrescentou que, com algumas exceções secundárias, não havia necessidade alguma do Parlamento interferir." Laski, op. cit., p. 130.

38. Laski, op. cit., p. 149.

guesa surgiram regimes democráticos ou autoritários. Harold Laski refere-se a Barnave, como um escritor liberal que registrou de forma soberba a relação entre o tipo de revolução burguesa e a maior ou menor democratização.<sup>39</sup> Onde a burguesia conseguiu impor-se à monarquia e à aristocracia, e Barnave refere-se à burguesia como "o povo", estabeleceu-se uma república. Onde o povo foi débil, "a aristocracia e as formas federais de governo feudal conseguiram sobreviver."<sup>40</sup>

A contradição do liberalismo é a proposição de princípios universais para justificar relações sociais de produção baseadas na desigualdade. A pregação do individualismo correspondia à defesa da livre iniciativa; a concepção negativa do Estado significava submetê-lo no poder econômico. A teoria liberal, universal em seus princípios, sintetiza os interesses da burguesia. Os seus beneficiários passaram a admitir tão pouco a transformação nas relações de propriedade quanto seus antecessores feudais: "Partiram do princípio, com inteira sinceridade, de que um ataque aos privilégios em que viviam era sinônimo de um ataque às bases da civilização."<sup>41</sup>

Vistos sinteticamente os dois aspectos do liberalismo, as categoria e sua ideologia, a evolução histórica, do liberalismo político ao liberalismo econômico, cabe agora mostrar que, em sua forma clássica só se realizou na Inglaterra. A evolução do capitalismo — ao qual a doutrina e a prática liberal estão indissolivelmente ligados, sendo que a recíproca não é verdadeira — dá origem a diferentes tipos de Estado capitalista de acordo com as formas específicas que assume a rela-

---

39. Laski, op. cit., p. 168.

40. Frase de Barnave, escrita em 1843 que Laski transcreve à p. 118.

41. Laski, op. cit., p. 177.

ção entre o econômico e o político.<sup>42</sup>

O liberalismo clássico está ligado à forma de acumulação capitalista baseada na livre-concorrência e quando então as categorias: individualismo, igualdade, contrato, racionalidade, são possíveis como categorias ideológicas dadas as dimensões do mercado, a livre-concorrência e a representatividade política que se realiza em função da não-existência, ainda, da sociedade de massas. Com o surgimento desta e com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo torna-se possível a hegemonia do modo capitalista de produção sem passar pela fase do Estado liberal e da livre-concorrência. Por outro lado, nos países onde houve as condições para o liberalismo clássico existir, como nos USA e Inglaterra, elas desaparecem com a predominância do capitalismo monopolista e a sociedade industrializada e de massas. A tolerância, como já vimos, passa a se realizar não mais na relação entre indivíduo e o Estado, mas entre grupos e o Estado, pluralismo democrático.

Nos países que puderam ser chamados de liberais, ocorreu, portanto, em função das alterações político-econômicas e sociais, uma revisão do liberalismo. Deixando sua forma "pura", o liberalismo mais recente passa a admitir a importância do meio social e dos grupos sociais, como forma de realização da

---

42. "Se o tipo de Estado capitalista conota, em primeiro lugar, uma autonomia específica das estruturas econômicas e políticas referenciável na autonomia do Estado e das relações econômicas, as formas de Estado deste tipo deverão ser consideradas segundo uma modificação da relação entre o Estado e essas relações". Poulantzas, N., op. cit., p. 176, I Volume.

liberdade, O individualismo permanece como categoria central, mas agora admitida a possibilidade de sua realização somente através de grupos e pela participação nestes. Para esta adaptação concorreram discursos teóricos como o de Durkheim, Hegel, o chamado liberalismo-conservador. Para Durkheim, a ausência de "leis", no sentido liberal da palavra, propicia a elevação da taxa de suicídios. Essa posição implica em uma valorização da vida comunitária.

O liberalismo moderno, portanto, defendido também por Dewey, entre outros, propõe uma solução coletivista para a realização da liberdade individual e, para tanto, apoia-se no Estado. Este deve ajudar aos indivíduos e aos grupos menos favorecidos. A ênfase maior é na liberdade subjetiva, em lugar de enfatizar a necessidade de eliminar os entraves externos.

O século XIX mostrou o apogeu do liberalismo e a civilização americana tem sido considerada um dos melhores exemplos da realização do liberalismo. Entretanto, nessa mesma época é que ele começou a sofrer os mais sérios ataques, tanto conservadores<sup>43</sup>, como o de Durkheim, Hegel, acima citados, como de outras escolas de pensamento e principalmente, dos socialistas. Estes criticaram principalmente a proposta liberal de liberdade — restrita pelas condições em que se efetivaria,

---

43. Esse conservadorismo "... procurou fixar limites ao individualismo em nome de uma autoridade que, fosse a Igreja ou Estado, impediria a queda da narquia social que acreditavam ser inerente à idéia liberal". Laski, H., op. cit., p. 171.

aos proprietários.<sup>44</sup> Uma proposta particular, de uma classe social, surgira como proposta universal.

Uma das consequências dos ataques ao liberalismo, das mudanças das condições econômicas, principalmente político e sociais, das pressões dos sindicatos, foi a adoção da idéia do Estado positivo: existência de impostos, serviço social mantido pelo Estado. Segundo Laski, essa foi a idéia predominante até à guerra mundial.<sup>45</sup> É neste novo quadro do liberalismo que se inclui Dewey. Influenciado por Hegel, Darwin, Mead, James, John Dewey vem propor um liberalismo que aceita a racionalidade substantiva mas procura afastar os inconvenientes do individualismo dos primeiros liberais. Dewey procura ligar o *social* ao individual, sem resvalar para o socialismo. Ao mesmo tempo procura ligar a racionalidade humana à sua animalidade. Segundo Mills, Dewey situou o processo racional na biologia, o que significa conciliar duas concepções antagônicas: a do século XVIII — o homem é uma criatura racional, e a do século XIX — o homem é um animal. Para Dewey, a grande maleabilidade, peculiar somente à condição animal do homem, torna-lo-ia potencialmente racional.<sup>46</sup>

Dewey é fundamentalmente um liberal pluralista relativista. Seu conceito de "comunidade" é proposto em oposição à

44. "A essência do ataque socialista derivou da compreensão de que a idéia liberal garantia à classe média uma participação total nos privilégios, ao mesmo tempo que deixava o proletariado em seus grilhões (...) Em sua formulação essencial por Marx e Engels, destacou-se a insistência na tese de que a revolução burguesa transferiria meramente o poder efetivo dos donos da terra para os donos da propriedade industrial". Laski, H., op. cit., p. 172.

45. Laski, H., op. cit., p. 174.

46. Mills, C. W., *Sociology and Pragmatism*, The higher learning in América, New York, Oxford University Press, 1966, p. 459.

alienação que identifica no indivíduo da sociedade industrializada, impessoal. Neste ponto, surge a influência exercida por Hegel, em sua formação. Utiliza o conceito de *cultura*, o qual, segundo Mills, possibilita a Dewey: a) uma visão pluralística dos problemas políticos; b) visão cega dos antagonismos sociais e c) propor uma ação específica para problemas específicos.<sup>47</sup>

Assim, uma filosofia social deveria se preocupar, segundo Dewey, com situações específicas como instituições, individualidade, liberdade, lei, ordem... Os problemas sociais são passíveis de resolução através do uso da inteligência — a política é assimilada ao estabelecimento de um método científico.

O pluralismo democrático de Dewey se enquadra no que foi dito acima sobre a tolerância nos países altamente industrializados. Trata-se de um liberalismo conservador na medida em que o individualismo é mantido como categoria principal mas sua realização está ligada à necessidade que o indivíduo tem de se apoiar em um grupo social. Também é liberal conservador do ponto de vista de sua conceituação de Estado, uma vez que mantêm a visão instrumental do liberalismo clássico, mas propõe a interferência estatal, agora como árbitro entre os diferentes grupos sociais.

Dewey parte de sua concepção de *ação*, para chegar ao conceito de Estado. Considera dois tipos de ação: aquelas que afetam somente os indivíduos nela diretamente envolvidos e

---

47. Mills, W., *idem*, p. 426.

aquelas que afetam a terceiros, ou ao público. É o segundo tipo que cabe ao Estado controlar.<sup>48</sup>

Se existem grupos na sociedade cuja ação atinge terceiros, (conflito de interesses; não luta de classes) não podem eles mesmos, supervisionar e controlar suas ações e consequências. Esta postura significa, segundo Mills, a racionalização da autoridade, e esta, a realização da democracia. O meio para a concretização dessa autoridade racional é a *comunidade*. Portanto, no conceito de Estado de Dewey estão implícitos como conceitos-chave: comunidade e democracia, aquele como a sociedade sem classes, mas com grupos de interesses conflitantes e esta a forma política onde triunfa a Razão.

Mills atribui o pluralismo relativista de Dewey ao receio deste quanto à impotência dos indivíduos sob um Estado forte e controlador:<sup>49</sup>

*"através de uma visão instrumental do Estado, típica da maioria dos liberalismos, e uma visão pluralista da sociedade, Dewey pode admitir o controle 'estatal' e ainda manter uma esfera de liberdade para o indivíduo. Isso é também reforçado por uma definição do Estado não somente como instrumental, mas como uma organização do público, o que quer dizer, da comunidade. É somente na comunidade que a individualidade do tipo deweyiano pode viver livre de controles externos e mecânicos".* 50

---

48. Cf. Mills, op. cit., p. 437 - "O Estado é a organização do público..." (Dewey, citado por Mills, p. 439.)

49. Mills, C. W., op. cit., p. 440.

50. Mills, C. W., op. cit., pp. 440-441.

Entretanto, a passagem que Dewey preconiza, de uma sociedade impessoal e irracional para a sociedade "inteligente", "científica" e "democrática", na qual há participação e comunicação, realizar-se-ia em termos de uma sociedade rural. Dewey pretendia uma volta ao passado.

Dewey exerceu uma grande influência no liberalismo americano e sua posição pragmática difundiu-se principalmente através de seus escritos sobre educação, filosofia, psicologia, ciência política e atuação no ensino superior, em lugar de militância política propriamente dita. Entretanto, formou uma geração intelectual, que teve uma militância política efetiva e cujos atos tiveram sérias consequências. Dessa forma, o liberalismo conservador (liberal porque mantém a supremacia da individualidade, mas conservador porque vê sua realização através de grupos e conservador também em relação aos que propõem os grupos sociais como importantes mas não em termos de interesses conflitantes, mas em termos de antagonismos de classes) de Dewey tem traços peculiares que são definidos em sua postura metodológica e que repercutem nas ações políticas de seus adeptos. É essa postura metodológica e epistemológica que revela as implicações do pragmatismo. Dewey foi um dos principais responsáveis pela sistematização e fundamentação teórica do pragmatismo e nesse sentido, mais do que qualquer outro, é que ele se tornou importante. De forma breve, apontaremos aqui algumas de suas concepções básicas.<sup>51</sup>

---

51. Os conceitos, a filosofia de Dewey são explicáveis em termos históricos, políticos e sociais. Wright Mills estuda exaustivamente esses problemas. Apresentaremos aqui uma versão rápida dos aspectos principais. Para compreensão exata a leitura do próprio Dewey e de Mills, a nós so ver, faz-se indispensável. As imputações que pode ser feitas a Dewey, porém, são conclusões de Mills, as quais servirão de base para a reorganização que nos propomos.

Essas concepções são, de alguma forma componentes interdependentes daquilo que Dewey chama de investigação (inquiry). Os sinônimos que ele usa para *investigação* são os seguintes: pensamento, pensamento reflexo, ciência, método científico, reflexão, método da inteligência, inteligência, método da democracia ou liberalismo.<sup>52</sup> Os componentes da teoria de Dewey sobre investigação são os seguintes: situação problemática, ação ou comportamento (behavior), experiência, adaptação, experiência e produto de reflexão.<sup>53</sup> A teoria sobre a investigação de Dewey apresenta dois aspectos principais: o primeiro é a *ênfase biológica, sua relação com os métodos das ciências naturais e a orientação empírica*; segundo, *concepção do ato de conhecer como essencialmente experimental*: sua fórmula de ação e pensamento está estreitamente ligada ao controle do meio pela adaptação.

Os componentes da teoria sobre a investigação (inquiry) de Dewey, estudados por Mills, apresentam as seguintes características:

*Conceito pragmático de ação* - apresenta dois modelos: experimental e biológica-adaptativa. O primeiro modelo é sempre colocado nos termos do segundo e eles têm em comum a estrutura homem-e-ambiente. O ambiente é sempre colocado em termos bio-físicos.<sup>54</sup> A categoria *ação* apresenta as seguintes características:

---

52. Mills, W., op. cit., p. 357.

53. Mills, W., idem, p. 357.

54. Ver abaixo o componente "adaptação".

- a) a *ação* tem que desabrochar lentamente, executando ca da coisa em sua vez para estar em continuidade com o passado; não é ação violenta, é ação "inteligente", não é utópica ou irrealista, divorciando meios e fins;
- b) é *experimental*, o que na esfera política, pode significar, segundo Mills, *expediente* (expediency)<sup>55</sup> porque acredita no rumo dos padrões de mudança.

O conceito de ação de Dewey implica identificação entre moral e ação; para ele, o ato é uma ligação entre o "é" e o "deve". Segundo Mills, uma das frases mais expressivas de Dewey é a seguinte: "The ought is itself and is", — the "is" of action"<sup>56</sup>. Este conceito induz ao intelectualismo, uma vez que, para Dewey, a inteligência, que envolve intrinsecamente ação, é o ingrediente necessário e suficiente para resolver qualquer problema: religioso, político, moral.<sup>57</sup> Qualquer problema pode ser resolvido desde que a solução tenha sido uma ação inteligente.

O caráter ético que Dewey atribui à categoria "ação" revela-se também na identificação desta com a categoria *trabalho*. Mills atribui esta tendência de Dewey à sua formação primitiva.<sup>58</sup> A influência da "ótica de fronteira" e do darwinismo em Dewey, surge em sua utilização do conceito de *adaptação* como

---

55. Mills, op. cit., p. 393.

56. Citado por Mills, op. cit., p. 368. A frase de Dewey faz parte de seu artigo: "Moral Theory and Practice", publicado em *International Journal of Ethics*, vol. I (january, 1891), pp. 186-203.

57. Mills, op. cit., p. 369.

58. Mills, op. cit., p. 371.

equivalente de *ação*. Para ele o pensamento seria um momento ou fator do desenvolvimento orgânico. Veremos abaixo quais as situações a que Dewey se referia quando qualifica ação e as quais situações seu conceito efetivamente se aplica.

*Adaptação* — significa a ação biologicamente concebida; a atividade é vista em sua forma adaptativa. Para Mills este conceito é "formal" e "ambíguo" <sup>59</sup>, uma vez, que a adaptação pode não significar necessariamente ação positivamente entendida. Entretanto, o conceito, em sua formalidade, possibilita a Dewey: 19) evitar a discussão sobre valores e 29) legitimar a centralização do conceito no controle do meio. Através deste e dos outros conceitos, Dewey assume sua posição liberal pluralista e pragmática e ao mesmo tempo fornece a teorização que irá reforçar posteriormente o pragmatismo. Mills aponta, nesse sentido, as finalidades que o conceito atende:

19) minimiza o problema de poder dentro da sociedade, localizando os conflitos na relação "homem e natureza" ao invés de "homem e homem";

29) assimila os problemas humanos, valores, poder, a uma proposição sobre a função da inteligência. A resposta a todos os problemas torna-se o uso da inteligência pelo homem à "sua" maneira, com os problemas que "ele" enfrenta. Em havendo mais educação (difusão da inteligência), todos os problemas humanos seriam resolvidos:

39) orienta para a especificidade dos problemas, o que significa uma "política de reforma da situação". Adaptação é um passo de cada vez; enfrentar uma situação por vez". <sup>60</sup>

---

59. Mills, op. cit., p. 379.

60. Mills, W., op. cit., p. 382. A tradução não é literal, com exceção das frases e palavras entre aspas. As palavras grifadas e ou entre aspas também o são no texto original.

*Situação problemática* — seu "locus" é a natureza. Dewey não deixa claro em que proporção o conflito depende de fatores humanos, mas sim que ocorre entre dois fatores objetivos. Mills aponta o fato de Dewey não ter deixado claro este conceito, reforçando somente o formalismo ao fixar as condições objetivas em que o conflito ocorreria.<sup>61</sup>

Este formalismo, entretanto, serve a Dewey para mascarar os conflitos sociais e conflitos de valores, os quais estão realmente envolvidos nos problemas. Mills sustenta este ponto de vista argumentando sobre a relatividade dos problemas quando colocados em termos sociais: não são os mesmos para as diferentes pessoas ou diferentes grupos, podendo até mesmo a "solução" de um grupo significar "problema" para outro. Na verdade, esta concepção formal de Dewey sobre "problema", presta-se ao mascaramento dos conflitos sociais, até para o próprio Dewey. Ele nunca se questionou sobre a homogeneidade comunitária da sociedade, que era um pressuposto de seus conceitos.<sup>62</sup>

- *Experiência* ou ação experimental apresenta-se como o segundo modelo de ação de Dewey. Está relacionado intimamente com o primeiro, (ação adaptativa): este ocorreria em termos do conceito de experimentação.

Dewey deriva seu conceito de ação experimental da metodologia das ciências naturais. O resultado mais importante da influência da ciência, que Dewey abordou em sua dimensão metodológica, foi a instalação da ação experimental como central para definir conhecimento.<sup>63</sup>

---

61. Mills, W., op. cit., p. 412.

62. Mills, W., op. cit., p. 412.

63. Mills, W., op. cit., p. 363.

A experimentação, do ponto de vista das ciências naturais e dos cientistas, significa basicamente manipulação de objetos físicos para verificar os resultados de sua interação em diferentes condições. Em laboratório, a ação experimental envolve controle dos objetos e instrumentos, bem como a sua manipulação, mas as conseqüências não são controladas: elas dependem dos materiais em interação e constituem "resultados objetivos". É nesse sentido que, para Dewey, as idéias seriam "testadas" e aplicadas.<sup>64</sup>

Entendendo experimentação nesse sentido, Dewey relaciona a ação experimental e pensamento: o pensamento ocorreria sempre dentro de um contexto específico: é uma resposta específica a estímulos específicos, não é nada em si mesmo.<sup>65</sup> Portanto, o pensamento ocupa uma posição intermediária em uma experiência<sup>66</sup> e a ação experimental torna-se fundamental para o surgimento do conhecimento.

O lugar central concedido por Dewey à ação experimental, em seu formalismo, rejeita problemas não-empíricos e situa as categorias de ação e reflexão em um contexto quase que exclusivamente adaptativo e objetivando o controle do ambiente. A generalização deste conceito derivado da biologia para outras esferas acaba por definir vida como "experimento".<sup>67</sup>

---

64. Mills, W., op. cit., p. 385.

65. Mills, W., op. cit., p. 363.

66. Mills, W., op. cit., p. 363.

67. Mills, W., p. 387. — É bom lembrar que as categorias de Dewey são todas inter-relacionadas; a definição de uma possibilita a da outra e, em muitos casos, pode-se dizer vice-versa. Mills demonstra com riqueza de detalhes este tecido deweyniano e para maiores esclarecimentos, sua obra é indispensável.

O instrumentalismo ou o pragmatismo que envolve o conceito de "reflexão" neste contexto deweyniano, tem sua origem "intelectual", segundo Mills, em uma determinada concepção a respeito dos procedimentos da ciência (natural) e também em uma psicologia behaviorista biologicamente orientada: "Destas fontes intelectuais surgiu a categoria de comportamento, em tais termos que "reflexão" encontrou sua formulação instrumentalista".<sup>68</sup>

Dewey militou e escreveu em um contexto social que possibilita o entendimento de suas proposições. Mills aponta três aspectos básicos desse contexto.<sup>69</sup> Primeiramente, a estratificação social era marcada pela ascensão social aparentemente devida à profissionalização. Essa ascensão social fazia emergir um otimismo pela educação e pela aplicação da inteligência. Em segundo lugar, a época era marcada por uma grande diversificação ocupacional. Em terceiro e último, marcantes alterações demográficas: do meio rural para o meio urbano; aumento da população; imigração para o oeste e a dilatação da fronteira. O seu público principal era constituído pelos professores, grupo social que se profissionalizava e também ascendia socialmente. Era este contexto, aqui apenas levemente delineado, que proporcionava condições para o surgimento de uma teoria como a de Dewey e no qual ela encontrou ressonância. O conceito de *ação* de Dewey servia principalmente aos professores que trabalhavam em um contexto social de pequenas cidades, onde a "escola pública", produto da tolerância e da autonomia local deveria agradar aos diferentes grupos de pressão que sobre ela atuavam.<sup>70</sup> Nos termos de Mills, os profes

---

68. Mills, op. cit., p. 365.

69. Mills, op. cit., p. 352 e capítulos "J. Dewey" e "Reading Public".

70. Ver Mills, pp. 334-345.

sores teriam que adotar uma atitude prática e não questionadora correspondente "a uma ideologia não autoritária, pluralística e experimental".<sup>71</sup>

Os tipos de ação e pensamento de Dewey adaptam-se basicamente a três tipos de situação:

- 1º) situação homem-objeto
- 2º) relação profissional-cliente
- 3º) situações cotidianas<sup>72</sup>

Dewey refere-se às seguintes situações, ainda segundo Mills:

- 1º) relacionamento em comissões escolares ou entre professores e administradores.
- 2º) Cientistas em laboratórios ou indústrias.
- 3º) Homem em ocupações que envolvem contato com a natureza, como fazendeiros, por exemplo.
- 4º) "situações cotidianas", como a de um homem perdido na floresta, por exemplo.
- 5º) profissionais liberais mas apenas aqueles treinados tecnicamente, como os médicos, por exemplo.<sup>73</sup>

As situações às quais o conceito de ação de Dewey se aplicam são basicamente aquelas situadas nas esferas não reguladas ou racionalizadas da sociedade. É uma concepção de ação derivada da ótica com que Dewey via a realidade: tecnicamente. É a ação de um indivíduo, é conduta que toma decisões em esferas

---

71. Mills, p. 345.

72. Mills, p. 392.

73. Mills, p. 392.

limitrofes da organização social, como a situação de fronteira. Entretanto, não se aplica à esfera política, como esta seria entendida por Dewey ou no sentido atribuído por Weber os partidos políticos. Mills situa Dewey como um liberal independente, na medida em que a participação em partidos políticos poderia limitar o pensamento.<sup>74</sup>

O modelo biológico de ação de Dewey atendia às necessidades de alguns grupos sociais, mas embora ele evitasse o problema de *poder*, considerando manipuláveis e adaptativas todas as situações, assimilando "fins" aos "meios", formou uma geração que deixou de discutir os fins e se concentrou nos aspectos instrumentais da vida social. Nesse sentido o pluralismo de Dewey e sua absolutização do valor da inteligência biologicamente definida, não eliminaram o problema da tomada de decisões políticas, o problema de poder. Essa geração formada pelo pragmatismo revelou-se quando em situação de guerra, bastante identificada com os aspectos técnicos da mesma e desligada das considerações sobre as suas finalidades. Mills também se refere a este resultado do tipo de ação proposto por Dewey. A manipulação implícita no conceito de ação encontra problemas na esfera política porque gira em torno de problemas específicos, recusa-se a formular fins sociais e pressupõe um pluralismo social ou uma suposta vida comunitária, que torna todos os problemas solucionáveis pela inteligência.

Dewey liga-se a Hegel e foi por ele influenciado quando estabeleceu a inteligência como poder absoluto. Entretanto, coloca o pensamento em bases biológicas e "practicaliza-o": o pensamento é uma resposta específica a estímulos específicos e restrito ao domínio do homem na natureza.

---

74. Mills, op. cit., p. 394.

A utilização do método científico é o critério da moral e o padrão de inteligência. Dessa forma, os problemas sociais seriam resolvidos pelo desenvolvimento do uso cientificado da inteligência. Daí deriva a valorização da educação. Tendo sido admitida a racionalidade intrínseca da sociedade, a educação seria o meio para a difusão da inteligência, sendo desnecessárias considerações morais ou qualquer concepção de mundo. Não há necessidade, dentro desse contexto teórico, de escolha moral, sendo o método científico o único critério necessário, aliado à tolerância, à vida comunitária e à educação.

Como já foi dito, aquilo que significou a filosofia pragmática desenvolvida por Dewey, explica-se no contexto onde surgiu, desenvolveu-se e foi aceita, tanto em relação às mudanças que se passavam nos Estados Unidos, como em relação aos problemas enfrentados pelos grupos por ele mais influenciados. Objetivamente, ele serviu para legitimar uma nova postura liberal dentro do capitalismo americano e seus pressupostos estão ligados à ótica burguesa que é incapaz de ver as contradições sociais porque admiti-las seria rejeitar o próprio capitalismo.

Dewey refletiu, ao nível da superestrutura, a transição que se desenrolava, industrialização crescente, do liberalismo individualista para o pluralismo democrático ao qual já nos referimos. A sua objetivação representa um resultado teórico que, retornando à prática pela sua influência, revigorou as bases do liberalismo, adaptando-o às novas condições materiais de existência. O interrelacionamento dos seus conceitos e o pluralismo de sua teoria a revelam um método de pensar mais amplo: a *teoria dos fatores*. A origem desta teoria foi atribuída por alguns

autores à insuficiência do pensamento científico em determinada fase de seu desenvolvimento. Esta tese foi refutada e o surgimento da teoria dos fatores pode ser atribuído à própria autonomização de criações de atividades sociais do homem, tornando-se elas, para a consciência acrítica, forças autônomas.<sup>75</sup>

A tese pluralística de Dewey apresenta ainda a particularidade de não incluir um fator privilegiado e nem mesmo evidenciar alguns fatores como causas e outros como efeito: apenas defende a conexão recíproca entre os fatores. A sociedade, tal como ela existe, é tomada como um conglomerado de fatores. O conceito de *cultura* foi muito usado por Dewey e o seu pluralismo se presta à refutação do "monismo" marxista e à adoção das soluções previstas pela posição liberal pragmática. Tal como entendido por Dewey, o conceito de cultura afasta o problema de contradições sociais, assumindo estas o caráter de conflitos de interesses e tornam-se passíveis de solução pela discussão e pela razão.

A teoria de Dewey deve ser situada, portanto, no contexto do pluralismo democrático americano. As condições do surgimento dessa doutrina ou dessa ideologia estão diretamente ligadas às transformações estruturais que impediam a realização do liberalismo tal como entendido no sentido clássico: a sociedade industrial de massas, de grandes monopólios, grandes sindicatos, onde a relação indivíduo-Estado torna-se inviável. Essa ideologia foi fomentada pelo federalismo, pela política de grupos de interesses e pela consciência americana da heterogeneidade religiosa, étnica e racial. Wolff define o pluralismo democrático americano como "liberalismo conservador": "Constitui u-

---

75. Cf. Kosik, Karel, *Dialética do Concreto*, Trad. Célia Neves e Alderico Toribio, Editora Paz e Terra, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1976, p. 100.

ma filosofia social coerente que combina os ideais do liberalismo clássico com as realidades psicológicas e políticas modernas sociedade pluralista".<sup>76</sup> As críticas feitas pelo autor ao pluralismo democrático e à sua conseqüente principal virtude, a tolerância, já foram apontadas anteriormente.

Para a realização do pluralismo democrático e da tolerância, tais como entendidos por Dewey, haveria necessidade de um movimento regressivo na história.<sup>77</sup> Os liberais clássicos reconheciam, mesmo dentro do caráter ideológico do liberalismo, a necessidade de que o *indivíduo participasse*, fosse informado, pensasse por si mesmo. Dewey tenta realizar esse mesmo ideal no contexto da moderna sociedade industrializada, emergente à época em que começou a trabalhar. Procurava a solução para o liberalismo quando ele se tornava cada vez menos praticável, em termos individualistas.<sup>78</sup> A sua falta de visão dos problemas concretos, do homem concreto, a sua tese pluralística, levou-o a identificar os males da sociedade emergente em um dos seus aspectos particulares, cuja eliminação, solucionaria, por si mesma, o problema da alienação do indivíduo. O individualismo econômico seria para ele, o pior mal de uma sociedade fundada em

---

76. Wolff, R. P., "Além da tolerância" in *Crítica da tolerância pura*, já citado, p. 44.

77. Segundo Mills, embora Dewey tivesse falado muito sobre o futuro, seu conceito de *sociabilidade*, correspondia a um remoto passado comunitário. Cf. Mills, W.C., op. cit., p. 443.

78. "Mas até mesmo o caráter totalmente inclusivo da tolerância liberalista baseava-se, pelo menos em teoria, na proposição de que os homens eram (potencialmente) *indivíduos* que podiam aprender a ouvir, ver e pensar por si mesmos, desenvolver por igual seus próprios pensamentos e capacidades contra a autoridade e opiniões estabelecidas. Esses eram os fundamentos lógicos da liberdade de discurso e reunião. A tolerância universal torna-se duvidosa apenas quando não mais prevalece seu fundamento lógico, quando a tolerância é administrada a indivíduos manipulados e doutrinados que repetem, como suas, as opiniões dos senhores para os quais a heteronomia se transformou em autonomia". Marcuse, H., op. cit., p. 95.

grandes monopólios e para ultrapassá-lo, bastaria eliminá-lo e difundir a educação. Voltar à vida comunitária, onde a democracia ou o predomínio da razão se tornariam possíveis. E aí teríamos então, o movimento de regresso histórico que geralmente caracteriza a aspiração da classe média. Dewey foi principalmente, um apologista da classe média.

Dewey colocava o problema central da sociedade na utilização da técnica e da ciência para atender aos fins dos interesses privados, que as estariam monopolizando.<sup>79</sup> O novo individualismo, por ele proposto, previa a difusão da técnica e da ciência para benefício de todos e a expansão do método científico de pensamento. A rigor, o antigo e indesejável individualismo teria passado a significar o uso da ciência e tecnologia somente em benefício de interesses privados.<sup>80</sup>

Para realizar esse novo liberalismo, legitimado pela participação na técnica e na ciência, e fundamentado nos conceitos teóricos, como ação e inteligência, Dewey pressupõe a existência ou prescreve a necessidade da volta à vida comunitária. Na verdade, ele identifica "sociabilidade" (sociality) com "comunidade". A volta às condições comunitárias de existência possibilitaria a fuga à impessoalidade, à burocracia e à alienação que emergem com a industrialização nas modernas sociedades de massa. Os conceitos de Dewey sobre comunidade, democracia e razão estão unidos de tal forma que podem ser considerados sinônimos.<sup>81</sup>

---

79. "Ciência e tecnologia (e não alguma classe ou partido) é que são polarizados contra o individualismo econômico". Mills, W. C., op. cit., p. 416.

80. Dewey - *Individualism - Old and new*, p. 98-100, Citado por Mills, op. cit., p. 416.

81. Apoiando-se em citação de Dewey, W. Mills, afirma, com propriedade: "Portanto, "inteligência" inclui "comunidade" e com ambos, democracia é uma realidade", Cf. Mills, W.

Segundo Mills, a presença da influência de Hegel pode ser percebida em dois pontos do discurso de Dewey: o conceito de sociabilidade e a importância da predominância da Razão para a solução dos problemas de sociedade.<sup>82</sup>

A influência de Dewey sobre Anísio Teixeira significa portanto uma crítica à sociedade capitalista através da ótica liberal. Dewey situava-se, para discutir, dentro do campo do "adversário". Na realidade, não se tratava de um crítico da sociedade capitalista, mas de um reformador que aceitava as bases da sociedade e discutia apenas as condições internas de funcionamento da mesma. A ótica burguesa que determina a sua concepção da realidade, aceita os pilares nos quais a sociedade capitalista está assentada: a propriedade privada dos meios de produção e a economia do mercado. Um ponto porém estabelece uma divisão de águas entre a postura de Dewey e a de Anísio Teixeira. Dewey situava-se em um contexto de desenvolvimento econômico, político e social, época em que os Estados Unidos se desenvolviam sua industrialização e iniciavam o processo de estabelecimento de seus "tentáculos imperialistas". A hegemonia americana sobre uma grande parte do mundo estava em fase de ascensão, o que não acontecia no Brasil.

Anísio Teixeira adota os pressupostos liberais e principalmente o ponto de vista pluralista e a atitude pragmática. Isso ocorre em um contexto bastante diferente, o que não o impediu de propor as mesmas soluções propostas por Dewey, para os Estados Unidos. Parte da pressuposição da legitimidade do capitalismo, da aceitação da doutrina liberal e da consequente cren

---

82. Mills, W. C., op. cit., p.654.

ça de que a Razão é o motor da história. Assumiu a posição de *técnico* que se utilizava em seu trabalho de métodos científicos e auto-rotulou-se de "politicamente neutro", o que não deixa de ser coerente.<sup>83</sup>

Antecedendo a essa influência liberal deweyniana, Anísio Teixeira carregava uma formação bacharelesca e humanista. Sua formação anterior, aluno de jesuítas e advogado, formaram a base onde se assentou a influência preponderante de Dewey.

Poder-se-ia argumentar que em nada a formação em direito se contrapõe a uma tendência liberal, na medida em que a previsibilidade das leis diminui os riscos do capitalismo. Entretanto, a tradição do papel do advogado no Brasil não está ligada à evolução do capitalismo liberal, mas à presença centralizadora do Estado, que se fez sentir desde os tempos coloniais.<sup>84</sup>

A formação bacharelesca tem, no Brasil, a marca do caráter exploratório da colonização portuguesa: a administração centralizadora e também um grande número de funcionários públicos.<sup>85</sup> A influência do liberalismo sobre Anísio Teixeira ocorre dentro de uma tradição histórica marcada pela predominância da

83. "Não sendo político e sim educador, (...) *Educação, para a Democracia*, Introdução à administração educacional, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1936, p. X.

84. "Com a máquina judiciária entram em cena os advogados, dos quais um documento colonial se queixa pelo "tanto trocar, tanto mentir, tanta trapaça, que as novas delas não fazem senão acarretar bacharéis à própria província". A primeira manifestação hostil contra o bacharelismo toca o ponto vulnerável da administração colonial; o advogado, o letrado por excelência do ordenamento jurídico da metrópole, será o mais fiel agente da rede centralizada. Faoro, Raymundo, *Os Donos do Poder*, Editora Globo, Porto Alegre, 1976, 2ª edição, V. 1, p. 188.

85. "Nem o branco português, nem o branco natural do país podem apanhar a enxada ou tocar no arado. O trabalho braçal de grada e o equipara ao escravo - a esta infâmia é preferível a ociosidade, o parasitismo, a expediente da busca de proteção dos poderosos. O funcionalismo, já enorme em número, absorve essa leva de desprotegidos, com cargos civis e militares", Faoro, Raymundo, *Os donos do Poder*, V. 1, p. 217.

ação do Estado e pelo papel importante desempenhado pela burocracia estatal: a burguesia surge débil e será tutelada, neste contexto histórico,<sup>86</sup> bem como toda a sociedade civil.

A diferença entre os papéis desempenhados pelos Estados inglês e português em relação às suas colônias deixou profundos traços na vida social, econômica e política nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, embora o impulso inicial para a empresa colonizadora fosse o mesmo — o mercantilismo. O principal motivo para essa diferenciação está na situação em que se encontravam ambos os países. Inglaterra em fase de ascensão capitalista industrial e Portugal dependente de outros países, como a colônia o era dele.<sup>87</sup> Para configurar de modo genérico a tradição brasileira herdada de sua fase colonial, a expressão "ex-

86. "A sociedade colonial não esgota sua caracterização com o quadro administrativo e o estado-maior de domínio, o estamento. Esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político. O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haure a seiva de uma especial contextura econômica, definida na expansão marítima e comercial de Portugal. A burguesia, limitada na sua vibração e vinculada nos seus propósitos ao rei, foi incapaz, incapaz secularmente, de se emancipar tutelada de cima e do alto." Idem, *ibidem*, V.I, p. 203.

87. "Além disso, a empresa anglo-saxônica não obedecia, por alheia ao Estado, a uma obra de guerra, tangida pela defesa interna e externa - era, só e simplesmente, um trabalho de colonização, de plantação. Não se unia a um complexo mundial de conquistas, exploradas pelo rei e seus comerciantes privilegiados, vigiados por militares e burocratas. Raymundo Faoro, *idem*, p. 121.

portação do Estado", emprestada a Raymundo Faoro é das mais significativas. É o que se deduz de seu comentário sobre a colonização dos Estados Unidos:

"O Estado, visto o sistema privado de colonização, não atravessou o oceano, nem se perpetuou, com o aparelhamento exportado, neste lado do Atlântico... O inglês fundou na América uma pátria, o português um prolongamento do Estado". 88

Ao lado desta tradição, o momento histórico da formação e início da carreira de Anísio Teixeira é o de um desenvolvimento industrial atrasado, uma burguesia industrial restrita e dependente do setor agrário-exportador.<sup>89</sup> As massas populares não participavam de forma ativa na vida social e econômica, e o proletariado participava apenas como uma "presença política difusa",<sup>90</sup> termos de F. Weffort.

A história do Brasil tem sido marcada pela via prussiana" para o capitalismo, que se caracteriza pelas transformações pelo alto, cujos resultados são a participação restrita das classes populares na transformação e também pela hipertrofia da sociedade política, sendo o Estado o *locus* da conciliação de classes.<sup>91</sup> O papel do intelectual nesse contexto e mesmo a forma assumida pelo seu pensamento político histórico estão estreita

88. Faoro, Raymundo, op. cit., pp. 121-122.

89. Vide B. Fausto, *A Revolução de 30*, Editora Brasiliense, 4ª edição, S.P., 1976, p. 19-20.

90. Pinheiro, Paulo Sérgio, *Política e Trabalho no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 82 e 160. O trecho de Weffort, citado por Paulo S. Pinheiro é *Classes populares e política*, São Paulo, Universidade de São Paulo, mimeo, 1968, pg. 68.

91. No Brasil, tal fato deu origem a fenômenos como o estado cartorialista, populista. Vide Coutinho, Carlos Nelson, "Cultura brasileira, um intimismo deslocado à sombra do poder?" *Cadernos de Debate nº 1*, Brasiliense, 1976, p. 65.

mente relacionados com as condições acima delineadas.<sup>92</sup> A sua condição foi definida como um "intimismo à sombra do poder", resultante do "favor", ideologia que se insere no quadro do modelo prussiano:

"Quanto ao 'intimismo à sombra do poder' é claro que o 'favor' tem algo a ver com isso, já que nossos intelectuais — na medida em que são oriundos das classes médias — são objetos privilegiados daquele processo de 'assimilação' pela classe dominante. Isso impede que eles se tornem 'intelectuais orgânicos' das classes populares". 93

92. Esperamos que as condições específicas se apresentem com maior rigor no capítulo sobre a situação histórica concreta. A respeito desse tipo de formação e atuação, formação em direito e posterior atuação em ocupações como jornalismo, crônica literária ou militância em cargos públicos, é ilustrativa a análise de Sergio Micelli:

"A prestação de diferentes tipos de serviços, desde o trabalho político do pai (apoio nas eleições, manipulação nas eleições, etc.) até os mais diversos trabalhos femininos (a costura, as rendas, etc.), vai permitir apenas que os "parentes pobres" da oligarquia possam ocupar as novas posições criadas pela expansão de postos administrativos, políticos e culturais que, por sua vez, se encontra ligada à transformação e à consolidação do modo de dominação da oligarquia. Se as famílias de "parentes pobres" tiveram um êxito relativo em fazer valer seu capital, tal se deve ao fato de que suas estratégias de conversão coincidiram com um momento determinado de expansão do mercado de postos disponíveis que veio favorecer seus interesses. Vale dizer, a rentabilidade do capital de relações sociais depende, no limite, das exigências do trabalho de dominação — ou seja, de fatores externos à lógica interna do funcionamento deste mesmo capital — tendentes a encaixar os filhos dos "parentes pobres" nos postos que estavam sendo abertos e cujo acesso estava praticamente vedado aos agentes das demais classes". Micelli, Sérgio, *Poder, Sexo e Letras na República Velha*, Editora Perspectiva, 1977, p. 23.

93. Coutinho, Carlos Nelson, op. cit., pp. 66-67. A respeito do mesmo tema, Sérgio Micelli escreve o seguinte: "Não havendo, na República Velha, posições intelectuais relativamente autonomizadas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que inteiramente das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação". op. cit. pp. 14-15.

Esse tipo de ascensão social e de introdução em uma carreira pública aliada a uma produção intelectual — é o funcionário intelectual — leva à legitimação da estrutura oligárquica, embora muitas vezes sob a aparente negação da mesma. Assim é que, da mesma forma que o "intelectual" havia "vencido" na medida em que participava das esferas hegemônicas sem ter poder econômico ou político, o objetivo da escola pública seria, para Anísio Teixeira, "preparar o brasileiro para "vencer e servir"<sup>94</sup>

Anísio Teixeira foi convidado a trabalhar como Inspetor Geral do Ensino Público na Bahia em função do seu relacionamento pessoal, bem como para a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal.<sup>95</sup> E ele reproduz esse mesmo processo em sua vida pública. São inúmeras as referências, em sua correspondência com Fernando de Azevedo, à admissão de indivíduos que lhe foram recomendados por seus amigos.

Temos então que a influência liberal que será o traço mais nítido de sua trajetória, apoia-se, de uma formação individual bacharelesca e em um contexto rigidamente hierarqui-

---

94. Teixeira, A. *Bases para uma reorganização econômico-financeira da instrução pública*, Exposição de motivos do Diretor Geral de Instrução, apresentando o Decreto do Fundo Escolar Permanente, *Boletim de Educação Pública*, Vol. 2, nº 1 e 2, janeiro/junho, 1932, Rio de Janeiro, p. 91.

95. Em testemunho do próprio Anísio Teixeira: "...eu não me sinto livre para recusar o posto a que me chamou o honrado interventor desta cidade..." Discurso de posse do Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Anísio Teixeira em 15/10/1931, *Boletim de Educação Pública*, Vol. 2, nº 1 e 2 janeiro/junho, 1932, p. 75.

Jayme Abreu relata também as circunstâncias em que Anísio Teixeira foi convidado para trabalhar na Bahia: convite do Governador, sabedor dos dotes intelectuais de Anísio. Este, estivera auxiliando o pai, importante chefe político na região de Caeteté, na campanha governamental. E é o próprio governador quem inicia sua inclinação para o estilo americano de educação: pede a Anísio para traduzir *Métodos Americanos de Ensino*, de Omer Buyse, Cf. Jayme Abreu - *Anísio Teixeira e a Educação na Bahia*, in Anísio Teixeira, *Pensamento e Ação*, Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 2.

zado onde a margem para atuação fora da área da dominação estatal era quase nula. A possibilidade de se pensar em termos liberais era restrita, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista das alternativas sociais. O efeito dessa combinação, no caso de nosso educador foi a preconização de necessidades democráticas, de declaração de fé na liberdade, da luta pela difusão da escola como instrumentação da classe média para participar da industrialização, mas através de *medidas autoritárias*. Assim é que, em um mesmo texto, encontramos a expressão dessa ambiguidade, quando ele critica, inicialmente, a democratização por decreto:

"No dia em que aceitamos a idéia de democracia e de república, faltamos à mais elementar sinceridade intelectual, não fazendo da instrução pública o mecanismo primordial para nos levar à realização dessa idéia. Acreditamos porém, que democracia se fazia por decretos e leis. A arrastamos por mais de 40 anos..."

Depois de argumentar sobre a necessidade da constituição do fundo escolar, submete ao Interventor, o projeto por ele elaborado que deveria se transformar em Decreto:

"Para sua pronta constituição tenho a honra de submeter à apreciação o projeto de Fundo Escolar, anexo, que no caso de ser instituído, poderá auxiliar eficientemente a solução do grave problema educacional no Rio de Janeiro..." 96

A assimilação do liberalismo, de forma acrítica, leva então a um reforço da estrutura à qual se superpõe. Deixa de ser uma filosofia crítica, como o foi em países onde correspon

---

96. Teixeira, Anísio, "Bases para uma reorganização econômico financeira da instrução pública", Exposição de motivos do Diretor Geral de Instrução, apresentando o Decreto do Fundo Escolar Permanente, *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, Volume 2, Números 1 e 2, Janeiro/junho 1932, p. 94. (grifos meus.)

dia, como ideologia, a uma determinada realidade, para transformar-se em mecanismo de modernização de certos aspectos particulares da estrutura existente. Para compreender esse processo, mais importante do que questionar a possibilidade que teriam os "agentes do liberalismo" de analisar a sua transposição para nossa realidade, seria perguntar em que condições essa assimilação se realizou e a quais resultados ela conduziu.

Antonio Garcia, escritor colombiano, nos mostra<sup>97</sup> que há dois pontos aos quais essa alienação ideológica se relaciona: à "nova" burguesia, resultante de concessões das oligarquias e à "inteligência universitária, que se revoltava contra o absolutismo escolástico. Define então os pontos-chaves dessa alienação:

- a) o liberalismo se introduziu como um quadro de *idéias absolutas* e não como um sistema crítico de pensamento;
- b) operou na prática, como uma *ideologia de inibições e de não fazer*, em um hemisfério que conservava intacta a estrutura social que não conheceu o liberalismo norte-americano ou que fraturou, revolucionariamente, o liberalismo europeu;
- c) fez com que a América Latina não se colocasse o problema da criação do *Estado*;
- d) foi o mecanismo pela qual as "novas classes" se anexaram ao sistema colonial do capitalismo, antes que a América Latina se integrasse internamente e tivesse adquirido a *sua perspectiva do mundo*.

---

97. "La estructura del atraso en América Latina". Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1969. Ver, para o que se segue: o capítulo: *El liberalismo como ideología de alienación latinoamericana*, pp. 62-77.

O liberalismo econômico foi a maneira pela qual os países da América Latina foram integrados ao "mercado mundial", isto é, garantiu sua conservação como países exportadores de matérias primas e importadores de produtos manufaturados, máquinas pesadas. Por outro lado, essa mesma integração exigia a manutenção da estrutura social: latifúndios, pastoreio extensivo, economia extrativa, sem manufaturas, sem integração, nem mobilidade interna, manutenção essa assegurada pelo absolutismo político: um Estado pessoal, senhorial, institucional e oligárquias.<sup>98</sup>

Para concluir, o que se pode observar é que, de um lado, o liberalismo econômico serviu, na América Latina, à consolidação das classes dominantes no poder e à instalação da hegemonia inglesa, e, depois norte americana, sobre os centros estratégicos e vitais da América Latina. Por outro lado, o liberalismo político serviu apenas para legitimar o sistema de legalidade da colônia:<sup>99</sup> o racionalismo jurídico liberal possibili-

---

98 . "Em suma, o liberalismo foi o mecanismo ideológico por meio do qual a América Latina hipotecou suas guerras de independência e suas possibilidades de auto-determinação e desenvolvimento capitalista. A alienação ideológica de suas classes dominantes levou à aceitação de um posto na periferia do império inglês, constituída pelo enorme proletariado de hemisférios atrasados e subjogados. De acordo com a teoria da divisão internacional do trabalho na economia clássica liberal, era uma "vantagem comparativa que a América Latina trocasse matérias primas por manufaturas, trabalho desvalorizado de servos e escravos por trabalho valorizado de operários livres, terra com elevada concentração de poder e baixíssima produtividade por capital com elevada concentração de valor e de produtividade"., Garcia, Antonio, op cit., p. 67-68.

99 . "A norma ideológica que amparou essa ligação histórica entre a colônia e a república foi a teoria liberal do "respeito ao direito adquirido com justo título". Garcia, Antonio, op. cit., pp. 36-37.

tou a manutenção das estruturas coloniais, quando das guerras de independência.

Temos em Anísio Teixeira um exemplo dessa assimilação de ideologia liberal, sem a maturidade da vivência dos problemas que a ela deram origem. Dessa forma, ele passa de uma postura elitista, revelada com clareza no artigo "*A propósito da escola única*",<sup>100</sup> para uma assimilação incondicional da pedagogia de Dewey, após sua primeira viagem aos Estados Unidos em 1928. Nesse texto, além de apontar o perigo da decadência do ensino, com a introdução da escola única, alerta sobre a ameaça da tirania do Estado, o qual substituiria os direitos da família.<sup>101</sup> Mas ainda, no mesmo artigo, defende o ensino particular. Em um ponto era mais realista, apesar do elitismo de sua posição: ao apontar a barreira de *dinheiro*, que existia para concretização da escola única.

Essa visão elitista justificava-se, de certa forma, levando-se em conta o fato de ter-se educado e criado dentro dos moldes adequados às "boas famílias" da época. Antes de estagiar nos Estados Unidos, Anísio Teixeira já havia permanecido na Europa durante quatro meses. O relato de sua viagem<sup>102</sup> expressa, ao lado de comoção religiosa, a simpatia pelo movimento fascista: "O *faisceau* francês, como o *fascio* italiano, é um apelo a todas as velhas forças tradicionais da raça e do país e a sua mobilização

---

100. Teixeira, Anísio, "A propósito da escola única", *Revista do Ensino*, Volume I, Bahia, 1924, Ano I, nº 3.

101. "Efetivamente, tal projeto não pode ser levado a efeito sem a monopolização do ensino pelo Estado. Esta fase política da monopolização é muito grave, porque entregando ao Estado exclusivamente a organização de um país, virtualmente se desconhecem os direitos da Família" Teixeira, A., artigo citado, p. 169.

102. Teixeira, Anísio, "Paris é filho espiritual de Roma" *A Tarde*, Bahia, 30 de novembro de 1925.

em partido de guerra para a conquista das verdades essenciais de que nenhuma sociedade pode prescindir para viver".<sup>103</sup>

Sobre essa base aristocrática de pensamento, característica da elite ilustrada da época, é que irá se assentar a ideologia liberal pragmática de Dewey, no caso de Anísio Teixeira. O elitismo será disfarçado pelo impacto que as novas idéias causavam na sociedade da época, mas não será eliminado do conjunto das propostas dessa mesma corrente inovadora da educação. Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Almeida Junior são considerados as maiores figuras dessa época da história da educação e essa posição se mantém até nossos dias. Esses ideólogos da educação, embora marcados pela sua formação bacharelesca e elitista e pela própria tradição brasileira de centralização administrativa e política, foram importantes pelas aberturas que motivaram, formando discípulos que darão início a uma nova corrente de pensamento, no Brasil: a corrente radical.<sup>104</sup>

---

103. Idem, *ibidem*.

104. "... a fidelidade do pensamento do pensamento de Fernando de Azevedo ao ensino laico vai permanecer como paradigma nas campanhas em defesa da Escola Pública, nos fins dos anos 50, das quais participou ao lado de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Almeida Junior, figuras maiores da história da educação no Brasil contemporâneo. Figuras à sombra das quais se formaram representantes do pensamento radical no Brasil, como Darcy Ribeiro (discípulo dileto de Anísio Teixeira) e Florestan Fernandes e Antonio Candido (discípulos escolhidos por Fernando de Azevedo). Mota, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira* (1938/1974), São Paulo, Editora Ática, 1977, p. 75.

Entretanto, o que nos interessa mais de perto é demonstrar a imaturidade política e os limites concretos sobre a qual se assenta a assimilação do liberalismo e, nesse sentido, retomando o artigo de Anísio Teixeira - "A propósito da escola única", de 1925, verificamos que depois em 1930, expõe publicamente a sua adesão à democracia liberal e a sua adesão à escola única. Ao assumir o cargo de diretor geral de instrução pública do D.F., ele endossa em seu discurso de posse a orientação anterior do trabalho de Fernando de Azevedo e Carneiro Leão. Dois anos depois publica "*As diretrizes da escola nova*", onde faz a apologia da ciência, da democracia e da pedagogia de Dewey. O seu trabalho no Distrito Federal desenvolve-se por meio de decretos assinados pelo interventor, onde ele procede à reorganização, administrativa do aparelho escolar existente — é a *modernização do ensino*, através da modernização das técnicas e da legislação. A viagem de Anísio Teixeira aos Estados Unidos fez com que ele incorporasse os resultados de uma evolução histórica mas não substituiu a vivência das condições que levaram aqueles resultados. Quando é despertado para os problemas sociais pela via dos problemas educacionais, saindo portanto do aristocratismo inicial, já o fez com "óculos norte-americanos", o que impede a visão estrutural dos problemas brasileiros. Isso não significa a ausência de uma atitude crítica frente aos problemas mas sim uma interpretação errada de suas causas e de suas soluções. É a diferença que existe entre a "falsa consciência" e a falsidade da consciência, a qual, somada à falta de autonomia relativa dos intelectuais brasileiros, faz dele um funcionário intelectual, com toda a carga de dependência que a situação implica.

Ele reflete, em termos de formação intelectual, militância em cargos públicos e discurso teórico, a situação brasileira da época: o Brasil ingressava em uma fase de aceleração industrialização pelo alto e ingressava na esfera da hegemonia norte-americana. A influência americana passa a se fazer sentir em um dos setores importantes para o estabelecimento da hegemonia: o aparelho escolar.

## CONCLUSÃO

Procuramos até aqui desdobrar os fundamentos do pensamento de Anísio Teixeira. Discutimos o significado preciso de se qualificá-lo como um *educador liberal* e o que significa, além disso, ser ou ter sido um educador liberal no Brasil.

A doutrina liberal serviu à ascensão da burguesia ao poder, representando inicialmente uma pregação libertadora para depois, quando consolidado esse poder, transformar-se em ideologia conservadora. Nesse sentido a doutrina liberal não somente não é *universal* no sentido de defender indiscriminadamente a *todos* os setores da sociedade, como também é *histórica*, na medida em que tem se alterado de acordo com as necessidades às quais tem precisado atender e na medida em que ela própria representa em suas diferentes formas, diferentes fases históricas do capitalismo mundial.

A formação liberal de Anísio está ligada a uma determinada fase do liberalismo: o liberalismo conservador pragmático, especialmente a forma como foi teorizado por Dewey. Esse tipo de doutrina representa uma solução para os problemas de sobrevivência do liberalismo na fase monopolista do capitalismo, embora aparentemente tenha surgido como uma resposta negativa às transformações desse período. A solução de Dewey para as necessidades da substituição do individualismo do liberalismo clássico trouxe consequências imediatas à esfera da educação uma vez que esta era considerada o principal meio para a

completa realização do *indivíduo*, através do *grupo social*.

A esta fase da doutrina liberal — que representa uma crítica conservadora ao liberalismo clássico e que, enquanto ideologia é coerente com as transformações da formação social concreta onde surgiu, - Anísio Teixeira deve sua formação liberal.

A questão central que se coloca então é equacionar a assimilação desta "doença importada", como Faoro se refere ao liberalismo.

Ao nível individual a contradição se revela na assimilação imatura do liberalismo, a qual leva à proposição de soluções modernizantes para a educação, embotando a possibilidade de uma crítica estrutural ao sistema social mais amplo. Essa imaturidade, aliada às condições que até então vinham prevalecendo — atuação alargada do Estado e crescente eliminação da influência da sociedade civil, ligada ao desenvolvimento econômico voltado para fora — restringem a possibilidade de atuação independente, por parte do intelectual. Anísio enquadra-se então na condição de *funcionário-intelectual*, o qual, com todas as restrições implícitas, contrasta com o *intelectual-funcionário* dos países onde predomina o capitalismo desenvolvido autônomo. O resultado dessa combinação é a caricatura liberal, da qual ele não é o primeiro nem o último exemplo: sua atuação em cargos públicos — talvez a única possível, além do discurso — será pontilhada pela tentativa de concretizar a democracia liberal através da educação, armado de instrumentos e medidas autoritárias.

Outro elemento explicativo deve ser acrescentado: trata-se da própria adoção do liberalismo em países periféricos do sistema capitalista mundial. Como vimos, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo fez com que, nestes países de desenvolvimento capitalista hipertardio, como é o caso do Brasil e de outros países latino-americanos, assumir o liberalismo seja a forma de participação desses países no mercado mundial. Assim, o liberalismo, na América Latina, já nasce como *ideologia conservadora* porque é adotada pelas classes dominantes e atende às suas necessidades.

O momento histórico ao qual dedicamos este trabalho reflete, pela via educacional e pelo pensamento liberal e ação de Anísio Teixeira, a entrada do Brasil na esfera de influência do capitalismo norte-americano. Como dissemos, essa influência passa a se fazer sentir em um dos setores mais importantes para o estabelecimento da hegemonia: o aparelho escolar.

A formação liberal de Anísio Teixeira, tal como discutida neste capítulo, vai dar origem — ao nível teórico — a duas propostas principais: a escola única e a escola nova. Analisá-las será o objetivo do próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### ESCOLA ÚNICA E ESCOLA NOVA

#### 1. Introdução

Dois pontos são fundamentais no discurso teórico de Anísio Teixeira: a necessidade da construção de uma sociedade democrática e a adaptação dessa mesma sociedade a uma civilização baseada na técnica e na ciência. A educação seria um dos principais meios para se atingir esses dois objetivos. Ao lado dessas duas premissas, Anísio Teixeira fez uma série de observações críticas pertinentes, tais como: educação *por si* não produz a civilização; não seria somente a falta de escolas o problema, mas o tipo de escola existente; não seria a transplantação de sistemas escolares de outros países que resolveria nosso problema de educação; a alfabetização pura e simples além de não resolver os problemas, pode criar outros, como por exemplo tornar o indivíduo "presa das propagandas fáceis e perturbadoras" <sup>1</sup>, discussões que ainda hoje são colocadas nos termos e com sabor de novidade, em alguns círculos. <sup>2</sup>

---

1. Teixeira, Anísio, *Educação para a democracia*, Livraria José Olympio, 1936, p. 79. (As outras observações citadas também podem ser encontradas no mesmo texto).

2. "A escola deve fornecer a cada indivíduo os meios para participar, plenamente, de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna, aparelhando-o simultaneamente para compreender e orientar-se dentro do ambiente em perpétua mudança que caracteriza esta civilização. Tal escola não pode ser a simples escola de ler, escrever e contar. Cinco anos de estudo representam o mínimo de permanência escolar necessário à iniciação das crianças nas três artes fundamentais da cultura (ler, escrever e contar) e à familiarização com os aspectos fundamentais da civilização em que irão participar e de que deverão ser, pelo nosso regime democrático, os guias, ou pelo menos, os colaboradores esclarecidos".  
Idem, pp. 81-82.

Entretanto, apesar da pertinência dessas observações, advindas da sua consciência crítica e de sua inteligência, as premissas centrais acima enunciadas, são os princípios norteadores do seu pensamento, ou seja, a ótica através da qual exercitará sua consciência crítica e oferecerá sugestões para a ação e mesmo determinará a sua militância em cargos públicos.

Os pressupostos centrais de Anísio Teixeira revelavam-se elitistas; significavam que em algum momento a democracia viria a se realizar completamente<sup>3</sup> e alguém, antes que tal fato ocorresse, estaria apto a preparar gerações jovens para viver uma futura sociedade ideal. As condições nas quais tal preparação ocorreria não seriam as de uma perfeita democracia e portanto implicaria repressão e sacrifício, compasso de espera para um futuro feliz. Por outro lado, implicaria a existência de indivíduos superiores, supostamente preparados para doarem aos "desprovidos" o necessário conhecimento intelectualizado para ser este exercitado quando as condições democráticas e a Razão técnica e científica se tornassem hegemônicas. Nem Dewey, nem Anísio Teixeira inovam com essa proposição e ela leva à célebre pergunta: "quem educa os educadores"? Ou então, à proposição: "façamos a revolução antes que o povo a faça"<sup>4</sup>. Esconde

3. Quando o livro foi publicado, 1936, a situação não era propriamente democrática, como Anísio Teixeira se esforçava para acreditar.

4. Anísio Teixeira se refere à função reformista da escola exatamente nesses termos:

"É muito, dirão todos. Isso não será possível, nem realizável. Em vez de bacharéis, queremos pedir à escola a formação, em série, de pequenos Sócrates. É verdade. Nada menos do que isso. E só assim a escola cumprirá as suas funções. E só assim a escola poderá fazer, ela, a Revolução, antes que façam na rua e sem saber como. E para isso realize trabalhos exércitos de paz maiores que os exércitos de guerra: os exércitos de professores e educadores de tudo o mundo". Teixeira, Anísio, "Educação e Sociedade," in *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, V.2, julho/dezembro, 1932, pp. 237-253, p. 251

-se nessa proposta a tentativa de preservação do "status quo" e o enviesamento, acentuado pela ideologia liberal, que recusa a efetivação de um processo democrático pelos seus supostos beneficiários. Pressupõe uma elite que irá atingir "aos menos esclarecidos" para que estes atinjam a "idade da razão". Em síntese, trata-se da "ditadura educacional" à qual se refere Marcuse<sup>5</sup> e da ditadura como uma preparação para a democracia, à qual se refere Franz Neumann.<sup>6</sup>

A realização desses dois objetivos: educar para a democracia e preparar para viver em uma civilização em mudança e baseada principalmente na ciência e na técnica, levou Anísio Teixeira e aos outros ideólogos liberais da educação contemporâneos a apontar como caminhos a implantação da escola única e da escola nova, respectivamente.

---

5. "O argumento baseado no atraso histórico - segundo o qual a liberalização deve, sob as condições prevaletentes de imaturidade material e intelectual, ser necessariamente a obra de força e da administração - é não apenas o cerne do marxismo soviético, mas também dos teóricos da "ditadura educacional", de Platão a Rousseau. É facilmente ridicularizável, mas de difícil refutação, porque tem o mérito de reconhecer sem muita hipocrisia, as condições (materiais e intelectuais) que servem para impedir a auto-determinação genuína e inteligente.

(...) A libertação dos escravos parece vir de fora e de cima (...) Eles tem que ser "forçados a ser livres", a "ver os objetos como estes são e algumas vezes como deviam parecer" devendo-ser-lhes mostrado o "bom caminho que buscam", Marcuse, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Trad. Giasone Rebuá, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1973, p. 55.

6. Neumann, F. *O estado democrático e o estado autoritário*. Org. Herbert Marcuse, Trad. Luiz Corção, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969, p. 273. O autor se refere a uma possibilidade, sem desdobrar a idéia: "As ditaduras pode ser preparação para a democracia, e aí podemos falar de uma ditadura educativa", op. cit., p. 273.

## 2 - ESCOLA ÚNICA: Democratização da educação ?

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento assinado pelos principais educadores da época à qual nos reportamos, traz explícita a importância atribuída à introdução da escola única, sob os auspícios do Estado, como fórmula democratizadora:

"Assentado o princípio do Direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única", que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais". 7

As contradições do texto são hoje evidentes, assim como a visão positiva do Estado, característica do liberalismo conservador. Se a pretensão era abolir a desigualdade de oportunidades através da escola, isso seria inviável desde que não se alterassem as condições sociais que provocavam as desigualdades. Os pioneiros da educação nova percebiam na "estrutura social" a origem da manutenção de parte da população em

---

7. "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932) in Fernando de Azevedo, *A Educação entre dois mundos, Melhoramentos, 1ª edição, 1958, p. 66.*

"condições de inferioridade econômica", mas considerava a escola única um instrumento válido para eliminá-la. A negação dessa possibilidade aparece no texto que se segue imediatamente ao acima citado:

(...) "Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; (...)" 8

A posição ambígua, assumida pelos pioneiros da educação nova surge ao se constatar que acreditavam estar se dirigindo para uma "socialização" através da reforma educacional, sem alterar as bases e mesmo aceitando as regras do jogo capitalista: tratava-se de harmonizar interesses sociais e individuais, ou seja, uma posição característica do liberalismo conservador.

"... Mas a escola socializada não se organizou como um meio essencialmente social senão para transferir do plano da abstração ao da vida escolar em todas as suas manifestações, vivendo-as intensamente, essas virtudes e verdades morais, que contribuem para harmonizar os interesses individuais e os interesses coletivos". 9

Fernando de Azevedo, e os outros ideólogos que endossaram o manifesto, acreditavam estar enfatizando uma posição anti-capitalista a qual, hoje revista, é considerada como anti-capitalismo de elite<sup>10</sup>, expressão de Roberto Schwartz, aceita

8. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, op. cit., p.67

9. Idem, p. 65 (grifo meu).

10. Mota, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira*, (1938 - 1974), São Paulo, Editora Ática, 1977, p. 77.

por C. Guilherme Mota. Este último autor qualifica como "democrático liberal" o pensamento de Fernando de Azevedo.<sup>11</sup>

O fato de existir uma preocupação, no discurso do Manifesto e na proposta da escola única em particular, no sentido de minimizar os efeitos do individualismo e do próprio capitalismo, não altera a objetividade dos fins visados pelos ideólogos da escola nova, o qual seria, em última instância, aumentar a produtividade através da melhor qualificação técnica para o trabalho e portanto, reforçar a suposta estrutura social emergente: o capitalismo industrial.

*"A nova política educacional, rompendo, de um lado, contra a formação excessivamente literária de nossa cultura, para lhe dar um caráter científico e técnico, e contra esse espírito de desintegração da escola, em relação ao meio social, impõe reformas profundas, orientadas no sentido da produção e procura reforçar, por todos os meios, a intenção e o valor social da escola, sem negar a arte, a literatura e os valores culturais".* 12

Para Anísio Teixeira, a função distribuidora da escola era um fato evidente. Caberia a ela distribuir os homens pelas diferentes ocupações e fazer com que para tanto, tivessem o melhor preparo possível.<sup>13</sup> Ele não estava errado quando afirmou: "Hoje todos têm que produzir"<sup>14</sup>, mas não se questionou sobre os resultados da produção, a quem ela beneficiaria ou se os produtores teriam condição de consumir ou se beneficiar daqui-

11. Idem, p. 76.

12. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, p. 72/73.

13. "Considera a educação nos seus objetivos presentes, ela importa em plano de redistribuição dos homens pelas ocupações. A sua função é a de prepará-los pela aquisição de conhecimentos e práticas de natureza técnica, para os diversíssimos tipos de trabalho de vida atual". Teixeira A, *Educação para a democracia*, p. 25.

14. Idem, p. 28.

lo que produziram. Repete-se em Anísio Teixeira, nessa época, a teoria pluralística de Dewey, que o impede de perceber os fatores estruturais que definiriam a situação da época. E, para ele, assim como para Dewey, a democratização da participação na ciência e na técnica seriam os elementos vitais para se alcançar um novo estágio no progresso da civilização.

A escola única seria o instrumento para se operacionalizar a supressão da desigualdade ou para se equacionar a sociedade aberta.<sup>15</sup>

Anísio Teixeira praticamente não emprega a expressão *escola única*. Prefere *escola progressiva* e depois *escola comum* ou *escola pública* (obrigatória e gratuita).

A visão ampla do problema educacional brasileiro será a tônica do discurso de Anísio Teixeira em época posterior, quando vê que a escola serve para "classificar" os alunos.<sup>16</sup> No início de sua carreira, época que mais nos interessa, Anísio Teixeira marca sua passagem pela amplitude dos temas abordados em seu discurso e pela especificidade de sua ação, quando à frente

15. "A técnica se terá identificado, então, com uma verdadeira cultura e desaparecerá o dissídio atual entre a cultura de ontem e a técnica, ainda muito mecânica, de hoje. As escolas conquistarão uma nova unidade e a educação se enriquecerá com o espírito de uma nova, uma outra civilização, íntegra e harmoniosa, como foram harmoniosas e íntegras as grandes civilizações de outros tempos". Teixeira, A., *Educação para a democracia*, p. 29.

16. "Mas são, por força da tradição, escolas que "selecionam", que "classificam" seus alunos. Passar pela escola, entre nós, corresponde a especializar-nos para a classe média ou superior". Teixeira, A., *Educação não é privilégio* Companhia Editora Nacional, São Paulo, 4ª edição, 1977, p. 22, Trecho de uma conferência pronunciada em setembro de 1956, no Primeiro Congresso Estadual de Educação Brasileira, Ribeirão Preto, São Paulo.

de cargos públicos. Na fase posterior ao Estado Novo sua posição é clara de defesa da *escola pública, obrigatória e gratuita* escola comum a todos, embora reconhecendo, e sem intenções de a eliminar, a sociedade de classes e sua desigualdade intrínseca. A formação inicial comum seria uma forma de "aproximação social e destruição de preconceitos e prevenções".<sup>17</sup> Sem negar todo empenho que Anísio Teixeira colocou durante toda sua vida na análise dos problemas e na tentativa de soluções educacionais, tratava-se realmente de objetivos que seriam perfeitamente aceitáveis pela classe dirigente se não atravessássemos uma fase de escalada autoritária, que eliminava a participação política; ao nível econômico, uma situação na qual não seria necessário educar a todos, mesmo porque não haveria emprego para tantos. Os interesses de liberais e do Estado coincidiam ao ver na educação um canal de ascensão e de abertura entre as classes, mas divergiam quanto à possibilidade de participação na vida política.

Anísio Teixeira defendia a reforma da escola como sendo uma das vias da eliminação da desigualdade entre as classes, através de argumentos perspicazes os quais demonstravam o limiar em que sua consciência estava e que ele não conseguiu ultrapassar. Refere-se por exemplo às vantagens experimentadas pelos filhos dos intelectuais e dos ricos em relação ao aproveitamento escolar.<sup>18</sup> Embora analisasse adequadamente os efeitos, Anísio Teixeira não via na manutenção da sociedade de classes

---

17. Idem, *ibidem*, p. 72.

18. "Crianças, filhas de intelectuais ou de homens educados e ricos, com um ambiente doméstico e social avançado, rodeados de livros, de revistas, de sugestões de toda ordem para lerem, aprenderem por si e assim se educarem, a elas não será de admirar que baste a escola *suplementar* a ação do lar, tomando a si apenas a tarefa de incidi-las nos segredos da leitura, da escrita e dos cálculos simples. O mais fará a própria educação de casa." Teixeira A. *Educação para a Democracia*. p.77 (grifos do autor)

a manutenção das causas. Ao contrário, a escola comum possibilitaria a superação dessas diferenças, desde que propiciasse à "criança do povo", o mesmo ambiente encontrado em casa pelas crianças privilegiadas.<sup>19</sup> Outro ponto que demonstra os limites de sua consciência é a utilização do termo "aparelho" educacional, hoje tão difundido e aceito dentro de certa perspectiva teórica.

O discurso de Anísio Teixeira, à época da qual nos ocupamos, é marcado pela ênfase na necessidade de proporcionar as mesmas oportunidades educacionais a todos. Entretanto, o desdramamento por ele feito, dessa proposição mais geral revela as ambiguidades da proposta em si e também do pensamento do autor. A operacionalização de seus objetivos torna transparentes o viés liberal de seu pensamento, marcado pela tradição burocrática e também os limites de sua consciência. Revelará também os limites da situação concreta e as possibilidades de concretização da proposta, caso Anísio Teixeira tivesse sido coerente ao relacionar teoria e prática. A falta de coerência do autor liga-se à gênese de sua formação liberal, realizando sua prática num solo social e político autoritário.

A realização da escola comum implicava, para Anísio, em promover a flexibilidade de escolha, na escola secundária, de forma a atender às aptidões e interesses "que nascem do intercurso da personalidade do aluno com o meio ambiente".<sup>20</sup> Dada

---

19. "Essa criança do povo deve e precisa ter na escola mais alguma coisa do que o ensino a toque de caixa de leitura, escrita e contas. Precisa encontrar, ali, um pouco daquilo tudo que as mais aquinhoadas da fortuna geralmente têm nas próprias casas: um ambiente civilizado, sugestões de progresso e desenvolvimento, oportunidades para *praticar* nada, menos do que uma vida melhor, com mais cooperação humana, mais eficiência individual, mais clareza de percepção e de crítica e mais tenacidade de propósitos orientados". Idem, *ibidem*, pp.77-78. (grifo do autor).

20. Teixeira, A., *idem*, p. 105.

a colocação do próprio Anísio, sobre a diferença de ambientes (privilegiados e pobres), essa escolha certamente não seria livre. A expansão da escola secundária deveria ainda, através de sua unidade de propósito geral e sendo articulada ao ensino primário, atender a dois objetivos: "satisfazer a necessidade democrática de oferecer o máximo de oportunidades educativas ao brasileiro e, por outro lado, dar às diferentes classes, "um certo sentido de equivalência ou identidade de prestígio social".<sup>21</sup> A diversificação dos cursos, a expansão das escolas secundárias, a articulação com o ensino primário, como forma de democratização da educação, seriam alguns dos caminhos para se eliminar a *dualidade* entre o ensino acadêmico e o ensino profissional. Entretanto, essa mesma *dualidade* seria eliminada, através da *unidade de objetivos* mas não através da *uniformidade das escolas*.<sup>22</sup> Uma vez que continuariam a ser mantidos diferentes tipos de escolas para formar pessoas com diferentes tipos de "aptidões" e capacidades, o que se poderia concluir é que seria eliminada a *dualidade* pela *pluralidade* e não pela *escola comum*, ou única, como o autor declarava. Ou então seria esse o verdadeiro sentido de *escola comum*: *compor-se de várias escolas diferente entre si*. Seria mantida *nessa diversidade*, o fato de alguns chegarem à Universidade e outros não.<sup>23</sup> Entretanto, ao assumir a direção da instrução

---

21. Idem, *Ibidem*, p. 106. (grifo nosso)

22. Idem, *Ibidem*, p. 110.

23. Baudelot, Christian e Establet, Roger, *L'école capitaliste en France*, Paris, Maspero, 1971, pp. 42-43. Segundo Establet e Baudelot, justificativa para a reforma do aparelho escolar, - a unidade de objetivos e diversidade das escolas - não muda o fato de se ter *dois canais* ou duas redes de escolarização, mas muda a *forma de sua realização*.

pública do Distrito Federal, uma das falhas mais graves por ele apontadas, foi exatamente a diversidade das escolas e a falta de um controle central e de uniformidade, onde reinava uma "despropositada autonomia".<sup>24</sup>

Torna-se necessário ressaltar aqui os objetivos, para Anísio Teixeira, da escola primária, secundária, pré-escolar e rural e ainda, da Universidade, nas condições brasileiras da época.

A tarefa de destacar os pontos centrais das idéias de Anísio Teixeira, nos textos dessa época, é complexa, dada a dispersão e diversidade dos diferentes aspectos por ele abordados. Dessa forma, é preciso distinguir, aquilo que ele (e outros liberais) entende por escola *comum* e o que entende por escola *para todos*. Essa separação é importante na medida em que o emprego de um ou outro termo será a forma que o autor encontra para realizar o que pretende fundamentalmente: a democratização da escola. A esse ideal corresponderia a escola comum. Entretanto, dada a diversidade da população, dada a diversidade entre as regiões brasileiras, a inviabilidade da proposta surge para o autor mas, não querendo negá-la, contorna-a propondo a escola *para todos*, que não significa necessariamente escola *comum*.

---

24. "É evidente que as escolas, entregues exclusivamente às suas diretoras e, em cada distrito, a um inspetor, constituíram, dentro do sistema escolar, outros tantos sistemas. Todos os problemas eram resolvidos dentro das possibilidades de cada escola, sem relação com as demais e quase sem controle central. Havia - e aí se focaliza a principal dificuldade oposta aos serviços centrais - uma despropositada autonomia, que só raramente, por exceção podia ser salutar". Teixeira, A., "O sistema escolar do Rio de Janeiro, D.F. (Relatório de um ano de administração)" in *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, V.2 (3 e 4) jul/dez 1932, p. 325.

O emprego de um ou de outro termo também se relaciona a uma outra limitação da escola comum. Este conceito envolve, intrínsecamente, para Anísio, a adaptação do indivíduo "ã civilização baseada na ciência e na técnica", ou seja, uma educação para sociedade capitalista urbano-industrial.

Ao tentar pensar concretamente a efetivação da proposta, evidencia-se para o autor, a base rural da sociedade brasileira da época. Sem retirar esta conotação limitadora de seu conceito de escola comum, principalmente porque ele espera que todas as esferas da vida social venham se basear na ciência e na técnica<sup>25</sup>, mais uma vez ele se apoia, no conceito de escola *para todos*, e não *escola comum*.

Ainda outro problema deve ser colocado para que seja entendida a ambiguidade do termo *escola comum*: as ameaças que a *uniformidade* apresentam para um liberal. Entre estas está a impossibilidade de experimentação e a limitação, implícita, à liberdade individual, valor inestimável ao liberalismo, ainda que redefinido do ponto de vista conservador ao qual Anísio se filiava.

O que se pode observar, portanto, através dos objetivos da escola em seus diferentes níveis, das deficiências principais das escolas brasileiras e das soluções que Anísio propõe, é uma limitação progressiva ao *conceito de escola comum*, que Anísio contorna com a substituição daquele pelo conceito de escola *para todos*.

---

25. "O problema brasileiro é o de readaptar a civilização ocidental ao nosso meio e às nossas condições. Essa civilização é uma civilização de ciência e de técnica. Precisamos desses instrumentos. Seria muito longo inventá-los ou reinventá-los por nós mesmos. Teixeira, A., *Educação para a democracia*". p. 34.

Temos então que, em relação ao *papel* da escola, dois pontos são fundamentais:

- 19) Preparar técnicos<sup>26</sup> — este papel pode ser desdobrado em outros que se tornam quase que subprodutos desse papel e *papéis* em si mesmos: integrar o indivíduo na civilização baseada na ciência e na técnica e ainda substituir a influência e o poder ideológicos da Igreja pela secularização do ensino que deveria ser controlado pelo Estado;
- 29) Educar para a democracia — atribuir este papel à escola significava aspirar que ela não somente formasse o cidadão para conhecer seus direitos democráticos como também significava que ele seria um instrumento de aperfeiçoamento da própria sociedade democrática e ainda que teria sido oferecidos ao indivíduo a igualdade de oportunidades educacionais para que ele pudesse ascender na escala social, supostamente aberta aos mais dotados e mais dedicados. Significava educação comum e para todos.

A escola elementar, primária, é o primeiro ponto onde os papéis da escola começam a apresentar dificuldades de operacionalização. A primeira limitação à *escola comum*, entendida em seus dois papéis é a divisão cidade-campo. Caberia à escola ele

---

26. "Da iminência de um ponto de vista geral, logo veremos como as escolas, sejam primárias, secundárias ou superiores, se devem articular dentro do mesmo espírito, para uma preparação de técnicos em todos os graus e ramos, destinados a servir a um período da idade humana de base profundamente científica e caracterização acentuadamente técnica", Idem, *Ibidem*, p. 31.

mentar<sup>27</sup>:

- manter o aluno na escola, evitando a evasão escolar; (p. 74)
- ter um período mínimo de cinco anos de escolarização efetiva; (p. 82)
- evitar o ensino acadêmico e livresco; (p. 90)
- ensinar a ler, escrever e contar, criando um ambiente propício na escola, para aqueles alunos que não o tem em casa; (p. 78)
- formar a inteligência e o caráter; (p. 90)
- adaptar o indivíduo ao meio em que vive; (p. 80)
- renovar, consolidar e retificar os "costumes, hábitos e idéias, que se vão introduzindo na sociedade pela implantação de novos meios de trabalho e novas formas de civilização". (p. 81)

Com relação a esta última função da escola elementar, o próprio Anísio reconhece sua limitação:

"Se, para todo o Brasil, com suas profundas desigualdades sociais, econômicas e geográficas, não é ainda generalizável, talvez, tal conceito da escola para seus centros adiantados, é indiscutível que ele se aplica." 28

Admitindo explicitamente a necessidade de diferenciação entre educação urbana e educação rural, Anísio expõe os motivos:

---

27. Procuramos agrupar sinteticamente as funções e características da escola, em seus diferentes níveis. Por esse motivo colocamos apenas o número da página onde podem ser encontradas no livro *Educação para a Democracia*. Faremos uso da nota de rodapé apenas quando a citação for idêntica.

28. Teixeira, A., *Educação para a democracia*, p. 81.

- "a) diversidade entre o meio físico da cidade e do campo;
- b) diversidade entre o meio econômico e social da cidade e do campo;
- c) consequente diversidade entre a experiência ou psicologia do povo da cidade e do campo". 29

Embora manifestasse uma preocupação maior com a "educação urbana"<sup>30</sup> e escamoteasse o problema de classes, a evidência de ser a grande maioria da população do Estado (75%) constituída de "elementos rurais ainda primitivos"<sup>31</sup>, Anísio não se furta a estabelecer as funções da escola rural:

- "a) suprir as deficiências mais sensíveis do meio rural (saúde, vida social, vida recreativa, vi da cívica);
- b) utilizar inteligentemente os recursos especiais da vida rural para a educação (contato com a natureza, experiência industrial direta, etc.);
- c) realizar tudo isso dentro das limitações de organização". 32

Um dos objetivos que Anísio tinha em mente ao atribuir essas funções à escola rural era evitar o abandono do campo, adaptando o indivíduo ao meio.<sup>33</sup> E essa "adaptação" seria mais

---

29. Idem, *Ibidem*, p. 97.

30. "Tenhamos, talvez, um pouco menos de pressa em relação à educação rural, que é acima de tudo um problema de progresso e de riqueza, e voltamo-nos para as demais organizações escolares de que dependem os brasileiros". Idem *Ibidem*, p. 33 (grifos meus)

31. Idem, *ibidem*, p. 93.

32. Idem, *ibidem*, p. 98, Ver também, p. 100.

33. Idem, *ibidem*, p. 98.

um limite à escola comum uma vez que, ao constatar as principais deficiências da escola rural existente, Anísio aponta a idade em que a escolarização ocorre e seus efeitos:

"A escola rural é frequentada pelas crianças de 8, 9 e 10 anos. A vida consecutiva dessas crianças desfaz tudo que a escola, por acaso, lhes tenha ensinado." <sup>34</sup>

Ao discriminar os passos a serem seguidos para que a escola rural viesse a cumprir suas funções, fica então nítida a ampla diferença entre *escola rural* e *escola urbana*, destacando-se no caso da primeira, a maior ênfase na educação dos adultos, o atraso no início da escolarização das crianças e a preocupação de expandir a cultura urbana. Senão vejamos:

- "1 - A escola terá duas sessões de três horas por dia e uma noturna de duas horas, com um programa de leitura e escuta e ensino prático de aritmética, agricultura, artes domésticas e saúde;
- 2 - As crianças entrarão para a escola com a idade de 11 anos. A sessão noturna será para adultos e sempre que houver adultos em número suficiente para preencher uma das sessões diurnas deverá lhes ser dada preferência sobre as crianças;
- 3 - Cada escola deverá ser aparelhada com pequena biblioteca de livros úteis e práticos, acessíveis a todo o mundo. Essa biblioteca constitui parte essencial da escola. Que vale ensinar e ler, se não há o que ler?
- 4 - Logo que possível a escola deverá ter um aparelho de rádio. Da capital, por meio dos seus órgãos educacionais e culturais, seria então, regularmente irradiado um programa educativo adaptado às condições sertanejas;

---

34. Idem, *ibidem*, p. 99.

- 5 - Logo que possível a escola possuirá um aparelho cinematográfico para exibição de filmes e educativos;
- 6 - A escola organizará um clube de meninos e meninas, que já a tenham frequentado para que continuem sua educação;
- 7 - A preocupação pela educação do adulto será a predominante na escola rural, até que o seguinte objetivo seja atingido: formação de um hábito geral de leitura no seio da população e de aplicação de informações colhidas nas leituras no aperfeiçoamento do modo de viver de cada um" 35

O maior problema, entretanto, situava-se na escola secundária, a qual Anísio identificava com propriedade, como um dos pontos principais da divisão entre a clientela escolar. Ele vê na expansão, diversificação e na flexibilidade da escola secundária a forma de sua democratização. Entretanto, os limites dessa reforma são evidentes ao serem *precisados*: as deficiências da escola existente, os objetivos da escola e a circunscrição do público ao qual ela se destinaria: escola para adolescentes.<sup>36</sup> Os alunos da escola rural estariam, por definição, excluídos da escola secundária, uma vez que deveriam começar o primário aos 11 anos, como já foi observado. Vejamos, porém, quais seriam as características principais da escola secundária.

---

35. Teixeira, A., *Educação para a democracia*, p. 102. (Grifos meus).

36. Referindo-se ao ensino secundário: "ensino funcionalmente adaptado aos adolescentes, em geral: o ensino que se deve ministrar aos indivíduos de 11 a 18 anos, de acordo com suas capacidades e interesses próprios". Teixeira A., *Educação para a democracia*, p. 104.

As principais deficiências da escola secundária existente, apontadas por Anísio:

- 1 - Centralização administrativa - tal como vinha sendo entendida pelo Governo Federal: "meio de se assegurar a *unidade* da educação mas também a *uniformidade* de toda ela." <sup>37</sup>
- 2 - Concepção dualística da educação - crítica o caráter livresco da educação secundária e a destinação das escolas profissionais: "escolas para pobres e desafortunados". <sup>38</sup>
- 3 - Organização sem finalidade nítida - critica a ausência de unidade de plano. <sup>39</sup>
- 4 - Métodos de ensino: ensino livresco e repetitivo, sem "discriminação do que é ou não importante, do que interessa ou não o aluno, do que tem ou não *utilidade*". <sup>40</sup>
- 5 - Exames - "De fato, a escola só existe para os exames. Os cursos são puramente uma *preparação* para as provas livrescas e formais, do fim do ano". <sup>41</sup>

Em outro capítulo Anísio define a finalidade, o objetivo social da educação secundária e alguns meios necessários para a sua transformação.

---

37. Idem, *ibidem*, p. 91 (Grifos meus).

38. Idem, *ibidem*, p. 91.

39. Idem, *ibidem*, p. 91.

40. Idem, *ibidem*, p. 92.

41. Idem, *ibidem*, Cap. VI - "A educação secundária", pp. 103-

*Finalidade Geral da escola secundária:*

- escola para adolescentes (indivíduos de 11 a 18 anos).<sup>42</sup>

*Objetivo Social:*

"preparar quadros médios de cultura técnica e geral para todos os tipos de trabalho, inclusive o intelectual".<sup>43</sup>

*Meios:*

- "estender o mais possível as facilidades de educação secundária"...
- "organizar o sistema de escolas secundárias com a maior flexibilidade possível, para prova uma escolha rica e livre, de acordo com as aptidões e interesses"...<sup>44</sup>

Esta reorganização implica a eliminação da dualidade entre educação profissional para o povo e educação acadêmica, "para os que presumem não ser povo ou não o querem ser".<sup>45</sup>

- Descentralizar a administração, o que significaria resguardar a unidade de objetivos e finalidades, sem obrigar à uniformidade de todas as escolas:

"A administração central seria, assim, um órgão de fiscalização estimuladora do ensino, emitindo, de preferência, a ordens, sugestões aos professores e diretores das escolas".<sup>46</sup>

---

42. Idem, *ibidem*, pp. 104-105.

43. Idem, *ibidem*, p. 105.

44. Idem, *ibidem*, p. 105.

45. Idem, *ibidem*, p. 105.

46. Idem, *ibidem*, p. 111. (grifos do autor)

- Proporcionar formação especializada ao professor secundário, entendida da seguinte forma:

"O estudo da matéria e o estudo da teoria da educação e dos métodos devem ser perfeitamente integrados, dando-se mais relevo ao ensino da matéria sob o ponto de vista do professor e do ensino, do que aos usos gerais de educação".  
(47)

#### *Educação pré-escolar*

##### *Problemas principais:*

- Falta de recursos públicos e pobreza do meio ambiente. (pg. 64)
- estágio dos estudos sobre as crianças: necessário evitar conclusões científicas apressadas. (pg. 65)

##### *Objetivos:*

- educação dos hábitos fundamentais, direção hábil do temperamento e dos impulsos emocionais, o lançamento das bases da disciplina da vida, com seu ritmo inevitável de trabalho, condicionado por forças alheias à nossa vontade e de jogo, no período de franca expansão pessoal.
- a correção, por fim, de disposições, atitudes e hábitos — tudo se pode fazer nessa fase pré-escolar e, o que é mais grave, talvez somente nessa fase".<sup>48</sup>

---

47. Idem, *ibidem*, p. 111 e 113.

48. Idem, *ibidem*, p. 61-62.

*Solução proposta:*

Educar no lar, com a criação de círculos de mães:

"dar aos pais e às mães uma iniciação na ciência de observar e estudar as crianças, para poder educar e, depois, acompanhá-las, inteligentemente, na educação escolar". 49

Não pensava propriamente em criar escolas pois, não haveria recursos. Somente em casos muito necessários em virtude de problemas graves dos pais. Ainda assim seriam escolas experimentais. (p. 69)

*Universidade*

*Funções:*

"Manter uma atmosfera de saber pelo saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente. O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nossa geração, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem". 50

---

49. Idem, *ibidem*, p. 67.

50. Idem, *ibidem*, p. 124.

- socializar a cultura e os meios para adquiri-la.  
(p. 129)
- formar o quadro de intelectuais, de servidores da inteligência e da cultura, e professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos. (p.127)

*Condição indispensável*

- livre circulação de idéias (p. 129): terá ela (a Universidade) nenhuma "verdade" a dar a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente." Comenta sobre aqueles que são contra a "liberdade de cátedra", rotulando-os de "reacionários" (p.130) e chamando também de "matusalênica" o seguinte tipo de linguagem:

"'A profunda crise moderna é sobretudo uma crise moral'. 'Ausência de disciplina'. 'De estabilidade'. 'Marchamos para o caos'. 'Para a revolução'. 'É o comunismo que vem aí'. Falam assim hoje. Falavam assim, há quinhentos anos".  
(p. 131)

Anísio Teixeira declara, diversas vezes <sup>51</sup>, reconhecer a ligação entre a evolução histórica dos diferentes países e os correspondentes tipos de escolas. Entretanto, a sua proposta para a educação brasileira objetivava a reprodução da escola pública americana. Se esta afirmação não for válida naquilo que se refere à forma, (e ele realmente procurava, ao operacionalizar as finalidades, se basear em dados empíricos referentes à realidade brasileira), é inegável a similaridade da proposta em sua finalidade última — escola para todos. As conse-

---

51. Ver, por exemplo: "Relatório de um ano de administração - (1932)", p. 311, e *Educação para a Democracia* (1936), pp. 73 e 82.

quências dessa incoerência é o que procuraremos verificar, à luz dos objetivos da escola em seus níveis primário, secundário, universitários e da escola rural, como foram propostos por Anísio Teixeira e por nós reproduzidos acima. Em última análise, nem reproduziria as "public schools", nem atenderia às necessidades da população.

Ao admitir a validade de dois pontos incongruentes — escola para todos e adaptação à realidade brasileira, — Anísio Teixeira transfere para as soluções que propõe a inviabilidade da proposição. O que se pode perceber, ao nível do discurso, é que suas propostas procuram nivelar as diferenças que impossibilitariam a verdadeira escolarização comum, através de mecanismos que conservariam os diferentes grupos sociais em suas posições, fornecendo-lhes a escolarização suficiente para aparentar a igualdade de oportunidades. Na realidade, a articulação entre os diferentes tipos de escola secundária manteria aberta a escada para a ascensão social. Esta se tornaria, então, *possível* mas em realidade muito pouco *provável*. Os poucos privilegiados viriam a constituir a exceção e esta legitimaria, como o faz até nossos dias, a teoria da democratização através da igualdade de oferta de oportunidades escolares, ou seja, canal aberto para todos. Aperfeiçoa uma das principais funções da escola no sistema capitalista: dissimular a desigualdade.

A escola comum americana está ligada realmente, como o próprio Anísio Teixeira já percebia, à evolução geral do país. A viabilidade da escola comum relaciona-se, nos Estados Unidos, à menor desigualdade social e financeira entre a maioria da população da colônia americana. Este ponto foi assinalado por Wright Mills, referindo-se especificamente ao problema educa—

cional. Ao relacionar a aceitação, por parte dos professores das escolas públicas, do pragmatismo de Dewey, Mills reporta-se à origem da escola pública, às necessidades dos professores, e ao caráter quase único da presença de um único canal escolar para as diferentes classes. Será útil a apresentação dessas observações.

Embora com certas reservas<sup>52</sup> Mills considera os Estados Unidos praticamente o único país onde o sistema educacional apresentou a oportunidade de um só caminho para a universidade, desde os mais baixos níveis da escolarização. Não existiu aristocracia nos Estados Unidos e isso permitiu o florescimento de instituições democráticas naquele país. Entre essas instituições encontravam-se as "public schools". O sentido de "público" aqui refere-se à manutenção da escola pela população e não pelo Estado:

*"A ausência de nobreza oligárquica rural, de interesses clericais ou de interesses militares enraizados, permitiriam-lhes adotar uma solução prática. As 'classes baixas', incluindo-se fazendeiros pobres, eram emancipadas; tinham um certo excedente econômico e estas características, mesmo na primeira metade do século XIX, facilitou-lhes o estabelecimento de escolas públicas; tanto no leste industrial como nos estados do oeste as 'public schools' aumentaram. Por algumas razões o empuxe não foi para escolas confessionais nos níveis elementares.<sup>53</sup>*

As dificuldades para manutenção de escolas

---

52. Mills remete o leitor aos seguintes textos, para entendimento das limitações de suas afirmações: G.S.Counts- *The Selective Character of American Secondary Education*, "Supplementary Educational Monographs", nº 19, University of Chicago Press, 1922 e do mesmo autor, *Education and Industrialism*, Harvard University Press, 1929. Cf. Mills, W.C., *Sociology and Pragmatism*, N.York Oxford University Press, 1966, p. 54. (Nota 9 do primeiro capítulo)

53. Mills, W.C., op. cit., p. 343.

que trabalhassem segundo os diferentes credos — alto custo — levou à secularização das "public schools", solução mais racional, adequada ao espírito capitalista.

Um outro aspecto, derivado da origem das escolas, foi tornar efetiva a relação entre escola e comunidade: criação e manutenção direta da escola pela população tornou real a participação da população nas decisões: municipalização e descentralização. A expansão muito rápida das oportunidades educacionais, iniciada no século XIX colocou os Estados Unidos em posição privilegiada, no que se refere à educação, no começo do século XX: em 1890 as escolas superiores eram consideradas privilegio para formar profissionais e "em 1928, eram generalizadas para absorver todos os que se preparavam para diversas atividades"<sup>54</sup> Essa mesma expansão tornou instável a situação educacional: dada a origem da escola a partir da sociedade civil (e não do Estado) e dada a sua correspondência com uma situação de expansão da industrialização, procedimentos rotineiros não satisfaziam: na verdade, a experimentação era o procedimento mais adequado. Mills nos mostra que essa instabilidade da situação educacional e a estreita relação da escola com a comunidade eram o caldo de cultura necessário para levar os professores a adotar uma filosofia experimental e um procedimento pragmático.<sup>55</sup>

---

54. Mills, W.C., op. cit., p. 343.

55. "Em uma situação educacional mais estável, a rotina poderia ter sido satisfatória, mas uma situação como a que existiu nos Estados Unidos era perfeita para uma filosofia "experimental" sem muito respeito pela "tradição"; mas dada a posição dos professores na comunidade, ela não poderia ser muito "experimental". Tinha que ser "prática" no sentido da perfeita segurança política, mas os procedimentos não poderiam obedecer à rotina ou à doutrinas e procedimentos sustentados autoritariamente. Os membros da profissão emergente que enfrentaram diretamente estes problemas de desenvolvimento formaram o público que devorou a filosofia educacional de J. Dewey" Mills, op. cit., p. 343.

Esta digressão sobre a "escola única" americana serve a nosso propósito de mostrar como o desligamento da análise da escola do contexto global onde ela surge, das necessidades às quais atende, o seu desligamento da posição econômica do país onde ela evolui, torna artificial qualquer proposta. Nesse sentido é que as soluções apresentadas por Anísio Teixeira, mesmo ao nível do discurso, revelam-se paliativos, na melhor das hipóteses. Ao nível da prática, as limitações obviamente serão maiores.

É importante reter que, colocadas artificialmente, tanto no sentido das necessidades das classes dominantes, como em relação às exigências das classes menos privilegiadas, rurais e urbanas <sup>56</sup> essas proposições revelavam um propósito reformista: tratava-se de modernizar o existente, em termos de funcionamento e clientela a ser atendida. Ao nível ideológico, cumpriam a necessidade de iniciar a transferência efetiva para a escola do papel antes desempenhado pela Igreja: aparelho ideológico do Estado e instrumento de aumento da produtividade. Anísio Teixeira não tinha entendido qual tipo de industrialização ocorria no Brasil mas entendera perfeitamente o papel da escola dentro do capitalismo industrial <sup>57</sup>, ou seja, o papel de principal apare-

---

56. "Já em suas origens, as idéias de educação popular se colocavam, assim, muito além das possibilidades de realização da sociedade brasileira - mas, por isso mesmo, desde estes primeiros tempos, sob a influência destas idéias, a ação educativa do poder público no campo do ensino popular colocou-se sempre a frente das solicitações educacionais das comunidades. As idéias de educação popular e as tentativas de sua implantação no Brasil não aparecem, pois, como um produto da emergência de aspirações educacionais entre os habitantes, estas aspirações, pelo contrário, é que deveriam ser criadas ou estimuladas pelo poder público. É algo que as "elites responsáveis" pela evolução da sociedade se propunham levar às massas incultas do país". Beisegel, Celso de Rui, *Estado e Educação Popular*, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1974, pp.47-48. (grifos do autor).

57. De acordo com Althusser, a passagem do feudalismo para o capitalismo implicou a substituição da Igreja pela Escola, na posição dominante entre os aparelhos ideológicos do Estado. Althusser, L., *Escritos* Editorial Laia, Barcelona, 1975, pp. 134-135.

lho ideológico de Estado, aliado à Família.

Vimos até aqui que a Escola única não seria a solução para uma sociedade democrática dos seguintes pontos de vista: ao nível do discurso, ao nível da formação social concreta, através do paradigma americano. Veremos a seguir, como, ao nível da operacionalização, ela se tornou ainda mais distante de seus objetivos.

Dentro do período que estudamos, um exemplo significativo do trabalho, de Anísio, ao nível das instituições, é a direção da Instrução Pública do sistema escolar do Rio de Janeiro. O relatório de um ano de trabalho revela a passagem do discurso à prática. Na verdade, distingue-se em Anísio Teixeira três níveis de trabalho: o primeiro é o nível do discurso sobre temas genéricos como Educação, Escola, Filosofia, onde os princípios liberais são por ele seguidos o mais fielmente possível. O segundo nível é aquele de temas específicos, onde ele procura *discursar* sobre a aplicação da teoria à prática: nesse nível já é possível se detectar um afastamento dos grandes princípios e uma necessidade maior de justificar essa defasagem (foi o que tentamos demonstrar ao reproduzir seu discurso sobre objetivos e deficiências da *escola* secundária, etc. — quando ele fala educação mas *pensa* sobre escola). O terceiro nível é o da *prática* onde a defasagem do primeiro nível é a mais acentuada (e esta *prática* será aqui, ainda, analisada ao nível do *discurso*). Esta defasagem, ao nível da prática não significa, porém, negação dos princípios declarados quando aborda temas amplos. Significa, a *afirmação* dos mesmos, naquilo que eles têm de representação. Ao afirmá-los, não se pretende cum-

*prí-los*, mas mascarar uma situação cujo conteúdo real se revela na prática.<sup>58</sup>

O relatório que Anísio Teixeira escreve sobre o primeiro ano de sua administração no Rio de Janeiro é uma expressão clara do conteúdo objetivo de suas proposições e oferece uma transparência maior em relação às suas obras "doutrinárias". Parte novamente dos "princípios e conceitos gerais", e propõe, a partir destes, sua solução reformadora para o "aparelho escolar" tradicional. (Convém notar Anísio Teixeira o usa constantemente o termo "aparelho", aqui derivado de uma visão instrumentalista).

A condição de "aparelho de seleção de uma elite semi-letrada"<sup>59</sup> da escola tradicional deveria ser superada pela expansão de um tipo de escola que não se constituísse em instrumento elitizante "a priori", mas que iria se revelar "instrumento elitizante a posteriori". Não só isso, como também instrumento da industrialização, fato que Anísio Teixeira mostra explicitamente no final do relatório.

A passagem à qual nos referimos acima, surge no relatório pela demonstração das medidas tomadas através de decretos. Essas medidas visavam modernizar aquilo que Anísio Teixeira chamou "aparelho técnico-administrativo", ou seja, a Direto

---

58. "Acabar com a ideologia da escola supõe que não se considere sua realidade contraditória como imperfeição, sobrevivência ou reação, mas como um conjunto de contradições *necessárias*, que têm por si mesmas um sentido e uma função histórica determinadas, e que se explicam por suas contradições *materiais* de existência dentro de um modo de produção determinado", Baudelot, C. e Establet, R. - op. cit., p. 17.

59. "De sorte que a escola brasileira se reduz ao aparelho de seleção da elite semi-letrada e parasitária que vem minando o país". Teixeira, A., *O sistema escolar do Rio de Janeiro* - Relatório.... (já cit.) p. 307.

ria Geral de Instrução Pública.<sup>60</sup> A preocupação inicial e que se mantêm, foi criar órgãos técnicos que permitissem a atuação do *controle* central do sistema escolar, assim como da sua coordenação.<sup>61</sup> Introduziu a *especialização das funções* uma vez que não seria possível, a seu ver, que o diretor, sub-diretores e inspetores pudessem resolver todos os tipos de problemas. Introduz a especialização e a tecnocracia a título de aumentar a eficiência do aparelho escolar.

Competia ao diretor de instrução pública, cargo por ele ocupado: 1) orientar a política educacional, 2) organizar e administrar o aparelho escolar e 3) guiar e assistir o professorado.<sup>62</sup> À segunda função Anísio Teixeira acrescenta: - "conduzindo-o pela racionalização sistemática dos seus serviços e sua adequada instalação, ao melhor rendimento possível".<sup>63</sup> Sem que o autor tenha se referido a textos legais, presume-se que o entendimento que apresenta de *organização* e *administração*, seja pessoal. O viés liberal e a tônica do espírito capitalista leva-o a justificar a necessidade dos órgãos técnicos por ele criados uma vez que, sem eles a *função do diretor* seria exercida de acordo com os *dotes pessoais* do diretor, o que deixa bem claro a preocupação burocrática de Anísio Teixeira. Seria necessário tornar impessoal a função, para que ela fosse "eficiente" e "racional". O perigo por ele percebido era a oscilação da ênfase em uma das funções, de

---

60. "Feito o estudo da Diretoria Geral de Instrução Pública, como *aparelho técnico-administrativo* do sistema educacional do Rio de Janeiro, o trabalho de balanço foi levado a efeito em relação à escola primária elementar do mesmo sistema". Idem, *ibidem*, p. 327. (grifo meu)

61. Idem, *ibidem*, p. 316.

62. Idem, *ibidem*, p. 314.

63. Idem, *ibidem*, p. 314.

acordo com a *pessoa* que exercesse o cargo. A *ênfase* do próprio Anísio Teixeira era, então, na segunda função, o que se patenteia no Relatório.

A organização da Diretoria de Instrução Pública, que precedeu a reforma de Anísio Teixeira era apenas *formalmente hierárquica*: Sub-diretores técnico e administrativos eram "outros diretores", assim como os inspetores<sup>64</sup>, cada um atuando em escalas mais reduzidas. A essa organização Anísio Teixeira considerou "estado de relativa desordem" em uma "falsa atmosfera de independência".<sup>65</sup> Era necessário *centralizar e coordenar*, criando para tanto serviços técnicos e *administrativos*.<sup>66</sup>

As divisões por ele criadas tornariam possível o controle do aluno, assim como o controle do professor e do inspetor, além disso, transformava, em realidades *legais* outros serviços considerados técnicos e especializados:

- Classificação e promoção de alunos
- Programas escolares
- Obras sociais escolares e peri-escolares
- Educação de saúde e higiene escolar
- Educação física
- Música e canto orfeônico
- Ensino secundário geral e profissional
- Prédios e aparelhamentos escolares
- Estatística e cadastro

---

64. Idem, *ibidem*, p. 315.

65. Idem, *ibidem*, p. 327.

66. Esses termos são usados aprovadoramente durante praticamente todo o relatório. Ver, por exemplo; pp. 316, 318, 325 e 327.

- Expediente e publicidade administrativa
- Pessoal e arquivo
- Contabilidade<sup>67</sup>

A nova assessoria técnica racionalizaria o trabalho com respeito aos novos resultados que eram esperados da *escola*:

- efetivar a *obrigatoriedade* da escolarização através do controle da matrícula e da frequência, tentando "segurar" o aluno;
- aumentar o *rendimento* e a eficiência, através do serviço de classificação e promoção de alunos, bem como do serviço de estatística e cadastro;
- aumentar o controle sobre o trabalho dos professores, através do serviço de programas escolares;
- transformar a escola primária em uma organização do ensino em massa através "escola nova" por ele entendida como subjacentes à reforma declarado nos seguintes termos: "educação *comum* de todas as crianças, pelo tempo mais longo que for possível"<sup>68</sup> — através dos serviços de educação de saúde e higiene escolar, educação física, música e canto orfeônico, os quais mereceram divisões especiais por serem considerados "de caráter particular"<sup>69</sup>, ou seja, diferente do ensino primário. Da mesma forma, "*todos*" para Anísio Teixeira, tem limites: são adolescentes de 11 a 18 anos.<sup>70</sup>

---

67. Decreto 3.763 de 1/2/1932 - Idem, *ibidem*, p.316.

68. Idem, *ibidem*, p. 341.

69. Idem, *ibidem*, p. 317.

70. Idem, *ibidem*, p. 342.

Anísio Teixeira realiza um levantamento para avaliar a eficiência do sistema escolar: utiliza-se de censo escolar, testes de inteligência, testes de escolaridade, leitura, aritmética. Os testes, considerados, por ele "exames objetivos", foram criados e aplicados inicialmente nos Estados Unidos. Aceitou-os com entusiasmo, fazendo restrições somente à sua falta de estandarização. Embora reconhecesse esses limites, não deixa de realizar a comparação com os resultados obtidos nos Estados Unidos e declara-se desolado com o rendimento das crianças que frequentavam as escolas do Distrito Federal.

Anísio Teixeira revela os limites de sua consciência quando, nesse relatório, ao lado da utilização de testes de inteligência, preocupa-se em conhecer a "condição social" e a composição étnica dos alunos do Distrito Federal. Escolher esses critérios demonstra, ao nível psicológico, a sua perspicácia e sensibilidade para a amplitude dos condicionantes da escolarização, além do fator inteligência individual, também discutível, a nosso ver. Entretanto, ao se limitar à constatação, sem extrapolar maiores consequências, senão a de considerar a escola uma solução para superar esses obstáculos, conserva-se nos limites da "falsa consciência". Conserva-se na ótica do liberalismo e dentro da consciência possível da classe burguesa,<sup>71</sup> ao elaborar o seguinte quadro, sem extrapolar dele outras inferências práticas, senão a burocratização do aparelho escolar.

---

71. "... durante a Revolução Francesa, a exigência de igualdade jurídica representava o máximo de consciência possível para a burguesia; a compreensão do fato de que a igualdade jurídica é puramente formal e em nada garante a igualdade econômica, ultrapassava a consciência possível da burguesia revolucionária". Goldman, Lucien, "Ciências Humanas e Filosofia", Difel, S.P. 1967, p. 101.

## DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO SOCIAL (Julho de 1932)

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Indigentes .....	632	244	146	53	32
Pobres .....	30.217	13.410	7.529	3.374	1.420
Remediados .....	9.624	6.275	5.472	3.830	2.430
Abastados .....	75	62	50	30	16

FONTE: Anísio Teixeira - "O Sistema escolar do Rio de Janeiro". Relatório de um ano de administração. *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, vol. 2, (3 e 4), julho/dezembro, 1932, p. 324.

Perguntar se tal limitação foi um fator de atraso da evolução da teoria e prática da educação brasileira é viável na medida em que a influência do liberalismo ou de Dewey não foi só uma fatalidade, mas também uma escolha. Por outro lado, o fato de Anísio Teixeira ter sido um dos principais educadores brasileiros e não outra pessoa, também não foi um acaso. Tais fatos estão ligados à própria evolução do capitalismo no Brasil. Este, além de hiper-tardio e pela "via prussiana", desenvolveu-se sob a égide da influência predominante dos Estados Unidos, o que deixava mais abertas certas possibilidades, entre as influências e escolhas possíveis, sem entretanto, eliminar outras.<sup>72</sup>

72. "Ora, precisamente a mencionada independência *relativa* do indivíduo em relação ao grupo permite-lhe, em certos casos, corrigir os limites de uma *visão* por conhecimentos adequados, contrários a esta mas perfeitamente compatíveis com outra *visão* duma classe diferente, ou ainda ampliar os limites da consciência real da classe, *numa dada época*, pelas *possibilidades gerais* dessa classe no conjunto do período histórico". Goldman, L., op. cit. p. 49.

Partindo da proposição — escola para todos — Anísio Teixeira chega gradativamente aos seus próprios limites. A bem da verdade, limites como: "todos" os alunos do *Distrito Federal*, "todos" os alunos dentro de uma determinada faixa etária. Ao percorrer os meandros aos quais foi levado pelos instrumentos científicos e objetivos, chega a outros limites: *características individuais, condições sociais e resultados escolares*.<sup>73</sup> Estes últimos levavam à necessidade de criação de classes especiais para os "retardados em idade escolar"<sup>74</sup> e "organização de classes de acordo com a capacidade individual"<sup>75</sup>, o que significava a *organização da desigualdade*. Cada um progrediria de acordo com sua própria capacidade, isto é, foi-lhe oferecida a "melhor" oportunidade, em um sistema aberto e ele não progrediu em virtude de suas próprias limitações.

As outras medidas por ele relatadas — organização e articulação entre os diferentes cursos do nível secundário, — preparação de professores, instalação de curso secundário como dever do Distrito Federal, remanejamento de professores (racionalização do pessoal), instalação de curso secundário profissional, criação do Instituto de Educação, projetos de

---

73. "Urge modificar essas condições, estudar, na direção central, o aluno individualmente, promover-lhe a frequência regular por meio de um Serviço Geral de Matrícula e Frequência, que tenha sob seus olhos não essa ou aquela escola, mas todo o Distrito Federal, classificá-lo, orientá-lo no tipo de classe e escola que deve seguir, também por meio de um Serviço Central que considere todo o sistema escolar e indique o ponto onde esse aluno vai melhor aproveitar; e organizar, enfim, o sistema escolar com as *diferenciações* e a *diversificação* necessárias para atenderem a todos os alunos, segundo as suas *características individuais*, as suas *condições sociais* e os seus *resultados escolares*". Relatório, p. 324.

74. Anísio, Teixeira, Relatório, p. 338.

75. Idem, Relatório, p. 338.

centro de pesquisas e envio de professores ao exterior, apresentavam as mesmas tendências anteriormente apontadas: aperfeiçoamento do aparelho burocrático escolar, reforçando o controle, a hierarquização, a impessoalidade dos cargos, competência determinada segundo regras fixas, formação profissional aperfeiçoada, o que coincidia com a tendência dominante na época — a ampliação e aperfeiçoamento do sistema administrativo, derivada da necessidade de aumento de controle por parte do Estado.<sup>76</sup> Por outro lado, quanto ao funcionamento da escola propriamente dito, aplicou as teorias mais progressistas da época, dentro do sistema capitalista, o que lhe valeu, e vale ainda, a fama de "educador avançado".

O que nos interessa mais de perto, neste capítulo, é demonstrar que a operacionalização por ele proposta não levaria à democratização de escola e ainda mais: esse não era, na verdade, o objetivo do próprio Anísio.

As medidas por ele tomadas, representaram uma *nova reforma* no aparelho escolar. Entendeu que havia *consenso*, na sociedade, sobre o *papel da escola*, e iniciou as transformações administrativas, provocando, no âmbito de sua atuação, o desvio da discussão sobre o papel da escola para a discussão sobre a

---

76. Neste ponto a racionalização de Anísio converge com o pensamento estatal. Embora entendesse essa "administração" em um sentido diferente - liberal - esse tipo de prática ajustava-se ao pensamento nacionalista autoritário. "O corporativismo de Oliveira Vianna é um momento ideológico da crise do Estado. Representa nova etapa na criação do Estado Nacional que substituiria o Estado Liberal. Ao nível histórico, significa um momento de transformação da administração estatal, que se vai tornando volumosa, centralizadora e intervencionista, tendo já uma elite participante das decisões governamentais". Vieira, Evaldo Amaro, *Oliveira Viana e o Estado Corporativo: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo*. São Paulo, Grijalbo, 1976, p. 136.

organização técnica da escola.<sup>77</sup>

Um dos problemas por ele encontrados foi exatamente esse: o papel da escola na sociedade brasileira da época ainda não era um consenso. Outro problema é que a racionalização administrativa vinha de encontro à função tradicional dos cargos públicos — absorver o excesso de mão-de-obra letrada e cooptação da classe média e ele propunha a racionalização burocrática, trabalho não desejado e talvez acima da capacidade do pessoal.

O papel da escola como aparelho ideológico de Estado foi igualmente sentido por educadores liberais e pelos intelectuais do Estado que se transformava. Um dos melhores exemplos disso é a criação do Ministério de Educação em 1930<sup>78</sup> e a gradativa extensão da rede pública de ensino em detrimento das escolas confessionais. A partir daí, porém, a valorização da escola era diferente para liberais e intelectuais do Estado Novo: para os primeiros, a escola deveria atender aos indivíduos e para os segundos, a escola deveria atender ao Estado. Tratava-se na realidade, de diferença de ênfase e não de qualidade.

78. "Temos, pois, no início do período que caracterizava o modelo econômico da substituição de importações uma tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas tanto na infra como na superestrutura". Freitag, Bárbara, *Escola, Estado e Sociedade*, São Paulo, Edart, 1977, pp. 44-45.

77. Referindo-se ao movimento escolanovista, Jorge Nagle expõe esse fato, que ele chama de "desvio aparatoso". "Com efeito, ao destacar e superestimar determinados aspectos técnicos da escolarização, o movimento escolanovista destacou o enfocamento fundamentalmente político que a questão da educação popular tivera até então; como consequência, deu origem a um tipo de análise interna, cujos resultados só poderiam interessar a determinadas camadas da clientela escolar, principalmente a de alguns núcleos urbanos". Nagle, Jorge, *Educação e sociedade na Primeira República*, São Paulo, EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 259.

Para ambos os pontos de vista a escola serviria ao avanço da industrialização e à consolidação do capitalismo. Esse avanço e essa consolidação é que eram vistos de enfoques diferentes. Enquanto Anísio Teixeira pensava em termos de desenvolvimento democrático-liberal, a "inteligência" do Estado dirigia-se à necessidade de manipulação e treinamento de mão-de-obra.<sup>79</sup> Como já dissemos, ambos convergem na *reforma burocrática*, mas diferem quanto ao tipo de ideologia a ser difundida. A forma da "revolução burguesa" brasileira, atrelada ao Estado e subordinada à antiga classe dominante, não permitia a "liberaliz

---

79. "O sistema educacional do Estado Novo reproduz em sua dualidade a dicotomia da estrutura de classes capitalista em consolidação. Tal dicotomia é camuflada atrás de uma ideologia, paternalista. As chances educacionais oferecidas pelas escolas técnicas (para os "menos favorecidos") parecem ter o caráter de prêmio. De fato, elas criam as condições para assegurar maior produtividade do setor industrial. Em outras palavras, criam a possibilidade de extrair a parcela maior de mais valia dos trabalhadores mais bem treinados. As condições para essa exploração são criadas e financiadas pelo Estado". Freitag, B., op. cit., pp. 46-47.

Também Maria Luisa Ribeiro dos Santos, referindo-se à orientação da educação segundo a constituição de 1937, destaca esse ponto: "Já por este texto fica explicitada a orientação político-educacional capitalista de preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas funções abertas pelo mercado. No entanto, fica também explicitado que tal orientação não visa contribuir diretamente para a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e manual, uma vez que se destina às classes menos favorecidas". Isto equivale ao reconhecimento simples de que o estágio que pretendem alcançar exige uma mão-de-obra qualificada de origem social pré-determinada (desfavorecidos) no entanto, qualificação esta que não representará a conquista de uma posição social basicamente distinta e sim uma melhora dentro do próprio grupo". Santos, M.L. Ribeiro dos, "História da Educação Brasileira", A Organização Escolar, Cortez & Moraes, São Paulo, 1978, pp. 96-97.

dade" jurídica e política característica das revoluções burguesas clássicas. É por esse motivo que Anísio Teixeira surge como uma "ameaça" que precisa ser afastada.

Essas considerações nos fazem voltar ao ponto inicial desta abordagem da escola única, tal como era entendida por Anísio Teixeira. Propusemo-nos a demonstrar que, além de se opor à ideologia dominante na época, a escola única em geral não leva à democratização. Em particular, a "escola comum" de Anísio, formado dentro dos padrões liberais brasileiros, também não era tão "liberal" como pretendia parecer.

Ao tentar operacionalizar a escola comum depara com os limites da situação concreta brasileira. A sua atuação limita-se a "organizar a desigualdade", como já dissemos, à luz das teorias psicológicas da época e da sua própria mentalidade legalístico-burocrática. Os seus limites porém, não param aí. São detectáveis também em outra "frente" e se originam da especificidade de sua formação liberal. Referimo-nos aos *fins da educação*. É o que analisaremos a seguir.

O relatório de um ano de administração no Distrito Federal se inicia, como já dissemos, com as "finalidades universais" da educação e da necessidade de renovação da escola - escola para todos - . Em uma segunda fase, discorre sobre a modernização efetuada no "aparelho técnico-administrativo", formação de professores e entidades auxiliares. A terceira e última parte esclarece sobre os limites apontados no parágrafo anterior. Nesse momento Anísio Teixeira especifica, em termos de período histórico que o Brasil atravessava, quais as necessidades que a escola deveria atender. Melhor dizendo, qual a *necessidade principal*: formar uma elite de técnicos.

Ao justificar a necessidade de mandar profissionais ao exterior, para aperfeiçoamento, Anísio Teixeira torna claro seu pensamento sobre a situação internacional da época. Revela ainda suas aspirações a nível nacional e a posição da educação nesse quadro conjuntural.

Coloca no centro da análise o problema da competição econômica e social em nível internacional. O fator decisivo, para ele, nessa competição, seria o desenvolvimento científico e as universidades seriam os "quartéis-generais da luta econômica e internacional".<sup>80</sup> A compreensão racionalista que Anísio Teixeira tinha do processo histórico leva-o a situar como divisor de águas entre "*povo civilizado e forte*" e povo "*bárbaro e fraco*", "*a capacidade dos seus técnicos e homens de ciência*".<sup>81</sup> Os aspectos econômico e político são relacionados a esse ponto como setores prejudicados pela falta de técnicos.<sup>82</sup>

Embora ressaltando a esperança de que a cooperação entre os homens viesse a substituir a *competição*, pragmaticamente propõe soluções para a situação tal como se apresentava:

"De qualquer modo, porém, seja para melhor explorar e organizar os próprios recursos para a produção interna, seja para melhor se habituar à luta econômica internacional, os povos chegaram à evidência da necessidade de preparar, do modo mais perfeito que lhes foi possível, os seus técnicos e os seus homens de ciência".<sup>83</sup>

---

80. Teixeira, Anísio, *O sistema educacional do Rio de Janeiro*, p. 259.

81. Idem, p. 360.

82. "Se o nosso comércio especializado é estrangeiro, se nosso mercado é dominado, mesmo aqui dentro, pelo estrangeiro, se nossas melhores organizações são estrangeiras, - é que não temos ainda os homens nacionais com que se possam substituir os elementos alienígenas que ocupam os lugares deixados vagos pela nossa ignorância". Idem, *ibidem*, p. 364. Vide também, p. 359.

83. Idem, *ibidem*, p. 361.

"Ao lado da finalidade de educação geral para todos, se acentuou, nos países civilizados, a necessidade de uma verdadeira pesquisa de talentos e de inteligências privilegiadas e de uma educação tão profunda, tão rica e tão especializada, quanto possível, para dar oportunidade a que se revelem todos os aspectos dessas inteligências.

A riqueza das nações passou a se medir pela riqueza de inteligência e de pensamento dos seus líderes científicos e industriais". 84

Esses dois pontos: competição econômica internacional e importância decisiva da formação da elite intelectual, levam Anísio Teixeira a sublinhar a necessidade de enviar estudantes ao exterior, com o sentido de "aproveitar" o desenvolvimento científico dos outros países que assume um aspecto de quase-espionagem, dado o "caráter" permanente que lhe é emprestado por Anísio Teixeira. 85

Fica claro então o papel a ser desempenhado pela escola, para Anísio Teixeira:

- de um lado, a escola deveria se destinar a todos, no sentido de "educação de massas",<sup>86</sup> para que pudessem participar da "civilização atual". Trata-se de um "treino escolar", mais do que de educação;

---

84. Teixeira, A., op.cit., p. 361.

85. "Se fosse completo o nosso sistema cultural, nem por isso poderíamos dispensar das contribuições das escolas estrangeiras.

Aí deveríamos, sempre, possuir algumas dezenas de professores e estudantes, como patrulhas avançadas da nossa curiosidade científica e do nosso empenho em progredir". *Relatório*, p. 364.

86. "Um sistema de ensino é, entretanto, um ensaio planejado e organizado de "educação em massa" e de distribuição racional da população pelas ocupações. Na parte inferior desse sistema está a educação primária elementar, que deve ser ministrada, inevitavelmente a todos os cidadãos, sob pena de não possuírem eles o indispensável para participarem mediocrementemente das atividades econômicas, sociais e artísticas da civilização atual". *Relatório*, p. 366.

- de outro lado, tratava-se de formar uma *elite intelectual*, não mais baseada na tradição e na riqueza, mas baseada na Inteligência, que iria solucionar pela Razão, fundamentada na Ciência, os principais problemas nacionais, na qualidade de cientistas e não de políticos:

"Esse objetivo (da educação) de preparar elites técnicas equivalentes ou superiores às dos demais países, abriu oportunidade para uma concorrência educacional que, pelo seu caráter universalista, já não se pode conformar com a convenção dos limites puramente políticos entre os povos". 87

Retomamos aqui uma afirmação que fizemos ao iniciar esta análise sobre os objetivos da "escola comum" para Anísio Teixeira: segundo o que se pode perceber, pelo seu trabalho efetivo e pelas justificativas, a "escola comum" teria função tão elitizante quanto a escola tradicional. Na verdade, Anísio Teixeira se coloca criticamente em relação à sociedade oligarquica baseada na agricultura que predominou até 1930. Entretanto, coloca-se acriticamente em relação à sociedade urbana emergente que ele identifica como embrião das sociedades desenvolvidas, o que hoje sabemos ser falso. Em relação a esta, sua posição é pragmática e racionalista. Percebia a emergência da "sociedade de massas" e do papel decisivo que teria a ciência como instrumento do aumento da produtividade. A estrutura da sociedade não se alteraria, a não ser pela emergência de novas profissões hierarquizadas e pela necessidade de uma elite de técnicos. A dua-

---

87. Relatório, p. 361.

lidade escolar anterior seria agora substituída — não por questão de justiça social — mas pela necessidade de consolidar a industrialização. A "escola comum" assumiria essa função distribuidora "de acordo com as capacidades" e a universidade seria, não o locus da produção do saber desinteressado, mas um quartel-general em uma "batalha" econômica.

O ideal democrático, tal como Anísio entendia, a ser criado via reforma escolar, foi por ele mesmo equacionado nos seguintes termos:

*"Tornou-se, portanto, necessidade imprescindível de cada país, a formação de capitães da ciência, capazes de o habilitarem à exploração dos próprios recursos, de modo tão perfeito que o seu lugar no páreo internacional não venha a ser prejudicado. Além desses capitães, que operam nos laboratórios e universidades, impôs-se também a formação generalizada de um exército de trabalhadores profissionais e comerciantes habilitados no uso dos métodos e processos da ciência para a transformação da matéria prima, sua mobilização e sua utilização. A sociedade econômica e industrial dos nossos tempos é, assim, sem contestação, uma sociedade de competição científica". 88*

A sua posição em defesa da escola "comum" apresenta vários aspectos, portanto, que variam em função de vários fatores:

- pressupostos políticos liberais e da ótica burguesa;
- situação concreta em que se encontrava no momento em que escrevia ou trabalhava, em relação ao poder político nacional;
- o próprio fato de estar *escrevendo ou trabalhando*;
- situação concreta que lhe permitia uma determinada visão da situação internacional e provocava o surgimento de uma utopia em relação ao papel do Brasil.

Parte do pressuposto de que a sociedade capitalista, que ele chama de civilização ocidental, é justa, enquanto sistema. Atribue os possíveis problemas para a efetivação da democracia no capitalismo, às disfunções do sistema<sup>89</sup> passíveis de serem corrigidos sobretudo pela educação. Sua aspiração era a de que todos pudessem ter uma existência "burguesa", mantendo-se portanto no terreno da sociedade burguesa. Tratava-se de educar cada um para melhorar a sua posição, mas não para compreendê-la criticamente. A educação seria então o meio social para se resolver problemas individuais, uma vez que se tratava apenas de balancear melhor a oposição classe dominante-povo, termos que ele empregará posteriormente. Admitindo portanto, algumas disfunções no capitalismo, identifica-se com a burguesia industrial, sem perceber as condições específicas em que emergia a industrialização brasileira. Transpunha para

---

89. Hermes Lima, tenta dizer o contrário. Entretanto, Anísio Teixeira sustentou sempre essa posição, não só pela sua participação em cargos públicos como em discurso: "A nossa civilização democrática é, doutrinariamente, muito mais igualitária do que a civilização comunista. Nesta nossa América do Sul é que ainda não quisemos compreender que a democracia, para se realizar plenamente, envolve, acima de tudo, a educação sistemática do povo brasileiro e não apenas de suas classes mais altas". E mais, tratava-se de *manter a estrutura de classe*, cujos males seriam superados pela eliminação do preconceito em relação ao trabalho manual, pela educação do povo e pela elevação dos salários: "Está livre a classe média de preferir o seu colarinho em vez de avental de trabalho, mas não deve gozar de vantagens superiores às demais classes. Não seremos a nação democrática que temos que ser, senão no dia em que a maior honra do brasileiro seja a de trabalhar, e a de trabalhar produtivamente. De maneira que nenhuma posição poderá ser mais honorífica do que a posição do operário". Teixeira, A., *A extensão do ensino primário brasileiro*. in Boletim da CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) 10(6), 1956, p. 1614 e 1618 respectivamente.

o Brasil a situação americana e considerava apenas uma *questão de tempo* a passagem do Brasil para uma situação idêntica. Sua concepção da história, como liberal que era, é unilinear e progressiva.

A crença absoluta no racionalismo é o traço liberal que marca, como já mostramos, suas concepções sobre a finalidade da escola: tornar possível o predomínio da Razão. Neste ponto a influência mais direta de Dewey é evidente. Anísio, como Dewey, assimila os problemas políticos a um modelo racionalista de ação e pensamento, acreditando ser possível resolver através deste último, todos os problemas. *A educação é um meio para difundir a inteligência.*

Anísio Teixeira assume também a validade dos conceitos de *igualdade* e de *contrato*, admitindo que as diferenças quanto à igualdade referem-se apenas a uma maior ou menor chance de escolarização.

O seu discurso oscila entre a defesa dos ideais mais amplos do liberalismo e a "adaptação" desses mesmos ideais, em função da posição por ele ocupada no jogo de poder: quando em situação de poder, não julga tão necessário enfatizar os princípios, mas as técnicas. Nesse sentido é que o seu pensamento pode ser chamado também de conservador-burocrático.<sup>90</sup> Também apresenta o aspecto conservador quanto uma das finalidades, talvez a principal, que atribui à escola a função da substituição das elites. Essa forma de encarar a história — circulação de elites — pressupõe a manutenção da estrutura fundamental da

---

90. "A tendência fundamental de todo pensamento burocrático é converter todos os problemas de política em problemas de administração". Mannheim, K., *Ideologia e Utopia*, Trad. Sérgio Magalhães Santeiro, 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 143.

formação social concreta.<sup>91</sup>

A oscilação entre a "arma da crítica" e a "exposição técnica" também ocorre em função da sua posição em relação ao poder: quando em postos de poder, os problemas parecem-lhe técnicos. Quando aliado do poder, os problemas são políticos.

O conservadorismo legalístico-burocrático também marca o liberalismo de Anísio Teixeira quando este assume a reforma da instrução pública do Distrito Federal sob regime de interventoria e através de decretos. O pensamento liberal certamente cultiva a crença no Direito e na lei, mas em bases constitucionais. Embora não se cultive ilusões sobre a neutralidade desses elementos, é difícil admitir como aceitáveis, em termos ideais, a utilização de decretos para se atingir a democracia, dentro do pensamento liberal. A aceitação dessa situação por parte de Anísio Teixeira é explicável em termos das características que o liberalismo assume no Brasil e em função da posição ocupada por ele: elemento da burocracia estatal. Não necessitando mais lutar para ascender ao poder, passa a pensar em termos da racionalidade legalística-administrativa, aliada ao pragmatismo: separa então a esfera da educação do conjunto político-social e passa a raciocinar em termos de um sistema estático e fechado.<sup>92</sup>

---

91. "O contraste entre o *élan* dos grandes líderes e das elites, de um lado, e a turba cega, do outro, revela o cunho de uma ideologia de intelectuais mais interessados em conseguir auto-justificações do que em obter apoio exterior". Idem, *ibidem*, p. 168.

92. "Cada burocracia, portanto, conforme a peculiar ênfase que atribui à própria posição, tende a generalizar sua experiência e a desconsiderar o fato de que o campo da administração e da ordem em funcionamento regular representa apenas uma parte da realidade política total. (...) Uma expressão clássica desta atitude vem contida em um ditado originário de tais círculos: "Uma boa administração vale mais que a melhor constituição". Idem, *ibidem*, p. 145.

Os limites do pensamento e da prática de Anísio Teixeira são marcados, de forma global, pela *ótica burguesa*, assumindo portanto a sociedade capitalista como justa, escamoteando o problema da divisão social do trabalho e aceitando a ideologia da neutralidade da escola. A partir daí, torna-se possível entender a sua crença na educação e também a atitude de assumir, como educador, a responsabilidade pela transformação da escola de tal forma que ela viesse "realmente" a cumprir suas funções declaradas na teoria. Na verdade, pode-se dizer que Anísio Teixeira era dotado de *consciência crítica*, aliada a uma inteligência realmente aguda. A essa inteligência pode ser acrescentado a adjetivo "avançado". Entretanto, como dissemos acima, o fato de ter sido *inteligente e avançado* significou, para ele estar ciente das últimas teorias educacionais burguesas e dispor da capacidade crítica burguesa também. Sua movimentação intelectual ocorre dentro dos limites do terreno burguês.

Os limites impostos a Anísio pelo viés liberal surgiram como um grande avanço no Brasil, dadas as condições de evolução de nossa teoria e práticas sociais, O capitalismo surge aqui de forma hiper-tardia e suas contradições não aparecem de imediato. Ao nível superestrutural também não se poderia esperar reflexos dessas contradições. Em seu contato com o capitalismo avançado americano. Anísio passa a raciocinar sobre a sociedade brasileira em termos do mesmo tipo de desenvolvimento. Nesse sentido pode-se realmente considerá-lo avançado: pensava em termos do capitalismo avançado americano. Esta manifestação ao nível da superestrutura era a contrapartida ideológica da expansão do capitalismo, como já vimos no primeiro capítulo.

No que diz respeito à perspicácia de sua inteligência, há que afirmá-la. Realmente ele percebeu as contradições da escola "comum" até o ponto em que seria possível a um liberal muito inteligente. Diga-se de passagem, não somente à época aqui estudada, mas também em nossos dias: ainda não superamos o discurso de Anísio Teixeira em muitos aspectos. Entretanto, cabe explicar a expressão "*liberal muito inteligente*". Para tanto, iremos nos servir da parte da análise que Establet e Passeron fazem do professor primário na França. Essa análise retoma aspectos já mencionados anteriormente mas, dada a qualidade do trabalho dos autores, tem o mérito de colocar em termos mais compreensivos que os nossos, o mesmo tema.<sup>93</sup>

Establet e Baudelot nos mostram que a situação social do professor primário na França se caracteriza por uma ascensão social. A formação profissional do professor primário é marcada pela dupla inculcação ideológica; o professor é objeto e sujeito dessa inculcação. Essa situação social e a peculiaridade de formação profissional levam o professor a não perceber, muitas vezes, que é um instrumento da inculcação ideológica que se pretende realizar através da escola. Entretanto, o professor pode ter consciência de sua função de instrumento e tentar recusá-la. A esta recusa nós podemos comparar a crítica, de Anísio. Ao elaborá-las, Anísio compartilhava de duas ilusões que Establet e Baudelot consideram típicas do professor primário: *ilusão democrática* e *ilusão laica*.

---

93. Os autores referem-se ao professor primário. Acreditamos, entretanto, que a análise explica não somente Anísio Teixeira, como também o "reformismo" de grande parte dos educadores brasileiros, no passado e hoje. Cf. Establet e Baudelot. *L'école capitaliste en France*, op. cit., pp. 243-253.

A "ilusão democrática" consiste em pensar que a escola única tem por função essencial dar a cada criança o lugar que lhe cabe na sociedade, de acordo com suas aptidões. A sociedade é concebida como um conjunto de profissões técnicas e hierarquizadas. Entretanto, dizem ainda aqueles autores, a maior parte dos professores primários sabem que isso na verdade não ocorre. Assim como Anísio Teixeira tinha consciência - das diferenças entre o filho de um intelectual e uma criança do povo, os professores percebem a importância decisiva do meio social na vida escolar dos alunos. Ao expressar essa consciência, os professores conservam-se porém no campo ideológico que não lhes permite colocar em questão os *padrões escolares*.<sup>94</sup> A crítica que os professores fazem refere-se ao fato de que em virtude das desigualdades culturais e econômicas, os alunos não possam "*satisfazer igualmente aos mesmos padrões escolares*".<sup>95</sup> A democratização do ensino é discutida dentro de uma ideologia reformista que se define por considerar possível a realização da democratização do ensino. Retirando-se as desigualdades, a escola atenderia a todos. Para torná-la perfeita, trata-se de adequar meios aos fins explícitos da escola existente.

A segunda ilusão é chamada "laica". Segundo Establet e Baudelot,

---

94. *Padrões escolares* # "Normes" - com este termo Establet e Baudelot referem-se aos padrões escolares considerados normais. A demonstração de que esses padrões escolares "normais" são padrões de classe, é uma das preocupações centrais do texto: "Mostraremos que a escola primária é regida por *Padrões* e que esses padrões são padrões de classe... que ela impõe a todos como um *ideal* a ser realizado os resultados médios das crianças da burguesia". Idem, *ibidem*, p. 202.

95. Idem, *ibidem*, p. 251.

"não se trata da versão anticlerical; mas da crença que possa existir, hoje ou amanhã, um ensino neutro acima das classes. A ligação entre a reflexão crítica sobre os métodos e os conteúdos do ensino e a reflexão política é suspensa: 'a ilusão laica' tem por corolário a 'ilusão pedagógica': a crença de que os problemas do ensino, apesar de toda questão política, são problemas de método ou de procedimentos puramente técnicos (método global ou analítico, reciclagem de professores ou não, utilização ou não de recursos audio-visuais, etc.) Nestas condições as desigualdades de desempenho escolar não podem ser ligadas à natureza social dos conteúdos e métodos de ensino, mas somente tomados como fracassos ou sucessos técnicos socialmente condicionados". 96

Formar uma nova elite, uma elite tecnocrática, era a proposta de Anísio Teixeira, neste período de seu trabalho. E essa finalidade de escola, aliada à adaptação dos indivíduos menos dotados, intelectualmente, levaria não somente ao domínio da razão, como também colocaria o país em condições de competir no páreo econômico internacional. Dentro do pensamento liberal pragmático não resta dúvida que Anísio Teixeira estivesse sendo coerente. Entretanto, dadas as análises anteriores sobre o sentido do liberalismo pragmático, da razão instrumental que o informa, torna-se necessário refletir sobre a possibilidade de se entender o discurso e a militância de Anísio como realmente democráticos. Na verdade, o que se deve pensar é se as raízes históricas, teóricas e econômicas da democracia liberal levaram às condições de realização do homem em toda sua potencialidade humana.

A tecnocracia, aliada ao poder, e não neutra, como desejada por Anísio, parece ter-se realizado à sua revelia e ape

sar de ele, aparentemente, ter sido um crítico do sistema. Na verdade ele era crítico da forma de governo, e não do sistema como tal. A discussão que se impõe, antes de retomarmos o "estudo da realidade", como se acredita ter feito Anísio, é a discussão da ótica através da qual ele o realizou. Torna-se imperiosa a superação, por parte dos educadores, não somente dos conceitos ideológicos com que trabalhamos, como também da necessidade de rever a irracionalidade do próprio pensamento contemporâneo, baseado fundamentalmente no domínio da natureza e nas conquistas da técnica.

### 3. ESCOLA NOVA: CIENTIFIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO?

O trabalho de Anísio Teixeira no Distrito Federal, iniciado em 1932, deu continuidade à atuação de Fernando de Azevedo. Este havia criado, quando Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1930, o Boletim de Educação Pública, órgão oficial da entidade por ele dirigida. Em seu primeiro número, Fernando de Azevedo expõe o que significava, para ele, a Escola Nova.<sup>97</sup>

O sentido atribuído por ele, ao conceito de escola nova, é eminentemente social.<sup>98</sup> O objetivo da reforma do ensino

---

97. Azevedo, Fernando, *A escola nova e a reforma*, in Boletim de Educação Pública. janeiro/março, 1930, nº 1, ano I, pp. 7 a 27.

98. "A reforma não é apenas uma reforma de métodos pedagógicos. É a reorganização radical de todo o aparelho escolar, em vista de uma nova finalidade pedagógica e social". Azevedo, Fernando, artigo citado, p. 11.

no Distrito Federal, à luz da escola nova, seria ajustar a escola ao meio, como força de transformação para o aperfeiçoamento da democracia.

Os três aspectos principais da escola nova, segundo Fernando de Azevedo, seriam: escola única, escola do trabalho, escola da comunidade.<sup>99</sup> A escola única, oferecida pelo Estado, seria o instrumento fundamental da democratização da escola, oferecendo escolaridade mínima e de início, igual para todos. O prolongamento e as diferenciações posteriores viriam a ocorrer em função, pelo menos em tese, das aptidões dos alunos.<sup>100</sup>

A "escola do trabalho", onde a "atividade é aproveitada como um instrumento ou meio da educação",<sup>101</sup> atenderia à "organização do trabalho".<sup>102</sup> Além de aprender fazendo, o aluno desenvolveria o hábito e a técnica do trabalho, utilizando-se dos seguintes procedimentos: observação, experimentação, e laboração do projeto e execução.<sup>103</sup>

A *escola-comunidade* ensinaria aos alunos como viver em sociedade e a trabalhar em cooperação.<sup>104</sup> Embora um dos objetivos fosse a diminuição do individualismo a cooperação levaria ao maior rendimento do trabalho.<sup>105</sup>

---

99. Azevedo, Fernando, artigo cit. pp. 11-15.

100. "Em tese, são as diferenças das aptidões dos alunos ou a necessidade da especialização que determinam o limite da "unidade de ensino" para ramificações ulteriores". Azevedo, Fernando, *idem* p. 12. (grifo meu)

101. *Idem*, p. 13.

102. *Idem*, p. 13.

103. *Idem*, pp. 13-14.

104. *Idem*, p. 14.

105. "Trabalhar com outros, para que a colaboração seja interpretada e realizada como meio de maior rendimento do trabalho, é o fim a que se propõe a escola nova, instituída, para uma sociedade baseada na organização do trabalho". Azevedo, Fernando, *idem* pp. 14-15.

A ligação da escola nova, tal como Fernando de Azevedo a entendia, com as alterações decorrentes da industrialização, no modo capitalista de produção, é bastante clara, como se pode perceber nesse artigo. A credibilidade depositada pelo autor nos princípios liberais, transparece quando ele define, inconsciente e ingenuamente, a finalidade da escola como aparelho reprodutor do sistema capitalista:

"A escola primária 'prepara' pelo trabalho e para o trabalho em geral; a escola vocacional 'experimenta e seleciona'; a escola profissional 'especializa', completando a ação e dando ao aluno a técnica, a arte e a higiene de um 'ofício determinado' ou de um grupo de ofícios correlatos. Elas não se acrescentam, ou se entrosam, como peças de um aparelho, mas se desenvolvem, como elementos orgânicos no sistema de educação popular, instituído para uma sociedade baseada na organização do trabalho e da indústria". 106

Esse artigo de Fernando de Azevedo estabelece com clareza as alterações que o autor pretendia para a escola: adaptá-la à sociedade capitalista urbano-industrial. A simplicidade com que desvela o compromisso da escola com a classe dominante (embora pensando em educação popular) e, com a burguesia industrial em particular, pode ser atribuída à fase menos complexa da industrialização, à época em que escrevia e por outro lado, à sua crença na educação como instrumento para oferecer igualdade de oportunidades. A mesma ótica liberal que informa estas premissas, está subjacente à justificação do êxito ou fracasso com base em diferenças individuais naturais

o que é *efeito*, em grande parte, é tomado como *causa* das desigualdades sociais.<sup>107</sup>

Anísio Teixeira volta a tratar do mesmo tema, dois anos depois, no mesmo Boletim de Educação Pública,<sup>108</sup> afastando-se um pouco do problema da função social da escola. Retoma o assunto sob o ângulo do funcionamento interno da escola; o tratamento por ele dispensado à escola nova é mais minucioso e menos abrangente, do que o de Fernando Azevedo.

A preferência de Anísio Teixeira pelo termo "escola progressiva", em lugar de "escola nova"<sup>109</sup> é resultante da influência de Kilpatrick e é o primeiro indicador da visão histórico-social que sublinha sua concepção de educação: a escola deve ser *progressiva* porque se destina a uma "civilização em mudança permanente".<sup>110</sup> A mudança relaciona-se exclusivamente com as alterações introduzidas pela *ciência*, na vida da sociedade. Trata-se portanto de modernização, mais do que de

107. Marx já escrevia em *Miséria da filosofia*, inicialmente citando Adam Smith:

"... na realidade, a diferença dos talentos naturais entre os indivíduos é bem menor do que supomos. Essas disposições tão diferentes, que parecem distinguir os homens das diversas profissões quando chegam à idade madura, não são tanto a *causa*, mas *efeito* da divisão do trabalho!

De início, um carregador difere menos de um filósofo que um mastim de um galgo. Foi a divisão de trabalho que abriu um abismo entre um e outro". Marx, K. Trad. J. Silva e Maria Carvalho Jones, Publicações Escorpião, Porto, 1974, p. 102.

108. Teixeira, Anísio, "As diretrizes da escola nova", *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 1 e 2, janeiro/junho, 1932.

109. Teixeira, Anísio, art. cit., p. 1.

110. "Transforma-se a sociedade nos seus aspectos econômicos e sociais, graças ao desenvolvimento da ciência, e com ela se transforma a escola, instituição fundamental que lhe serve ao mesmo tempo de base para sua estabilidade, como ponto de apoio para sua projeção". Teixeira, Anísio, art. cit., p. 2.

alteração estrutural da sociedade. Entretanto, a sua proposta era, sem dúvida, inovadora, do ponto de vista da formação social concreta que começava a se reorganizar: sociedade de base rural, dominada por uma oligarquia, que iniciava o avanço industrial e a passagem para a urbanização. Por outro lado, a mesma proposta pode ser considerada conservadora porque se articulava sobre as mesmas bases sociais, procurando soluções para os problemas decorrentes da modernização.

A aceitação do *statu quo*, no sentido progressivo, unilinear, presente em sua exposição, evidencia-se também na generalidade do emprego de temas e conceitos. Assim é que a *criança* é igual a qualquer criança; a *vida* é a mesma para diferentes pessoas; a *experiência* é a mesma em diferentes situações e a *realidade* é o imediato, passível de comprovação experimental. Dessa forma torna-se viável a teorização geral da educação, passível de aplicação à época atual e a qualquer época, uma vez que é "natural".

O dado fundamental na exposição de Anísio Teixeira é que, para ele, *agora*, ou seja, na época em que escrevia, a ciência desvelou aquilo que é "natural" no homem. A ciência vem substituir a religião e as explicações metafísicas na legitimação da nova situação das forças produtivas e das relações sociais.<sup>111</sup> Era necessário educar para a civilização fundada na ciência e educar com os elementos fornecidos pela ciência.

---

111. "Dizendo que as relações atuais — as relações da produção burguesa — são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, houve história, mas não haverá mais". Marx, K., *Miséria da Filosofia*, pp. 96 e 97.

Influenciando mais diretamente a Anísio Teixeira, como se sabe, encontramos Dewey que tinha como ponto de apoio de sua teoria um conceito de ação experimental e biológico-a<sup>u</sup>daptativa: *adaptação* pode ser entendida como equivalente a *ação*.

Apoiado em tal fundamentação, Anísio Teixeira parte do princípio de que a aprendizagem tem por finalidade básica "ajustar o homem às condições de seu meio".<sup>112</sup> Essa lógica adaptativa oscila, a partir daí entre as necessidades "naturais" do aluno e a opção entre as "experiências" que o educador considera importante que ele faça. A opção será conservadora. Embora se reconheça no aluno "necessidades mais ou menos permanentes", o programa da escola deverá oferecer a *experiência já consubstanciada em livros*, de acordo com as *necessidades da vida presente*.<sup>113</sup>

Essa identificação do "atual" com o "certo", do "natural" com o "permanente" é um dos aspectos da falsa consciência, de que nos fala Lukacs. A perspectiva dos ideólogos

---

112. Teixeira, Anísio, *As diretrizes da escola nova*, op. cit., p. 7.

113. "O denominador comum das atividades infantis e dos fatos perfeitos em que se condensou a sabedoria humana está no conceito de experiência. As atividades infantis são os começos incertos e tateantes que devem conduzir à experiência organizada e lógica, já consubstanciada em livros. Essa última não representa mais do que o conjunto de leis e instrumentos já aperfeiçoados para solução das dificuldades reais que a vida apresenta".

"Devendo o programa escolar consistir numa série de atividades que representam as *atuais necessidades da vida* e sendo essas necessidades, em seu quadro geral, mais ou menos permanentes, é sempre possível pré-fixá-las em um estudo central, que discrimine os principais objetivos da escola". (grifos meus)  
Teixeira, Anísio, Art.Cit., pp. 9-11.

da escola nova é a da ciência que não conhece outro tipo de realidade senão aquela que lhe é dada pelo sistema capitalista.<sup>114</sup>

Não sendo, portanto, "natural", mas socialmente determinada, a teoria da escola nova que nos chega via Anísio Teixeira, entre outros, apresenta as soluções para os programas escolares de acordo com as necessidades da época e da formação social concreta, tal como estas eram entendidas por ideólogos da educação.<sup>115</sup> Dessa forma, a escola seria "centralizada na criança" e sujeita a "seus interesses", depois que tudo estivesse organizado em função de um *saber produtivo*. A ideologia hegemônica da mercadoria é, portanto, outro dos elementos marcantes dessa teoria pragmática e utilitarista da educação. A erudição obtida pelo ensino livresco é condenada porque "nada cria" e "nada produz". A educação progressiva é sempre adjetivada: "aplicação dos conhecimentos", "utilidade", "função prática" e "atividades relacionadas com a vida prática".<sup>116</sup> Estas proposições de Anísio Teixeira es-

---

114. "A economia clássica não descreve o mundo humano no seu aspecto alienado e não mostra como as relações histórico-sociais dos homens são mascaradas pela relação e pelo movimento das coisas; ela *descreve a legalidade* imanente deste mundo reificado como o mundo autenticamente humano, porque não conhece nenhum outro mundo humano, a não ser o mundo humano reificado". Karl Kosik, *Dialética do concreto*. Editora Paz e Terra. Trad. Célia Neves, 2ª ed., 1976, p. 88.

115. O conceito de ideologia, segundo Althusser, "não representa o conjunto das relações reais de existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem", Althusser, L., *Escritos*, Barcelona, Editorial Laia, 1975, Cap. 3, Ideologia e Aparatos Ideológicos de Estado, p.105.

116. Teixeira Anísio, *As diretrizes da escola nova*, Vide pp. 12, 13, 14, 17.

tão ligadas ao movimento internacional pela Escola Nova.

Os princípios da Escola Nova foram divulgados, de forma sistemática, no Brasil, principalmente por Lourenço Filho. Seu livro "*Introdução ao estudo da Escola Nova*" foi largamente difundido e mereceu várias edições. O escolanovismo, como teoria, dedica confiança inabalável nos postulados da ciência e, em particular, aos resultados da psicologia, como instrumentos da educação. Estes forneceriam a racionalidade e a objetividade necessárias ao trabalho educativo.<sup>117</sup> A psicologia experimental seria a legitimação da neutralidade da escola; diria aos educadores "o que é" e não "o que deve ser".<sup>118</sup> A caracterização dos meios, das técnicas da psicologia experimental, como sendo desvinculados de valoração emotiva e de conteúdo teleológico, emerge também do viés liberal que encara a intelectualização e racionalização dos processos sociais como a possibilidade de realização dos fins previamente definidos. Os fins da educação seriam determinados pela pedagogia, mas a forma pela

---

117. Lourenço Filho diz o seguinte a respeito dos testes psicológicos:

"Por eles não sô se chega à organização racional de classes homogêneas, ao ensino seletivo e diferenciado (ou "sob medida" como lhe chamou Claparède) mas ainda à classificação científica dos *anormais de inteligência*, a organização de classes ou escolas para os *super-normais*, à orientação e seleção profissional". Lourenço Filho, M.B., *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, Edições melhoramentos, S.P. 5ª edição, 1942, p. 32. (grifos do autor)

118. "... como ciência pura, desinteressada, a psicologia - vai revendo, de pesquisa em pesquisa, a concepção do funcionamento do espírito, vai indicando como surgem e se desenvolvem as condutas, como reciprocamente elas atuam uma sobre as outras, como enfim se solidarizam, na produção de uma personalidade ajustada. Procura dizer *o que é*, não *o que deve ser*". Lourenço Filho, op. cit., p. 35 (grifos do autor).

qual eles seriam atingidos seria "científica; em outras palavras, a escolarização seria realizada tão "objetivamente" que a seleção dos "mais aptos" seria "justa". A carga "subjetiva" teria desaparecido e os alunos seriam tratados igualmente, como convém a uma sociedade democrática.<sup>119</sup>

Os caracteres gerais das escolas novas, elaborados em 1919 em uma reunião do "Bureau International des Écoles Nouvelles", sediado em Genebra, são elementos importantes para se apreciar a "cientifização" da educação, bem como a ênfase em aspectos técnicos do processo educacional e ainda, a marcada tendência para privilegiar a categoria *trabalho*. A formação intelectual, tema de alguns itens, é entendida como *capacidade de julgar* a partir de um espírito crítico. Este é entendido como resultante da aplicação do método científico.<sup>120</sup>

Os princípios da Escola Nova têm como fundamento social a teoria sociológica de Durkheim. A cientifização da educação teria por objetivo a realização da finalidade social da escola: integração do indivíduo à sociedade democrática capitalista de forma a dar continuidade a essa sociedade.

---

119. A escola nova, segundo Lourenço Filho, seria "um corpo de doutrina, com base de maior ou menor aplicação científica, para a consecução dos fins, havidos por justos, possíveis e necessários, segundo a filosofia de nosso tempo". Lourenço, Filho, op. cit., p. 91.

120. Esses caracteres são reproduzidos por Lourenço Filho, op. cit., p. 109 a 112. O 119 item diz o seguinte: "Em matéria de educação intelectual, a Escola Nova procura abrir o espírito por uma cultura geral da capacidade de julgar, mais que por acumulação de conhecimentos memorizados. O espírito crítico nasce da aplicação do método científico: observação, hipótese, comprovação, lei". Idem, pp. 110-111.

A teoria sociológica de Durkheim foi oficializada pela burguesia francesa. Isso se deve ao fato de ter ela contribuído para assegurar o ensino leigo; o laicismo, nas faculdades de letras e escolas normais, o que expressava, ao nível cultural, o controle político da sociedade, pela burguesia.<sup>121</sup>

A premissa fundamental de Durkheim, como se sabe, é a necessidade de se estudar os fatos sociais como "coisas", enfatizando a necessidade de serem afastadas todas as pré-noções do investigador e assegurar a objetividade da pesquisa. A objetividade pretendida por Durkheim levou-o a definir a "normalidade" dos fatos sociais a partir de sua maior ou menor frequência, identificando assim o "normal" com o existente. A "normalidade" torna-se assim mais difícil de ser percebida em sociedades em fase de transição. Outros dois pontos fundamentais da sociologia de Durkheim também levam seus críticos a situá-lo como um teórico conservador e um dos ideólogos do liberalismo conservador: a necessidade social da coação e a sua teoria sobre o suicídio. De acordo com a primeira, o próprio indivíduo cria uma máquina que tem por função social dominá-lo e oprimi-lo"<sup>122</sup> Colocando as instituições como fonte de coerção necessária ao indivíduo, Durkheim transporta para o social a natureza do indivíduo, que continua a ser o centro do sistema.

---

121. Cf. Costa Pinto, L.A., *Sociologia e desenvolvimento. Civilização Brasileira*, 1973, p. 52.

122. Durkheim, Émile, *As regras do método sociológico*. Trad. Margarida Garrido Esteves, São Paulo, Abril Cultural, Coleção "Os pensadores" - Volume XXXIII, 1973, p. 450.

"A reflexão que faz com que o homem compreenda quanto o ser social é mais rico, mais complexo e mais duradouro do que o ser individual revela-lhe precisamente as razões inteligíveis da subordinação que dele se exige e dos sentimentos de dedicação e de respeito que o hábito gravou no seu coração". 123

A intenção conservadora de Durkheim é explícita:

"As regras que expusemos permitiriam construir uma sociologia que veria no espírito de disciplina a condição essencial de qualquer vida em comunidade, embora fundamentando-o na razão e na verdade". 124.

O otimismo de Durkheim, tanto em relação à objetividade da Sociologia, como em relação à sociedade burguesa exprimiam, segundo Goldman, o otimismo da própria burguesia francesa da época em que ele escrevia (final do século XIX).<sup>125</sup>

O suicídio serviu como tema para um estudo de Durkheim sobre a integração do indivíduo na sociedade. Estudando a forma mais radical do rompimento dessa integração, Durkheim concluiu pela necessidade do grupo e de suas normas. A anomia, entendida por ele como ausência de normas ou falta de lei, conduz em casos extremos ao suicídio. A anomia é característica de sociedades orgânicas desenvolvidas. Durkheim preocupava-se com os efeitos da divisão do trabalho.

---

123. Durkheim, op. cit., p. 451.

124. Durkheim, op. cit., p. 451.

125. Cf. Goldman, L., *Ciências Humanas e Filosofia*, p. 33: "O otimismo cartesiano de Durkheim, a pouca realidade de que para ele tinha o problema das ideologias exprimiam a tradição otimista dum burguesia que fora relativamente ainda pouco abalada pelo desenvolvimento dum proletariado que lhe pudesse impor sua própria visão socialista".

A versão inicial da filosofia liberal tinha como concepção da natureza a tendência do homem à maximização do prazer e minimização da dor. A sociedade é considerada, como nos diz Wolff,

*"Como um sistema de centros de consciência independentes, onde cada um deles procura alcançar a própria satisfação e encara os demais como opostos no ego, ou seja, como objetos". 126*

A esse individualismo, Durkheim, e não só ele, vem opor a concepção da natureza social do homem: a sociedade e os outros homens deixam de ser uma ameaça potencial ao indivíduo para se tornarem não somente elementos positivos como necessários. Se essa teoria significava uma crítica ao liberalismo individualista, não significava porém uma tentativa da volta ao passado. Durkheim procurava conciliar o individualismo com as necessidades da sociedade de massas que emergia com a industrialização. E nesse sentido é que a educação se tornará importante: realização do indivíduo *em e através* do meio social, visando prepará-lo para ser membro de um ou vários grupos sociais.

*"O problema que se impõe por si mesmo ao partidário esclarecido dos princípios liberais consiste em formular uma filosofia social que consiga estabelecer certa coerência entre os ideais de justiça e liberdade individual, por um lado, e os fatos de origem social e natureza da personalidade, por outro". 127*

---

126. Wolff, *Além da tolerância*, in *Crítica da tolerância repressiva*, pp. 35-36.

127. Wolff, *Idem*, p. 42.

Situar Durkheim como um dos precursores do liberalismo conservador não significa, entretanto, negar validade de sua obra. Sua importância para a sociologia é reconhecida por seus críticos, chegando mesmo Lucien Goldman a afirmá-la na negação: próprio Durkheim não seguiu seu método à risca. Goldman mostra também que a fórmula de Durkheim foi entretanto, inspiração para uma tendência cujos resultados seriam menos elogiáveis. 128

Entretanto, o conservadorismo de Durkheim se refere à postura conservadora frente aos problemas sociais da época, explicável dadas as condições da burguesia francesa, como já dissemos anteriormente. Porém, o fato de ser compreensível não elimina o seu caráter conservador.

Se a sociologia conservadora era a única disponível para os intelectuais educadores liberais da época, temos que admitir que a sua própria posição liberal levou-os a aceitá-la. (E, ainda mais, é dentro de seus próprios limites que, em certos casos, continuamos a pensar).

A influência de Durkheim sobre o escolanovismo é explícita. Lourenço Filho, por exemplo, escreve o seguinte:

*"A primeira larga e benéfica tendência social da educação de hoje é aquela que nos leva a encarnar a escola - instituição de educação intencional e sistemática, por excelência - como órgão de reforçamento e integração de toda a ação educativa da comunidade, não órgão que a ela se*

---

128. "Muito bom sociólogo para tratar os fatos sociais" 'do exterior', 'como coisas', sua fórmula exprimia - isso se produz muitas vezes - uma tendência que deveria acentuar-se de modo contínuo nos Estados Unidos como na Europa, até os trabalhos da sociologia contemporânea". Goldman, L. op. cit., p. 37. Cf. também Goldman, L., idem, pp. 56-59.

possa opor, ou dela se possa desligar. Na verdade, só há um educando, o indivíduo? um educador; o meio social. Encarando de maneira objetiva, a educação é socialização da criança". 129

O levantamento das raízes do pensamento de Anísio Teixeira nos leva, portanto, circularmente, a Dewey e Durkheim, entre outros teóricos da educação liberal assim como ao movimento escolanovista que vem sistematizar e tentar aplicar as idéias desses mesmos ideólogos. O que destacamos, aqui, é a importância atribuída, pelo movimento e por seus inspiradores, ao papel da ciência na educação.

No que diz respeito a Durkheim, representa não somente uma nova proposta para a educação — socialização da criança — como também a introdução da metodologia científica na análise de fenômenos sociais. Não se deve esquecer que propunha a metodologia empregada nas ciências físicas e naturais. Quanto a Dewey, sua contribuição distribuiu-se entre as áreas de psicologia, filosofia e educação. Esses, dois teóricos, assim como os outros que influenciaram o escolanovismo e a Anísio Teixeira em particular, tinham em comum a confiança muito difundida, na época, na ciência e destaca-se em suas propostas a ênfase na necessidade do emprego do método científico.

Entretanto, essa influência não parece ter sido tão decisiva para Fernando de Azevedo, como para Anísio Teixeira. Este educador, à época em que analisamos seu trabalho, foi marcado profundamente pelas transformações, ao nível superes-

---

129. Lourenço Filho, M.B., *Introdução ao estudo da escola nova*, pp. 19-20. Em nota de rodapé, o autor remete o leitor à obra de Durkheim: *Educação e Sociologia*.

trutural, que o pensamento moderno sofria.

São vários os textos da época, nos quais Anísio Teixeira expõe suas idéias a respeito. Além do artigo sobre a escola nova, um outro discurso traz explícita sua posição intelectual. Trata-se de *Educação e Sociedade*,<sup>130</sup> onde o autor declara-se disposto a analisar o tema sob o ponto de vista do "naturalismo filosófico moderno".<sup>131</sup> Admitir esse ponto de partida significava não somente aderir aos resultados da "ciência moderna", como, em termos de educação, identificar esta com o domínio da natureza.<sup>132</sup> O elemento principal que informava esta função da educação era a *naturalização do pensamento*,<sup>133</sup> conceituação emprestada a Dewey. Dessa forma, a inteligência se torna a *natureza consciente* e capaz de se auto-dominar e a ciência o melhor resultado da inteligência e da possibilidade de domínio da natureza. A educação deveria e poderia desenvolver a inteligência e portanto dominar a natureza exterior ao indivíduo e a própria natureza do indivíduo.<sup>134</sup>

---

130. Teixeira, Anísio, *Educação e Sociedade* in Boletim de Educação Pública, Rio de Janeiro, Vol. 2, julho/desembro, 1932, pp.237-253. Conferência realizada perante a 5ª Conferência Nacional de Educação.

131. Teixeira, Anísio, op. cit., p. 237.

132. "O esforço da natureza para se governar outra coisa não é senão *educação*, no sentido amplo do termo". Teixeira, Anísio, idem, p. 240.

133. "As ações e reações de nível mental são de natureza idêntica a das ações e reações de níveis físicos ou biológicos. Conquistam apenas, no novo nível, além de imensas possibilidades de se combinarem de mil modos, a qualidade nova de se conhecerem". Idem, p.239. (grifo do autor).

134. "Na medida em que o próprio homem se torna capaz de reflexão, de pensamento e, conseqüentemente, de reconstrução da própria experiência, nessa medida é ele uma individualidade", Idem, p. 242.

Não se tratava, porém, de desenvolver a inteligência sem um método específico e sem pressupostos sociais. O método para desenvolver a inteligência seria o emprego do procedimento científico. Este recurso não somente é efetivo, ao nível individual, como também é a solução percebida por Anísio Teixeira (e já o fora por Dewey) para os problemas sociais, e conflitos de moral.

"No campo científico, aliás, onde o pensamento humano, graças a processos regulares de inquérito e de conhecimento ganhou a segurança de si mesmo, o problema do desajustamento individual deixou de existir. Não somente a conformidade com que está provado é tranquila e pacífica, como o inquérito individual se faz em particulares condições de êxito, por isso mesmo que é o recurso natural para o progresso científico. Tenhamos a coragem de elaborar os mesmos ou outros processos de inquérito regular para o pensamento moral ou social - e teremos chegado ao mesmo acordo feliz entre o indivíduo e a sociedade".

135

A posição filosófica, psicológica, política de Anísio Teixeira, que ele chama de *naturalismo filosófico moderno*, não significava, porém, falta de conhecimento de outras opções: no mesmo texto ele opõe o "naturalismo" ao "*idealismo germânico*", chegando a revisar Hegel. E é nesse sentido que se pode situar Anísio Teixeira como um dos precursores do pensamento tenocrático no Brasil, na medida em que aderiu conscientemente à instrumentalização da razão, entendida por

ele como "relativização e humanização da inteligência"<sup>136</sup>. É importante, portanto, citar Anísio, quando ele opõe Razão ab soluta e Razão relativa.

"A idéia de inteligência como uma força absolutamente livre e estranha ao jogo natural das realidades foi o que levou o homem a tantos erros sobre o seu funcionamento e, até, a prevenção re- ceiosa contra essa força - a força mental -, tão natural quanto as outras forças da natureza, fa- zendo-a sofrer, através dos tempos, as imposi- ções artificiais de autoridade ou a limitação de filosofias não menos artificiais.

O chamado idealismo objetivo - característico da filosofia germânica - era, talvez, de todos es- ses artifícios, o que andasse mais próximo da realidade. Considerando as instituições como en- cardenações da razão absoluta, tal filosofia criou um objetivo para a adesão da inteligência, que afirmaria a proporção que se identificasse com as instituições.

Com efeito, as instituições são resultados da experiência humana, que permitem o livre desen- volvimento das tendências e interesses do homem, podendo, por isto, ser consideradas como encar- nações ou emanções, não da razão ou inteligên- cia absoluta, mas da razão ou inteligência rela- tiva e humana. A inteligência tem, realmente, na sua adaptação às instituições a forma normal e regular do seu desenvolvimento. É isso pressen- tiu toda filosofia germânica. Mas, o que não pressentiam a filosofia germânica, em geral, nem Hegel, em particular, foi que essas insti- tuições, sendo a emanção e produto da própria razão humana, deviam ser, naturalmente, objeto, não só da conformidade, mas também de crítica da inteligência, para que, de instrumentos de li- bertação, não se transmudassem em instrumentos de construção e paralização da sua própria for- ça renovadora.

O problema do conflito entre moral individual e a moral social tem sido, por tais motivos, um problema mal posto". 137

---

136. "O fenômeno da educação data, assim, do aparecimento da inteligência consciente sobre a terra, constituindo um longo processo, pelo qual a natureza se transforma conscientemente, para melhor atingir os seus fins ou, se quiserem, para atingí-los de modo diverso. O porta- dor dessa inteligência consciente é o homem e os seus meios de ação, a experiência, em seu nível mental. (.....)

Baste-nos salientar que, do indivíduo, a experiência hu- mana se projeta sobre a natureza e a readapta para os próprios fins". Idem, p. 241.

137. Teixeira, Anísio, op. cit., pp. 241-245.

O que se pode perceber, portanto, quando se procura as raízes do pensamento de Anísio Teixeira, que envolve também o movimento escolanovista ou vice-versa, é que a educação brasileira entra nessa época, na era da razão instrumental ou, no processo de subjetivação da razão. Por um lado, através da utilização dos recursos oferecidos pela ciência (suposta como neutra) e por outro lado pela pregação da necessidade de difusão de um determinado tipo de procedimento - o método científico das ciências físicas e naturais - como critério de verdade e de moralidade. A questão que se coloca é saber se essa transição, aqui estudada do ângulo da educação, é um processo que abrange a totalidade da vida material e social.<sup>138</sup>

### 3.1. Razão instrumental

A passagem da predominância da razão objetiva para a razão subjetiva foi um processo histórico necessário. A razão objetiva pode ser entendida como o reconhecimento, pelos homens, de que a razão estaria situada ou contida no mundo objetivo. Sócrates e outros filósofos importantes concebiam a razão objetiva como compreensão que regularia as relações entre os homens e destes com a natureza e deduziam

---

138. A discussão que se segue é apenas um esboço do problema de *racionalidade* e irracionalidade. Dada a complexidade do tema, sua colocação aqui visa apenas esclarecer em alguns pontos o pensamento de Anísio Teixeira. (Ver para o que se segue, principalmente, *Crítica de la razón instrumental*, de Max Horkheimer Trad. de H. A. Murena, D.J. Vogelmann, Editora SUR, 1973, Buenos Aires.)

dela uma concepção do designio humano. O princípio da razão objetiva significa, que a razão se reconhece na natureza das coisas e que a conduta correta surge de tal reconhecimento. Os sistemas filosóficos que propõem a razão objetiva desembocam, entretanto, em uma concepção estática da história e em uma ordem imutável do universo. Nesse sentido é que o deslocamento da razão objetiva para a razão subjetiva pode ser entendido como um processo histórico necessário.

A passagem para a concepção de razão entendida não mais como absoluta, mas relativa, e derivada unicamente do ator individual, significou a subjetivação da razão. A idéia de tolerância é considerada como um germe da razão subjetiva; por um lado, a tolerância significa liberdade frente ao domínio de uma autoridade dogmática; por outro lado alimenta uma neutralidade frente a qualquer conteúdo espiritual e, por conseguinte, fomenta o relativismo.<sup>139</sup> A diferença fundamental entre a razão objetiva e a razão subjetiva é considerar a razão como capacidade exclusiva do indivíduo, não existindo fora dele.<sup>140</sup> Uma decorrência dessa postura é relativizar os fins: os fins de qualquer ação tornam-se subjetivos e a racionalidade da ação se identifica com a adequação dos procedimentos para atingir um determinado fim. O pensamento pode servir a qualquer fim, tornando-se amoral. A discussão sobre os *fins* passa a se justificar somente se eles se constituem em *meios* para outros fins.

---

139. Cf. Horkheimer, M., op. cit., p. 30.

140. Cf. Horkheimer, M., op. cit., p. 17.

Essa transformação do pensamento é que caracteriza o pensamento moderno - a subjetivação da razão, a qual se transforma em razão instrumental — está ligada às transformações de formas concretas de existência. Relaciona-se principalmente ao surgimento da *mercadoria* ou da *economia de mercado* e à própria evolução da sociedade industrializada.<sup>141</sup>

Horkheimer nos explica essa relação:

"As funções exercidas outrora pela razão objetiva, pela religião autoritária ou pela metafísica foram adotadas pelos mecanismos coisificantes do aparato econômico anônimo. O que determina a colocabilidade da mercadoria comercial é o preço que se paga no mercado e assim se determina também a produtividade de uma forma específica de trabalho. Estigmatiza-se como desprovidas de sentido ou supérfluas, como luxo, às atividades que não são úteis ou não contribuem, como em tempos de guerra, à manutenção e à segurança das condições gerais, para que a indústria prospere. O trabalho produtivo, quer seja manual ou intelectual, tornou-se respeitável, converteu-se de fato na única maneira aceita de passar a vida, e toda ocupação, a perseguição de qualquer objetivo que no final proporcione algum lucro, é designada como produtiva. 142

Por outro lado, a economia de mercado representa o indivíduo como agente do processo econômico, como entidade autônoma, através da ideologia jurídico-política da igualdade

---

141. Nesse sentido é que a ascensão da burguesia significou privilegiar a *razão*, como já vimos no Capítulo II.

142. Horkheimer, M., op. cit., p. 51.

de, como já foi apontado anteriormente.<sup>143</sup> Um traço fundamental do liberalismo é a apologia do individualismo.

Embora tenha sido um processo histórico necessário, a subjetivação da razão, a apologia do poder da inteligência do homem, significou por outro lado empobrecimento da razão: o pensamento, ao abandonar sua capacidade para julgar, ao relativizar a verdade, converteu a razão em instrumento e em presa do processo social. A única fonte da verdade, segundo o pensamento predominante moderno é a ciência e os objetivos sociais anteriores como justiça, igualdade, passam a não poder contar com a confirmação por parte da razão, uma vez que sua validade não poderia ser confirmada cientificamente.

A subjetividade da razão atinge todas as esferas da vida individual e social. A obra de arte "coisifica-se", torna-se uma mercadoria.<sup>144</sup> Também o "saber" passa a ter senti-

143. E ainda, conforme Mauricio Tragtenberg:

"Surge a economia quando os produtos são vendidos no mercado, realizando-se como valor de troca. Essa economia de mercado faz o indivíduo representar-se como um começo absoluto, uma entidade autônoma. A regulação do mercado pela lei da oferta e da procura *aparece* ao indivíduo como resultante da justaposição das *vontades individuais*, de seus autônomos, orientados para fins *racionalmente* definidos. O racionalismo e o empirismo que derivam de economia de mercado têm como ponto de partida a *consciência individual*, como origem absoluta do *conhecimento e da ação*" Mauricio Tragtenberg, *Burocracia e Ideologia*, Ed. Ática, 1974, p.

144. "Uma obra de arte aspirava dizer ao mundo como é o mundo, aspirava o pronunciar um juízo definitivo. Hoje vê-se inteiramente neutralizada (...) Tal coisificação é típica da subjetivação da razão. Ela transmuta obras de arte em mercadorias culturais e seu consumo é uma série de sensações casuais separadas de suas intenções e aspirações verdadeiras. A arte se vê tão dissociada da verdade como a política ou a religião". Horkheimer, M. op. cit., pp.50-51. Ver também sobre a obra de arte, *Dialética do concreto*, Kosik, K., cap. II, *Economia e Filosofia*, especialmente a 3ª parte: *Metafísica da Cultura*, pp. 99-136.

do na medida em que se torna produtivo.<sup>145</sup> Na medida em que se aproxima ou se afasta do tipo de homem exigido pelo sistema, o homem é considerado marginal ou adaptado e bem sucedido.<sup>146</sup>

O pragmatismo representa uma tentativa de converter essa tendência do pensamento moderno, aqui apenas esboçada, em uma filosofia. Seu fundador foi Charles Pierce e Dewey um de seus principais representantes. Horkheimer mostra que o núcleo dessa filosofia é a opinião de que uma idéia, um conceito ou uma teoria, não passam de um esquema para a ação e que, portanto, a verdade identifica-se com o êxito da idéia.<sup>147</sup> O pragmatismo justificou a substituição da lógica da verdade pela da probabilidade; nas palavras de Horkheimer, "reflete uma civilização que não tem tempo para pensar".<sup>148</sup> Dewey, um dos principais teóricos do pragmatismo e do "naturalismo filosófico moderno", ao qual se refere

---

145. Ver também: Kosik, Karel, *Dialética do concreto*, Habermas, Jürgen, *Técnica e ciência como "ideologia"* Trad. Zeljko Loparic, São Paulo, Abril Cultural, Coleção "Os Pensadores", Volume Adorno, 1975 e Marcuse, Herbert, *A ideologia da Sociedade Industrial*, Trad. Giasone Rebuã, Zahar, Rio de Janeiro.

146. "O homem se torna realidade apenas pelo fato de se tornar um elo do sistema. Fora do sistema ele é irreal. Ele é real apenas na medida em que é reduzido a função do sistema e é definido, segundo as exigências do sistema, como *homo economicus*. É real apenas na medida em que desenvolve as aptidões, o talento e as tendências que o sistema exige para seu próprio funcionamento, enquanto as demais aptidões não necessárias à marcha do sistema, são supérfluas e irrealis" Kosik, K., op. cit., p. 88.

147. Horkheimer, M., op. cit., p. 52.

148. Idem, p. 54.

Anísio Teixeira, elaborou seu trabalho em uma época de transição, nos Estados Unidos, como já vimos anteriormente. A influência da leitura de Hegel, Dewey rejeita o caráter metafísico da formulação hegeliana.<sup>149</sup> Ao "absolutismo" hegeliano opõe-se o "naturalismo" de Dewey. Este fornece a legitimação teórica, basicamente psicológica, para o deslocamento da razão objetiva (pensamento "em geral", contemplação) em razão subjetiva. O pensamento surge e se desenvolve em função da ação do homem quando este tenta se adaptar ao ambiente. A ênfase é colocada na ação e não na reflexão. O pensamento é um procedimento específico, relacionado com uma situação específica antecedente: é uma resposta a um estímulo.

Essa "naturalização do pensamento", entretanto, é colocada em termos suficientemente plásticos, para tornar viáveis as reformas sociais. Grosso modo, o esquema teórico que se presta à socialização da individualidade é o seguinte: Dewey agrupa hábito, impulso e intelecto, como conceitos chave. A ação é orientada pelo hábito; ao surgirem obstáculos para a ação, há interferência do impulso para realizar a ação. Emerge dessa forma um problema, ou uma situação problemática, quando então tanto o hábito como o impulso entram em conflito. A inteligência interfere realizando a mediação entre impulso e hábito, facilitando dessa forma a concretização da ação. A irracionalidade se caracteriza quando, nessa situação, preva-

---

149. "O naturalismo da lógica experimental despoja o pensamento de sua condição de parte de um ser absoluto, relativizando-o ao localizá-lo humanisticamente como uma função específica, peculiar a um homem que é considerado um animal tentando sobreviver no meio ambiente" Mills, W.C., *Sociology and Pragmatism*, pp. 360-361.

lece o hábito ou o impulso e não a inteligência.<sup>150</sup> Este esquema tem o mérito de "naturalizar" e socializar o pensamento, que deixa de ser alguma coisa em si mesmo, para se tornar parte do *comportamento*. O surgimento do pensamento está ligado a um determinado contexto e surge em uma situação prática.<sup>151</sup>

A importância da educação emerge como consequência lógica dessa naturalização do pensamento. Se a inteligência resolve de forma adequada todas as situações, torna-se necessário difundí-la. E, para Dewey, inteligência, identifica-se com a aplicação do método científico, como já dissemos anteriormente.<sup>152</sup> O pragmatismo identifica o procedimento experimental ao pensamento desde suas origens, como nos mostra Horkheimer.<sup>153</sup> Difundir a inteligência significa difundir o método científico e aquela se justifica na medida em que obtém êxito na ação.

Esse tipo de pensamento significa uma tentativa de objetivação da verdade. Uma tentativa de retirar desta todo o resquício de subjetividade. Entretanto, não deixa de ser "filosófico" e subjetivo e mesmo tão dogmático como as filo-

150. Ver Mills, W. *Sociology and Pragmatism*, pp. 448-461.

151. Mills, W., op. cit., p. 364.

152. Capítulo II, *Formação liberal* especialmente, p. 35.

153. "Pierce, que foi o criador do nome da escola, declara que o procedimento do pragmático não é outro senão aquele método experimental pelo qual todas as ciências que tiveram êxito (entre as quais, em seu conceito, nada incluiria a metafísica) alcançaram os graus de certeza que hoje lhes são próprios." Horkheimer, M., op. cit., pp. 57-58.

sofias metafísicas que condena.<sup>154</sup> O filósofo pragmático ideal, diz-nos Horkheimer, seria aquele que se calou.

A adesão do movimento escolanovista e de Anísio Teixeira em particular, ao método científico como categoria desejável de pensamento, elevando-se a sua difusão como um dos principais objetivos da escola, significou, portanto, uma proposta adequada à tendência do pensamento moderno, que àquela época se iniciava: a subjetivação da razão ou a pragmatização do pensamento, que no caso brasileiro significava principalmente a secularização do pensamento.

Veremos a seguir algumas implicações da predominância da razão instrumental, tendo em vista, em particular, as suas repercussões na educação: o recalque da moral e a ênfase na adaptação.

### 3.1.1. O Recalque da moral

O pragmatismo, com sua ênfase na *eficiência*, tem na amoralidade, ou no recalque da moral, uma de suas implicações mais sérias. Dewey encontrou em Mills um crítico da maior seriedade que soube justificar as condições que, de certa forma, forneceram o caldo de cultura para o filósofo americano e do surgimento do próprio pragmatismo.

Entretanto, embora passível de compreensão ao nível subjetivo, em termos objetivos, o pragmatismo, através de seus teó-

---

154. "A voz de comando positivista que pede que se atenha aos fatos e ao senso comum em vez de perseguir idéias utópicas, não difere muito da exortação a obedecer à realidade, tal como a interpretam as instituições religiosas que, no fim das contas também são fatos. Cada um desses grupos expressa sem dúvida uma verdade, com a deformação de pretender que seja válida com exclusividade. O positivismo vai tão longe na crítica do dogmatismo que declara nulo o princípio da verdade em cujo nome, unicamente, a crítica tem sentido." Horkheimer, M., op. cit., p. 101.

ricos, entre os quais Dewey é um dos principais, é o responsável pela formação de uma *geração*, , no dizer de Chomsky, e do *pensamento moderno*, no dizer de Horkheimer, que se ajustaram perfeitamente não só às necessidades da industrialização e do controle da sociedade de massas, como também à própria guerra.

O processo de subjetivação da razão, pode ser ilustrado, em sua amoralidade, pelos conceitos de força (energia coercitiva e violência) tal como é entendido por Dewey: "Um uso imoral da força é um uso estúpido" (idiota) (An immoral use of force is a stupid use" (...)). A única questão que pode ser levantada sobre a justificação da força é a eficiência comparativa e a economia em seu uso." (...) O critério de valor reside na eficiência relativa e na economia do dispêndio da força como um meio para um fim".<sup>155</sup> Esses postulados de Dewey devem ser entendidos, naturalmente, a partir de seu conceito de ação e tendo-se em vista as situações às quais o seu conceito se adaptava: situação homem-objeto; relação profissional-cliente e situações quotidianas, particularmente relação homem-natureza.<sup>156</sup> Seu ponto de vista é manipulativo e ele se omite em relação ao problema de poder em sua implicação moral. O seu único critério é a razão subjetiva baseada no método científico. Está subjacente ao modelo de Dewey, segundo ainda Mills, a concepção de um homem homogêneo, confrontando problemas de adaptação à natureza, de forma que esta assertiva suporta o modelo biológico de Dewey e sua perspectiva

---

155. Dewey, J., "Force and Coercion", *International Journal of Ethics* (April, 1916) reimpresso em *Characters and Events*, pp. 782-90. Citado por Mills, W. C., op. cit., p. 422.

156. Ver Mills, W.C., op. cit., p. 385.

tecnológica.

Entretanto, se é justificável que ele tivesse iniciado seus trabalhos quando o mundo se maravilhava com os produtos da ciência, as citações acima datam de 1916, em plena primeira guerra mundial. A assimilação de problemas políticos, religiosos, morais, sociais, à condição de "problemas" solucionáveis através do método científico foi "vazada" por Dewey pela educação e essa assimilação de meios e fins tornou-se, certamente, um tipo de mentalidade ajustável à guerra. O "método da inteligência" fora equacionado, por Dewey, com democracia liberal.<sup>157</sup>

Essa "objetividade científica" e "subjetividade da razão", que proporciona aos adeptos do liberalismo pragmático a justificação para o monopólio do poder através da tecnocracia, a qual presuppõe e valoriza uma ausência de qualquer outro tipo de moral, tem sido objeto de revisão através da análise dos resultados obtidos. A atuação dos "intelectuais" americanos na primeira guerra mundial já proporcionara argumentos para Randolph Bourne, em um texto realmente sério, escrito em 1917:

*"A guerra revelou uma inteligência mais jovem, formada pela educação pragmática, muitíssimo capaz para a direção dos acontecimentos, lamentavelmente despreparada para sua interpretação intelectual ou para a indicação idealista de fins... Absorveram o segredo do método científico aplicado à administração política (...). É como se entre a guerra e estes homens existisse uma afinidade especial. Porém, o importante é que o aspecto técnico da guerra é que os atrai, não seu aspecto político ou a*

---

157. Mills, W.C., op. cit., p. 419.

sua interpretação (...) Os discípulos (De Dewey) aprenderam excessivamente ao pé da letra a atitude instrumental para com a vida e, apesar de serem muito inteligente e enérgicos, estão se convertendo em instrumentos eficientes da técnica de guerra, aceitando irrefletidamente seus fins tal como são enunciados de cima" 158

Chomsky também denuncia o papel dos intelectuais pragmáticos e da própria atitude instrumental que hoje nos parece tão óbvia e "natural". Este tipo de atitude, que se fundamenta basicamente na subjetivação da razão e no domínio da natureza, foi uma das principais idéias que Anísio Teixeira adotou e procurou difundir. Diga-se de passagem, tão pouco discutida, ainda, entre nós, no campo da educação, apesar de ser a mentalidade dominante. Se a "atitude científica" ainda não foi suficientemente difundida, e então ainda não superamos a "escola nova", ela certamente se tornou dominante ao nível da sociedade política e do processo produtivo.

A crítica de Chomsky dirige-se à "objetividade"<sup>159</sup> científica pretendida pelos adeptos do liberalismo pragmático e seus efeitos na política interna e, principalmente, externados Estados Unidos. Analisando a responsabilidade dos intelectuais, aponta três fatores decisivos para o elitismo tecnocrático: o acesso ao poder, uma mesma ideologia e a especialização em uma sociedade que estimula a especialização e delira frente à perícia técnica. Esta "objetividade" proporciona, segundo tecnocr

---

158. Bourne, Randolph, "Twilight of Idols" in *The World of Randolph Bourne* (New York, E.P. Dutton & Co., Inc., 1965), citado por Chomsky, Noam, *La responsabilidad de los intelectuales y otros ensayos históricos y políticos*. (Los Nuevos Mandarines), Trad. Juan Ramón Capella, Editorial Ariel, Barcelona, 1974. p. 11.

159. Chomsky, N. op. cit., p. 86.

tas uma "superioridade" e esta um direito ao poder. Chomsky, questiona:

*"que razões há para supor que aqueles cuja pretensão de deter em o poder se baseia no conhecimento e na técnica, serão melhores ao exercê-lo do que aqueles cuja pretensão se baseia na riqueza ou em sua origem aristocrática?" 160*

Essa fé na objetividade do trabalho intelectual traz implícita pelo menos duas suposições importantes: a aceitação do modelo capitalista baseado na democracia liberal e a consequente preocupação com a ordem que se considera justa e desejável naquilo que é essencial.<sup>161</sup> Juntando-se essas suposições à razão instrumental, temos então que a discussão passa a ocorrer em terreno fechado. Sendo os "fins" um "fato", discutem-se os meios: a violência é legítima, desde que eficiente para alcançar o fim estabelecido. E a conceituação de Dewey sobre violência encontra eco até nossos dias. Chomsky comenta um relatório destes intelectuais sobre a guerra do Vietnam.

*"aprovam nossa violência no Vietnam, que é - e são bem conscientes disso - enormemente superior à do inimigo vietnamita (...) Mas esta matança, assim, como o extermínio dos vietnamitas, não é um emprego de violência conseguir uma mudança social, e, portanto, é legítima". 162*

---

160. Idem, ibidem, p. 88.

161. Chomsky, N., op. cit., p. 95.

162. Chomsky, N., op. cit., p. 99 e 97.

Além de criticar a ideologia dos intelectuais<sup>163</sup>, elaborada para legitimar uma nova forma de elitismo — o elitismo baseado na Inteligência — Chomsky nos mostra como a legitimação baseada no método científico das ciências físicas e naturais (e de seus correspondentes as ciências comportamentais), leva à aceitação do *status quo* nacional (que se converte de certa forma em Razão Objetiva) e elimina a discussão dos fins, considerada sentimental ou irracional e torna exclusiva a discussão dos meios. E a passagem dessa mentalidade às ciências humanas (ciência do comportamento) completa, do ponto de vista tecnicista, a "objetividade" das ações consideradas úteis. Os textos sobre a guerra do Vietnam, elaborados pelos intelectuais liberais pragmáticos americanos, analisados por Chomsky, merecem deste um "resumo" irônico e representativo da irracionalidade a que este tipo de razão técnica conduz:

"Em suma, além da 'confiscação de víveres, a demolição de casas ou a destruição de aldeias', também podemos eficazmente fazer uso de 100 libras de explosivos por pessoa, 12 toneladas por milha quadrada, como no Vietnam, como técnica para controlar a conduta, confiando no princípio, agora confirmado de uma vez para sempre pela experimentação, de que a satisfação dos desejos é uma motivação da conduta humana mais importante que os chamamentos abstratos à fidelidade. Sem dúvida trata-se de um parecer extremamente são. Seria absurdo, por exemplo controlar a conduta de um rato tentando ganhar sua fidelidade ao invés de tomar medidas de força". 164

---

163. "Se é verossímil que a ideologia servirá em geral como máscara para o interesse egoísta, então pode-se presumir que os intelectuais, ao interpretar a história ou formular a política, tenderão a adotar uma posição elitista, condenando os movimentos populares e a participação das massas na elaboração de decisões, e destacarão a necessidade de que estas sejam supervisionadas por aqueles que possuem o saber e os conhecimentos necessários (assim o afirmam) para dirigir a sociedade e controlar e mudança social. Isto não é, de modo algum novo..." Chomsky, N. op. cit., p. 148.

164. Chomsky, N., op. cit. p. 126.

A substituição da razão objetiva pela razão subjetiva é um processo estreitamente ligado à expansão da industrialização e os seus efeitos tornaram-se perceptíveis, não somente nos países onde o modo de produção capitalista é predominante, bem como naqueles que efetuaram a transição para o socialismo. Nestes últimos, a predominância desta forma de razão, que super-valoriza o domínio da natureza em função do aumento da produtividade<sup>165</sup>, pode ser considerada também um dos motivos para permanecerem no limiar de uma sociedade mais humana. Entretanto, os estudos sobre a evolução e os efeitos do pensamento moderno nos países capitalistas são os que mais de perto nos interessam e, entre eles, o trabalho de Habermas<sup>166</sup> nos oferece mais alguns elementos, bem como o livro de Marcuse, *A ideologia de Sociedade Industrial*, que serve à reelaboração crítica feita por Habermas.

Habermas reconhece a Marcuse o mérito de ter feito "do conteúdo político da razão técnica o ponto de partida para uma teoria da sociedade capitalista em fase tardia."<sup>167</sup> Entretanto, rejeita a tese de Marcuse de que o próprio método da ciência implique dominação. Dentro das limitações de uma leitura e em função dos objetivos deste trabalho, destacamos um dos pontos fundamentais da análise de Habermas.

---

165. "Decreto Marx encarou o problema de fazer a história, com consciência e vontade, como tarefa de um domínio *prático* dos processos de desenvolvimento social até então não controlados. Mas outros compreenderam esse problema como uma tarefa *técnica*: ao reconstruir a sociedade segundo o modelo dos sistemas auto-regulados do agir-racional-com-respeito-a-fins e do comportamento adaptativo, eles pretendem controlar a sociedade *do mesmo modo* que controlam a natureza. Essa intenção se encontra não somente entre os tecnocratas do planejamento capitalista, mas também entre os do socialismo burocrático". Habermas, J., op. cit., p. 329.

166. *Ciência e Técnica como ideologia*, já citado.

167. Habermas, J., op. cit., p. 306.

Esclarece-nos que, no capitalismo *tardio*, que vem substituir o capitalismo liberal, em uma sociedade de massas e de oligopólios, a ciência assume a função de crítica das ideologias e torna-se ela própria a ideologia do sistema. No capitalismo monopolista, a necessidade cada vez maior de intervenção do Estado, provoca a necessidade de despolitização das massas; a transformação de questões *práticas* em questões *técnicas*, e portanto inacessíveis à discussão das "massas", legitima a manutenção dos interesses urgentes.<sup>168</sup>

O que importa ressaltar é que, no capitalismo de fase tardia, o Estado assume cada vez mais funções econômicas e função reguladora do sistema social, através de "programas substitutivos"<sup>169</sup> e a política passa a significar a busca de soluções para "questões técnicas". Esses fatos levam à necessidade de um maior poder de manipulação por parte do Estado e exclui, como dissemos, a discussão pública. Habermas pergunta e responde à questão que então se coloca:

*"O programa de substitutivos que legitima a dominação deixa sem legitimação um ponto importante: como fazer com que a despolitização das massas se torne plausível para elas próprias? Marcuse pode*

---

168. Habermas, J., op. cit., p. 319.

169. "... surge, no lugar da ideologia da troca livre, um programa de substitutivos, que não é mais orientado pelas consequências sociais da instituição do mercado, mas pelas consequências sociais de uma atividade de Estado que compensa as disfunções da troca livre. Ela conjuga o momento da ideologia burguesa do rendimento (que desloca, entretanto, do mercado para o sistema escolar, a atribuição de *status* conforme a medida do rendimento individual) com a garantia do mínimo de bem-estar social, a perspectiva de segurança do lugar de trabalho, bem como a estabilidade dos vencimentos." Habermas, J., op. cit., p. 319.

*ria responder a isso fazendo com que técnica e ciência assumam também o papel de uma ideologia".*  
170.

Analisando-se o papel que a ciência e a técnica vêm assumindo, pode-se concluir, para fins deste trabalho, que há uma estreita relação entre a expansão do capitalismo e a evolução da ciência. Quando o desenvolvimento desta última passa a depender não só da indústria, como também do Estado, aliado a um sistema baseado na exploração, acentua-se o aspecto instrumental da própria ciência e a ideologia de sua neutralidade. Por outro lado, seus resultados quando da aplicação técnica, tenderão, dada essa crença de neutralidade, a servir à evolução do próprio processo social. Constatar tal fato não significa responsabilizar os cientistas pragmáticos mas, principalmente, reconhecer os limites da ideologia pragmática que deriva da ênfase no método científico.

A razão subjetiva, que serve de suporte à mentalidade cientificista,<sup>171</sup> tende a levar ao irracional e à ausência de

---

170. ... o apelo feito pela propaganda ao papel da técnica e da ciência pode legitimar e explicar por que, nas sociedades modernas um processo democrático de formação da vontade "deve" perder sua função nas questões práticas e ser substituído por decisões plebiscitárias sobre as alternativas equipes de direção do *personal* administrativo. Essa tese da tecnocracia foi desenvolvida no plano científico em diferentes versões. O que me parece importante é o seu poder de penetrar, enquanto ideologia de fundo, na consciência da massa despolitizada da população, e de gerar força legítima dora. A atuação específica dessa ideologia é a de subtrair a auto-compreensão da sociedade tanto do sistema do agir comunicativo como dos conceitos de interação simbolicamente mediatizados, substituindo-a por um modelo científico. Nessa mesma medida, entre, no lugar de uma auto-compreensão culturalmente determinada de um mundo do viver social, a autocoisificação do homem sob categorias do agir-racional-com-respeito-a-fins e do comportamento adaptativo." Habermas, J., op. cit., p. 321.

171. Mentalidade que não é, obrigatoriamente, a de todo o cientista.

moral (ou recalque da "moralidade", como diz Habermas)<sup>172</sup> e à auto-objetivação do homem e não à sua maior emancipação, entendida esta como capacidade de compreender e orientar sua própria existência. Pelo contrário, leva à possibilidade cada vez maior de manipulação e de conformidade. A rigor, acaba, em certos casos, eliminando até a necessidade de sistemas autoritários de governo, dada a destruição da personalidade. Do individualismo possessivo do capitalismo liberal passamos à uniformidade teleguiada do capitalismo monopolista e do socialismo de Estado:

*"A rubrica social e psicológica da nossa época é caracterizada menos pela personalidade autoritária do que pela desestruturação do superego. Um aumento de comportamento adaptativo é apenas, o reverso da medalha de um processo de dissolução da esfera de interação verbalmente mediatizada, dentro da estrutura do agir racional-com-respeito-a-fins. A isso corresponde, do lado do sujeito, o fato de que a diferença entre agir racional-com-respeito-a-fins e interação desaparece da consciência, não apenas da ciência do homem, mas também da consciência do próprio homem. A força ideológica da consciência tecnocrática confirma-se no encobrimento dessa diferença".* 173

### 3.1.2. Adaptação

Considerar a escola como instituição destinada a promover a *adaptação* do indivíduo à sociedade, é uma idéia que os ideólogos da escola nova, no Brasil, recebem de Durkheim.

---

172. "Na consciência tecnocrática o que se espelha não é o rompimento (Diremptron) de uma contextura moral, e sim o recalque da "moralidade" enquanto categoria das relações de vida geral..." Habermas, J., op.cit., p. 326.

173. Habermas, J., op. cit., p. 323.

Essa mesma função de adaptação é adotada por Dewey, embora ligada a uma possibilidade de aperfeiçoamento da mesma sociedade à qual o indivíduo deverá se adaptar.

O sentido adquirido pelo termo adaptação foi resultante da própria evolução da sociedade industrializada e da ampliação de suas esferas racionalizadas. Para se chegar à adaptação como pauta de todo comportamento esperado, contribuíram, as idéias de teoria da evolução, de Darwin, divulgadas com o sentido de identificar o "homem de êxito" com aquele que melhor tivesse se adaptado: a "sobrevivência" ou o "êxito", estariam ligados à maior capacidade de adaptação<sup>174</sup> e, portanto, de domínio da natureza. A utilidade do darwinismo como legitimação dessa postura frente à realidade só pode ser entendida no conjunto da evolução da sociedade, que tem sido analisado aqui através de perspectiva da superação da razão objetiva pela razão subjetiva.

A auto-racionalização, termo que pode ser usado como sinônimo de adaptação, emerge com a ampliação das esferas racionalizadas, da sociedade. Nesse sentido, uma vez aceita como necessidade o domínio da natureza e, posteriormente, a sua exploração, a razão passa a se opor o conceito de natureza e

---

174. "Um dos fatores da civilização poderia ser descrito como substituição paulatina da seleção natural pela atuação racional. A sobrevivência - ou digamos, o êxito, depende da adaptabilidade do indivíduo às coerções às quais a sociedade o submete." A fim de sobreviver, o homem se converte em um aparelho que a cada instante responde com a reação adequada às situações perturbadoras e difíceis que conformam sua vida." Horkheimer, M. op. cit., p. 105.

"A dessacralização da natureza e o descobrimento da natureza como um conglomerado de força mecânicas, como objeto de exploração e domínio, acompanha *pari passu* a dessacralização do homem, no qual se descobre um ser que é possível modelar e formar, ou então - traduzido em linguagem correspondente - que se pode manipular". Kosik, K., *Dialética do concreto*, p. 200.

"adaptar-se" significa superar a própria natureza. Nesse sentido, o domínio da natureza dentro e fora do indivíduo acaba por significar opressão.

A necessidade de adaptação cada vez maior está ligada não somente às necessidades do indivíduo, como também e principalmente às necessidades da sociedade industrializada: toda modificação de atitudes dos indivíduos que resultem em aumento da produtividade resultam desejáveis socialmente. A adaptação do indivíduo está diretamente relacionada à sobrevivência do próprio sistema social. Nesse sentido, certos valores da vida individual ou social, como *felicidade, lazer*, por exemplo, deixam de ser fins em si mesmos para assumir o caráter instrumental e tornar-se um meio para aumentar a produtividade material.<sup>175</sup> Os efeitos que a auto-racionalização têm apresentado, em termos de empobrecimento da razão, ou diminuição da capacidade de reflexão, compreensão e emancipação do homem tem sido apontados por vários pensadores modernos, como Marcuse, por exemplo, que chama a este novo "produto da técnica" de o "homem unidimensional"<sup>176</sup> Mannheim também assinala esta desagradção da razão, mostrando como a "racionalidade funcio

---

175. "Assim como se tende hoje a submeter cada vez mais toda a vida à racionalização e à planificação, a vida de todo indivíduo - inclusive seus impulsos mais secretos que antes representaram sua esfera privada - deve observar agora as exigências da racionalização e da planificação: a autoconservação do indivíduo pressupõe sua adaptação às exigências da conservação do sistema. Já não lhe resta nenhuma possibilidade de subtrair-se ao sistema". Horkheimer, M., op. cit., p. 106.

176. Marcuse, H., *A ideologia da sociedade industrial*

nal" leva à diminuição da "racionalidade substancial"<sup>177</sup> Cabe também aos educadores retomar o princípio da *adaptação* à *civilização industrial*, como tema de discussão e crítica.

A escola ocupa neste tipo de sociedade "pragmática", a função central de modelar este tipo de auto-racionalização. A escola procura adaptar os alunos aos "progressos da *civilização*".<sup>178</sup>

Por outro lado, a negação da "adaptação" ou aquilo que é chamado de "desajustamento" também é definido em função de uma *realidade* que é tomada como desejável e eterna, e não como um produto da própria atividade do homem.<sup>179</sup> Adaptação e desajustamento são entendidos em função de um determinado conceito de *realidade*, portanto. Nesse sentido, a realidade se absolutiza com a separação entre produtores e produto,

177. Mannheim, Karl, *Man and Society; in a age of reconstruction; studies in modern social structure*, Translated Edwards Shils Londres, Routledge and Kegan Paul, 1966.

178. Freud, Sigmund, "O mal-estar na civilização" in *Sigmund Freud*, seleção de textos de Jayme Salomão, tradução de Durval Marcondes et al., São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

179. "... a dialética materialista demonstra como o sujeito concretamente histórico cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, idéias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência. Não reduz a consciência às condições dadas; concentra a atenção no processo ao longo do qual o *sujeito concreto produz e reproduz a realidade social; e ele próprio ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido*", Kosik, K., *Dialética do Concreto*, p.111 (grifos do autor).

entre trabalho e criação.<sup>180</sup>

O conceito de "realidade" é tão comprometido com a concepção de mundo na qual se apoia, como o próprio conceito de *homem*. A adaptação ou o desajustamento do indivíduo, definidos a partir de sua capacidade de auto-racionalização, também pressupõem o conceito de homem produtivo, ou "homo oeconomicus", tomado como modelo ideal. O sujeito é tão melhor adaptado quanto maior for a sua produtividade dentro do sistema.<sup>181</sup> O desajustamento é avaliado a partir do afastamento à conformidade considerada produtiva. Horkheimer mostra que o tipo "hilarante" de nossa época é o "excêntrico" que não segue as formas de pensar e agir às quais os indivíduos são induzidos.<sup>182</sup> Outras formas de desadaptação são, entretanto, não somente hilariantes como motivo para repressão à base da violência ou legitimadas pela ciência, como é o caso da "lou

---

180. "O capitalismo rompe este vínculo direto, separa o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho numa fadiga incriativa e extenuante. A criação começa além das fronteiras do trabalho industrial. A criação é arte, enquanto o trabalho industrial é ofício, é algo maquinal, repetitivo, e portanto algo pouco apreciado e que se auto despreza. O homem - que durante a renascença ainda é criador e sujeito - se rebaixa ao nível dos produtos e dos objetos, de uma mesa, de uma ferramenta, de um martelo. Com a perda do domínio sobre o mundo material criado, o homem perde também a realidade. A autêntica realidade é o mundo objetivo das coisas e das relações humanas reificadas diante das quais o homem é uma fonte de erros, de subjetividade, de inexatidão, de arbítrio e por isso é uma realidade imperfeita". Kosik, K., op. cit., p. 110-111.

181. Ver Kosik, K., op. cit., pp. 81 e seguintes. "O homem não é definido em si mesmo mas em relação ao sistema. O problema originário não consiste em indagar o que é o homem. Consiste em indagar quais devem ser as faculdades do homem a fim de que o sistema das relações econômicas possa pôr-se em marcha e funcionar como um mecanismo". pp. 85-86.

182. "No século XX o objeto do riso não é a multidão conformista, mas sim o excêntrico que "todavia" se atreve a pensar de forma autônoma". Horkheimer, M. op.cit., p. 127.

cura" ou do "banditismo". Essas formas de "desajustamento", que podem ser entendidas, no dizer de Horkheimer como "rebelião da natureza" a essa racionalização por vezes violentada, têm se prestado à legitimação da "normalidade". Ainda, quando não atingem formas radicais de desajustamento, os chamados comportamentos irracionais, que não desaparecem,<sup>183</sup> são canalizados e manipulados em nossa sociedade de massas; para tanto são usados instrumentos como o esporte, os meios de comunicação ou teorias da conspiração, como é o caso dos judeus na Alemanha nazista<sup>184</sup>, ou mesmo através da religião ou de apelo às "tradições". Sempre que possível, essa canalização ou manipulação realizam-se de forma a se tornarem *lucrativas*. Em outros casos, prestam-se à legitimação de um severo controle político que rotula de "caso psiquiátrico" os casos de dissidência política.

Estas considerações sobre os conceitos de "adaptação" e "desajustamento" visam retomar de forma crítica esses conceitos. O movimento da escola nova e seus adeptos no Brasil, entre os quais Anísio Teixeira, adotaram a defesa da "função adaptativa" da instituição escolar. Particularmente, Anísio, à época aqui estudada, defendeu essa função e a sua realização através da difusão do método científico. Se era

---

183. Ver: Neumann, Franz, *Estado democrático e Estado Autoritário*, Organização de Herbert Marcuse, Tradução de Luiz Corção, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, Capítulo 11, *Ansiedade e Política*, páginas 296 a 329. Fromm, Erich, *O medo à liberdade*, Tradução de Octávio Alves Velho, 9ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1974. Capítulo VI, *Psicologia do Nazismo*, pp. 166 a 190. Freud, Sigmund, "O mal-estar na civilização", já citado.

184. Horkheimer mostra que a submissão à civilização não produz, necessariamente, uma adesão a ela, mas uma despersonalização do indivíduo. Tal fato torna as massas mais susceptíveis de atração a "apelos" às forças destrutivas do inconsciente. Ver pp. 128-129-130 da obra citada.

essa a consciência possível para a época, ou talvez mesmo fosse uma consciência adiantada para a época, então Anísio antecipava aquilo que hoje podemos constatar. Entretanto, a "adaptação do homem à moderna civilização baseada na ciência e na técnica" não conduziu aos resultados por ele esperados: a emancipação do homem frente ao domínio da ciência e da técnica. Os caminhos que Anísio defendia para encaminhar os problemas que hoje enfrentamos, foram aqueles que conduziram ao declínio da razão e não ao seu oposto. Os limites da sua própria consciência e da época não lhe permitiam, certamente, perceber todas estas implicações. Entretanto, objetivamente, os resultados de sua postura prática e teórica são aqueles apontados acima. Cabe aqui portanto, rever Anísio Teixeira não somente em seu isolamento em relação à sociedade (à qual certamente ele se antecipava) como também sem negar a defesa sincera que ele fez dos ideais democráticos, mas revendo as implicações e o significado dos conceitos por ele defendidos. Somente assim poderemos considerá-lo *superado*, no sentido de ter representado um determinado tipo de discurso e militância *históricos*, portanto ideológicos e transitórios.

Estas considerações sobre a importância que a escola nova, adotada como fórmula renovadora de educação por Anísio Teixeira, empresta à ciência e à difusão do seu método, têm uma finalidade específica neste trabalho: analisar as implicações do emprego do modo de pensar científico e sublinhar o papel da escola na difusão de um determinado modo de pensar.

No caso da metodologia científica, a proposta de sua difusão através da escola significa mais eleger a ciência como critério de verdade ao nível do senso comum do que realmen

te tornar comum esse modo de pensar. Ao contrário, a não difusão, que ocorre na prática, dessa categoria específica de pensamento, acaba servindo para justificar a exclusão de grande parte da população escolar sob a alegação de diferença individual de inteligência. Por outro lado, promove o não desenvolvimento de outros métodos de pensamento os quais, ao lado do método científico, permitiriam uma compreensão adequada da totalidade social concreta. A ocupação desse espaço pelo método científico acaba servindo não só a esses fins como também, em última análise, para *negar* a validade de outros métodos como não-científicos e negar, não somente formas diferentes de pensamento como também formas diferentes de apropriação e recriação da realidade.

O pragmatismo pode ser definido, em uma simplificação enfática, como um resultado da apropriação que a burguesia faz das ciências; seus resultados são comprados e a sua própria racionalidade passa a assumir o aspecto ideológico e a ser difundida como senso comum.<sup>185</sup>

---

185. "Desde sua ascensão, a burguesia transforma a ciência numa arma. É sabido como retoma a noção grega de teoria, o impulso de desvendar, sob a ordem das coisas, a teia uniforme e estável das relações causais; mas a retoma de ponta-cabeça, emprestando-lhe um sentido essencialmente prático. Para os gregos, o conhecimento configurava antes de tudo uma ascese levando à contemplação da ordem eterna do universo, e o mundo medieval faz deste o caminho de vida beata. Mas, para a burguesia, a ciência leva aos Infernos, abrindo a possibilidade da apropriação e exploração dos tesouros da terra." J.A. Gianotti, *O contexto e os intelectuais*, in *Seleções Cebrap 2, Exercícios de filosofia - Edições CEBRAP*, 1977, p. 19.

## CONCLUSÃO

Analisando os problemas da sociedade brasileira do início da década de trinta com "óculos americanos", Anísio Teixeira identifica duas tarefas a serem realizadas: a construção de uma sociedade democrática e a adaptação dessa mesma sociedade à era da ciência e da técnica. Esse diagnóstico leva-o a indicar duas soluções: a democratização da escola, através da "escola única" e a divulgação da ciência e do método científico através da "escola nova". Neste capítulo procuramos mostrar os limites dessas propostas, tais como revelados pelo discurso e pela militância de nosso educador.

A proposta de democratização da escola, ao ser desdobrada, encontrou limites cada vez mais evidentes, principalmente porque a aproximação do discurso à prática desvelava o caráter eminentemente urbano da proposta, defendida por ele para uma sociedade de base predominantemente agrícola. A concepção de escola única de Anísio, envolvia obrigatoriamente a finalidade de preparar *técnicos*. Ao nível do discurso procura contornar a contradição alternando os termos "escola comum" e "escola para todos". Entretanto, mesmo nesse nível acaba deixando clara sua preocupação em criar a igualdade de oportunidades escolares, com ampla base de participação e desse aumento quantitativo da *base*, poder selecionar "os melhores", que iriam compor a necessária, a seu ver, "elite de técnicos". É nesse sentido que concluímos que a proposta envolvia a substituição da elitização *a priori*, até então vigente, pela elitização *a posteriori* que atenderia também à sua preocupação de,

por esse caminho, acelerar a industrialização.

A atuação em órgãos da administração estatal revelou outros limites da proposta liberal de Anísio: emergem então os efeitos da condição peculiar dos adeptos do liberalismo no Brasil, quando no poder. Os ideais liberais são postergados e o que se concretiza situa-se nos limites do pensamento legalístico-burocrático e da própria estrutura hierarquizada e autoritária da burguesia estatal. Anísio aumenta o *quadro burocrático*, aumenta o seu *grau de burocratização* e principalmente, o *grau de controle* sobre os professores os alunos e os inspetores.

A "escola nova", que representava a reformulação interna da escola, significava para ele, principalmente a divulgação do método científico de pensar. Essa posição é coerente não somente com a influência de Dewey, da qual ele era tributário, como também com a essência do objetivo de sua escola única. Essa divulgação atingiria a dois objetivos: a preparação da população para viver em uma "civilização baseada na ciência e na técnica" e a formação de técnicos que colocariam o Brasil em condições de igualdade na competição econômica internacional.

O desdobramento do significado dessa supervalorização da ciência e da técnica, assim como do método científico de pensar, levou-nos a algumas implicações que colocam sérias dúvidas quanto à dominação tecnocrática. Esta seria, sem dúvida, a etapa final da democratização defendida honesta e talvez ingenuamente por Anísio. Na verdade, a divulgação exclusiva do método científico enquanto padrão de verdade leva à legitimação da manutenção do sistema capitalista, em sua fase monopolista, sob a aparência de *dominação tecnocrática*.

## CAPÍTULO III

### A SITUAÇÃO:

#### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho não se completaria sem a análise das condições históricas concretas nas quais ocorre a passagem de Anísio Teixeira pelos quadros do aparelho de Estado. Não somente sua prática enquanto administrador, mas também enquanto escritor e defensor do ideário liberal para a educação, ao nível da sociedade civil, estavam condicionadas e incidiam ativamente em uma situação concreta específica.

O conhecimento dos traços principais da sociedade brasileira no período aqui enfocado permitir-nos-á avaliar a trajetória de Anísio dentro das possibilidades efetivas que a situação oferecia, evitando, esperamos, simplificações grosseiras e precipitadas sobre seus sucessos ou insucessos.

Tendo em vista esse objetivo, selecionamos duas perspectivas principais: primeiramente, a evolução do ideário liberal, através do comportamento da oligarquia rural, da burguesia industrial e das camadas médias, especialmente no período de 1930 a 1935. Com este estudo procuraremos identificar a quem interessava defender o *ethos* liberal e tornar clara a possibilidade de repercussão da proposta liberal pragmática para a solução dos problemas educacionais. A outra

perspectiva, que constitui a segunda parte do capítulo, será dedicada à análise do tipo de participação de Anísio no Estado, procurando entender também a sua exclusão dos quadros da burocracia. É evidente que a primeira parte deverá compor já um quadro do Estado que se instala após a revolução de 1930, quadro esse que procuraremos completar na segunda parte. Como acontece sempre, essa divisão do capítulo é uma forma possível de se procurar tornar clara a exposição, não significando que se considera estanques quaisquer dos aspectos apresentados separadamente.

O caráter eminentemente histórico deste capítulo exige esclarecimento sobre o quadro teórico que informa a percepção da evolução histórica. Nosso ponto de referência será a lei do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade.<sup>1</sup> Isto significa ver o capitalismo como um sistema econômico mundial que

*"Nos últimos cinco séculos desenvolveu-se de país a país, de continente para continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial e financeiro e o capitalismo estatal monopolista. Cada país, embora atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e viu-se sujeito a suas leis de funcionamento. Embora cada nação tenha entrada na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, cada uma tem participado de*

---

1. Ver: Trotsky, Leon, *A história da Revolução Russa*, Trad. E. Huggins, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1967, 19 capítulo.

Novack, George, *La ley del desarrollo desigual e combinado na sociedade.*, Buenos Aires, Edições Pluma, Argentina, 1973.

forma peculiar e em um grau diferente na expressão e expansão do capitalismo e desempenhou diferente papel nas diferentes etapas do seu desenvolvimento. 2

As consequências do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade são várias e aqui destacaremos algumas que são particularmente elucidativas para nosso intuito.

1º) O desenvolvimento das forças produtivas é diferente em diferentes povos e diferente entre as regiões de um mesmo país.

2º) Os países atrasados têm a possibilidade e às vezes vêm-se compelidos a realizar saltos, assimilando conquistas dos países adiantados, sem entretanto, passar por todas as etapas do seu passado. Esta possibilidade está limitada pelas capacidades econômicas e culturais daquele país atrasado.<sup>3</sup>

3º) Há possibilidade de uma classe incumbir-se de resolver os problemas de outras classe.

4º) O "salto" em uma determinada esfera de atividade humana, pode não significar o mesmo "progresso" em outras esferas da mesma formação social. Pode mesmo significar retrocessos em certas áreas.

5º) Às mesmas causas básicas podem corresponder diferentes efeitos.

2. Novack, G., op. cit., p. 36. Para o que se segue, sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, ver nesse texto, página 36 e seguintes.

3. "Desta forma, vemos mesclados duas etapas no movimento dialético da sociedade. Primeiro, algumas partes do gênero humano e certos elementos da sociedade se movem mais rapidamente e se desenvolvem antes que outros. Mais tarde, sob o choque de forças externas se produz um retrocesso, ou uma parada em relação ao ritmo de progresso de seus precursores, pela combinação das últimas inovações com velhos modos de existência", Novack, G., op. cit., pp. 64-65.

69) As peculiaridades regionais nacionais são o produto mais geral do desenvolvimento histórico desigual, seu resultado final.

79) As diferentes combinações não são permanentes: a da síntese pode levar a uma eventual desintegração da estrutura existente e a posterior desenvolvimento de uma nova estrutura.

## 2. A DECADÊNCIA DO LIBERALISMO

### 2.1. LIBERALISMO E OLIGARQUIA RURAL

A ausência de uma revolução burguesa no Brasil restringiu a possibilidade de que aqui se desenvolvesse a ideologia liberal nos moldes em que ocorreu em países como a Inglaterra, França e Estados Unidos. O liberalismo da fase revolucionária da burguesia é uma doutrina libertadora, tornando-se conservadora à medida em que a burguesia se instala no poder e sente-se ameaçada pelo proletariado.

A passagem do Brasil para o capitalismo sem passar pela fase heróica da burguesia, de acordo com as leis do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, não impediu, entretanto, que alguns postulados da doutrina fossem adotados por determinadas frações de classe, de acordo com seus interesses no sistema de relações de produção.

Durante o segundo reinado dois partidos se alternaram no poder: o conservador e o liberal. Já a esta época, os liberais estarão próximos da propriedade rural, na medida em pregam o federalismo, a descentralização, reforçando o poder político local. Por outro lado, o partido conservador estará

mais próximo do comércio e dos fornecedores de crédito aos fazendeiros, senhores de engenho e latifundiários.<sup>4</sup> Entretanto, apesar de serem mantidos os ideais liberais, estes não se concretizam no segundo reinado e nem depois, como já mostrara a experiência liberal da Regência de Feijó.<sup>5</sup> Faoro situa em 1820 o início da influência liberal no Brasil, fato que ele compara à incorporação de uma "doença importada", a qual não se aclimatou na medida em que o povo foi sempre considerado inapto para governar-se a si mesmo. O círculo vicioso se fecha quando por esse motivo, a possibilidade de participar lhe é negada, permanecendo sempre na ignorância, o que favorecerá a perpetuação de elites dirigentes. Não estará ausente das propostas dos ideólogos liberais da educação, esse viés elitista, ao qual Faoro chama de "despotismo pedagógico".<sup>6</sup>

Rui Barbosa e Tavares Bastos defendem, no final do segundo império, o federalismo, que levaria à autonomia do senhor de terras, submetido este aos financiadores e ao Estado. Ao mesmo tempo, pedem liberdade para as indústrias. Os empresários querem proteção alfandegária e crédito público, isto é, o amparo estatal. A passagem para a República

---

4. Ver Faoro, Raymundo, *Os donos do poder*, pp. 341-342.

5. "Os liberais no poder convertem-se em conservadores, em guardiões do país contra a anarquia. Este o primeiro ato do drama do liberalismo brasileiro, ideologia de oposição, demolitório, incapaz de governar de acordo com seu programa, transformado, no poder, em conservador, com os mesmos vícios, com igual despotismo ao partido substituído. Feijó refletira bem este espírito: seduzido, na oposição, com a liberdade, torna-se na cadeira ministerial, a mão de ferro implacável contra a turbulência gerada de idéias que foram suas." Faoro, Raymundo, op. cit., p. 300.

6. Faoro, Raymundo, op. cit., p. 394.

terã o fundo liberal ecoado pelos fazendeiros, principalmente por aqueles que não possuem escravos. A estrutura social se modificarã e o Império é substituído pela República, sob o canto liberal dos proprietários de terra, e não dos empresários industriais.<sup>7</sup>

A retórica liberal será a linguagem da oligarquia rural, durante a República Velha. A liberdade defendida tem um sentido preciso: emancipação da centralização. Os beneficiários da liberdade também são identificáveis: proprietários agrícolas, frente ao governo centralizador, assim como o exportador e o importador. A defesa do liberalismo político traz embutida a defesa do liberalismo econômico, em cuja linguagem o povo é elevado à categoria de personagem central, bandeira para defesa de interesses restritos.<sup>8</sup>

A existência de um Estado fundado em postulados liberais e a dominação exercida pelas elites agrárias representa o deslocamento de uma doutrina que, se não correspon-

---

7. "O Segundo Reinado, cuja centralização será sua nota essencial, ruiu quando os suportes dessa realidade política e administrativa entraram em colapso. A exaustão do trabalho servil e o crescente aumento do contingente assalariado puseram em risco a teia comercial e creditícia armada na Corte. A garantia do crédito, o escravo, deteriora-se rapidamente, a partir sobretudo de 1884. O empréstimo sob o empenho da safra futura torna-se precário: sem o escravo haverá safra?" Faoro, R., op. cit., p. 458.

8. "Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. (...) O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante, sustentada em mercadorias baratas". Faoro, R., op. cit., p. 501.

dia à realidade, em seu surgimento expressava uma determinada libertação — a da burguesia — contra o absolutismo. Expressava coerência também, ao nível econômico, na medida em que pregava a existência de homens livres — do regime servil do feudalismo — para que eles pudessem vender sua força de trabalho. Nesse mesmo nível, a liberdade econômica pretendida se voltava contra os privilégios da aristocracia agrária e comercial, os quais impediam a expansão do capitalismo.

No Brasil, a libertação pretendida era a das frações de classe dominante que se encontravam asfixiadas pela centralização do Império.

Entretanto, uma vez concretizada, a liberdade da oligarquia pressupunha a manutenção do regime de trabalho semi-servil no campo e ao mesmo tempo relações de trabalho assalariado nas cidades. A característica de exclusão de participação política da população se justificava, portanto, ao nível das relações de produção.<sup>9</sup>

A Constituição de 1891, cuja ortodoxia liberal será criticada pelos ideólogos do Estado Novo, representava uma resposta às necessidades do sistema de dominação oligárquico: o federalismo e o livre jogo mercantil significavam o não-intervencionismo da União e a possibilidade de expansão dos estados onde se concentravam as atividades agrário-exportadoras. Por outro lado, esse mesmo não-intervencionismo, impossibilitando a regulamentação do regime de trabalho, deixava aberta a possibilidade de exploração da mão-de-obra nos mol-

---

9. Ver Weffort, Francisco, *O populismo na política brasileira*, Editora Paz e Terra, 1978, especialmente, Cap. V, Liberalismo e Oligarquia, p. 105-122.

des mais adequados aos interesses da oligarquia rural, contrariando a orientação predominante durante o governo provisório, qualificada<sup>10</sup> como "intervencionismo de talhe prussianizante": pretendia incentivar a industrialização sob o impulso do Estado.<sup>11</sup>

A legislação trabalhista será tolerada pela oligarquia rural, na década de 20, desde que não se estendesse ao trabalho do campo e nem implicasse reforço do poder central. Essa orientação virá proporcionar uma certa liberdade de organização para a classe operária, que aumenta bastante no período da República Velha. Contraditoriamente, o movimento operário procurará pressionar o Estado<sup>12</sup> para intervir no mercado de trabalho, fato que se concretizará em 1926.<sup>13</sup>

---

10. Vianna, Luis Werneck, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Editôra Paz e Terra, 1976, pp. 40-62 (Leis trabalhistas entre 1889 -1930).

11. Faoro, R., op. cit., p. 513.

12. "De maneira tentativa e inconsciente, a partir de 1906, a movimentação operária, conservando o jargão, a inspiração e a estratégia anarquista, perceberá no Estado um interlocutor vulnerável à sua ação, reivindicando dele leis protetoras e regulamentadoras do trabalho". Vianna, L. W., op. cit., p. 53.

13. Emenda constitucional nº 22 ao artigo nº 34, inciso nº 29 que delegava competência privativa ao Congresso Federal para legislar sobre o trabalho. Escreve Luiz Werneck Vianna: "O parlamento passa a legislar aceleradamente em matéria trabalhista. O ano de 1926 termina - com boa parte das condições de trabalho recoberta pela lei, como a dos acidentes de trabalho, a de férias, a do código de menores. No ano seguinte, criava-se a de seguros contra doença, estabelecendo-se o perfil do Direito do Trabalho no Brasil", op. cit., pp. 61-62.

Esse liberalismo ortodoxo, que rejeitava inclusive os postulados do neo-liberalismo, inclinando-se para o individualismo, será um elemento que propiciará as reformas do ensino levadas a efeito na década de 20, por Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros. Estas são consideradas como uma das tentativas de modernização levadas a efeito pela oligarquia rural.<sup>14</sup>

A constituição de 1891 instaurou o presidencialismo e a forma federativa de governo. Cada Estado teria o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportações, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos

---

14. Referindo-se à crise da hegemonia da burguesia agrária exportadora, escreve Luiz W. Vianna:

"Sua persistência como fração dominante dependia da manutenção do *statu quo* e a própria modernização que inconscientemente produzia na paisagem social, acabava - por se reverter contra ela, sob a forma de novas demandas e da intensificação de pressões contra o seu exclusivismo". in op. cit., p. 133.

Sérgio Micelli escreve o seguinte sobre a tentativa - consciente de modernização da oligarquia rural:

"A convocação de elementos jovens egressos dos bancos acadêmicos por parte de certos governos estaduais no correr dos anos 20, inscreve-se no esforço derradeiro de modernização que tentaram empreender alguns dirigentes oligárquicos. São exemplos dessa política a contratação de Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Cas-santa, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, para levarem a cabo as reformas da instrução, respectivamente no Ceará, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal e Pernambuco, bem como a designação de alguns deles para integrarem o segundo escalão dos executivos estaduais, ou então, para ensaiarem os primeiros passos de uma carreira parlamentar. Por conseguinte, a profissionalização de um grupo de especialistas em problemas educacionais correu por conta de exigências postas pelo próprio sistema de poder oligárquico que por tempos passou a enxergar na extensão de oportunidades de escolarização uma estratégia propícia a restaurar sua credibilidade". Micelli, Sérgio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920 - 1945) Tese de doutoramento apresentada a USP, 1978 - xerox.

militares próprios, assim como códigos eleitorais e judiciários. Embora formalmente,<sup>15</sup> abria-se, com a instalação do regime democrático, a participação no processo político de um contingente eleitoral antes marginalizado. Na prática, a proclamação da República e a constituição de 1891 significavam o reconhecimento legal de uma situação de fato existente:

pela oligarquia

*"agregado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada uma a fim das embalas da demanda externa para determinação de seu peso e importância na economia do país"* 16

tações

Na década de 30, o liberalismo político e econômico da oligarquia é abandonado, embora isso não signifique que aquela fração de classe dominante tivesse sido excluída desta condição. O auto-despojamento da burguesia agrária está ligado ao abandono do liberalismo por parte de todas as frações de classe da classe dominante. Coloca-se a necessidade de um novo pacto entre essas frações de classe para o estabelecimento de uma política comum para as classes subalternas, sob o controle estatal.

O final da década de 20 apresenta uma crise que tornava superados os pontos de apoio da ordem oligárquica. Eclope a crise

15. "Somente 1% e 3% do povo participam da formação da vontade nacional, índice não alterado na República nos seus primeiros 40 anos". Faoro, R., op.cit., p.322.

16. Souza, M. do Carmo Campello de, "O processo político-partidário na República", in *Brasil em perspectiva*, Mota, Carlos Guilherme (org.) 8ª ed. Difel, Rio de Janeiro, 1977, p. 164.

"... econômica marcada pela lenta e gradual decadência dos negócios da agro-exportação do café, que a crise cíclica do capitalismo em 29 acelerará; política, pelo acirramento das dissidências intra-oligárquicas e pelo levantamento em armas da juventude militar contra o sistema da ordem prevalescente, social, com o início da organização político-ideológica das classes subalternas, especialmente o proletariado (...) que passam a postular uma estrutura alternativa para a sociedade, para não falar no banditismo rural, que já demonstrava a debilidade do coronelato em controlar como antes as massas rurais" 17

Entretanto, observa-se a permanência da defesa de postulados do liberalismo, por parte não somente da oligarquia, como também da burguesia industrial e camadas médias urbanas da população.<sup>18</sup>

O período de 30 a 35 será de um gradual abandono da ortodoxia liberal pela oligarquia rural.<sup>19</sup> Há um envolvimento da oligarquia rural, por parte do Estado, acenando este com a ameaça do comunismo e se fortalecendo gradualmente. O Estado Novo se instala com as suas bençãos. O jornal "O Estado de São Paulo" aparece como um defensor do pensamento liberal conservador, ao mesmo tempo em que se dá o abandono da ortodoxia liberal por parte das elites dominantes paulistas, em 1935:

---

17. Vianna, L. W., op. cit., p. 87.

18. Idem, p. 88.

19. Prado, Maria Ligia Coelho, *A ideologia liberal de "O Estado de São Paulo" (1932 - 1937)*. Tese de Mestrado, USP 1974, mimeo.

A autora identifica no jornal o porta-voz da classe dominante paulista: "Em suma, o jornal se caracteriza por extremo conservadorismo e traduz o pensamento da classe dominante paulista. São as elites de São Paulo, falando sobre as elites e para as elites". op. cit., p. 105.

"Desta forma, podemos apontar, no período que medeia a votação da lei de segurança nacional, até a Intentona Comunista, alterações substanciais no pensamento liberal de "O ESP". As medidas de exceção propostas pelo governo central foram sempre apoiadas pela bancada paulista e defendidas pelo jornal. Vargas - soube astuciosamente apresentar suas medidas anti-liberais mascaradas sob argumentos que atingiam os liberais no âmago de suas contradições. A luta contra a centralização do poder, a defesa constante da autonomia dos Estados e mesmo a preocupação com a supremacia política de São Paulo em âmbito nacional foram relegadas a plano secundário. Se a destruição cabal do perigo comunista requeria a concentração cada vez maior de poderes nas mãos do governo central, isso deveria ser feito, segundo os representantes do jornal sem qualquer hesitação".<sup>20</sup>

Este abandono da defesa dos princípios liberais está relacionado também a contradições existentes durante o período todo da República Velha e que se vão tornando mais agudas gradualmente, até se atingir o impasse de meados da década de 30. O liberalismo nesse período era, na verdade, prenhe de contradições.

Ao nível político, o sistema apresentava-se liberal na forma, significando a hegemonia dos mais fortes, e oligárquico quanto ao funcionamento efetivo. Essa contradição tem fundamentos no sistema capitalista internacional: os princípios liberais prevaleciam nas relações internacionais e do ponto de vista interno, favoreciam os produtores brasileiros, especialmente aqueles ligados à exportação do café, a assegurar o seu monopólio pois, segundo a lógica da competição liberal venceria o melhor. Embora a prática política fosse excludente, a forma legal,

---

20. Idem, ibidem, p. 34.

em sua maleabilidade, permitiu ao regime não só superar as crises como também que a cúpula dirigente se renovasse no poder.<sup>21</sup>

A "política dos governadores" que caracteriza a Primeira República, revela os limites do federalismo e do liberalismo que caracterizam a esfera política nesse período:

"No sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os Estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais, os Estados davam apoio ao Presidente da República, sem o qual este não subsistiria no poder. Embora tal compromisso não se concretizasse em relação às pequenas unidades da federação, como veremos adiante, esse era o princípio implícito nas relações da União com os Estados" 22

O liberalismo "à moda da casa", nesse período, apresenta, além desse aspecto acima delineado, a concretização da descentralização no fenômeno político do coronelismo, também já bastante estudado. O coronelismo é fundamental para a compreensão da política dos governadores e significava, grosso modo, uma troca recíproca de favores entre o poder municipal e o poder estadual.<sup>23</sup>

---

21. Souza, Maria do Carmo Campello de, op. cit., p. 167.

Sobre o processo político partidário da 1ª República, pode-se consultar, além de Maria do Carmo Campello Souza, os trabalhos de: Pinheiro, Paulo Sérgio, *Política e Trabalho no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975. Faoro, R., op. cit.,

22. Souza, M.C. Campello, op. cit., p. 185.

23. Ver: Leal Vitor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, 3ª edição, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976, Faoro, R. op. cit., capítulo XIV, parte 3: O sistema coronelista.

A ambiguidade da existência de uma forma legal liberal e o domínio tradicional da oligarquia rural estão relacionadas ao nível econômico, às relações capitalistas internacionais<sup>24</sup> e, ligadas a estas, à coexistência de diferentes tipos de relações de produção ao nível da economia brasileira.

A coexistência de diferentes tipos de relações de produção, as chamadas "resistências", são particularmente evidentes nesse período de transição para predominância do capitalismo no Brasil. Vistas sob o enfoque do desenvolvimento desigual e combinado, essas "resistências", *durante* a fase de transição, representam "o conjunto de relações que constituem essa estrutura de transição" e a existência dessas relações é o resultado de uma forma determinada de dominação do capital".<sup>25</sup> Assim, por exemplo, a presença de relações pré-

---

24. "As relações de dominação-subordinação internacionais que caracterizam o mundo a partir do final do século XIX são os resultados - ou melhor - uma manifestação - da dominação e reprodução das relações capitalistas em escala mundial.

Além disso - (...) - essas relações econômicas internacionais estão inscritas nas estruturas econômicas nacionais, de acordo com a posição ocupada por cada nação no seio da economia mundial, enquanto formas específicas de reprodução do capital, capazes de assegurar (não de modo homogêneo, mas através de um conjunto de contradições) a própria reprodução internacional do capital.

Por essa razão, essas contradições aparecem, ao nível de cada formação social, sob formas específicas a essas formações sociais, como contradições próprias as suas estruturas econômicas. Por essa razão, também a mudança dessas formas de dominação do capital em um país dominado, a passagem a uma nova fase do desenvolvimento do capital em um desses países, geralmente põe em questão as formas vigentes de dominação internacional e, em todo caso, implica em uma mudança dessas formas". Silva, Sérgio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Editora Alfa Omega, São Paulo, 1976, p. 27.

25. Silva, Sérgio, *idem*, p. 23.

capitalistas podem assegurar,

"que uma parte mais ou menos importante dos bens que entram na reprodução da força de trabalho não entre no preço dessa força de trabalho, os trabalhadores dispondo de um pedaço de terra que cultivam eles mesmos ou com ajuda e sua família; ou ainda - no caso mais geral - os preços dos produtos alimentares não incluem a reprodução da força de trabalho dos trabalhadores agrícolas, que asseguram eles mesmos sua subsistência" (...)

26

"As relações pré-capitalistas não existem, então senão, enquanto relações articuladas subordinadas às relações dominantes". 27

A Primeira República é o período que apresenta o ponto alto da ascensão e o início da queda da preponderância da economia cafeeira. O desenvolvimento desta ocorre entre 1820 a 1900, sendo que em 1880 o café torna-se o motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entretanto, a economia cafeeira não se esgota ao nível da produção. O capital cafeeiro preenche diferentes funções: os fazendeiros estão à frente de bancos, além de serem exportadores e acionistas das estradas de ferro. A hegemonia da oligarquia rural estende-se ao aparelho de Estado, notadamente após 1906, quando tem início a política econômica de "valorização"<sup>28</sup> - e ao nível político, "a política dos governadores".<sup>29</sup>

---

26. Idem, ibidem, pp. 23-24.

27. Idem, ibidem, p. 24.

28. É a partir da "valorização" que se solidifica a hegemonia da burguesia cafeeira. "Como o governo federal não adotou imediatamente, a burguesia cafeeira passou a contrair empréstimos através do governo do Estado de São Paulo. O governo federal acabou por chamar a si a tarefa de realizá-la para não perder totalmente o controle sobre a política econômica nacional". Idem, ibidem, p. 67.

29. Os principais objetivos da política de "valorização" - (Convênio de Taubaté - 1906) estão em Sérgio Silva, op. cit., p. 66.

Entre as funções preenchidas pelo capital cafeeiro, a dominação cabe às funções comerciais, o que significa dizer que o capital comercial domina a produção. A preponderância do capital comercial explica-se por duas razões:

1º) fraco desenvolvimento das relações de produção capitalistas no Brasil;

2º) posição do Brasil na economia mundial:

*"Dado o fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, o Brasil se vê designado, na divisão internacional do trabalho, a posição de país exportador de produtos agrícolas. Esse efeito do desenvolvimento das relações capitalistas mundiais (sobre as condições próprias da estrutura econômica brasileira, isto é, um capitalismo ainda fraco) manifesta-se por uma dependência em relação ao mercado mundial. Essa dependência vem reforçar o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral"* 30

Ao nível interno, a ambiguidade liberalismo/dominação oligárquica, relaciona-se estreitamente à primeira razão acima. O estágio do desenvolvimento das relações de produção capitalista pode ser evidenciado pela análise do trabalho assalariado e da mecanização.

Em relação ao trabalho assalariado, pode-se constatar que o contrato de trabalho preparado pelos escritórios de imigração previa:

1. Parte monetária - o pagamento de um salário - base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador, mais uma espécie de prêmio em função da colheita obtida

---

30. Silva, Sérgio, op. cit., p. 62.

e também o pagamento por serviços realizados fora da plantação (ex. beneficiamento, ensacamento e carregamento da produção).

2. Parte não-monetária - o trabalhador recebia um pedaço de terra para cultivar por sua conta ou então autorização para realizar plantação intercalada - sistema preferido pelos trabalhadores.<sup>31</sup>

Esse sistema, que conjuga relações capitalistas e relações pré-capitalistas, foi sendo gradualmente alterado, passando a prevalecer somente a parte monetária, especialmente depois de 1918.<sup>32</sup>

A mecanização é outro indicador, não somente do estágio das relações de produção, como também da fase de transição em que o capitalismo se encontrava, no Brasil, nesse período. Restringe-se, a mecanização, às operações de beneficiamento e foi introduzida graças à raridade de mão-de-obra. Sua importância prende-se a dois motivos:

1. meio necessário para o estabelecimento de plantações em distâncias muito grandes do posto de embarque,

2. "apesar da propriedade fundiária ter permanecido sempre o elemento principal que separava os trabalhadores dos meios de produção, a mecanização desempenha também um papel importante nesse sentido. A organização de uma plantação moderna implicava então na compra de um equipamento *cujo preço ultra* passava largamente os recursos da massa de trabalhadores".<sup>33</sup>

---

31. Silva, S., op. cit., p. 51.

32. Silva, S., op. cit., p. 52.

33. Silva, S., op. cit., p. 35.

Ela é mais um elemento da transição para a predominância do modo capitalista de produção.

A propriedade de terras e o próprio processo de sua ocupação revelam principalmente a fase de transição para o modo capitalista de produção e como, nesse aspecto, as regras do jogo liberal interessavam às classes dominantes. O encarecimento da propriedade de terras significava dominação do capital. Para apropriação das terras "devolutas"<sup>34</sup> e expansão da economia cafeeira, a burguesia cafeeira não tinha dificuldades: estabelecer um título de propriedade, uma vez que controlava diretamente o poder do Estado. Com os títulos de propriedade, podia expulsar "legalmente" os ocupantes, servindo-se de jagunços, milícia estadual ou exército. Quanto às terras que tinham proprietário, estes tinham duas soluções frente à expansão da economia cafeeira: integrar-se ou vender suas terras. Ambas implicavam a dominação do capital.<sup>35</sup>

A discrepância da dominação oligárquica e ideologia liberal, conteúdo oligárquico e formas democráticas, relaciona-se também, além de ao fraco desenvolvimento das relações capitalistas de produção, à própria dominação do capital comercial e suas implicações. Um ponto importante, neste período, que acentua e explica esta ambiguidade, é o início da política de "valorização", acima referida.

---

34. "Na verdade, as terras ditas devolutas não são obrigatoriamente não ocupadas ou não apropriadas no sentido econômico do termo. Simplesmente seus ocupantes não possuem títulos de propriedade". Silva, S., op. cit., p. 70.

35. Silva, S., op. cit., p. 71.

A política de defesa do café - a "valorização" - acarreta as seguintes consequências:

- A burguesia cafeeira afirma seu papel hegemônico no seio das classes dominantes;
- assegura a continuação da economia cafeeira (núcleo do desenvolvimento capitalista no Brasil) e portanto, do desenvolvimento capitalista;
- promove a entrada definitiva do capital estrangeiro como imprescindível à realização da mais-valia;
- consolida a participação do capital da burguesia cafeeira, ao lado do capital estrangeiro, na comercialização do café e atividades bancárias;
- essa concentração de um sistema bancário relativamente poderoso leva ao desenvolvimento capitalista no Brasil ou outros setores da economia além do café: comércio, importação, açúcar e indústria. Essa mesma concentração possibilitou o impulso industrial ocorrido durante a la guerra mundial.

Este ponto de expansão e desenvolvimento da economia cafeeira, bem como suas implicações, dão relevo à configuração das frações de classe que compunham as classes dominantes: de um lado, a grande burguesia cafeeira, que dirige os aparelhos de Estado encarregados da "defesa do café", e é proprietária dos bancos e das casas de exportação. De outro lado, a burguesia rural não-exportadora, cuja debilidade, resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção, era evidentemente não-hegemônica. Essa configuração da classe dominante e par-

ticularmente, de sua fração hegemônica, permite que se fale no jornal "O Estado de São Paulo" como um porta-voz da oligarquia rural e ao mesmo tempo defensor dos mais diferentes interesses.

Assim, os benefícios da "valorização" resultam maiores para a grande burguesia cafeeira que "pode reservar-se uma parte cada vez mais importante do lucro realizado a partir da produção do café."<sup>36</sup>

Essa configuração das relações de produção, que leva à coexistência do liberalismo econômico e da dominação oligárquica, evolui no sentido do abandono gradativo, por parte da burguesia rural, da defesa dos princípios liberais, mesmo ao nível político, onde o seu grau de formalismo era mais acentuado.

Essa situação se altera durante a década de vinte, em virtude não somente de crises, mas de contradições geradas pelo próprio desenvolvimento da economia cafeeira. A burguesia cafeeira exportadora, incapaz de orientar o avanço da evolução que se delineava, será substituída por uma coligação que inclui a burguesia rural não-exportadora, na condução da passagem - pela "via prussiana"<sup>37</sup> - para a industrialização:

*"Entre nós, a singularidade da estruturação que denominamos de "prussiana" estaria no fato do setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas - o agro-exportador - ter sido desalojado do poder pelo menos desenvolvido. Isso se explica, como vimos, pela impossibilidade daquele em dirigir o processo de*

---

36. Silva, S., op. cit., p. 69.

37. Ver à pp.209-214 maiores detalhes sobre a chamada "via prussiana" de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade capitalista de base industrial. A via prussiana tem origem numa situação em que a grande propriedade senhorial, transformando-se em capitalista, se apossa do Estado, dirigindo desse aparato o trânsito para modernização da sociedade". Vianna, L.W., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, p. 139.

modernização dado seu isolamento real e incontornável das demais classes, camadas e estratos sociais em emergência na sociedade civil". 38

A situação que se instala após 1930 não pode ser caracterizada como uma queda da burguesia cafeeira hegemônica,<sup>39</sup> mas como um compromisso entre as diferentes frações da classe dominante e com o aumento gradativo, até à consolidação definitiva em 1937, do poder político e do intervencionismo econômico do Estado. Nesse sentido, o auto-despojamento da ideologia liberal, pela burguesia cafeeira, deve ser entendido como uma adaptação ao novo arranjo institucional e econômico ao qual passava a se integrar<sup>40</sup> e do qual dependia para sua própria sobrevivência. A justificação a ela apresentada para legitimar a nova situação foi a ameaça comunista que a estaria rondando.

---

38. Vianna, L. W., op. cit., p. 139.

39. "A burguesia do café é apeada do Poder Central, abrindo-se a partir daí uma espécie de longa renúncia das classes dominantes de São Paulo à instância política (...)  
Na área econômica, embora retire o comando dos negócios cafeeiros da esfera estadual, com o esvaziamento das funções do Instituto do Café do Estado de São Paulo e a criação do Conselho Nacional do Café (1931), mais tarde Departamento Nacional do Café (1933), o governo não pode deixar de atender aos interesses do setor, pois o café, ainda que em crise, continua a ser o núcleo fundamental da economia". Fausto, Boris, *A revolução de 1930, - historiografia e história*, 4ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1976, p. 105.

40. "A possibilidade da concretização do Estado de compromisso é dada porém pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais. O acordo se dá entre as várias frações da burguesia: as classes médias - ou pelo menos parte delas - assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho de Estado, mantendo entretanto uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável." Fausto, Boris, op. cit., p. 104.

A crise internacional de 1930 precipita a crise interna e provoca, no Brasil, a procura de soluções exteriores, ao quadro que se desenvolvera sob a hegemonia da burguesia cafeeira. As soluções só seriam possíveis mediante a quebra do pacto liberal, ainda que apoiadas fundamentalmente em atividades agrícolas.<sup>41</sup>

Os anos 30 - 37 apresentam um gradual abandono do *ethos* liberal, por parte da oligarquia rural, em parte devido à nova configuração econômica e em parte, à habilidade política dos novos dirigentes representados por Vargas, que conduziram, através de mini-golpes sustentados com a ameaça do comunismo, à centralização autoritária e ao golpe de Estado de 1937.

As derradeiras pregações liberais da classe dominante paulista surgem em defesa da candidatura de Armando Salles de Oliveira à presidência em 1937. Nessa época o jornal "O Estado de São Paulo", ao mesmo tempo em que aceita a decretação do Estado de Guerra, temendo "o perigo vermelho", luta pela eleição dentro dos princípios constitucionais. As bancadas paulista e gaúcha foram as únicas dissidências à decretação do Estado de Guerra em 1937.<sup>42</sup> Resumindo e, para concluir, pode-se afirmar que a oligarquia rural defende, durante a primeira República, o *ethos* liberal, nos termos que acabamos de ver. No período de

---

41. "O desenvolvimento industrial, articulado ao reerguimento agrícola, centrado no mercado interno, ordena-se sob o influxo do Estado, integrador dos núcleos esparsos do país e incentivador de atividades. O elenco de tantas medidas, com mecanismos protetores, só depois de muitos anos de governo toma o rumo industrial, dominadas, no início, pela agricultura. (...) As contradições conjunturais decantam, apesar da linha política do governo, o rumo industrial, só possível mediante a ruptura do dogma liberal. A presença do aparelhamento estatal permite essas readaptações, em movimento acelerador da economia" Faoro, R., op. cit., p. 717.

42. Prado, Maria Lígia C. do, op. cit., p. 34 a 42.

1930 a 1937, irá gradualmente abdicando de alguns de seus princípios e dessa forma endossando o reforço do poder central, premida pelas necessidades emergentes.

O que se observa então é que, não se pode falar em oposição estrutural ao se relacionar a oligarquia rural e o liberalismo defendido por Anísio.<sup>43</sup>

A dicotomia: posição "retrograda" da oligarquia versus posição "avançada" de Anísio, em verdade é uma falsa questão, como prova a participação dele e de outros liberais em tentativas modernizantes da educação que ocorreram durante a República Velha. A nossa análise deve partir da constatação do *campo comum* aceito por ambos: o sistema capitalista. O segundo ponto é a afirmação de uma oposição decorrente da diferença não antagônica, dos interesses defendidos por cada lado: a oligarquia relutava em ampliar a participação política além de certos limites, dado o caráter excludente de sua dominação, necessário à sua hegemonia, mas não à sua sobrevivência. Por seu lado, a postura de Anísio implicava necessariamente a *abertura do sistema de poder*, indispensável à transição para o capitalismo de base industrial.

---

43. Essa é a conclusão a que chega Maria Lúcia Garcia Palhares Schaeffer em sua tese de mestrado - *Anísio Teixeira: formação e primeiras realizações* (USP - S. Paulo, 1975). À página 140 lê-se: "Uma sociedade essencialmente oligárquica e agrícola só podia sentir-se ameaçada por uma educação que fazia do progresso, do dinamismo e da igualdade de oportunidades o seu lema principal". Inscreve-se na mesma tendência massiqueísta a análise de Wanda Pompeu Geribello - *Anísio Teixeira: Análise e sistematização de sua obra* (Atlas, São Paulo, 1977). Referindo-se à atuação de Anísio na Bahia (1924 - 1926), a autora escreve, à página 61. "Data dessa época a aceleração do descompasso entre o ritmo dinâmico e a atitude mental do educador revisionista por excelência e os hábitos sossegados, o estilo repousado, tradicionais no Brasil, em tudo que se referia à educação.

Anísio Teixeira é um homem que incomoda".

## 2.2. EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS E O LIBERALISMO

O período que se inicia em 1930 é marcado, no Brasil, por um avanço da industrialização e pelo aumento gradativo da importância da camada empresarial. Esse avanço industrial significou uma evolução no sentido da predominância do modo capitalista de produção, mas não significou uma revolução social, no sentido clássico atribuído às revoluções burguesas. Nesse sentido, a identidade percebida por Anísio Teixeira, entre a industrialização em aceleração nesse período e a efetivação de uma sociedade democrática liberal era, digamos, uma ilusão de ótica.

De acordo com a visão daquele educador, o regime oligárquico-rural estaria sendo superado, e assim passariam a predominar na sociedade brasileira os valores liberais. Os arautos dessa nova era, seriam, é de se supor, os empresários industriais. Entretanto a burguesia industrial não marcou seu surgimento, entre nós, pela condição revolucionária: não surge antagônicamente nem em relação à oligarquia rural nem em relação ao poder do Estado. Pelo contrário, subordinar-se-á ao último e seus interesses estarão próximos daqueles da burguesia agrário-exportadora. A industrialização será um processo de "estufa" e a retórica liberal heroica e libertadora não caracterizará a camada empresarial.

Essa ausência de defesa dos ideais liberais pelos empresários industriais está ligada, portanto, às peculiaridades do nos-

so processo de industrialização.<sup>44</sup>

No Brasil, a industrialização vem ocorrer quando o capitalismo se encontrava em adiantado estágio de desenvolvimento em outros países. Não somente alcançara alto grau de desenvolvimento interno, mas, em sua necessidade incessante de crescimento, expandia-se além dos limites nacionais. Estamos nos referindo à *industrialização retardatária*.

"Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante a escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos *retardatária*".<sup>45</sup>

O conhecimento de nosso processo de industrialização apoia-se na análise das relações entre o café e a indústria. Ambos representam, por outro lado, o modo de inserção do Brasil na economia mundial capitalista. Interessa-nos aqui esquemati-

---

44. " - é necessário considerar a industrialização em si mesma (isto é, a industrialização enquanto progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como o *aspecto técnico* do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma do desenvolvimento das forças produtivas adequada a relações de produção determinadas, no caso as relações de produção capitalistas. O que equivale a dizer que é necessário - considerar que o desenvolvimento das forças produtivas torna as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes". Silva, S., op. cit., p. 20

45. Mello, João Manuel Cardoso de, *O capitalismo tardio* (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira) - Tese de doutoramento - UNICAMP, Campinas, 1975, pp. 100-101. Sobre o conceito de industrialização retardatária, ver página 90-130, desse trabalho.

zar os traços que marcam a posição da indústria no quadro econômico da época. A predominância do capital comercial e a relação *unitária e contraditória* entre a indústria de um lado, e a economia cafeeira e o comércio exportador de outro, serão decisivos para o não-surgimento de uma atitude antagônica dos industriais em relação à oligarquia rural e também para a ausência de defesa, por parte do empresariado, de uma ideologia libertadora em relação ao *status quo*.

A reprodução do capital cafeeiro leva a uma política que favorece, até certo ponto, a indústria: a taxaçoão das importações e a desvalorizaçoão da moeda. Não se trata de uma política protecionista, porque não há seletividade das tarifas alfandegárias e ocorre a diminuiçoão destas em momentos de equilíbrio.<sup>46</sup>

Entretanto, esse tipo de desenvolvimento industrial é limitado pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro. A contradiçoão está na própria forma de reprodução do capital. Ocorre que a acumulaçoão baseada na expansáo da economia cafeeira leva a um baixo nível na transformáo ao nível da produçoão,<sup>47</sup> e a produçoão local tende a especializar-se em produtos primários. Concomitantemente, a tendên-

46. Cf. Mello, João Manuel Cardoso de, *op. cit.*, p. 156 e seguintes.

47. Predomina, na economia cafeeira, a função comercial do capital, como já vimos anteriormente. Sobre o capital comercial, Sergio Silva escreve o seguinte: "No Brasil, o capital comercial não se apresenta de maneira autônoma, enquanto capital comercial puro; ele domina diretamente a produção e a submete às suas exigências. Em outros termos, a acumulação capitalista realiza-se sobretudo ao nível do comércio, o que acarreta um desenvolvimento mais lento das forças produtivas". Silva, S., *op. cit.*, pp. 61-62.

cia - própria à divisão do trabalho no seio da economia mundial capitalista - é importar a maior parte dos bens de consumo necessários. A contradição está no fato de que esse efeito da divisão internacional do trabalho acaba por afetar também as economias dominantes.<sup>48</sup> O chamado "desequilíbrio externo" das economias dependentes é que provoca a saída desse aspecto contraditório:

*"Através do desequilíbrio externo, a reprodução do capital impõe transformações necessárias à acumulação: o nascimento da indústria e a consequente elevação da produtividade tão importante para a expansão do excedente e o prosseguimento da acumulação. Assim, através da constante solução e recolocação do equilíbrio externo, o capitalismo brasileiro segue o seu caminho, escondendo no palheiro das atribulações financeiras a contradição que explica o seu próprio desenvolvimento."* 49

Temos então que o processo de industrialização apresenta ao mesmo tempo uma relação de *unidade* com o comércio exterior e a economia cafeeira: o desenvolvimento desta leva ao desenvolvimento da indústria. Por outro lado, este último é *limitado* pela posição dominante da economia cafeeira na acumulação do capital - este é o aspecto contraditório dessa relação.

Entretanto, é o chamado "desequilíbrio externo", que movimenta a evolução da industrialização:

---

48. Cf. Silva, Sérgio, op. cit., p. 108. Este autor apoia-se neste aspecto, em Bettelheim, Ch., "Demarques théoriques" in A. Emmanuel, *L'échange inégal*, Maspero, Paris, 1969.

49. Silva, S., op. cit., p. 109.

"Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruição do capitalismo no Brasil. A industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças na forma de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo: a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral". 50

Esse fato resulta das próprias formas específicas do desenvolvimento do capital industrial no Brasil. A industrialização brasileira apresenta dois aspectos básicos:

1 - Estrutura setorial: produção de bens de consumo. A demanda de bens de capital é desviada para os países adiantados desaparecendo estabelecimentos destinados à produção de bens destinados ao consumo industrial "afirmando assim que esse progresso é ao mesmo tempo a afirmação, sob determinadas formas, da divisão internacional do trabalho". 51

2 - Importância do capital na produção industrial: são as grandes indústrias que marcam o início da industrialização. O modo de inserção do Brasil na economia mundial permite uma rápida acumulação

"em geral, e uma rápida acumulação para o capital industrial. Graças às possibilidades de importação de equipamentos os mais modernos, o capital industrial brasileiro pôde 'saltar etapas' e, desde o início, adotou técnicas avançadas e garantiu-se rentabilidade elevada". 52

---

50. Silva, Sérgio, op. cit., p. 113.

51. Silva, Sérgio, op. cit., p. 114. Ver J.M.C.Mello, op. cit. p. 162.

52. Idem, ibidem, p. 145.

Entretanto, o ciclo de desenvolvimento desigual e combinado se fecha novamente:

*"essa rápida acumulação, baseada na constituição da grande indústria no setor de bens de consumo, resulta em efeitos extremamente reduzidos ao nível das forças produtivas, dado que, no setor de bens de produção, o desenvolvimento da grande indústria fica praticamente paralisado. Temos assim que é o próprio capital industrial que exprime de forma mais completa as características das formas de desenvolvimento já presentes no capital cafeeiro e que determinam efeitos reduzidos da acumulação ao nível do modo de produção". 53*

Essas formas de desenvolvimento ao nível das forças produtivas não constituem "obstáculos" ao desenvolvimento do capital nem do capitalismo no Brasil.

*"De um lado porque essas formas determinam ao mesmo tempo a possibilidade de uma acumulação relativamente rápida na indústria e na economia em geral. De outro, porque esses são efeitos do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por isso, o capital industrial não se opõe às formas de acumulação dominante, mas procura sempre desenvolvê-las em seu próprio proveito". 54*

Cabem ainda algumas observações sobre a especificidade da industrialização no Brasil, que nos esclarecem sobre a posição e o pensamento da burguesia industrial. Estamos tentando apontar a sua relação inicial com o capital cafeeiro e posterior com o capital estrangeiro. Essa relação que, pode ser rotulada

---

53. Idem, ibidem.

54. Idem, ibidem.

de dependência, não deixa de provocar certa fragilidade na posição política e econômica e no pensamento da burguesia industrial.

Em primeiro lugar, é a economia cafeeira capitalista que cria as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao:

- "1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial;
- 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e finalmente,
- 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis". 55

Entretanto, essa origem provoca o desenvolvimento de um determinado setor industrial: o de bens de consumo. Essa "opção" deriva de dois pontos básicos: a rentabilidade que proporciona e ao mesmo tempo as dificuldades de desenvolver a produção de bens de produção - necessidade de altos investimentos e tecnologia de difícil acesso.<sup>56</sup> Voltamos portanto ao problema de articulação da economia brasileira com as economias capitalistas dominantes:

"A posição subordinada da economia brasileira está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas

---

55. Mello, J. M. C. de, op. cit., p. 102.

56. Idem, ibidem, p. 106-107.

capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização, que se 'traduz' internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, sobre o capital industrial. Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, ao criar, não obstante, oportunidades de inversão ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominante, quer ao capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infra-estrutura, comercial e financeiro, mas, também, ao setor industrial". 57

A continuidade da industrialização subordinou-se à capacidade de importar, o que sem dúvida provocou a dependência por parte do setor industrial, da economia cafeeira, e posteriormente do Estado. Entretanto, o processo de industrialização pesada somente será resolvido em época posterior e não eliminará a posição periférica do capitalismo brasileiro no sistema mundial capitalista. Da mesma forma, não elimina, mas acentua, a fragilidade política da burguesia industrial nacional. Referindo-se ao período de 1956-1961, quando ocorre um processo de industrialização pesada, João Manuel C. de Mello escreve:

"Estado e grande empresa oligopolista internacional comandaram, inequivocamente, o processo de industrialização pesada. Não se pense, no entanto, que o capital industrial nacional tenha sido ferido em seus interesses concretos. Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo um frágil poder de acumulação. Mais que isto, não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a estatização quase que completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que

---

57. Idem, ibidem, p. 113-114.

correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de "privatizar" no futuro o Estado. Por isso mesmo, o capital industrial "optou" pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário".<sup>58</sup>

Tendo em vista a industrialização de caráter retardatário, que ocorre no Brasil, como vimos acima e nas "dobras do setor importador-exportador"<sup>59</sup>, expressão de Faoro, a atitude da burguesia industrial será coerente com o quadro em que surge e se desenvolve.

Considerando-se que a burguesia industrial defende um projeto de desenvolvimento econômico para o país como um todo, ao defender seus próprios interesses, o pensamento econômico da burguesia pode ser considerado inovador. Tal posição contrasta, com o pensamento das classes agrárias que defendem somente o setor ao qual pertencem.<sup>60</sup> O mesmo não ocorre ao nível do pensamento político e social. Levando em conta principalmente a atitude dos industriais frente ao operariado, Mariza Saenz Leme qualifica-o de "conservador e reacionário". Ao tentar marginalizar o proletariado de toda e qualquer participação na decisão de questões que afetassem seu próprio destino, os industriais viam no operário um ser socialmente inferior. Essa atitude é explicada como decorrência de uma mentalidade "elitista e autoritária", ponto em que a burguesia industrial se identificava com classes agrárias e comerciais.<sup>61</sup>

58. Idem, *ibidem*, p. 127-128. Grifado no original.

59. Faoro, Raymundo, *Os donos do poder*, Vol. 2., p. 523.

60. Leme, Mariza Saenz, *A ideologia dos industriais brasileiros* (1919-1945), Editora Vozes, Petrópolis, 1978. Cap. IV: O pensamento econômico da burguesia industrial, pp. 159-182.

61. Leme, Mariza Saenz, *op. cit.*, p. 98 e seguintes, p. 159.

Entretanto, a atitude dos industriais, tanto em relação ao proletariado, como em relação aos poderes públicos, explica-se menos em termos de "mentalidade autoritária e reacionária" do que em termos das coordenadas nacionais e internacionais nas quais a industrialização se desenvolve no Brasil. Embora o diagnóstico sobre o pensamento dos industriais, de Marisa Saenz Leme esteja correto, a autora não aproveita totalmente, em termos teóricos, o excelente trabalho que realizou ao nível dos dados empíricos e assim é levada a afirmar, em determinado momento:

*"Todavia, o atraso da industrialização brasileira em si não explica o comportamento dos industriais em relação à classe operária, no sentido de considerarem o proletariado como socialmente inferior e de tratarem a questão trabalhista, dentro dos marcos da mentalidade predominante na época, como um mero caso de polleia. Como empresários de um setor nascente na economia do país, os industriais brasileiros poderiam, em tese, ter sido os agentes de novas idéias no campo social". 62*

Tomando em consideração todas as implicações do atraso da industrialização brasileira, a atitude dos empresários deve ser analisada, e o foi, à luz não somente da sua postura frente ao proletariado mas também em relação às outras frações de classe dominante, especialmente a burguesia agrário-exportadora, e à luz da posição da indústria no quadro da economia brasileira. Dessa forma, a ausência da defesa do liberalismo conservador e mesmo o afastamento do liberalismo ortodo

---

62. Leme, Marisa Saenz, op. cit., p. 123.

xo da burguesia agrário-exportadora estão ligados às possibilidades de realização da acumulação capitalista através da industrialização.

Nesse quadro, a "mentalidade autoritária", cujo primeiro esboço pode ser encontrado no governo provisório de 1889-1891, inscreve-se na necessidade que a indústria encontra, desde seu surgimento, da proteção do poder público e da necessidade, portanto, da formação de um projeto nacional, sob a orientação do Estado, fugindo ao federalismo que marcou a República - mais federalismo do que liberalismo, como diz Raymundo Faoro.<sup>63</sup>

A atitude da burguesia industrial não se explica, portanto, em termos de maior ou menor consciência dos direitos do proletariado. Nesse sentido, a reação negativa da burguesia industrial frente à legislação trabalhista anterior a 1930, como Lei de Férias e o Código do Trabalho do menor devem ser entendidas, em parte como defesa dos interesses da

---

63. "A indústria será um transplante, amortecido se adverso o quadro exportador-importador, vivaz se estimulado pela crise do sistema maior. Daí o apelo constante ao Estado, ao poder público, capaz de acudir a planta sem sol e sem estreme. Esse esboço industrial, entretanto, ganha relêvo no momento que adquire a perspectiva, com a promessa de permanência, de substituir as importações, dramaticamente cortadas na guerra de 1914-1918 e no recesso da crise de 1929-1940. A subsistência do esquema só será possível, passadas as circunstâncias transitórias, se competitiva a ilha industrial. Ausente essa possibilidade, seria ainda uma vez, necessário o apoio do setor público, com a reserva forçada do mercado interno, por meio das tarifas alfandegárias ou por meio da inflação - esquemas ambos com a reformulação do sistema estatal, estruturados depois de 1930. A esse rumo nacionalista na essência, se opõe o ideário liberal, implícito no plano Campos Sales - Murinho, que apela para o capital estrangeiro no incremento industrial." Faoro, R., op. cit., p. 254.

própria burguesia no nível da exploração do trabalho e por outro lado como reação à unilateralidade da preocupação da fração de classe então dominante — a burguesia agrária exportadora — em ampliar sua base de apoio social, às custas da burguesia industrial.<sup>64</sup>

O problema que mais de perto nos interessa aqui — a ausência da defesa dos princípios liberais por parte da burguesia industrial foi estudado por vários autores, como Luiz Werneck Vianna no seu *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, bem como por Bóris Fausto, Raymundo Faoro, Francisco Weffort e também Evaristo de Moraes Filho<sup>65</sup>, além do já citado trabalho de Marisa Saenz Leme. Pode-se verificar, através desses trabalhos, que é o autoritarismo que marca a evolução industrial e principalmente os períodos de avanço industrial. Ao liberalismo excludente da oligarquia, segue-se o projeto nacionalista autoritário do Estado corporativo.

Luiz Werneck Vianna qualifica de "liberalismo fordista" o tipo de liberalismo defendido pela burguesia industrial paulista na década de 20, baseando-se em concepção teórica de

---

64. Vianna, Luiz Werneck, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 81:

"Os empresários manifestam que entendiam como o Estado oligárquico ampliava sua base social com as leis trabalhistas, fazendo-lhes pagar a conta".

65. Respectivamente em: *A revolução de 30, Os donos do Poder, O populismo na política brasileira*, (já citados) e *O problema do sindicato único no Brasil - seus fundamentos sociológicos* - Editora Alfa - Omega, São Paulo, 1978 2ª edição.

Gramsci<sup>66</sup>. Assim, em relação a legislação trabalhista anterior a 1930, a burguesia industrial resistirá alegando a necessidade de que a fábrica fosse o principal elemento no processo de integração das classes subalternas: "fora dos muros das fábricas a vida 'civil' acenaria para elas com mil tentações de corrupção".<sup>67</sup> Luiz W. Vianna defende a tese da existência de um projeto hegemônico da burguesia industrial, que estaria calcado nos moldes do liberalismo fordista.<sup>68</sup>

---

66. "Em seus estudos sobre o fordismo, Gramsci retomará o tema da hegemonia, jogando luz sobre a falaciosa separação mecânica entre supraestrutura e infra-estrutura. Nas formas de dominação burguesa, o papel dirigente dessa classe defluiria da própria fábrica e da constituição de valores e práticas nela inscrita. É o regime fabril, - quando universalizado por toda sociedade, quem submete realmente o trabalhador ao capital. Nesse processo, como sublinha Marx em *O Capital*, se inclui a internalização por parte dos trabalhadores da concepção do mundo inscrita no modo de produção do capitalismo. Para produzir esse resultado operam a educação, os costumes, a tradição etc. não atuando, porém, independentemente da base material e como unidos fatores produtores de hegemonia. A verdadeira natureza do conceito da hegemonia deve ser lida em função do relacionamento histórico-concreto da superestrutura com a base material. As relações de produção contêm nelas mesmas relações sócio-ideológicas, daí porque o aparelho de hegemonia se integra por origem na sua estruturação"., Vianna Luiz Werneck, op. cit., p. 67.

67. Vianna, L. Werneck, op. cit., p. 79.

68. "Se para alguns pode aparentar abusivo falar em projeto hegemônico da burguesia industrial, é certo que havia algo em sua prática que, na pior das hipóteses prenunciava a sua configuração. Também é certo que a matriz da afirmação da presença político-social da facção industrial se sediava na fábrica. Por definição, o aparato estatal não poderia cumprir funções de favorecimento da sua hegemonia, pela óbvia razão que estava detido pela facção burguesa dos agrários. Temos procurado comprovar a efetiva existência de uma práxis empresarial em subordinar integralmente o operário no sistema fabril. A intervenção da lei, vinda de uma realidade externa à fábrica, aliviaria ou atenuaria o seu controle, sujeitando as classes subalternas a outras influências e eventualmente a outros padrões de moralidade e disciplina dos instintos não compatíveis com o trabalho industrial" Vianna, Luiz Werneck, op. cit., p. 80.

Até meados da década de 20, a burguesia industrial situava-se em um quadro social cujo Estado, embora de dominação oligárquica, era liberal não-intervencionista, não cabendo em relação a ela, portanto, a expectativa de um comportamento revolucionário. Isso não significa porém eludir a compreensão, por parte da burguesia industrial, de que o controle do Estado implicava uma política econômica favorável ao setor agrário-exportador da economia. Por outro lado, apesar da movimentação da classe operária, esta não oferecia perigo à burguesia industrial, em termos de se apresentar como adversário político.

A legislação trabalhista que começa a surgir em 1926 e não com o Estado Novo, implica intervencionismo, o qual devia oferecer compensações à burguesia industrial, compensações essas que o Estado liberal da oligarquia rural não teria condições de oferecer.<sup>69</sup> Depois de 1926, quando a oligarquia começa a abandonar o liberalismo ortodoxo, a burguesia industrial se defenderá em torno de duas linhas.

---

69. "... a especificidade do sistema produtivo agrário-exportador, numa sociedade que se diferenciava em termos sociais num tempo extremamente curto, não lhe permitia conhecer um espaço suficiente para abrir o sistema de participação. A dependência do mundo exterior da burguesia agrária não lhe dotava de meios eficazes para atender de forma persistente às reivindicações dos setores envolvidos com a problemática de uma ordem articulada a "partir de dentro". Luiz W. Vianna, p. 100. E mais adiante, cita Francisco Oliveira: "*A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da república velha no Brasil*"., número mimeo, CEBRAP, S.P., 1975: "... em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se substancialmente aos custos da intermediação comercial e financeira externa, operando-se uma redistribuição da mais valia entre *lucros internos* e *juros externos* completamente desfavorável aos primeiros". (grifos de Francisco Oliveira).

"De um lado, procurará demonstrar a ameaça que as leis do trabalho exerceriam sobre a realização da acumulação e de outro, empunhando a bandeira da ortodoxia liberal, recém abandonada pela oligarquia agrária, implicitará, às vezes com muita nitidez, seu projeto de dominação e sua concepção de organização social". 70

Como se pode perceber, a práxis<sup>71</sup> da burguesia industrial deve ser entendida à luz das contradições nas quais se vê envolvida a oligarquia rural, em termos de estrutura social concreta. A contradição Estado liberal-dominação oligárquica ofereceu à oligarquia rural uma permeabilidade que lhe permitiu manobrar a situação criada pelo seu próprio desenvolvimento, até um certo ponto. Onde e quando a oligarquia atinge seus limites, começa a "exportar" seus problemas, atingindo a burguesia industrial e as camadas médias da população, como nos mostra Francisco Weffort e também Luiz W. Vianna.

"De modo muito coerente com sua própria estruturação interna — contraditoriamente capitalista e tradicional, liberal e oligárquica — a chamada "sociedade tradicional" mostrou-se capaz de crescer e complicar suas funções ao nível da economia, sem manifestar a mesma capacidade ao nível do Estado. Ampliou a cidadania real — econômica e social — mas não pode ampliar a cidadania legal. Desenvolveu a desigualdade social sem a "compensação" da igualdade política". 72

---

70. Vianna, Luiz Werneck, op. cit., p. 74

71. "A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é a determinação da existência humana como elaboração da realidade. Kosik, Karel, *Dialética do Concreto*, Trad. Célia Neves e Alderico Toribio, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 202.

72. Weffort, Francisco, *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro, 1978, Ed. Paz e Terra, p. 116. Vianna, L. W., "Generalizar" o Estado implicava em negar um sistema produtivo que, para subsistir, dependia de uma ação "particularista" dessa agência de poder", op. cit., p. 101.

Atingida a burguesia industrial, ela procurará, segundo ainda Vianna, um retorno à ortodoxia liberal anterior à década de 20. O seu projeto de hegemonia — liberalismo fordista — "não transcenderia o projeto e ideologia, dado que a força de trabalho e demais frações burguesas não estavam submetidas realmente ao capital industrial." 73

*A necessidade de ampliação da participação política, criada, como já vimos, pelo próprio desenvolvimento da economia exportadora 74, também não poderia ser atendida pela burguesia industrial "em razão das suas necessidades de acumulação de capital, que não poderiam resistir à democratização do pacto liberal, com o subsequente acréscimo da capacidade reivindicadora da classe operária". 75*

Havia uma complementaridade, apesar das inegáveis disputas, entre os setores agrários e industriais, sob a hegemonia da burguesia do café. Ambos estão estreitamente ligados e a burguesia industrial de São Paulo e Rio constituem, um "setor a um tempo significativo e subordinado", o qual muito dificilmente iria se ligar a um agrupamento político de oposição.<sup>76</sup> Entretanto, embora não tivesse colaborado diretamente para a realização da revolução de 30, nem tivesse, com ela, assumido a hegemonia política, ao nível econômico a burguesia industrial foi a bene-

---

73. Vianna, L. W., op. cit., p. 101.

74. Esse desenvolvimento implicava: "Crescimento das funções urbanas, políticas, comerciais e, em certa medida, industriais". Weffort, Francisco, op. cit., p. 116.

75. Vianna, L. W., op. cit., p. 100.

76. "... sem um projeto nacional de desenvolvimento, limitada à defesa de objetivos geralmente atendidos que visavam garantir a realização do lucro, por que iria a burguesia industrial se ligar a um agrupamento político de oposição, onde nem os nomes, nem o programa tinham para ela qualquer apelo oficial?" - Fausto, Boris, *A Revolução de 30*, p. 47.

ficiária <sup>77</sup> dentro do quadro que se instala depois de 30, o que se pode verificar pelo conjunto de medidas então implementadas.

A autonomização do Estado no político, como veremos mais adiante, acaba beneficiando, e é uma forma para se chegar a isso, as frações de classe dominantes. Portanto, apesar da defesa de postulados liberais no final da década de 20, por quase todas as frações de classe, essa retórica será gradativamente abandonada pelos setores dominantes, à medida em que se sentem beneficiadas com as medidas adotadas pelo Estado.

Em relação à burguesia industrial, a legislação trabalhista, que se não foi "outorgada" pelo Estado, certamente teve a sua observância mais controlada, pode ser considerada um fator de acumulação do capital. <sup>78</sup> A burguesia industrial acaba vendo nela, *também* um fator de disciplina do operariado, fator esse imprescindível, uma vez que ela não tinha meios para se impor, a partir da sociedade civil. <sup>79</sup>

---

77. Alguns dos autores que apontam esse fato: Oliveira, Francisco, "Crítica à razão dualista, *Debates Econômicos* nº 19 DAECA 74/75; Mello, J.M.C. de, op. cit., Cohn, Gabriel, "Problemas da industrialização no século XX" in Mota, Carlos Guilherme (org) *Brasil em perspectiva*, p. 303.

78. Cf. Oliveira, Francisco, op. cit.,

79. "É óbvio que o regime corporativo não corresponde a um *constructo* da burguesia industrial brasileira, o que, de resto, não ocorreu em qualquer outro país onde tenha sido introduzido. Sua concepção de mundo se instala por fora dos postulados individualistas próprios a essa classe, - com a subordinação da sociedade civil ao Estado e a repressão - ao menos ao nível ideológico - do ânimo inefreado do lucro, em nome de um comunitarismo entre o capital e o trabalho.

O universo dos "interesses livres", onde tem fulcro a visão do mundo a partir da fábrica, resultado da convergência da mercantilização da generalidade dos valores e bens sociais com a revolução industrial, evidentemente não informa uma percepção do mundo unitarista e orgânica. O indivíduo burguês, por vontade própria, não deseja ser submergido numa racionalidade estatista. Sua adesão ao corporativismo, em alguns casos tardia, noutros nem tanto, varia conforme a estruturação das forças sociais em presença, sempre se resolvendo diante de uma ameaça real ou latente, e num projeto que defenda a expansão da sua capacidade de acumular. Vianna, L.W., op.cit., p. 124.

A legislação trabalhista deve ser vista dentro de uma política social que, ao mesmo tempo disciplinava o operariado e ampliava a base social do Estado - a chamada política populista. Entretanto ela atingia também a camada empresarial cuja adesão à legislação pode ser observada, como mostra Vianna, pela rapidez com que se filiou aos sindicatos patronais. O mesmo fato não ocorreu com o operariado que ofereceu resistência e foi, gradativa e legalmente *obrigado* a aderir à sindicalização tutelada pelo Estado.<sup>80</sup>

A sindicalização patronal é intensificada — e isso significa um afastamento explícito dos princípios liberais — a partir de 1934, quando a resistência operária aumenta e em 1935, quando a chamada intentona Comunista<sup>81</sup> vem deixar claro aos empresários a debilidade da dominação liberal para conter as chamadas classes subalternas. De resto, não foi somente para a fração industrial que a ameaça "comunista" serviu como golpe de misericórdia, como já vimos.

Pode-se verificar, em síntese, que a burguesia industrial não assume o *ethos* liberal no sentido subversivo do termo, durante a Primeira República porque, ao nível econômico, prevalecia o liberalismo não-intervencionista, não cabendo esperar dela um comportamento revolucionário.

---

80. Vianna, L. W., op. cit., p. 145-146.

81. "A estrutura corporativa, se coexistia mal com o retorno do pregão liberal da oligarquia agro-exportadora, demonstrará ainda maior debilidade diante de um operariado organizado autonomamente. A constituição da Aliança Nacional Libertadora coincidirá com um brusco enfraquecimento institucional do sindicalismo oficialista, verificando-se no país, em 1935, um decréscimo de 73% nas organizações sindicais reconhecidas." Vianna, L.W., op. cit., p. 145.

Depois de 1930, as alterações sociais, políticas e econômicas ocorrem num sentido tal que o setor industrial acaba se tornando seu principal beneficiário, não lhe cabendo portanto, razões para defender a liberdade política então restrita. Mesmo que pretendesse, não poderia fazê-lo, uma vez que não conduzia o processo e porque suas necessidades de acumulação tornavam-no dependente do Estado e não permitiam a crêscimo de capacidade de reivindicação da classe operária. Esta afirmação se torna mais clara ao se analisar os problemas da industrialização retardatária e particularmente das necessidades do capital industrial frente ao papel do Estado:

*"... o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidária a um esquema privado de acumulação que repousa em bases técnicas ainda estreitas". 82*

A outorga involuntária de poder, que os empresários fazem ao Estado, quase que aliviadamente, para defesa de seus interesses, significará para eles a definitiva impotência política.

---

82. Mello, João M.C. de, op. cit., p. 120.

### 2.3. CAMADAS MÉDIAS E LIBERALISMO

Embora seja difícil a tarefa de quem se propõe a delinear os aspectos das chamadas camadas médias, e embora reconheça a qualidade dos trabalhos existentes sobre o assunto, é indispensável, a nosso ver, encarar o problema, ainda que de forma limitada. Interessa-nos o perfil do comportamento dessas camadas uma vez que o impulso modernizante que as orientava, pelo menos durante a década de vinte, coincidia com o entusiasmo pela educação liberal de Anísio Teixeira, essencialmente voltado para uma sociedade capitalista urbana e industrializada e para a implantação de uma educação profissionalizante. A questão que se coloca então é saber se poderia haver congruência entre as aspirações das camadas médias urbanas e as pretensões da corrente liberal de educação, da qual Anísio fazia parte; por outro lado, trata-se também de saber, caso o primeiro ponto se confirme, se essas camadas poderiam ter criado as condições necessárias, ao nível da formação social concreta, para que o projeto liberal de educação se realizasse, dentro do processo de modernização que ocorre depois da revolução de 30.

A grande dificuldade acima apontada está estreitamente ligada à fluidez desse perfil. Primeiramente, devido à formação recente dessas camadas médias urbanas, fato que se situa em meados da década de 20; em segundo lugar, pelas características fluídas do próprio período — a *transição* econômica, política e social é o seu principal traço. Pode-se dizer que o perfil de comportamento das camadas médias reflete de forma aguda as contradições sociais que se verificavam na formação so

cial concreta, em função precipuamente, da gradativa progressão da predominância do modo de produção capitalista, que ocorre concomitantemente à presença do tipo de economia rural voltada para a exportação. Essa transição para uma economia capitalista industrial e urbana é acompanhada pela substituição do bloco histórico hegemônico, composto fundamentalmente pela aristocracia rural exportadora, por uma pequena parcela de empresários industriais que se confundiam com os importadores e uma restrita camada média, por outro bloco histórico que se impunha, com os empresários industriais, as camadas médias urbanas e o proletariado, impulsionados em seu avanço, pela composição de forças com a burguesia rural não-exportadora e com uma parte do exército que iniciava sua carreira tuteladora da sociedade civil.

A partir de meados da década de 20, a sociedade brasileira se configura, embora não nitidamente, apresentando dois tipos de oposições: de um lado, a oligarquia rural se defronta com um comportamento anti-oligárquico por parte das camadas médias urbanas; de outro lado, o processo de industrialização emergente dá origem à oposição entre empresários industriais e proletariado. O comportamento das camadas médias urbanas estará então ligado, de um lado à sua formação e dependência da economia rural e portanto, da oligarquia rural; por outro lado, em relação ao novo bloco histórico, a posição dessas camadas médias será subordinada, uma vez que a industrialização ocorre pela via reacionária e populista, onde a base de legitimação é a camada proletária que configurava o embrião da classe que seria fundamental, no período que se se-

guiria à transição. Nesse quadro é que se situa a "fraqueza" política das camadas médias urbanas e a sua dificuldade para definir uma perspectiva própria em relação aos rumos da sociedade.

A formação das camadas médias, na década de 20, decorre da expansão da economia agrário-exportadora<sup>83</sup> fato que cria condições para o aparecimento de traços importantes de seu comportamento: a dependência dessas camadas em relação à oligarquia rural e a reação anti-oligárquica dessas mesmas camadas, durante a década de 20, que se manifesta através dos movimentos de 1922, 1924 e 1926. Entretanto, esta reação anti-oligárquica é apresentada em termos de reivindicações políticas: as camadas médias reivindicam o cumprimento efetivo dos preceitos constitucionais. A radicalização do movimento quando ocorre, é feita através dos setores militares descontentes, que acabam se desligando e se autonomizando dos movimentos das camadas médias.<sup>84</sup>

---

83. "Nestes países estruturados à base da grande propriedade dedicada à exportação, os setores médios não encontram em geral condições favoráveis para o exercício de funções produtivas autônomas. Assim, não lhes resta alternativa de relevo além das atividades vinculadas ao setor de serviços ou ao Estado, funções em última instância dependentes das vicissitudes por que passa a economia de exportação". Weffort, F., *O populismo na política brasileira*, p. 114.

84. "A tese, divulgada e consagrada, da direção do movimento dos contestadores pela classe média, ou camada média, ou camada média da sociedade, não se apoia na realidade, vê-se logo. Falsa será, de outro lado, a presença da grande propriedade no campo dos nacionalistas da ordem. Haverá, neste setor, uma conciliação, antiagrária, no seu curso. A classe média, a camada média da sociedade, segundo denominações divergentes, não tinha condições objetivas de aspirar o comando político do país. Na década de 20, no momento de expansão inflacionária e das dificuldades do incremento industrial, depois do progresso manufatureiro experimentado durante a guerra, ela não reivindica posição autônoma.

(continua na próxima página)

Segundo Raymundo Faoro, a "classe média urbana", expressão do autor, manifestou em 1917 - 1919, simpatia pelos movimentos proletários. Entretanto, à medida que o operariado se expande, essas camadas passam a ver nas reivindicações operárias, manifestações subversivas.<sup>85</sup> Esse fato pode também ser atribuído à própria composição dessas camadas na década de 20, quando se destaca a presença de funcionários públicos:

*"O processo de urbanização, já visível em 1920, não se deve fundamentalmente, como nos países industrializados, à demanda manufatureira, pò-*

---

84. (continuação da nota da página anterior)

Volta-se para o governo, pedindo providências contra a carestia e para obter favores à expansão da indústria". Faoro, R., op. cit., p. 676.

Sobre a ligação entre o movimento tenentista e as camadas médias, ver Forjaz, Maria Cecília Spina, *"Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República"*, tese de mestrado em Ciência Política, USP, mimeo, 1974. Reportando-se a esse trabalho, Luiz W. Viana escreve, sinteticamente o seguinte:

"sugerimos que enquanto o "pertencimento de classe" predominar no tenentismo, o que ocorreu certamente antes do início da marcha da Coluna Prestes, a ênfase liberal democratizante consistirá no seu traço dominante, e a juventude militar se comportará como o "braço armado das camadas médias urbanas". Os duros embates militares, o isolacionismo político dos rebeldes, a explicitação da tendência reformista, ao contrário, fortalecerão o impulso "autonomista", realçando mais a síndrome corporativo-militar, contida no fato dos tenentes pertencerem, ou terem pertencido, ao aparato estatal.

(...) O processo de autonomização, expresso na ideologia tutelar, entretanto, emancipa os militares de seu setor básico de representação. O exercício de tutela implica em que esse extrato alargue sua perspectiva para incluir toda a nação e não simplesmente uma categoria social"., op. cit., p. 107.

85. Faoro, R., op. cit., p. 676.

*lo atrativo de primeiro plano. As cidades aumentam em função das crises do setor agrário, das ocupações da burocracia, do incremento dos setores terciários, dos serviços públicos necessários à metrópole". 86*

Esse dado vem reforçar as características acima apontadas de dependência dessas camadas em relação à oligarquia rural e ao mesmo tempo, da debilidade do oposicionismo dessa parcela da população.

É importante assinalar aqui a ambiguidade da posição das camadas médias urbanas porque pode parecer incoerente afirmá-las como anti-oligárquicas, tendo mesmo representado um papel importante no rompimento da hegemonia oligárquica e, ao mesmo tempo, dependentes dessa mesma oligarquia, e não conseguindo, posteriormente, ultrapassar os horizontes ideológicos dessa fração de classe dominante. Referindo-se aos movimentos de "classes médias", expressão do autor, na Argentina e no Brasil, Weffort escreve:

*"... observa-se nos dois casos que, embora de maneira diferente, ambos os movimentos nascem em geral das mesmas condições: a expansão da economia volta da para mercados externos, que obriga ao crescimento das funções urbanas, políticas, comerciais e, em certa medida, industriais. Com os movimentos de classe média percebe-se, então que o processo designado pelos economistas como de 'desarrollo hacia fuera' ter-se-ia demonstrado mais apto para formar novos setores sociais que para transformar as estruturas do Estado de modo a garantir sua incorporação. De modo muito coerente com sua própria estruturação interna — contraditoriamente capitalista e tradicional, liberal e oligárquica — a*

chamada "sociedade tradicional" mostrou-se capaz de crescer e complicar suas funções ao nível da economia, sem manifestar a mesma capacidade ao nível do Estado. Ampliou a cidadania real — econômica e social — mas não pode ampliar a cidadania legal. Desenvolveu a desigualdade social sem a "compensação" da igualdade política.

Esta tendência, própria ao crescimento "hacia fuera" é de fundamental importância para a compreensão do comportamento das classes dominantes. Daí que se tenha dado esta situação, aparentemente, paradoxal, de que a exclusividade do poder oligárquico é cada vez mais percebida como ilegítima e antidemocrática, pois significaria de algum modo a exclusão dos novos setores, não obstante a emergência destes se deva à própria expansão do setor externo. (...) Nestas, condições, a modernização das estruturas políticas aparece como o centro da atenção dos movimentos de classe média e estes não se mostram capazes ou interessados em estabelecer claramente as conexões existentes entre as velhas estruturas de poder com as quais se enfrentam e o processo produtivo do qual dependem e com o qual, de algum modo, se encontram solidários." 87

O que se pode observar é que a condição de oposição à oligarquia, ostentada pelas camadas médias urbanas, é uma oposição contingente, não se devendo portanto a um antagonismo fundamental derivado de posições na estrutura econômica (do modo de produção predominante).

Por esse motivo, a definição que Weffort dá a esses movimentos parece-nos adequada: trata-se de uma luta pela participação no poder político, mantendo intacta a estrutura social e econômica do conjunto da sociedade:

"enfim, os movimentos de classe média não buscam mais do que definir jurídica e institucionalmente condições para sua participação no jogo do poder, condi-

---

87. Weffort, F., op. cit., p. 116-117.

ções de igualdade já previstas no quadros ideológicos da classe agrária dominante. Reivindicam "de direito" um lugar que, em certa medida, já ocupam "de fato" na "sociedade tradicional" (...) 88

A esse tipo de aspiração, retórica liberal se presta perfeitamente e ela marcou, inicialmente, as reivindicações das camadas médias, assim como de outros setores oposicionistas contingentes, como a oligarquia rural não-exportadora, dos tenentes, dos empresários.<sup>89</sup> As diferenças entre essas frações sociais vão se tornar mais claras à medida em que se aproxima o final da década, evidenciando-se mesmo a passagem para o anti-liberalismo, pelas correntes oposicionistas principais: é o liberalismo que passa a ser visto como a origem de todos os males. Para os contestadores da ordem, evoluir significaria, cada vez mais, substituir a "política dos governadores" e o federalismo, por um Estado forte e centralizado, que representaria os interesses de toda a Nação e não somente da burguesia rural, como acontecia até então.

Respeitadas a especificidade da composição das camadas médias brasileiras, no período em que aqui estudamos, e a sua formação recente, podemos aproveitar certas lições que nos são

---

88. Weffort, F. op. cit., p. 117 (grifos meus) - Bóris Fausto, endossa a observação de Weffort e acrescenta um elemento: o fato de a classe operária não aparecer como polo de atração. Fausto, B., *A revolução de 30*, Brasiliense, São Paulo, 1976, 4a ed., p. 83.

89. "Ressalvados os casos dos setores politicamente conscientes da classe operária, da corrente católica, com Jackson de Figueiredo à frente, e de certos círculos do pensamento jurídico, como Alberto Torres e seus seguidores, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e outros, os empresários, as diferentes frações oligárquicas, exportadoras ou não, as camadas médias urbanas e os rebeldes da juventude militar vêm abrigar-se sob a ampla bandeira do ideário liberal" Vianna, L.W., op. cit., pp. 87-88. Cf. também - Faoro, R., op. cit., p. 665.

oferecidas em estudos clássicos sobre o comportamento dessas parcelas de sociedade em situações semelhantes.<sup>90</sup>

Os estudos sobre o fascismo têm mostrado que a base social de apoio desse movimento encontra-se principalmente na chamada "classe média", a qual, em situação de crise do capitalismo, tende a se voltar simultaneamente contra a burguesia e o proletariado. Agem reacionariamente, tentando fazer rodar a história para trás, rejeitando as soluções das classes entre as quais se encontra. As análises sobre o movimento nazista na Alemanha mostram que os pequenos proprietários no campo do comércio, da indústria e da agricultura, tendiam a aderir ao movimento de direita, vendo nele sua tábua de salvação:

*"De um lado viam-se ameaçados pelas grandes sociedades industriais e comerciais, e, conseqüentemente, ouviam com agrado as consignias anti-monopolistas, mas, de outro, afastavam-se energicamente da classe operária e de suas organizações, frente às quais faziam valer sua própria condição de proprietários e a pretensão de representar a classe média, a qual deveria se distinguir claramente, em seu estilo de vida, dos trabalhadores assalariados. (...)"* 91

---

90. Embora imprópria, a expressão "classe média" ou "classes médias" é correntemente empregada na literatura de ciências sociais, referindo-se a categorias intermediárias da estrutura social. Como nos ensina Stavenhagen, "o importante pois, é saber do que grupo específico se fala em cada caso, e determinar as características específicas deste.

"Se uma categoria social não se encontra em oposição estrutural a uma classe, mas ocupa, sob todos os pontos de vista, uma posição intermediária, então não é uma classe, mas apenas uma fração, uma camada, ou simplesmente uma categoria intermediária". Stavenhagen, Rodolfo, "Estrutura de Classes e estratificação social" in Lukács, G. e outros, *Estrutura de classes e estratificação social*, coletânea organizada por Otávio Guilherme C.A., Velho e outros - 5ª edição Zahar, Rio de Janeiro, 1974, p. 161.

91. Kühnl, Reinhard, *Liberalismo y fascismo*, das formas de domínio burguês - libros de confrontacion - filosofia, 10, Editorial Fontanella, Barcelona, 1978 (Trad. do alemão por Ramón Ibero), p. 143.

Por outro lado, a vitória do movimento nazista, com a centralização do poder e a autonomização do poder político, tenderá a absorver, nos quadros da burocracia, parte dessa "classe média", transferindo assim para ela, o excedente que não lhe é mais possível retirar de outra forma. Ao mesmo tempo, fortalece o aparelho de Estado, condição indispensável para manutenção da ditadura.

No caso dos movimentos fascistas da Alemanha e da Itália, a situação das relações de classe que indica a função da ditadura, é claramente definida por Franz Neumann:

*"A terceira possibilidade é a tentativa do que se poderia chamar de classes condenadas para mudar radicalmente suas condições sócio-econômicas, para invertê-las, e instaurar um sistema político que lhes restitua a antiga proeminência". 92*

A revolução de 30, que é o ponto de chegada dos movimentos contestadores anti-oligárquicos das camadas médias no Brasil, no período aqui estudado, não se configura, entretanto, como um movimento fascista, embora tivesse sido importante a influência desses movimentos nos ideólogos e realizadores de nossa revolução e embora talvez a uma parcela das camadas médias, aquela dos originados da decadência de famílias tradicionais, tal explicação possa se adequar.<sup>93</sup> A situação histórica brasileira da época se aproxima mais de outra possi

---

92. Neumann, Franz, *Estado democrático e Estado autoritário*. (já citado), p. 276. (Notas sobre a teoria da ditadura)

93. Ver: Woolf, S. J., "Did a Fascist economic system exist" in *The Nature of fascism*, pp. 119-151.

bilidade descrita por Neumann, não somente em função das características das camadas médias como também de outras frações de classe, especialmente a burguesia industrial e a burguesia rural não-exportadora:

*"Classes sociais rebeldes e sem regalias exigindo reconhecimento de seus interesses que os políticos no poder se recusam a conceder. Existem duas alternativas, dependendo da maturidade política das classes em ascensão.*

*Se tiverem maturidade política — como a burguesia da Inglaterra no século XVII ou da França no XVIII — o cesarismo será apenas um fenômeno transitório (Cromwell e Robespierre). As novas classes, uma vez no poder e comandando a maioria, exigirão, por várias razões, um sistema político liberal.*

*Se, no entanto, não tiverem essa maturidade ou se forem fracas, o movimento cesarista se tornará uma ditadura como no caso de Pisistrato, Cola di Rienzo ou Lemín". 94*

Não é inútil lembrar a fraqueza e imaturidade das frações sociais que, no Brasil ao final da década de 20, lutaram pela participação no jogo do poder.

A complexidade do quadro político, social e econômico do Brasil no final da década de 20, largamente discutida por escritores competentes, é, ao nosso ver, sintetizada com invulgar lucidez por Raymundo Faoro, quando se refere à necessidade de *centralização* do poder, defendida pelas hostes contestadoras e mesmo como solução para manutenção do *statu quo*, pela ala situacionista. Nessa análise está incluída também a fração social que agora nos preocupa: consciente ou in

---

94. Neumann, F. op. cit., p. 276.

conscientemente, as camadas médias urbanas, ao procurarem ampliar a efetividade da prática política liberal, acabaram apelando ou sendo socorridas, por instrumentos intervencionistas e a própria revolução de 30 não se caracteriza por ser um movimento popular, que tivesse ocorrido de baixo para cima. Melhor do que nós, escreve Faoro o seguinte, sobre os movimentos de 1922 - 1927:

*"A raiz histórica do movimento situa-se numa corrente de elos soltos, mas em formação o estuário, alimentado pelo Exército, o povo e o protesto contra o domínio hegemônico da política dos governadores. A espinha dorsal, muitas vezes mal entrevistada, será a reorganização do aparelho estatal, para a realização de tarefas políticas são exequíveis mediante reformas de maior profundidade. Uma caricatura: um programa liberal por meio de instrumentos ditatoriais. Como sempre acontece com os contestadores o outro lado deles se aproxima sob pressão de iguais necessidades, realizáveis com métodos diversos, de cima para baixo, sem ruptura do sistema. Esta feição se revela na mudança, volta-se a insistir, da estrutura presidencial do regime, cada vez mais presidencial e cada vez menos federal". 95*

A despeito desses limites ideológicos do liberalismo capenga das camadas médias, e devido à dificuldade de se falar delas de forma homogênea, admite-se que determinadas faixas simpatizassem com a ala "esquerdista" do tenentismo, e outras com o salvacionismo militar. Os acontecimentos posteriores à revolução de 30 permitem, segundo Bóris Fausto, "levantar a hipótese de uma progressiva radicalização destas áreas, dividindo-se para constituir a base de movimentos de esquerda (Aliança Nacional Libertadora) sobretudo sob a influência da

---

95. Faoro, R., op. cit., p. 668 (grifos meus).

ruptura de Prestes com o movimento tenentista, e de direita, com a Ação Integralista".<sup>96</sup>

Como já dissemos, no início destas considerações sobre o perfil ideológico das camadas médias, na situação que se implanta após 1930, também não lhes é dedicada uma posição importante e o seu comportamento, que não é homogêneo, estará ligado a esta nova condição, igualmente subordinada.

Em relação à ala simpatizante dos movimentos de esquerda, é sempre bom lembrar que ela será gradualmente eliminada, através de um processo de repressão que culminará em 1935 com o levante da Aliança Nacional Libertadora, a chamada "Intentona Comunista".

O comportamento das alas não-esquerdistas, é qualificado de *anti-populista*, por Décio Saes.<sup>97</sup> Essa tendência se estenderá ao período 37 - 45, manifestando-se também em 1954. O anti-populismo das camadas médias atua em duas direções: de um lado, contrário à participação popular em política, considerada até então um privilégio das "elites"; de outro lado, contrário ao intervencionismo social e econômico do Estado populista. Assim temos que as reivindicações de cunho jurídico-institucional seriam apenas a forma de uma manifestação - contra a participação popular, quer se tratasse de ditadura populista ou democracia de massas: "Podemos portanto dizer que a orientação política das camadas médias tradicionais está marcada, ao longo do período populista, pela nostalgia da

---

96. Fausto, B., op. cit., pp. 69-70.

97. Saes, Décio, *Industrialização, populismo e classe média no Brasil*, Cap. IV - Populismo e classe média. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP, Editora Brasiliense, SP, 1976.

política oligárquica".<sup>98</sup>

A aliança das camadas médias tradicionais com a oligarquia rural, durante a Revolução de 1932, aliança que permanecerá durante o Estado Novo até à criação da União Democrática Nacional em 1945, são elementos que, reforçam a explicação em termos de "elitismo anti-populista", como o traço característico das classes médias tradicionais. Entretanto, não foi essa a atitude de todas as camadas médias urbanas: as "baixas camadas médias", constituíram, ao lado do operariado, a base social de apoio ao populismo, através do sindicalismo de Estado.<sup>99</sup>

A participação popular, ainda que atomizada é desorganizada, tal como ocorre durante o período populista, é vista com decepção pelos liberais vinculados às classes médias tradicionais. A síntese de Weffort, sobre a condição de marginalidade das camadas médias brasileiras, é muito esclarecedora:

*"O que se observa, porém, é que a democracia brasileira vinha progressivamente deixando de ser a mera formalidade, como o fora antes de 1930, que apenas consagrava os ajustes de interesses entre os grupos dominantes. Mesmo o moralismo tradicional é capaz de acentuar, embora de maneira deformada com "suborno coletivo" o traço diferencial do novo período: os interesses populares passam a contar e o regime, de uma forma ou de outra, deve atendê-los. O voto secreto, a grande conquista da revolução de 1930, só 15 anos depois começa a produzir seus frutos. É preciso não perder de vista*

---

98. Saes, Décio, op. cit., p. 28.

99. Idem, ib. pp. 28-29-30-31. É importante, porém, notar a distinção feita pelo autor entre o sindicalismo operário e o sindicalismo médio: "O sindicalismo de Estado representa o apogeu do sindicalismo 'médio', enquanto que, para a classe operária ele constitui apenas o momento inicial de seu processo de organização corporativa e política", p. 31-32, grifos do autor.

*o significado desta transformação: é a revolução de mocrática se realizando. Pobre revolução, comparada ao modelo europeu, mas não temos e não teremos outra. Diante desta democracia que buscava raízes nas massas, a classe média tradicional desesperou-se. Marginal na Velha República apoiada na grande propriedade da terra, marginal nesta democracia que busca apoio nas massas - a classe média nunca encontrou o terreno adequado para a democracia pura de suas pretensões aristocráticas". 100*

Tendo em vista a complexidade que a análise do comportamento das camadas médias oferece, é difícil dizer, em poucas palavras, a título de conclusão, qual o traço definitivo que as caracterizava. A maioria dos trabalhos consultados acaba por se fixar em uma ou outra das categorias que compunham os setores médios e oferece conclusões parciais, como procuramos mostrar até aqui. Entretanto, feitas essas ressalvas, arriscamo-nos a afirmar que, embora a retórica utilizada no período anterior a 1930 fosse o liberal, o período que se segue, até 1935, se caracteriza pela polarização das camadas médias em torno de dois núcleos ideológicos, ambos anti-liberais: o socialismo e o integralismo, concretizados nos movimentos da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista. Como os movimentos de "esquerda" tivessem sido reprimidos, com uma violência que aumentou gradualmente até o ápice da chamada "Intentona Comunista", o período se caracteriza e não somente para as camadas médias, pela decadência do racionalismo, no sentido que o liberalismo confere a esta palavra, restando realmente pouco espaço e ressonância para os apelos tecnocráticos e mesmo democráticos, tais como os que

caracterizam a prática e o discurso de Anísio Teixeira.<sup>101</sup>

---

101. A essa conclusão se pode chegar também, através da leitura de depoimentos de indivíduos que participaram dos acontecimentos da época, como o de Hermes Lima. Este escritor, na qualidade de biógrafo de Anísio, ratifica essa conclusão, reforçando também a tese de marginalização dos liberais.

"A direita era maior que o integralismo. A esquerda maior que o comunismo. Em torno da esquerda e da direita agitavam-se muitas e vivas tendências que não se fundiam em nenhuma das legendas. A prática da vida representativa caberia depurar a confusão, por meio de eleições conduzidas por firme liderança constitucional. Mas os guardiões preferiram conservar o bocado para eles próprios.

A partir de 1930, agitou-se o país no debate e na busca de caminhos de esperança de superar o atraso acumulado. Nesse debate, em função da contestação doutrinária proveniente da Europa, a presença do integralismo e do esquerdismo significava o tributo de nossa participação no mundo das interrogações ideológicas em voga. *Ser comunista, integralista, socialista, comprovava nossa participação na problemática da civilização moderna em cuja periferia nos encontramos.*" Lima, H., *Anísio Teixeira, Estadista da Educação, Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1978 p. 105. (grifos meus).

### 3. ANÍSIO TEIXEIRA E O ESTADO CORPORATIVO-AUTORITÁRIO

A chamada "revolução de 30" é um ponto de inflexão de um processo de reorganização do Estado capitalista no Brasil. A transição que ela marca aproxima-se de um "tipo ideal" de passagem, onde a autonomização do poder político do Estado se presta à sustentação e desenvolvimento do próprio capitalismo.<sup>102</sup>

A passagem de Anísio Teixeira pelos quadros da burocracia, assim como a sua marginalização, explica-se, em termos sociais, a partir das características desse período de transição.

Trata-se, em primeiro lugar, de relacionar a sua militância na Diretoria do Ensino do Distrito Federal, à ampliação dos quadros da burocracia civil e militar, que é acentuada na primeira metade da década de 30. Esse crescimento é parte do processo de fortalecimento do poder central e, ao mesmo tempo, a forma que assumem as relações sociais tendo em vista o processo produtivo. Na realidade, é uma forma de apropriação do excedente de produção.

Por outro lado, ao ser obrigado a se demitir do cargo que ocupava, Anísio também participa desse processo de transição. Marginalizá-lo significava reforçar o processo de fecha-

---

102. As características desse "tipo ideal" aparecem em estudos históricos clássicos, como: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx e *As origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore.

mento político. Isto porque, como veremos, a necessidade de composição das diferentes frações das classes dominantes, sob a égide de um Estado forte, exigia o sacrifício de certos elementos. Na medida em que representassem de forma radical, apenas uma das tendências do jogo de forças, a eliminação se fazia necessária. Anísio seria, teoricamente um representante da camada industrial. Entretanto, o arranco industrial ainda dependeria da agricultura e eliminá-lo, sem dúvida, acalmaria a oligarquia rural e outras forças reacionárias que atuavam no processo.

Do ponto de vista ideológico, a bandeira defendida por Anísio — o liberalismo econômico e político — era o simbolo do mal a ser eliminado pelo poder que se consolidava. A utilização de força no processo político, que se torna clara em 1935, não permitia a democrática existência de dissidências, ainda que não fossem antagônicas, mas contingentes.

Deve se tornar clara, também, a partir da caracterização do Estado corporativo-autoritário, e tendo em vista as páginas precedentes, a inviabilidade da proposta liberal para reforma da educação. Esta se dirigia às necessidades decorrentes da industrialização tal como ocorrera nos Estados Unidos, onde assume, ao nível político, a forma de uma democracia liberal pluralista. A via seguida pelo Brasil para a industrialização ficou longe desse resultado e inscreve-se, pela forma, condições e época em que ocorreu, na chamada modernização conservadora, ou forma capitalista e reacionária.

Estudando os processos de transformação de sociedades agrárias <sup>103</sup> em sociedades industriais modernas, Barrigton Moore identifica quatro caminhos:

1º - As revoluções burguesas: "desenvolvimento de um grupo na sociedade com base econômica independente, o qual ataca os obstáculos a uma versão democrática do capitalismo herdados do passado: "... através das revoluções e guerras civis, levou à combinação do capitalismo, e da democracia acidental". <sup>104</sup> São exemplos as revoluções que ocorreram nos Estados Unidos, Inglaterra e França.

2º) - A forma capitalista e reacionária:

"Equivale a uma forma de revolução vinda de cima. Nesses países, o impulso burguês era mais fraco. Se chegou a tomar a forma revolucionária, a revolução foi derrotada. Mais tarde, algumas secções de uma classe comercial e industrial relativamente fraca apoiaram-se em elementos dissidentes das antigas classes dominantes, principalmente recrutados no campo, para levarem a cabo as alterações políticas e econômicas necessárias para uma sociedade industrial moderna, sob os auspícios de um regime semi-parlamentar. O desenvolvimento industrial pode avançar rapidamente sob tais auspícios. Mas o resultado, após período breve e instável de democracia, tem sido o fascismo". <sup>105</sup>

Os exemplos são as revoluções do Japão e Alemanha.

103. Sociedade agrária é entendida pelo autor, B. Moore como "estados onde uma grande maioria da população vive de terra", Moore Jr., Barrigton, *As origens sociais da ditadura e da democracia - Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Tradução Maria Ludovina F. Couto, Edições Cosmos, Lisboa, 1975, p. 9.

104. Idem, p. 14.

105. Idem, p. 15.

## 39) - O comunismo:

"As grandes burocracia agrárias desses países ser viram para inibir os impulsos comerciais e mais tarde industriais, com mais força que nos casos precedentes. Os resultados foram duplos. Em primeiro lugar, essas classes urbanas eram demasiada fracas para constituírem mesmo uma parte menor na modernização (...). E, na ausência de mais do que dêbeis passos para a modernização, manteve-se a existência do enorme aglomerado dos camponeses. Esta classe, sujeita a novas tensões e forças, à medida que o mundo moderno ia avançando sobre ela, produziu a principal força revolucionária e destruidora que subverteu a ordem antiga e lançou aqueles países na era moderna, sob a direção do comunismo, que tornou os camponeses suas vítimas primeiras". 106"

São exemplos os casos da Rússia e da China.

Barrington Moore também explica essas diferentes formas de transição em termos de desenvolvimento desigual e combinado, sem entretanto empregar a mesma terminologia:

"Numa extensão muito limitada, esses três tipos — as revoluções burguesas que culminaram na forma ocidental de democracia, as revoluções conservadoras vindas de cima, que terminaram no fascismo e as revoluções camponesas que levaram ao comunismo — podem constituir vias e opções alternativas. Constituem, muito mais claramente, sucessivas fases históricas. Deste modo, apresentam entre si uma relação determinada e limitada. Os métodos de modernização escolhidos por um país alteram as dimensões do problema para os países seguintes que escolham o mesmo método, como Veblyen reconheceu, quando cunhou a expressão, agora em voga, 'as vantagens do atraso'. Sem a anterior modernização democrática da Inglaterra, os métodos reacionários adotados pela Alemanha e pelo Japão dificilmente teriam sido possíveis.

*Sem as experiências capitalista e reacionária, o método comunista teria sido algo inteiramente diferente, se tivesse mesmo chegado a existir". 107*

Barrington Moore aceita, frize-se, uma visão evolutiva da história, apesar de reconhecer a influência do que ele chama *condições mundiais* na história de cada país:

*"Para além das condições históricas concretas, num determinado momento e num determinado país existem as condições mundiais, tais como o estado das artes técnicas e a organização econômica e política atingida noutras partes do mundo, que influenciam fortemente as possibilidades de uma revolução". 108*

O mesmo autor estabeleceu, através dos estudos que realizou, algumas condições para o posterior desenvolvimento democrático das sociedades agrárias:

1º - O desenvolvimento de um equilíbrio para evitar uma coroa demasiado forte ou uma aristocracia proprietária demasiado independente;

2º - o movimento no sentido de uma forma adequada de agricultura comercial, quer por parte da aristocracia proprietária quer por parte dos camponeses;

---

107. B. Moore, op. cit., p. 478. É interessante precisar o que o autor entende por *desenvolvimento de uma democracia*: "uma luta longa e certamente incompleta no sentido de fazer três coisas estritamente relacionadas: 1. controlar governantes arbitrários; 2. substituir leis arbitrárias por leis justas e racionais; e 3. conseguir que a população participe na elaboração das leis". Idem, pp. 478 - 479.

108. Idem, p. 492.

3º e 4º - enfraquecimento da aristocracia proprietária e impedimento da coligação aristocrático-burguesa contra os camponeses e operários;

5º - ruptura revolucionária com o passado.<sup>109</sup>

Antes de passarmos à conceituação de B. Moore sobre a revolução *por cima*, gostaríamos de frisar um aspecto importante da revolução burguesa, o qual, embora possa ser entendido pelas condições acima anunciadas, é importante que seja reforçado:

"... a experiência inglesa tenta-nos dizer que a destruição da agricultura como atividade social importante constitui um pré-requisito para uma democracia bem sucedida." 110

A segunda rota principal para a industrialização via capitalista e reacionária — exemplificada pela Alemanha e Japão, caracteriza-se, em termos breves, pelo seguinte:

- ausência de um movimento revolucionário, o que significa modernização sem alteração fundamental da estrutura social existente.

- introdução de um sistema agrícola repressivo:

1º. conservando a estrutura camponesa mas extorquindo-lhe cada vez mais excedente ou, 2º. introduzindo mão-de-obra servil ou semi-servil. Ambos os sistemas exigem métodos políticos de força.

3º. coligação entre os setores influentes das classes fundiárias e os interesses comerciais e industriais emer

---

109. Idem, pp. 495-496.

110. Idem, p. 494.

gentes: "uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar de seu direito próprio, e que, por isso, se lança nos braços da aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro". <sup>111</sup> Vale acrescentar a observação: "mesmo que o elemento comercial e industrial seja fraco, deve ser suficientemente forte para constituir um aliado político digno de valor". <sup>112</sup>

É importante notar, como o faz nosso autor, a viabilidade da industrialização sem uma revolução popular violenta. Reconhecer esse fato, porém, não significa desconhecer as conseqüências políticas da "revolução por cima".

Nestes tipos de modernização conservadora o papel do Estado na construção industrial foi muito importante:

*"serviu de motor da acumulação do capitalismo primário, compilando recursos e dirigindo-os para a construção de fábricas. Dominando a mão-de-obra, também desempenhou um papel de modo algum inteiramente repressivo. Os armamentos constituíram um importante estímulo para a indústria. O mesmo sucedeu com as políticas de tarifas aduaneiras protecionistas. Todas estas medidas, até certo ponto, implicavam retirar recursos e pessoas à agricultura. ...."* <sup>113</sup>

Em relação às circunstâncias para o êxito da modernização conservadora, constata-se a presença e necessidade da máquina burocrática:

---

111. Idem, p. 503. (grifo meu)

112. Idem, p. 503.

113. Moore, B., idem, p. 507.

1º - "necessária chefia muito hábil para arrastar elementos reacionários menos perceptivos, concentrados entre as classes superiores proprietárias, embora não necessariamente a elas confinados ..."

2º - "os governantes devem poder usar ou construir uma máquina burocrática suficientemente poderosa, incluindo instituições de repressão, os militares e a polícia (...) para se libertarem da influência, na sociedade, de pressões extremas reacionárias e populares ou radicais. O governo tem de se parar-se da sociedade, algo que pode acontecer mais facilmente do que as versões simplificadas do marxismo fazem crer".<sup>114</sup>

Antes de passarmos para a ligação da "revolução por cima" com a revolução de 30, no Brasil, é interessante observar, de acordo com B. Moore, as causas mais profundas da sobrevivência da democracia, aos movimentos reacionários, que enfrentou na Inglaterra. Apenas indicaremos, remetendo o leitor ao texto original:

1º - máquina repressiva fraca, nas mãos do governo central;

2º - como o industrialismo começara mais cedo na Inglaterra, tornou-se desnecessária a proteção, por parte da coroa, à burguesia industrial, tornando-se esta também independente da aristocracia proprietária;

3º - a aristocracia proprietária não precisou reprimir os camponeses, tendo-lhes bastado as medidas econômicas

---

114. Idem, ibidem, p. 508. (grifos meus)

que virtualmente acabaram com o campesinato enquanto tal.<sup>115</sup>

A passagem de uma "sociedade agrária", ligada ao mundo capitalista, para o estágio da industrialização, ocorre no Brasil pela via que B. Moore chama capitalista e reacionária. Pelo que já pudemos apresentar nas páginas anteriores, é possível perceber de forma rápida, a transição ao nível social, econômico e ao nível ideológico. Trata-se agora, completando os aspectos ideológicos, caracterizar o Estado que se instala e que passa a controlar a sociedade civil com um alto grau de autonomia política.

Há um consenso entre vários autores, ao afirmar que a revolução de 30 não significou a "derrubada da oligarquia rural", mas a instalação, ao nível do poder político, de um Estado de Compromisso, que gradualmente se autonomiza, centraliza e fortifica o poder central, definindo-se no Estado corporativo autoritário — o Estado Novo, em 1937. Esta forma que assume a esfera política liga-se à necessidade da realização da industrialização, dentro das condições específicas do Brasil na época. Entretanto, é preciso não confundir as aparências com a situação concreta pois, a forma ditatorial de governo se instala. Isto porque, entre outros fatores, a democratização começara a ocorrer no Brasil. Democratização no sentido em que B. Moore e Francisco Weffort empregam o termo:

---

115. "Um setor influente das classes superiores proprietárias de terras da Inglaterra pretendia, não homens, mas sim terras para a criação de carneiros. Os Junkers alemães, por outro lado, pretendiam homens, mais especificamente homens ligados à terra, para cultivarem o cereal que eles exportavam"., Moore, B., op. cit., p. 529.

"a entrada das massas no palco da história".<sup>116</sup> Há que observar que, embora essa participação tenha resultado de pressão popular e significasse pressão popular, inscreve-se naquilo que se conhece por democracia passiva, uma vez que foi manipulada e privada de autonomia pelas classes dirigentes.<sup>117</sup>

Assim como não significou derrubada das oligarquias rurais, a revolução de 30, não alterou as relações de produção, na instância econômica, nem alijou essa fração de classe da instância de dominação política.<sup>118</sup> Essa permanência deve-se não somente à sua própria força e importância, agora reduzidas, como à debilidade política e econômica das classes médias e da burguesia industrial, como já vimos. Liga-se também à já citada ausência de oposição fundamental entre a lavoura e a indústria.<sup>119</sup>

Entretanto, essa permanência agora é dirigida pelo Estado, cuja espinha dorsal será o elemento militar.<sup>120</sup>

---

116. Moore, B., op. cit., p. 154. - "O fascismo é inconcebível sem a democracia, ou sem aquilo a que, por vezes, se chama, mais empoladamente, a entrada das massas no palco da história"., Weffort, F., op. cit., p. 22.

117. "Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista que as privava de autonomia". Weffort, F., op.cit.,p.78.

118. Fausto, B., op. cit., p. 86. Weffort, F., op.cit., pp. 118.119.

119. Vianna, L. W., op. cit., p. 209.

120. Faoro, R., - "O desenvolvimento industrial, articulado ao reerguimento agrícola, centrado no mercado interno, ordena-se sob o influxo do Estado, integrados dos núcleos esparsos do país e incentivador de atividades". op. cit., p. 717.

A situação que se instala é conhecida como Estado de Compromisso, termo com o qual se procura traduzir a debilidade das diferentes frações de classe para reorganizar e dirigir a ordem política.<sup>121</sup> A revolução de 30 significou, nesse sentido, uma reorganização das classes dirigentes, com uma decolagem maior entre o Estado e a Sociedade, garantindo esse Estado de compromisso pelo Exército.<sup>122</sup>

O Estado de Compromisso, fundado numa coligação das diferentes frações de classe dominante, sem que nenhuma delas fosse capaz de impor a sua hegemonia, será um Estado de transição e instabilidade, onde a fundamentação da legitimidade será procurada no apoio das classes populares: as chamadas alianças populistas.<sup>123</sup>

---

121. Weffort, F., op. cit., p. 120-121. Escreve à página 121: "A oligarquia em decadência perdeu a hegemonia política e a partir de então fez-se representar por líderes vindos de outras classes, em geral da classe média".

122. Exército esse que foi, nas palavras de Bóris Fausto, "homogeneizado", o que significava liquidar o tenentismo como força autônoma e transformar o exército numa força coesa. B. Fausto, op. cit., p. 107.

123. A caracterização do movimento populista no Brasil é de síntese difícil e portanto, limitamo-nos aqui a citar duas passagens, uma de Faoro e outra de Weffort, remetendo o leitor aos trabalhos citados:

"O populismo, fenômeno político não especificamente brasileiro, funda-se no momento em que as populações rurais se deslocam para as cidades, educadas nos quadros autoritários do campo. O coronel cede lugar aos agentes semi-oficiais, os *pelegos*, com o chefe do governo colocado no papel de protetor e pai, sempre autoritariamente, pai que distribui favores simbólicos e castigos reais". Faoro, R., op. cit., 2º volume, p. 707 (grifo do autor)

"O populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins continua na página seguinte.

A desorganização e a organização política da classe operária através de sindicatos tutelados pelo Estado foi outra tarefa que o Estado de compromisso realizou através da repressão e da implantação da legislação trabalhista. Como esta não tivesse sido iniciada com a revolução de 30,<sup>124</sup> mas já na primeira República e principalmente após 1926, a originalidade do Estado pós - 30 não está na "outorga" da legislação trabalhista<sup>125</sup> e nem no intervencionismo estatal: "o peculiar do Estado pós - 30 não se encontra numa maior intensidade da legisla-

---

continuação da nota da página anterior

123. na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura de Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964).(...)"

"Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e a sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder. Mas o populismo tem raízes sociais mais profundas e a recuperação de sua unidade como fenômeno social e político é um problema proposto a quem estude a formação histórica do país nestes últimos decênios." Weffort, F., op. cit., pp. 61-63 respectivamente. (Capítulo III - O populismo na política brasileira).

124. Segundo Luis Werneck Vianna e Evaristo de Moraes Filho, respectivamente em *Liberalismo e Sindicato no Brasil* e *O problema do sindicato único no Brasil - seus fundamentos sociológicos*. (já citados).

125. Vianna, L.W., op. cit., pp. 31-32.

ção trabalhistas, mas na sua *inclusão numa ordem corporativa*" 126

Com a revolução de 30 inicia-se o processo de fortalecimento do poder central, através da tributação e da ampliação dos aparelhos de Estado — burocrático e repressivo 127 criando assim as condições necessárias ao intervencionismo ampliado, na esfera política e econômica. O Estado cumpre esse processo gradualmente, criando as condições necessárias à implantação do Estado Novo em 1937. O golpe de Estado foi desencadeado pelo levante de 1935 que forneceu o combustível que o regime precisava para justificar a implantação da ditadura: a ameaça comunista. Supera assim, definitivamente a situação criada pela constituição de 1934, que ainda

---

126. Vianna, L. W., op. cit., p. 34.

127. O estudo de Mário Wagner Vieira da Cunha - O sistema administrativo brasileiro - INEP, Rio de Janeiro, 1963 - mostra claramente esse crescimento da burocracia militar e civil. No período de 1920 a 1940, o número de funcionários passa de 6 por mil habitantes para 12 por mil habitantes. O crescimento da burocracia no âmbito estadual foi significativo mas o aumento de funcionários civis e militares no Distrito Federal demonstra o fortalecimento do aparelho burocrático federal e portanto do poder central, como o próprio autor realça:

"Destaca-se, de modo claramente atípico, a situação do Distrito Federal, onde o crescimento relativo da burocracia civil e militar é nada menos que *quinze vezes superior* ao crescimento relativo da população, de 1920 para 1940. Isto marca por um lado, a intensificação, da máquina burocrática federal. Mais do que isto, porém reflete a concepção de um poder centralizado, em que a Capital da República se destaca sobre maneira dos demais centros urbanos, políticos e administrativos do País. Isto ocorre, como adiante veremos, especialmente com respeito à burocracia militar, o que se explica pelas condições de uma centralização de natureza ditatorial, apoiada nas Forças Armadas". p. 114, Ver pp. 110 até 123. (grifos meus).

sugeria a permanência do liberalismo.<sup>128</sup>

Este processo de centralização e intervencionismo, possibilitado pelo fortalecimento do poder dos aparelhos de Estado, foi habilmente conduzido por Getúlio Vargas.<sup>129</sup>

A revolução de 1930 pode ser considerada como eminentemente conservadora, como mostram os trabalhos de Evaldo Amaro Vieira e Jarbas Medeiros.<sup>130</sup> O primeiro nos mostra que Oliveira Vianna, enquanto ideólogo do Estado Corporativo, procura legitimar a intervenção da administração estatal, através da proposição do corporativismo como meio de expressão dos interesses coletivos:

128. Luis Werneck Vianna discute a Constituição de 1934 sob o ponto de vista da legislação trabalhista. Ao projeto corporativista do governo, opõe-se a ala católica (anti-liberal) e os liberais: "A rigor, os liberais não sabem a quem temer mais. O sindicato único sob tutela o ameaça pelo gigantismo estatal; o sindicato único e autônomo, pela livre movimentação operária (...). A adoção do pluralismo sindical pelos liberais faz pendurar a balança contra o governo e sua proposta corporativa. Não passava, porém, de uma vitória parcial, obtida em função de alianças com setores anti-liberais, e que não atestavam de nenhuma forma um súbito revigoreamento dos postulados liberais na sociedade brasileira. (...) a autonomia e a pluralidade sindical não resultavam das forças liberais sedidas no complexo urbano-industrial, mas do tradicionalismo agrário e do autoritarismo católico", in op. cit., pp. 192-193.

129. "O conteúdo do Estado molda a fisionomia do chefe do governo, gerado e limitado pelo quadro que o cerca (...) Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere. (...) Getúlio Vargas evitaria o comunismo, conciliando o operariado, e se afastaria do fascismo, oficializando os grupos de pressão capitalistas. O centro de equilíbrio; igualmente afastado dos extremismos, não se situa na democracia, nem no liberalismo. (...) (...) ... entre o povo e o ditador são a burocracia, sem coronelismo, sem oligarquias, mas num vínculo ardente com as massas, gerando o populismo aristocrático, esteio hábil para evitar o predomínio de outros grupos". Faoro, R., op. cit., p. 705-706.

130. Respectivamente em *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo* Editorial Grijalbo São Paulo, 1976 e *Introdução ao estudo do pensamento autoritário brasileiro*, 1914, 1945. In Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, FGV, abril/junho de 1974.

"As corporações, como são concebidas por Oliveira Vianna, atuam como representantes do Estado perante as relações de classes. À medida que são elementos integrantes deste, o Estado aparece como mediador dos conflitos entre as classes sociais. E ainda mais: com o novo Direito Social emanado das corporações, que podem baixar normas obrigatórias e gerais para o setor da produção, elas legitimam o uso da força estatal principalmente nas questões econômicas, além de transformar o Estado no grande realizador da "paz social". Desta maneira, as corporações e seu Direito Corporativo nada mais são que fatores de legitimação da ação estatal, que articula a nação de cima para baixo, segundo a força de sua autoridade". 131

O corporativismo, sob a aparência de defesa dos interesses públicos que implicaria a valorização menor do individualismo possessivo, dissimulava o processo de modernização conservadora de molde capitalista, ou a industrialização pela via capitalista reacionária. 132

Por outro lado, a condição de Estado corporativo-autoritário, que lhe é atribuída, é explicada claramente por Raymundo Faoro, valendo-se das palavras de Karl Loewenstein:

"Em geral, o regime autoritário se satisfaz com o controle político do Estado sem pretender dominar a totalidade da vida sócio-econômica da comunidade, ou determinar sua atividade espiritual de acordo com sua imagem. Este sistema é compatível,

---

131. Vieira, Evaldo Amaro, op. cit., p. 133.

132. "O caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado. Elimina-se ou rebaixa-se a cota de livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. Em relação às camadas médias urbanas, a política se completa com a cooptação operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além de suas necessidades. A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal". Vianna, L.W., op. cit., p. 135.

e ordinariamente se compatibiliza, com órgãos estatais separados; assembleia ou tribunais, numa ordenação formalmente jurídica. De outro lado, o regime autoritário convive com a vestimenta constitucional, sem que a lei tenha a menor capacidade normativa, adulterando-se no aparente constitucionalismo nominal, no qual, a Carta Magna tem validade jurídica, mas não se adapta ao processo político, ou constitucionalismo semântico, no qual o ordenamento jurídico apenas reconhece a situação de poder dos detentores autoritários". 133

A caracterização do Estado Novo, que nos remete à revolução de 30, passando pelo período de transição de 30 a 37 e, em particular, o período de 30 a 35, atende aos nossos objetivos de tentar explicar a inclusão e marginalização de Anísio Teixeira dos quadros da burocracia, como já dissemos. O que se pode verificar, através de estudos teóricos clássicos como o de Barrington Moore e através de estudos específicos sobre essa fase de transição no Brasil, é que o Estado que então se forma e se consolida representa uma forma de realização do próprio capitalismo<sup>134</sup>, sob a aparente desvinculação da elite dirigente das classes dominantes, ou seja, através da autonomia do poder político executivo e submissão dos diferentes setores da burguesia, na medida em que não se caracterizava como um simples órgão executivo da burguesia. Este tipo de

---

133. Faoro, R., op. cit., p. 741. Karl Lowestein também é citado por Vieira, Evaldo Amaro, op. cit., p. 133, sobre o mesmo tema.

134. "A modernização do Estado através das inovações corporativas não significa, como quer Oliveira Vianna, que ele se transformou para servir unicamente à nação, mantendo sua unidade e organizando-a legalmente. Debaixo deste aspecto servil, o Estado corporativo continua a conservar a mesma ordem na sociedade, sua maior razão de existir". Vieira, Amaro, op. cit., p. 132.

regime político emerge em situação específica de necessidades que são impostas ao capitalismo, de acordo com as leis do desenvolvimento desigual e combinado.

A necessidade da burguesia do Brasil de abdicar do poder político para poder continuar a "ganhar dinheiro", como nos fala Barrington Moore, é que a leva, por via indireta, ao processo de "eliminação da tolerância" virtude que, em situação de maior segurança econômica é defendida como um princípio inabalável. Não somente o "comunista" é o seu inimigo, mas a defesa de sua própria retórica soa para ela como uma oposição a ser eliminada.<sup>135</sup> Será dentro de um mesmo processo de "caça às bruxas" e para atender às mesmas finalidades, que Anísio Teixeira será afastado do aparelho de Estado.

A condição de elemento indesejável ao sistema lhe é atribuída portanto, não por um antagonismo fundamental ao arranjo industrial pretendido, nem pela via capitalista que seguia, mas pelo tipo específico de transição que se operava.

Um outro ponto ainda incompatibilizava Anísio Teixeira: sua oposição à escola confessional e a necessidade que o Estado encontrava de contar com o apoio da Igreja Católica. Essa contradição de um domínio burguês não poder dispensar a Igreja da direção de suas escolas foi observada por Marx no

---

135. "Assim, denunciando agora como 'Socialista' tudo o que anteriormente exaltara como 'liberal', a burguesia re-conhece que seu próprio interesse lhe ordena subtraí-ir-se aos perigos do *self-government*; (...) que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a deve salvaguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça". Marx, K., *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 3ª ed., Paz e Terra, 1977, p. 63.

## 18 Brumário:

"... a burguesia ... procurava através da lei do ensino assegurar entre as massas o velho espírito conformista.

É espantoso ver os orleanistas, os burgueses liberais, esses velhos apóstolos do voltarianismo e da filosofia eclética, confiarem a seus inimigos tradicionais, os jesuítas a supervisão do espírito francês. Por mais que divergissem os orleanistas e legitimistas a respeito dos pretendentes ao trono, compreendiam que para assegurar seu domínio unificado era necessário unificar os meios de repressão de duas épocas, que os meios de subjugação da Monarquia de julho tinham que ser complementados e reforçados com os meios de subjugação da Restauração". 136

A posição da Igreja, em época posterior a essa a que Marx se refere e particularmente depois de 1891 também se consolida em termos anti-liberais investindo particularmente contra a racionalidade instrumental. A Igreja vê na corporação uma forma de realização do bem comum, mas com autonomia do poder estatal. Se inicialmente os interlocutores da Igreja eram o liberalismo e o Socialismo, posteriormente ela se dirigirá ao fascismo. 137

A relação da Igreja católica com os regimes fascistas da Itália, Portugal, Espanha, Austria e a Grécia foi estabelecida através de uma aliança, pela qual ambos se reforçavam mutuamente, tendo o fascismo devolvido à Igreja certas posições e privilégios que ela havia perdido em consequência do proces

---

136. Marx, K., op. cit., p. 61.

137. Ver Luis W. Vianna, op. cit., pp. 155 a 164.

"Derrogado o liberalismo, sem a livre associação da sociedade civil que lhe é própria, a recuperação da hegemonia católica não terá mais como se fundar a partir de uma pressão de baixo. O Estado totalitário só poderia ser convertido 'por cima'. A reconstituição de sua hegemonia perdia o seu momento com a supressão da ordem liberal, que ela mesmo ajudaria a precipitar, pelas mãos do conservadorismo e do tradicionalismo secular", op. cit., p. 164.

so de secularização do Estado, entre elas a prerrogativa de ensinar religião nas escolas.<sup>138</sup>

Anísio Teixeira recebera a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal para continuar o trabalho iniciado antes da Revolução de 1930, por Carneiro Leão e Fernando de Azevedo. Este seu trabalho se inscreve portanto, no clima reformista da instrução da década final da Primeira República, quando então encontrara condições para se implantar, ao nível dos Estados.<sup>139</sup> O sentido geral em que se inscrevem essas reformas é liberal, como já vimos no caso de Anísio especificamente. Segundo Nagle, "a história da instrução pública nos Estados e no Distrito Federal, na década dos vinte, é também, e principalmente, a história da penetração do ideário da Escola Nova nos seus sistemas escolares."<sup>140</sup> Embora, como esse mesmo autor escreve, essa influência tenha se concretizado em termos de intensa atividade legiferante e na remodelação dos órgãos da administração escolar<sup>141</sup>, é inegável

---

138. Ver Kühnl, Reinhard, *Liberalismo y fascismo - dos formas de domínio burguês*, p. 207-208. Esse autor apresenta os seguintes pontos em comum entre a Igreja e o fascismo: antagonismo ao socialismo, ao liberalismo, ao racionalismo e o ateísmo. Por outro lado, convergiam no irracionalismo como base de fé, nas concepções reacionárias no campo da moral, da sexualidade e da família e ainda nos critérios organizacionais baseados na hierarquia e na autoridade.

139. "O que se pretende mostrar neste capítulo é a intensa penetração do entusiasmo educacional e do otimismo pedagógico nos padrões de realização dos Governos Estaduais e do Distrito Federal. Este dado vem fortalecer a tese de que tanto no campo da escolarização como em outros setores, determinadas unidades da Federação passaram a encarar melhor os compromissos históricos do regime republicano e democrático"., Nagle, Jorge, *Educação e Sociedade na 1ª República*, Ed. da Universidade de S.Paulo, S.P., 1974, pp. 189-190.

140. Nagle, Jorge, op. cit., p. 191. Esse autor faz excelente análise das reformas realizadas nesse período, discriminando as peculiaridades das reformas nos diferentes Estados, pp. 189-260.

141. Idem, p. 238.

que significou uma tentativa de atualização em relação ao processo educacional no mundo todo e portanto uma revolta contra os padrões tradicionais, até então controlados pela Igreja.

A continuidade desse trabalho, durante a gestão de Anísio Teixeira, passará a ter que ser assegurada em condições totalmente diversas, embora talvez não facilmente perceptíveis em toda sua extensão. A ameaça talvez fosse menos transparente para quem visse seu trabalho como tarefa eminentemente técnica, como o fazia nosso ilustre educador.

A ideologia da Igreja Católica e o papel desempenhado por ela durante as discussões sobre educação na Assembléia Nacional Constituinte foram estudados com propriedade por Carlos Roberto Jamil Cury.<sup>142</sup> Interessa-nos aqui, principalmente a participação da Igreja como interlocutor dos liberais — esse debate camuflava uma segunda discussão que o Estado promovia com as duas facções, uma hábil manobra política. Esse intervalo de discussões, em que o adversário era trocado, permitia a gradual composição de forças e a centralização do poder, alimentada pela ideologia autoritária que ganhava consistência.<sup>143</sup>

Significativamente, ambas as facções consideraram—se

---

142. Cury, Carlos Roberto Jamil, *Ideologia e educação brasileira, - católicos e liberais*. Cortez e Moraes, São Paulo, 1978.

143. "Ao Estado a discussão interessa enquanto não põe em perigo a identidade de sua política. Durante algum tempo o Estado será o mediador dos conflitos existentes, respeitando o curso das opiniões reinantes. Contudo, o Estado já se alimentava de uma ideologia autoritária. Tal ideologia, veiculada à base do pensamento de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, e Francisco Campos, propunha o Estado como agente tutelar da sociedade e vontade integradora da nação". Cury, Carlos Roberto Jamil, op. cit., p. 124.

vencedoras <sup>144</sup>, quando da votação da Constituição. Os católicos conseguiram um objetivo fundamental: quebrar a laicidade da Constituição de 1891, fato que se desdobra em diversas conquistas: assistência espiritual e hospitalar às forças armadas, voto dos religiosos, liberdade dos sindicatos operários católicos, descanso dominical, reconhecimento do casamento religioso para fins civis, autorização para cemitérios religiosos. Quanto à educação, conseguiram a aprovação do ensino religioso nas escolas primárias, secundárias e normais durante o período normal das aulas. Outra vitória da Igreja foi a rejeição de emendas que propunham a introdução de educação sexual nas escolas, a liberdade acadêmica e instituição de concursos para docentes de escolas particulares.

(145)

Por outro lado, a vitória dos liberais reformadores se constituía na aprovação do grande número de suas propostas que foram incorporadas à Constituição e entre elas, garantiu a escolarização gratuita universal e obrigatória. Outras vitórias: atribuição de competência intervencionista e diretora ao Governo Central, porcentagens mínimas de subven

---

144. Em carta dirigida a Fernando de Azevedo, datada de 06/06/1934, Anísio Teixeira escreve o seguinte, sobre os resultados obtidos na Constituição:  
 "O capítulo da Constituição contém o máximo que podia, no momento, triunfar entre nós. Preferimos, entretanto, de público, acentuar o que perdemos, uma vez que uma campanha mesquinhíssima mais uma vez pretendeu ferir a renovação educacional com a increpação de que o grupo que a sustenta tem outros interesses além do bem público". Arquivo de Fernando Azevedo, Instituto de Estudos Brasileiros. Faculdade de História, USP.

145. Cf. Cury, Carlos Roberto Jamil, op. cit., pp. 120-121.

ção dos cofres municipais, estaduais e federais e outros recursos extras a fim de subsidiar a educação. Ainda mais, conservou certa margem de flexibilidade para os Estados e Distrito Federal. A derrota dos reformadores foi a rejeição dos projetos de neutralidade e laicidade do ensino.<sup>146</sup>

Essa situação ambígua, por certo não se manteria por muito tempo e a definição da orientação estatal não demoraria. Depois da votação da Constituição, em julho de 1934, o clima de tensão seria acentuado e em 1935 o golpe de 1937 projetava sua sombra.<sup>147</sup> As greves dos trabalhadores vinham ocorrendo desde 1930 e intensificaram-se nos anos 1934 e 1935.<sup>148</sup> Se no período de 1929 a 1933 as greves tiveram caráter reivindicatório, no período de 1934 a 1935 o operariado apresenta nova consciência política, estabelecendo alianças políticas com outros setores sociais. O processo de desmobilização/mobilização da classe operária tem ênfase no primeiro elemento até 1935. A partir dessa data, após a dura repressão e eliminação das lideranças mais ativas, a mobilização para a efetivação do

---

146. Cury, Carlos Roberto Jamil, op. cit., p. 122.

147. Expressão muito feliz de Marx: "Se jamais houve um acontecimento que, muito antes de ocorrer, tivesse projetado diante de si a sua sombra, foi o golpe de Estado de Bonaparte", op. cit., p. 104.

148. Obs. Falamos do período que nos preocupa; as greves datam do começo do século. Cf. Leme, Marisa Saenz, op. cit., pp. 125-136.

sindicalismo corporativista é acentuada. Até aquela época o governo havia encontrado grande resistência para o enquadramento dos sindicatos na estrutura corporativista.<sup>149</sup> A modernização que ocorre de 1930 a 1935 é significativa e a crescente tensão social culmina com a repressão ao movimento da Aliança Nacional Libertadora.<sup>150</sup> A essa altura a oligarquia rural já cedera, como vimos, seus princípios liberais sob ameaça do "perigo vermelho". O mesmo ocorre com os empresários, os quais, sindicalizando-se muito mais rapidamente do que a classe operária demonstram a quem atendia a estrutura corporativa.<sup>151</sup>

Para Anísio Teixeira a chamada "Intentona Comunista" ou o levante da Aliança Nacional Libertadora, que até hoje tem pontos nebulosos, significou mais que uma notícia. A acusação de ser conselheiro político do prefeito Pedro Ernesto, suposto simpatizante da Aliança Nacional Libertadora, foi acrescentada como golpe final às pressões que o clero e a liderança católica vinham fazendo sobre ele durante os últimos quatro anos. Em cartas dirigidas a Fernando de Azevedo durante esse período, queixa-se duramente das dificuldades encontradas.

---

149. Cf. Vianna, L. W., op. cit., p. 142.

150. Alguns dos trabalhos que se referem a essa passagem:  
 Cavalcanti, Paulo - *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Anaes: memórias.* São Paulo, Alfa-Omega, 1978, Cap. VI, pp. 139-175.  
 Lima, Hermes, op. cit., pp. 122-142.  
 Leme, Marisa S., op. cit.,  
 Vianna, L. Werneck, op. cit.

Todos esses autores concordam que esse foi, durante o período de 1930-37, o momento da mais dura repressão sobre o movimento operário e popular e também sobre toda a sociedade.

151. Vianna, L. W., op. cit., pp. 134-137.

O alvo principal era o prefeito Pedro Ernesto, certamente, mas de início foi-lhe pedida a cabeça de Anísio. Porém, ao ceder, o prefeito não salvou à sua própria tendo sido preso em 1936. <sup>152</sup>

A participação de Anísio na movimentação de 1935, como conselheiro político de Pedro Ernesto, é pouco provável, dado que ele era pragmaticamente contra a utilização de métodos violentos. Por outro lado, em termos hipotéticos, a situação inversa seria muito mais provável: Anísio acreditava-se "educador" ou "técnico", condição por ele entendida como a-política. <sup>153</sup> Opondo *técnica* à *política*, afirmava não somente a neutralidade da primeira, como a subjetividade e imperfeição da segunda. Atingindo o estágio onde predominasse a técnica, estaria atingida a idade da Razão. Esta é, segundo Jacoby, a ideologia que justifica o mundo administrado. <sup>154</sup>

- 
152. O prefeito Pedro Ernesto contava com a simpatia de operários, segundo dados de Marisa Saenz Leme:  
 "... em julho de 1937, os operários do Moinho Inglês, no Rio de Janeiro, paralisam o trabalho para comparecerem a uma homenagem popular a Pedro Ernesto, ex-prefeito da cidade, e elemento vinculado ao tenentismo, que em 1936 fora preso e acusado de ligações com a Aliança Nacional Libertadora", Leme, Marisa Saenz, op. cit., p. 149.
153. Na carta em que solicita sua demissão do cargo Anísio declara não significar ela uma confissão de culpa e sublinha sua condição de "educador":  
 "Renovo minha declaração, porque não me é possível aceitar agora a minha exoneração sem a ressalva de que ela não envolve, de modo algum, a confissão que se poderia supor implícita, de participação, por qualquer modo, nos últimos movimentos de insurreição ocorridos no país. Não sendo político e sim educador, sou, por doutrina, adverso a movimentos de violência, cuja eficácia contesto e sempre contestei". Carta de Anísio Teixeira a Pedro Ernesto, 2/12/1935. Reproduzida em "*Educação para a democracia*", Introdução à administração educacional, Livraria José Olympio, Ed. Rio de Janeiro, 1936, pp. X e XI e em Lima, Hermes, op. cit., p. 138.
154. Jacoby, Henry, *La burocratización del mundo - una contribución a la historia del problema*, Siglo Veintiuno editores S/A, México, 1972, p. 300.

Entretanto, não representava ele um "técnico", para seus oponentes, particularmente para a ala católica. Além de solapar a influência religiosa ao lutar pela escola não-confessional, Anísio defendia a livre discussão, para que pudessem predominar os mais inteligentes, e certamente o momento não permitia essas bandeiras eminentemente *políticas*. O próprio Anísio tem certo grau de consciência da perseguição movida contra ele:

*"Lavro contra tal suspeição o meu protesto mais veemente, parecendo-me que tem ela mais largo alcance que a minha pessoa, porque importaria em não se reconhecer que progredir por educação é exatamente o modo adequado de se evitarem as revoluções. Se, porém, os educadores, os que descrevem da violência e acreditam que são as idéias e o seu livre cultivo e debate, é que operam, pacificamente, as transformações necessárias, se até esses são suspeitados e malsina dos nos seus esforços — que outra alternativa se abre para a pacificação e conciliação dos espíritos?" 155*

O ano de 1935 não estava orientado para a "pacificação". Ao contrário, tratava-se da "eliminação" de dissidências ou de lideranças, ainda que fossem liberais, sob a égide da "conservação da ordem". Qualquer posição questionadora adquiriu tons "vermelhos" e deveria ser eliminada em "benefício da sociedade e da segurança pública". Era também uma forma de ceder trunfos à parcela conservadora oligárquica que não tinha se desalojado totalmente do poder e que significava, para o Executivo que se fortalecia, uma força

---

155. Carta de Anísio Teixeira a Pedro Ernesto, op.cit., p. 138. (Grifos meus)

ainda importante, com a qual precisava jogar<sup>156</sup>. O que ocorre com Anísio Teixeira nesta fase é um episódio do processo de autonomização do poder político. Pode ele ser considerado um representante da burguesia, na medida em que defendia a propriedade privada e o sistema capitalista, com suas instituições políticas. Eliminando-o, na qualidade de liberal, a burguesia processava a autofagia necessária para se manter no poder, sob a tutela do exército. Entregava a este os anéis para não perder os dedos.

A participação de Anísio Teixeira do quadro da burocracia pública também está ligada ao processo de fortalecimento do Estado e ao concomitante processo de enfraquecimento da sociedade civil. Essa participação tem sido explicada em termos de "cooptação da classe média tradicional decadente". Entretanto, nossa proposta aqui é a de ampliar essa explicação, por vários motivos, como segue:

1º A tradição brasileira de se fazer ocupar cargos públicos por filhos letrados das oligarquias rurais;

---

156. Por motivos diferentes, católicos e oligarquia rural uniram-se para a defesa do pluralismo sindical, na Assembleia Constituinte:

"A pluralidade decorrerá da iniciativa de extensa bancada católica, associada aos juristas da primeira Carta republicana, representativos, em maioria, dos interesses da oligarquia agro-exportadora. No caso desses últimos, a nova institucionalização dos sindicatos se fazia congruente com sua orientação política e valores sociais. Interessava-lhes emancipá-los do Estado para diminuir a soma de poderes detido por este, ao mesmo tempo em que o pluralismo se afirmava melhor com seu passado liberal do que as proposições estatistas e autenticamente classistas. Quanto aos católicos e análise se complica.(...)" O esclarecimento da defesa, pelos católicos, do pluralismo sindical podem ser visto nas páginas seguintes a essa citação, Viana, L.W. op. cit., p. 156.

29 Anísio participara anteriormente dos quadros da burocracia pública na Bahia; participara também da reforma do ensino secundário, na reforma Francisco Campos<sup>157</sup>;

39 Dada a situação de indefinição do período, a prefeitura do Distrito Federal é ocupada por um elemento "progressista" e que cria condições relativamente livres para o desenvolvimento do trabalho de Anísio Teixeira. Sua participação ocorre, portanto, ao nível estadual, quando a centralização do poder federal era ainda uma *tendência* e não um fato consumado;

49 A cooptação, se admitida, não eliminou a posterior definição ou eliminação dos cooptados, como mostra um dos defensores da explicação por cooptação;

59 O conceito de cooptação de *per si*, não abrange a complexidade do momento histórico. O fortalecimento do aparelho burocrático é uma forma de realização do tipo de transição capitalista que então se processava.

Em um trecho de 18 Brumário, aliás muito conhecido, Marx nos adverte, entre outras coisas, sobre o peso do passado sobre os eventos de um presente próximo.

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gera

---

157. Lima, Hermes, *op. cit.*, p. 105.

ções mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos"<sup>158</sup>.

O educador que aqui representa o centro de nossas preocupações, pode e deve ser considerado um elemento representativo do pensamento capitalista moderno, tributário do liberalismo conservador americano. Representa portanto, uma consciência de certa forma avançada, para época que se iniciava no Brasil. Entretanto, a predominância desse tipo de consciência, não significa a inexistência, em sua trajetória e em seu pensamento, de aspectos ligados a fases anteriores de nossa história e de sua própria vida. Nesse sentido, é ele tributário também da tradição de composição da elite política brasileira entre os filhos das famílias ricas e tradicionais <sup>159</sup>.

Alguns traços da tradição do Brasil imperial no que se refere ao recrutamento da elite política se mantiveram e podem ser encontrados representantes dessa tradição em diversos momentos da história brasileira, posteriores ao Império, senão até hoje, evidentemente de forma não-predominante. Assim, os autores do trabalho citado, qualificam de "mandarins" esses elementos devido às semelhanças entre a forma de composição da elite política do Império e os mandarins da China:

---

158. Marx, Kal, *op. cit.*, p.17

159. Ver Pang, Eul Sool e Ron L. Seckinger - "The mandarins of Imperial Brasil." in *Comparative Studies in Society and History*, volume 14, nº 2, março, 1972, pp. 215-244.

"O termo "classe de mandarins" refere-se à elite política nacional, os membros que provêm de *back ground* sócio-econômico e educacional similares, manifestam aspirações políticas similares e ratificam as idéias políticas e sociais convencionais."<sup>160</sup>

A carreira dos mandarins caracterizava-se em sua etapa final, por ocupar altos cargos da administração imperial. O trajeto incluía a formação em escolas superiores que proporcionassem a necessária *unidade ideológica*. Antes da independência, Coimbra cumpria essa função, unindo brasileiros e portugueses. Depois da independência foram criadas faculdades em lugares onde o acesso seria mais fácil para as famílias ricas: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. As faculdades de direito cumpriam essa função, seguidas com menor relevo pelas faculdades de medicina.

Os autores do citado trabalho mostram que as elites políticas assim formadas — carreira universitária homogênea e recrutamento entre os filhos de famílias abastadas — atendia à necessidade de unidade nacional<sup>161</sup> durante o Império, tendo presidido posteriormente à desintegração das instituições monárquicas<sup>162</sup>.

160. Pang, Eul Sool e outro, *op.cit.*, p. 218.

161. Pang, Eul Sool e outro, *op.cit.*, p. 238-239 - Os autores referem-se ao perigo, gerado durante o período de regência, de desmembramento do país em pequenas unidades. O sucesso dos mandarins no empreendimento de preservação da unidade nacional é atribuído à *ideologia comum*.

162. Pang, Eul Sool e outro, *op.cit.*, ver p. 240-241-242. "Ao contrário da atuação de 1822, agora não era necessária integração, mas descentralização. Os mandarins, alguns dos quais tornaram-se orientados regionalmente devido às mudanças econômicas, encontraram-se como um grupo que tentava preservar valores do passado, mais do que introduzir aqueles do futuro. Em resumo, a ascensão da economia de exportação transformou a classe dos mandarins em um anacronismo".

Entretanto, apesar das divergências regionais profundas, é inegável que a carreira inicial de Anísio inscreve-se nessa tradição, tendo inclusive se formado em direito no Rio de Janeiro, e não na Bahia. Os "novos mandarins" eram formados no sul, a essa altura. Por outro lado, sua família era dona de latifúndio na Bahia e seu pai, Dr. Deocleciano Teixeira além de formado em medicina, carreira que abandonou, era importante chefe político republicano na região.<sup>163</sup> Os primeiros empregos de Anísio foram-lhe conseguidos graças ao relacionamento do pai, que desejava para ele a carreira política. E será sempre o convite que ocupará, apesar de algumas descontinuidades, postos públicos de nível cada vez mais alto, no decorrer de toda sua vida. Por outro lado, apesar de procurar a racionalização dos aparelhos de Estado que dirigiu, os cargos principais por ele criados foram quase sempre preenchidos a seu convite, bem como podem ser encontradas em sua correspondência com Fernando de Azevedo, indicações de pessoas para cargos a estes subordinados. O concurso público, apesar de racional e democrático, não conseguiu sua total adesão, o que pode ser explicado em duas etapas: primeiramen

---

163. "Na antiga feição das Chefias sertanejas, e estabilida de da posição econômica assentada na posse da terra constituía a primeira fonte de prestígio. Examinem-se os chefes de Caetitê. Os Rodrigues Lima possuíam fazendas nos Baixos de Monte Alto, os Tanajuras em Guanambi e em Piratininga às margens do São Francisco (...) e o Dr. Deocleciano tres ou quatro no São Francisco. Donos de latifúndios a 60 até 150 quilômetros da cidade, largas extensões de terra destinadas à criação de gado solto, os fazendeiros controlavam e manipulavam o poder político na Região." Lima, Hermes, *op. cit.*, p. 25.

te, Anísio não se liberta totalmente da tradição clientelística e aristocrática de formação das elites; em segundo lugar, a tecnoburocracia, ao contrário do que ele defendia em teoria, não é a-política: a seleção por concurso", quando ocorre, não atinge os postos principais, restringindo-se o mais das vezes aos cargos mais baixos ou de tarefas de rotina, que não impliquem conduta política, como é o caso dos cargos de direção.<sup>164</sup>

É importante deixar claro que Anísio inscreve-se na tradição de recrutamento de elites à qual se referem os autores acima citados, como se pode perceber pelos padrões de entrada na carreira de mandarins; os laços políticos e econômicos do pai eram especialmente importantes para determinar as oportunidades do jovem. Uma vez introduzido na carreira, o progresso estaria relacionado com uma combinação de personalidade, carisma, relações sociais derivadas do casamento, relações familiares e sorte política.<sup>165</sup> Os autores referem-se

---

164. Ver, a esse respeito, a análise de Sérgio Micelli sobre a duplicidade: concurso e "convites", legitimados por alegada necessidade de formação superior - presente na Lei Nº 284 de 28/10/36, que reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público - Micelli, Sérgio - *Intelectuais e classes dirigentes* - tese de doutoramento, FGV, xerox, p.296-297-298-299-300.

"Ao mesmo tempo que estabelece a exigência de um concurso público para ingresso nos quadros de carreira, a Lei do Reajustamento institui um conjunto de posições independentes, sob a designação de *cargos isolados*, cujo acesso, dispensava exames é que poderiam ser preenchidos a critério do poder executivo. O capítulo IV, *do funcionalismo*, estabelece a clivagem entre os funcionários de carreira e o pessoal extranumerário cuja parcela majoritária nos escalões inferiores do serviço público. Essas discriminações motivam tensões crescentes entre os pequenos funcionários admitidos por concurso e o escalão médio de supervisores convocados em bases clientelísticas, bem como entre o pessoal de carreira e os extranumerários." op. cit., 297.

165. Cf. Pang, Eul Sool e outro, op. cit., p. 223.

ainda à circulação geográfica que caracterizava a carreira dos mandarins do império e que não se afasta muito do deslocamento de nosso autor: intraprovincial, regional e nacional, embora sem os propósitos aos quais se devia essa circulação àquela época.<sup>166</sup> Este último ponto vem ainda reforçar nossa hipótese de que não se pode explicar a participação de Anísio Teixeira nos quadros da burocracia como simples cooptação: sua carreira começa antes de 1930, dentro dos parâmetros acima citados, sendo que além de não-cooptado ele foi rejeitado pelo Estado que se implantava.

O terceiro ponto a que nos referimos inicialmente — a indefinição do período e a particularidade da administração de Pedro Ernesto no Distrito Federal, pode ser verificado pelo que já se disse aqui e também por uma observação de Hermes Lima, que esclarece inclusive sobre a importância do capital de relações sociais para a obtenção de cargos públicos:

"Apresentado a Pedro Ernesto por seu colega de turma, ministro Themistocles Cavalcanti, líder intelectual prestigioso da revolução, aceitou dirigir a instrução carioca desde que lhe assegurassem autonomia na direção do serviço. Houve momento em que essa autonomia lhe pareceu cerceada. Escreveu ao Prê feito declinando do cargo, pois lhe contestaram a dispensa de certo subdiretor técnico. Prevaleceu seu ato. Themistocles acompanhara a atuação de Anísio na Bahia por informações de seu primo Antonio de Barros Barreto, jovem sanitarista de grande nomeada, técnico de Manguinhos, convidado pelo governador Góes Calmon para Secretário da Saúde. Sem dúvida, a idoneidade da informação repercutiu no ânimo do Prefeito e também a simpatia com que ele, populista de alma e coração, integrava na primeira linha de seus colaboradores um educador de saber já de experiências feito e cuja visão da tarefa educacional a executar lhe despertara especial confiança.

---

166. Ver, Pang, Eul Sool e outro, *op. cit.*, p. 225.

Em Pedro Ernesto, nomeado em 1931 e eleito em 1934 Prefeito do Distrito Federal, cargo que exerceu por cinco anos, encarnou-se, no melhor sentido da palavra, um líder populista. Revolucionário de 22 e 24, emergiu da revolução de 30 entre as principais figuras. Os componentes confiaram-lhe a presidência do Clube 3 de outubro, que congregava os veteranos das rebeliões anteriores. Organizou e chefiou o Partido Autonomista. Médico visceralmente humanitário, cirurgião afamado, formara-se na Bahia onde, ainda no segundo ano, desencadeou simpática bandeira estudantil em defesa do direito ao internato de uma clínica, ganho em concurso, por um coestaduano. Eram ambos de Pernambuco. Teve que custear a parte final dos estudos vendendo a colegas desenhos de anatomia, bom desenhista que era, e soprando uma flauta medíocre em orquestras de segunda ordem. Em 1918 fundou a primeira Casa de Saúde de seu nome e a segunda, em 1924. Ambas estiveram muito ligadas a necessidade e peripécias da atuação dos revoltosos Pedro Ernesto sentia instintivamente as causas populares. Certa vez pediram-lhe que se definisse ideologicamente: "Sou, antes de tudo, humano." Ele soube encarná-lo nas tarefas de uma administração memorável pelos dois pontos culminantes de seu êxito: educação e saúde." 167

A indefinição que caracteriza particularmente o período de 1931 até 1935 tem sido apontada pelos diferentes estudos sobre a época, os quais ressaltam o caráter contra-revolucionário da revolução constitucionalista de 1932 e o clima de discussão da Assembléia Constituinte que se estende de 1933 a 1934. A Constituição de 1934 é, ela própria, considerada uma vitória do movimento contra-revolucionário. 168

---

167. Lima, Hermes, *op. cit.*, p. 106-107.

168. Cunha, Mário Wagner Vieira da. O sistema administrativo brasileiro. INEP - publicação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1963.

P.55: "Na verdade, a contra-revolução marcha para a frente, dando afinal a vitória ao movimento constitucionalista, derrotado militarmente pelo tenentismo. O próprio Ditador, com a sua vocação civilista e o seu espírito de desgastar as forças que pudessem romper com a ordem social põe-se ao lado da reconstrução constitucional, talvez temeroso de que se desencadeasse um estado crônico de conflitos militares, ou mesmo civis. Em 1934, o país recebe a sua nova Constituição e entra no regime da legalidade."

O quadro que vimos traçando até aqui sobre a participação de Anísio, o qual, diga-se de passagem, não pode ser feito perdendo-se de vista sua exclusão, visa tornar precisos os traços de sua trajetória. Como essa tarefa não pode ser realizada isoladamente, temos que a análise acaba se estendendo a um quadro mais amplo — o da formação da burocracia estatal nesse período — embora, frise-se, não esteja em nossas pretensões, abordar exaustivamente esse aspecto. O recurso aos trabalhos que se dedicam a esse estudo, ou que se referem ao problema, nos oferece uma solução que, via de regra, enquadra a dilatação da burocracia no problema de ampliação das bases sociais e políticas do governo do período. O conceito básico desses estudos, para explicação da participação é o de cooptação. Segundo Micelli, o mecanismo da cooptação tem resistido às diferentes fases da nossa história, atravessando-a quase a-historicamente :

"...é do confronto entre os componentes classistas e a situação prevalecente ao nível dos mercados que regulam a distribuição dos contingentes de classe relegados à atividade intelectual que se constitui o argumento central da tese. Nesse passo, o trabalho traz alguns subsídios no sentido de esclarecer a dinâmica característica das relações internas aos grupos dirigentes na sociedade brasileira. É através desses mecanismos de cooptação que esses grupos têm podido resistir ao impacto de sucessivas crises econômicas e às mudanças que elas impõem à gestão política e cultural. A análise dos intelectuais permitiu revelar a imbricação entre as determinações de classe que impelem à carreira intelectual e as demandas político-ideológicas que possibilitem a absorção dos efetivos ameaçados de serem despejados da classe dirigente.". 169.

---

169. Micelli, Sérgio - *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920 - 1945* - Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1978, 2º volume, p. 397, grifos nossos, xerox.

Entretanto, dois motivos nos levam a discutir o grau de compreensividade dessa explicação. O primeiro está na observação, feita pelo próprio autor, a respeito da triagem, ideológica dos intelectuais que acabariam servindo ao Estado.

Essa passagem é esclarecedora, uma vez que a exclusão de Anísio afasta a hipótese de cooptação no seu caso específico. Falando sobre "Os construtores da cultura brasileira", Sérgio Micelli sustenta inicialmente, que a cooptação de intelectuais no período de 1930-1945, não sofreu triagem ideológica, como escreve ao se referir à composição do Ministério da Educação:

"A exemplo do que vinha ocorrendo em outras esferas da máquina federal, a cooptação desses intelectuais não obedeceu a requisitos de ordem doutrinária, sendo inviável deslindar princípios de recrutamento alheios ao predomínio do estamento burocrático. (...)" 170

Entretanto, a seguir Micelli, sustenta a definição a que temos nos referido neste trabalho:

"Passada a crise dos anos cruciais, os ganhos posicionais de maior vulto favoreceram os quadros a serviço do movimento integralista e da reação católica a cujos apelos foi sensível toda uma geração de bacharéis que se viu na iminência de engrossar a fileira dos "sem trabalho" da política diante do colapso dos grupos dirigentes na República Velha." 171

Consideramos que, muito provavelmente, o conceito de cooptação esclarece melhor a participação do grande número de funcionários de escalões mais baixos, sendo que ao nível de postos de decisão, talvez se tratasse menos de cooptação e mais de falta de alternativas de emprego e simpatia pelas

---

170. Micelli, Sérgio, *op. cit.*, p.325.

171. Idem, *ibidem*, p. 326 (grifos meus)

tendências ideológicas do regime. Nesse caso, o fato de surtirem "cassações", em 1935, apontaria o grau maior ou menor de "periculosidade" que as diferentes tendências ideológicas dos intelectuais pareciam ter, segundo os critérios dos donos do poder.

No caso específico de Anísio Teixeira, a situação era particularmente ambígua e este é o segundo motivo pelo qual colocamos em dúvida o grau de compreensão da explicação em termos de cooptação.

Sob o título de: *Os Educadores profissionais: modalidade pregressa da tecnocracia*, Micelli refere-se inicialmente aos pensadores autoritários. Estes e os educadores profissionais foram convocados "em função de uma competência técnica de que dispunham em suas respectivas áreas de atuação." 172 Entretanto, Micelli reconhece o caráter político da prática desses intelectuais: "prestaram serviços relevantes à ordenação jurídico-institucional e à sustentação do pacto de forças então vigente." 173

Retomando o fio condutor desta análise, parece-nos viável a compreensão da trajetória de Anísio Teixeira neste período, em três sentidos, dos quais dois já foram aqui abordados: primeiramente, Anísio inscreve-se no quadro dos "herdeiros" do sistema e não dos deserdados, à época aqui estudada. Tributário de uma tradição de recrutamento de elites

---

172. Micelli, S. *op. cit.*, p. 328

173. Idem, *ibidem*, p. 328

c) razões de *ordem ideológica*: "a ideologia do fetichismo do poder dessas classes-apoiios, ligada à sua ausência particular de organização política própria, que torna os seus membros particularmente aptos a servir como *camadas subalternas* do aparelho burocrático."<sup>177</sup>

O fortalecimento do poder central implicava o aumento do funcionalismo, atendendo assim à estrutura social em seu aspecto dinâmico e fundamental e não apenas de forma acessória e ocasional.

O ponto de convergência entre a participação de Anísio e o processo de burocratização encontra-se no fato de que o "Estado administrativo" que se instalava procurava legitimar o seu caráter intervencionista através de despolitização da população. Para tornar possível a arbitrariedade administrativa, a legitimação empregada era o "apoliticismo" e "tecnicismo" dos Conselhos administrativos criados.<sup>178</sup> Ao mesmo tempo em que surgiam os conselhos "técnicos", desenvolvia-se embrionariamente, a política populista que pode ser entendida como uma parte de um processo de "massificação prematura."<sup>179</sup> Na medida em que Anísio Teixeira se considerava um técnico, é viável compreender que, de início, ele pudesse prestar serviços e mesmo colaborar com a modernização da administração. Na verdade, como já dissemos, ele não se opunha radicalmente à estrutura social vigente, mas seu objetivo também era a modernização conservadora.

---

177. Poulantzas, Nicos - *Poder político e classes sociais no Estado Capitalista*. Trad. Francisco Silva. Portucalense Editora, Porto - Portugal, 1971, vol.II, p. 198.

178. Cf. já foi discutido no cap. II.

179. Weffort, F., *op. cit.*, p. 54.

apontado por vários autores que estudam o período, inscreve-se em um processo de fortalecimento do poder executivo, em um período de transição decisiva para a consolidação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, não se tratava apenas de *ampliação* das bases sociais e políticas do Estado, ou somente de *cooptação*, mas também de *forma* que o Estado assumia para poder realizar essa transição.

Essa forma — Estado forte, dotado de grande aparelho burocrático civil e militar — permitia a efetivação da modernização da economia sem a pressão de camada não beneficiada pelos favores do mando — o povo.<sup>176</sup> O grande aparelho repressivo permitia que o Estado se desincumbisse de seu papel de *motor para a acumulação*; o aparelho técnico-administrativo, além de aumentar o controle e a possibilidade de tributação, fornecia a legitimação ideológica: estaria se operando a transição do *político ao administrativo*, ou, em outras palavras,, o início da "neutralidade tecnoburocrática".

Pode-se ainda equacionar três tipos de razões para o fortalecimento e ampliação do aparelho burocrático:

a) razões de *ordem econômica*: a burocracia absorveria uma população que se torna disponível nesta fase de transição para predominância do modo de produção capitalista;

b) razões de *ordem política*: "extensão do aparelho burocrático, permitindo às classes dominantes conquistar essas camadas subalternas, transformando-as em classe-apoio";

---

176. Definição de Faoro: "Na base, o povo — a camada que se convencionou chamar de povo, parcela alheia aos favores do mando."  
Faoro, R. - *op. cit.*, p. 542 (grifos meus)

c) razões de *ordem ideológica*: "a ideologia do fetichismo do poder dessas classes-apoios, ligada à sua ausência particular de organização política própria, que torna os seus membros particularmente aptos a servir como *camadas subalternas* do aparelho burocrático."<sup>177</sup>

O fortalecimento do poder central implicava o aumento do funcionalismo, atendendo assim à estrutura social em seu aspecto dinâmico e fundamental e não apenas de forma acessória e ocasional.

O ponto de convergência entre a participação de Anísio e o processo de burocratização encontra-se no fato de que o "Estado administrativo" que se instalava procurava legitimar o seu caráter intervencionista através de despolitização da população. Para tornar possível a arbitrariedade administrativa, a legitimação empregada era o "apoliticismo" e "tecnicismo" dos Conselhos administrativos criados.<sup>178</sup> Ao mesmo tempo em que surgiam os conselhos "técnicos", desenvolvia-se embrionariamente, a política populista que pode ser entendida como uma parte de um processo de "massificação prematura."<sup>179</sup> Na medida em que Anísio Teixeira se considerava um técnico, é viável compreender que, de início, ele pudesse prestar serviços e mesmo colaborar com a modernização da administração. Na verdade, como já dissemos, ele não se opunha radicalmente à estrutura social vigente, mas seu objetivo também era a modernização conservadora.

---

177. Poulantzas, Nicos - *Poder político e classes sociais no Estado Capitalista*. Trad. Francisco Silva. Portucalense Editora, Porto - Portugal, 1971, vol.II, p. 198.

178. Cf. já foi discutido no cap. II.

179. Weffort, F., *op. cit.*, p. 54.

## 4. CONCLUSÃO

Procuramos mostrar neste capítulo a situação das frações de classe que poderiam ter sido receptivas às propostas dos educadores liberais, uma vez que estas últimas não surgem atendendo às pressões da população. O que se pode verificar é que os diferentes setores da sociedade se encaminham, ao final da década de vinte, até meados da década de trinta, para uma posição que além de não ser liberal, via no próprio liberalismo brasileiro a origem da crise que precipitara a revolução de 1930. Trata-se da falência do liberalismo, não somente como bandeira de alguma fração de classe, mas também como suporte ideológico que legitimasse a situação ao final da primeira República, ou a situação que se instala após 1930. O liberalismo econômico e político é abandonado, internamente, tanto por parte dos defensores da ordem, como por parte de seus contestadores, no final da década de 30. Esse anti-liberalismo, que torna confusos campos diferentes, definir-se-á nos anos 30, em inclinações extremadas de direita, de um lado, e tendências socialistas e comunistas de outro. O catolicismo e o positivismo serão as forças de propaganda das tendências direitistas.

O exercício do ideário liberal da educação vai ocorrer, então, dentro dos limites que a situação concreta oferecia: pela via burocrática e estatal, através de decretos, numa caricatura liberal, orientado de cima para baixo. Essa constatação é válida tanto para as tentativas modernizantes que ocorrem ao final

da Primeira República, como durante os primeiros anos que se se guem à Revolução de 1930. Embora aquele ideário estivesse ligado a outro tipo de evolução histórica, o endosso a-crítico que lhe é dado pelos educadores liberais brasileiros, faz com que ele se torne mais um elemento de conservação da estrutura social do que de sua alteração radical. Como vimos, a revolução de trinta abre um novo período do capitalismo no Brasil, período esse que é mar cado pela *democratização passiva* e não pela chamada democracia ocidental. A estrutura econômica, bastante fechada e ligada visce ralmente ao exterior, também não permitia que surgissem outros tipos de alterações ao nível da educação. A influência liberal em educação resultou portanto, conservadora na medida em que afastou prematuramente a discussão sobre os problemas sociais e políti cos mais amplos nela envolvidos, para fixá-los em aspectos técni cos e burocráticos do processo educacional. Certamente essas con sequências objetivas escaparam às intenções originais dos prin- cipais educadores liberais, o que não nos impede de reavaliar cri ticamente o vanguardismo de suas propostas.

Ao traçar as linhas principais do Estado que se instala em 1937, passando pelo período de 1930-1937, procuramos entender a participação e exclusão de Anísio Teixeira fugindo à dicotomia que opõe o seu vanguardismo ao pensamento "retrógado" de forças conservadoras da época. Como vimos em outro capítulo, o "vanguar- dismo" de Anísio não somente é discutível enquanto uma "idéia fo- ra do lugar", mas também em função de seus pressupostos políticos e filosóficos. Por outro lado, a sua participação nos quadros do aparelho burocrático estatal é inteligível a partir do próprio

fortalecimento do poder central e mesmo do incipiente pensamento tecnocrático que começava a se manifestar. A sua exclusão significou o sacrifício necessário que o poder central fazia para acalmar forças conservadoras tradicionais com as quais ainda precisava contar, e ao mesmo tempo, a eliminação de qualquer influência que ameaçasse a necessária homogeneização ideológica: afastar Anísio significava, para a burguesia, ceder o poder político e o predomínio de suas próprias idéias, para poder continuar a desfrutar da participação na apropriação do excedente da produção. Enfim, essa é uma contradição à qual estão sujeitos mesmo os mais convictos liberais: abandonam suas convicções ao serem suficientemente amedrontados com a ameaça, ainda que fictícia, de uma revolução social. Mesmo em países onde prevalece a democracia, a tolerância liberal não ultrapassa os limites de uma ameaça séria à propriedade privada.

Anísio Teixeira pode ser entendido como um tributário do liberalismo americano conservador, enquanto o liberalismo brasileiro é um tributário do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo: o liberalismo econômico, no Brasil, assim como na América Latina, representou, não uma libertação no sentido clássico, mas a forma de inserção desses países no capitalismo mundial: a condição de independência em relação às metrópoles não alterou a estrutura colonial do sistema, na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, as classes dominantes dos países latino-americanos apresentavam dois aspectos antagônicos mas complementares, como as faces de uma moeda: voltadas para o exterior,

eram obrigadas a pensar em termos do liberalismo econômico e estavam sujeitas também, como até hoje, a todo tipo de influência ideológica dos países aos quais se relacionavam; por outro lado, para manter essa posição no sistema de mercado mundial, era necessário manter a mesma estrutura social interna, cujo baixo nível de participação política e econômica nos esquemas de poder, por parte da população ainda, é um dos seus traços principais.<sup>180</sup>

O fato mesmo de Anísio Teixeira ter sido um tributário do liberalismo americano conservador é explicável nos termos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, assim como a sua contraditória tentativa de "democratização por decretos". Em prestamos a Antonio Garcia as palavras que esclarecem bastante satisfatoriamente, este complexo problema, embora o autor se refira a um período anterior:

*"Uma densa corrente ideológica propagou na América Latina essa nova imagem do mundo, que tinha sua expressão mais exata no império inglês: uma estrutura colonial e absolutista abaixo — nos suportes multinacionais — e uma construção venerável, rica em liberdades e em jogo democrático acima, no piso alto da nação metropolitana. É através desta imagem que se poderá compreender a identificação plena das classes privilegiadas da sociedade tradicional latino-americana com as normas políticas e culturais, com as linhas ideológicas ou com as formas de operação comercial e financeira do imperialismo inglês."*<sup>181</sup>

O enigma que se coloca, ainda hoje, para os liberais brasileiros é que o próprio fato de serem liberais é a parte que nos

---

180. Ver o trabalho de Antonio Garcia: *La estructura del atraso en América Latina* - Editorial Pleamar. Buenos Aires, 1969, Argentina, especialmente, p. 21 a 77.

181. Garcia, Antonio, *op. cit.*, p. 40-41 (grifos meus)

cabe no sistema de gravitação do capitalismo: é a ideologia que, ao nível econômico favorece os países capitalistas adiantados e as classes dominantes dos países atrasados; ao mesmo no tempo, manter esse esquema significa a impossibilidade do liberalismo político na vida interna dos países periféricos: as guerras de independência significaram, para os países latino-americanos, não a transformação da estrutura colonial interna ou externa, mas a integração hispano-americana ao novo sistema de mercado mundial. Nesse sentido é que pode compreender a fórmula com que tal situação é definida por Antonio Garcia: *absolutismo político e liberalismo econômico*.<sup>182</sup> A maioria dos liberais no Brasil têm claudicado e abdicado de suas convicções ao ver em cheque a possibilidade (ou impossibilidade ?) da efetiva prática do liberalismo político.

---

182. Garcia, Antonio, *op. cit.*, p.71. Procurando reforçar esta questão, transcrevemos algumas observações do mesmo autor sobre as tentativas de modernização do começo do século XX:

"Mas este enorme esforço de modernização econômica, institucional e política, produziu-se dentro das pautas já estabelecidas de *integração para fora* sem fratura das estruturas de dentro, incorporando-se a América Latina a uma infraestrutura colonialista do "mercado mundial" ao sistema troncal de instituições, linhas ideológicas e formas culturais ligadas a essa trama de ordenamento "do mundo." Não somente o impulso gerador vinha de fora, mas as normas culturais, os padrões de conduta das classes, os sistemas de valoração e de pensamento, as formas institucionais do estado de direito sedimentadas em vários séculos de tradição européia, romana ou burguesa." *idem, ibidem*, p. 47.

#### IV - CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procuramos compor um quadro interpretativo que possibilitasse a compreensão do discurso teórico e da prática de Anísio Teixeira, enquanto ideólogo da educação e também de militante em cargos públicos. Essa dupla forma de objetivação através da qual o Autor se fez conhecer em uma determinada época, esteve condicionada pela realidade social, podendo ser considerada uma "falsa consciência", que se justifica, portanto, ao nível subjetivo, mas que guarda uma relativa autonomia, em relação ao autor, em suas consequências sociais.

Por melhores que tenham sido, portanto, as intenções do autor, será através do sentido objetivo de seu trabalho que ele será uma fonte de influência sobre as gerações que se lhe seguirem. Reconhecer e identificar com clareza a ótica que informava o seu tipo de visão da realidade, significa *superá-lo*, no sentido preciso dessa palavra: conhecer a coerência interna de seu pensamento e ao mesmo tempo o seu caráter histórico, isto é, transitório e ideológico.

Os três capítulos que compõem este trabalho permitiram-nos chegar a conclusões parciais que podem ser resumidas da seguinte forma:

1º) Anísio Teixeira filia-se, em termos de formação intelectual, ao liberalismo conservador pragmático, que representa uma *crítica conservadora* ao liberalismo clássico. A postura liberal conservadora trouxe consequências imediatas à esfera da educação uma vez que esta era considerada o principal meio para a completa

realização do indivíduo, através do grupo social.

29) A contradição que emerge da adoção de uma doutrina que se origina em condições concretas diferentes pode ser resumida em termos de uma assimilação imatura do liberalismo conservador, a qual, ao influenciar a prática do Autor, dá origem a ensaios modernizantes de reforma da instrução pública. Resulta em última análise em uma caricatura liberal, apesar das excelentes intenções do Autor, uma vez que procura a democratização "pelo alto", através de decretos governamentais, atuando de forma conservadora na estrutura social.

39) Ao nível de uma perspectiva social mais ampla, a adoção do próprio liberalismo em países periféricos do sistema capitalista mundial, explica-se em termos de ser essa a forma de participação desses países no mercado mundial. O liberalismo assume, portanto, já em suas origens como ideologia na América Latina, a característica de ideologia conservadora, uma vez que é assumido pelas classes dominantes desses países e é uma forma delas se manterem no poder e de manter a estrutura social vigente. É adotada pelas classes dominantes e atende às suas necessidades.

Anísio enquadra-se na condição de *funcionário-intelectual*, com todas as restrições implícitas como explicamos acima, e que contrasta, em sua dependência, e em sua atuação modernizante, com a relativa autonomia do intelectual dos países onde predomina o capitalismo desenvolvido.

A formação intelectual de Anísio vai dar origem a duas propostas principais, ao nível do discurso: a escola única e a escola nova. Ao nível da prática revelar-se-ão os problemas da outra faceta da formação do próprio Anísio (origem aristocrática e for

mação legalístico-burocrática ) e das condições concretas nas quais Anísio procurava implantá-las.

Podemos desdobrar dois momentos em relação às suas propostas para a educação:

a) O significado teórico dessas propostas para o próprio Anísio: a escola única como meio para democratização da educação e a escola nova como recurso para sua cientifização. O estudo dessas propostas revelou que, na verdade, elas compunham os dois lados de uma mesma moeda ou seja, *o objeto último* da educação para Anísio Teixeira. Nosso Autor procurava estender a escola à maioria da população, democratizando o ensino, segundo supunha. A partir dessa base comum, poder-se-ia selecionar uma elite cuja inteligência teria sido aprimorada durante o período de escolarização. O processo básico para cultivo da inteligência seria a difusão do método científico — traço principal da Escola Nova segundo Anísio. Essa elite comporia a necessária equipe de técnicos que colocariam o Brasil em condições de igualdade na competição econômica mundial. Nesse sentido é que se pode chamar Anísio de precursor da tecnocracia.

b) Ambas as propostas contêm, em si mesmas, implicações importantes. A Escola Única pode ser considerada uma forma de se mascarar a manutenção das desigualdades sociais; a Escola Nova significou a aplicação da razão instrumental à escola, mas não no sentido de *difundir* o método científico, mas no sentido de se criar a "ideologia" da ciência como único critério de verdade e justificar o afastamento das discussões políticas. As questões teriam se tornado muito complexas, graças aos progressos da ciência, e então caberia aos técnicos resolvê-las. Mais

uma vez é colocado o mito da tecnocracia e, portanto, constata-se coerência por parte de Anísio ao defender a Escola Nova. Mais uma vez entretanto, ao se imaginar crítico e progressista, Anísio defendia, talvez sem o saber, a legitimação do sistema capitalista em sua fase monopolista, que assume a aparência de uma *dominação tecnocrática*.

O último ponto por nós analisado levou-nos a duas conclusões parciais e complementares.

Num primeiro momento verificamos que a ideologia liberal foi sendo gradativamente abandonada pelas diferentes frações de classe: a oligarquia rural, os empresários industriais e pelas camadas médias, tendo em vista as necessidades que se impunham a essas camadas para sua própria sobrevivência. Dessa forma, o liberalismo de Anísio acontece em plena crise do liberalismo e é canalizado para a via burocrática e estatal.

O segundo momento da parte final da tese serviu aos nossos propósitos de tentar compreender, nesse quadro contraditório, a participação e a marginalização de Anísio dos quadros do poder.

A sua participação nos quadros burocráticos do Estado, de 1931 a 1935 deve-se à convergência inicial entre o seu pensamento tecnocrático e às tentativas de se criar um "Estado Administrativo", o qual, ao assumir este aspecto, procurava legitimar o intervencionismo crescente do poder que se centralizava, através da despolitização da população. Para tornar possível a arbitrariedade administrativa, a legitimação empregada era o "apoliticismo" e "tecnicismo" dos Conselhos administrativos criados. Entretanto, tratava-se ainda de um "Estado de Compromisso" o qual, como o próprio nome sugere, necessitava conciliar dife

rentes frações da classe dominante. Esta necessidade levou à exclusão de Anísio dos quadros da burocracia. A sua exclusão significou o sacrifício necessário que o poder central fazia para acalmar forças conservadoras tradicionais mas cujo apoio ainda se fazia indispensável.

A participação de Anísio Teixeira nos quadros da burocracia, bem como a sua marginalização revelam não somente a especificidade da adaptação que faz das idéias originais de Dewey, como também, é ela mesma um episódio das transformações que envolvem o Estado no período de 1930 a 1937.

Estas conclusões restringem-se, naquilo que apresentam de essencial, ao período aqui estudado. Ampliar o seu significado para outras fases da trajetória do Autor é atitude temerária e, para fazê-lo, seriam necessários novos estudos. Entretanto, acreditamos que ao leitor será possível a utilização de alguns elementos aqui apresentados para compreender alguns traços que permaneceram na obra e militância de Anísio Teixeira em época posterior, assim como certas características da nossa sociedade, que ainda não foram superadas, e que envolveram aquele educador em outras fases de sua vida.

Seria impossível negar a presença, neste trabalho, de juízos de valor, cujos efeitos negativos procuramos minimizar através do rigor da pesquisa. Por esse motivo, desejamos deixar claro que, embora a aspiração tecnocrática de Anísio, bem como a sua convicção da possibilidade de democratização da sociedade pela via educacional, e a partir da elocubração de funcionários-intelectuais em seus gabinetes, não mereçam nossa aprovação, a importância do Autor não pode ser negada.

Enquanto representante de uma época e dentro das limitações a que esteve sujeito, não se pode negar a Anísio Teixeira a condição de pioneiro na realização de críticas à sociedade e educação tradicionais. Representou, realmente, com outros educadores como Fernando de Azevedo, uma etapa na formação do pensamento radical: "Figuras à sombra das quais se formaram representantes do pensamento radical no Brasil, como Darcy Ribeiro ( discípulo direto de Anísio Teixeira ) e Florestan Fernandes e Antonio Candido ( discípulos escolhidos por Fernando de Azevedo)"<sup>1</sup>.

Por outro lado, é importante assinalar que as suas obras e a sua condição de homem público, assim como do grupo de educadores no qual ele pode ser incluído, apresentam como resultado grande parte do aparato educacional existente. Toda a vida desses educadores foi dedicada à obra pública e seu trabalho teve importantes consequências frustradas, como é o caso dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais, revelam os rumos tomados pela sociedade brasileira e particularmente, da orientação recebida pelas instituições escolares, por parte do Estado. Ainda mais, influenciaram decisivamen-te naquilo que, até recentemente, constituía a mentalidade de professores e escritores dedicados à educação.

Ter em mente esses aspectos positivos, ao lado dos negativos, não significa porém adotar o relativismo como conclusão. Significa, isto sim, a preocupação de, conhecendo a ambos, estar em condições de superar a Anísio Teixeira e o que ele represen

---

1. Mota, Carlos Guilherme - " *Ideologia da cultura brasileira*" (1933-1974) - p. 75-76.

sentou. Antes de seguir os passos de uma " vida exemplar" cabe perguntar:

" O vanguardista está na ponta de qual corrida ? "2

---

2. Schwartz, Roberto - " Nota sobre a vanguarda e o conformismo"  
*Teoria e Prática*, São Paulo, 1967, nº 2.

## BIBLIOGRAFIA

- A reconstrução educacional no Brasil*. Ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, Cia. Editora Nacional, 1932.
- ALTHUSSER, Louis. *Escritos*. Trad. para espanhol de Albert Rores Qui. Editorial Laia, Barcelona, 1975.
- AZEVEDO, Fernando. *A educação entre dois mundos*. Melhoramentos, São Paulo, 1958.
- " Escola nova e a reforma- ( Introdução aos programas de escolas primárias ) ". *Boletim de educação pública*, Janeiro/Março 1930, nº 1, Ano I.
- BOUDELLOT, Cristian e ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en France*. Maspero, Paris, 1971
- BEISEGEL, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1974.
- BRASIL, Assembléia Constituinte. *Annaes da Assembléia Constituinte*, 1933-1934, 23 vol. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: Memórias*. Alfa-Omega, São Paulo, 1978.
- CHOMSKY, Noan. *La responsabilidad de los intelectuales y otros ensayos historicos y politicos*. ( Los nuevos mandarinés ) Trad. Juan Ramón Capella, Editorial Ariel, Barcelona, 1974.
- COHN, Gabriel. "Problemas da industrialização no século XX" in Mota, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*, 8a.ed. Difel, Rio de Janeiro, 1977.
- COLIE, Rosalia. *Locke*. Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales, Madrid, Aguilar.
- Correspondência passiva de Fernando de Azevedo*. (com Anísio Teixeira) - 1920 a 1970. Arquivo Fernando de Azevedo (Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, pastas 48 a 84 - originais).
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura Brasileira, um intimismo deslocado, à sombra do poder ? Cadernos de Debate 1*, Brasilense, 1976.

- CUNHA, Mario Wagner Vieira da. *O sistema administrativo brasileiro*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - INEP, Rio de Janeiro, 1963.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais*. Cortez e Moraes, São Paulo, 1978.
- DEWEY, John. *Experiência e educação*. Trad. Anísio Teixeira. 2a. ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. Margarida Garrido Esteves. Abril Cultural, São Paulo, Coleção "Os pensadores". Vol. XXXII, 1973.
- FAORO, Raymondo. *Os donos do poder*. 2a. ed., Editora Globo, Porto Alegre, 1976.
- FAUSTO, Bôris. *A revolução de 1930 - história e historiografia*. 4a. ed., Brasiliense, São Paulo, 1976.
- . *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*, Cadernos CEBRAP, 10.
- FRANKEL, Charles. *John Dewey*. Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales. Madrid, Aguilar.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. Edart, São Paulo, 1977.
- FREUD, Sigmund. *"O mal estar na civilização"*. Trad. Durval Marcondes et al; Abril Cultural, São Paulo, Coleção "Os pensadores", 1978.
- FRIEDRICH, Carl J. *Constitucion y Constitucionalismo*. Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales, Madrid, Aguilar.
- GARCIA, Antonio. *La estructura del atraso en America Latina*. Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1969.
- GERIBELLO, Wanda Pompeu. *Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra*. Editora Atlas, São Paulo, 1977.
- GIANOTTI, J.A. *O contexto e os intelectuais*. Seleções CEBRAP 2, Exercícios de filosofia. CEBRAP, 1977.
- GOLDMAN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna*. (Por uma sociologia da totalidade) Trad. Rolando R.da Silva. Difel.
- . *Ciências humanas e filosofia*. Trad. Lupe C. Garaude e J.Arthur Giannotti, Difel, São Paulo, 1967.

- HABERMAS, Jurgen. *Técnica e Ciência como "ideologia"*. Trad. Zeljko Loparic. Abril Cultural, São Paulo. Coleção "Os pensadores". Volume Adorno, 1975.
- HORKEIMER, Marx. *Critica de la razón instrumental*. Trad. de H.A. Murena, D.J. Volgelmann, Editora Sur, Buenos Aires, 1973.
- JACOBY, Henry. *La burocratización del mundo*. Siglo Veintiuno editores, S.A. México, 1972.
- JAKUBOWSKY, Franz. *Las superestructuras ideológicas en la concepción materialista de la historia*. ( Cap.III - Las superestructuras ), Trad. Luis Peres Lara, Alberto Corazon Editora, Espanha, 1973.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toribo, Paz e Terra, 2a. ed., 1976.
- KÜHNEL, Reinhard. *Liberalismo y facismo das formas de dominio burguês*. Libros de confrontación - filosofia 10, Editorial Fontanella, Barcelona, 1978.
- LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. Trad. Alvaro Cabral, Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1973.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3a.ed., Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- LEME, Mariza Saenz. *Ideologia dos industriais brasileiros*. (1919-1945). Editora Vozes, Petrópolis, 1978.
- LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira. Estadista da Educação*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. Trad. Anoar Aíex, Abril Cultural, Coleção "Os pensadores", vol. XVIII.
- *Quelques pensées sur l'éducation*. Trad. G. Compayré. Librairie Philosophique, J. Vrin, Paris, 1966.
- LOURENÇO FILHO, M.B. *Introdução ao estudo da escola nova*. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 5a. ed., 1942.
- LUKÁCS, Georg. *Historia y consciencia de clase*. 2a.edición, Grijalbo, Barcelona, 1977.
- LUXEMBURG, Rosa. *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*. Trad. Lívia Xavier, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- MACPHERSON, C.B. *La teoria política del individualismo posesivo*. De Hobbes a Locke. Livros de confrontación. Editorial Fontanella, Barcelona, 1970.

- MANNHEIN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sergio Magalhães Santeiro, 3a. ed., Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1976.
- *Man and Society; in a age of reconstruction; studies in modern social structure*. Translated Edward Shils. Londres, Rontledge and Kegan Paul, 1966.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Trad. Glasone Rebuã, 4a. ed., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Trad. J.Silva Dias e Maria Carvalho Torres. Publicações Escorpião, Porto, 1974.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 3a. ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). Tese de doutoramento - Unicamp, Campinas, 1975, (xerox).
- MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil*. (1920-1945). Tese de doutoramento - São Paulo, Universidade de São Paulo, 1978, (xerox).
- *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. Editora Perspectiva, 1977.
- MILLS, C. Wright. *Sociology and Pragmatism. the higher learning in America*. A Galaxy Book, New York, Oxford University Press, 1966.
- MOORE JR., Barrigton. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Trad. Maria Ludovina F. Couto. Edições Cosmos Lisboa, 1975.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil - seus fundamentos sociológicos*. 2a. ed., Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. (1933-1974) . Editora Ática, São Paulo, 1977.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira república*. E.P.U., Ed. Pedagógica Universitária Ltda., São Paulo, 1974.
- NEUMANN, Franz. *Estado democrático autoritário*. Org. Herbert Marcuse. Trad. Luiz Corção, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1969.
- NOVACK, George. *La ley del desarrollo desigual e combinado*. Edições Pluma, Buenos Aires, 1973.

- OLIVEIRA, Francisco de. "Crítica à razão dualista". *Debates Econômicos*, nº 19, DAECA, 1974/1975.
- OSAKABE, Haquira. *O Componente subjetivo no discurso política* (Tese de doutoramento, análise do discurso político mimeo, Unicamp.
- PANG, Eul Soo e SCKINGER, Ron, L. "The mandarins of Imperial Brazil", in *Comparatives Studies in Society and History*. Vol. 14, nº 2, março, 1972.
- PINHEIRO, Paulo Sergio. *Política e Trabalho no Brasil*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.
- PINTO, Luis Antonio Costa. *Sociologia e desenvolvimento*. Civilização Brasileira, São Paulo, 1973.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Trad. Francisco Silva, Portucalense, Editora Porto, 1971.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *A ideologia liberal de "O Estado de São Paulo" (1932-1937)*. Tese de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- SAES, Décio. "Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil." *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Unicamp, Editora Brasiliense, São Paulo, 1976.
- SANTOS, Maria Luisa R.dos. *História da Educação Brasileira*. A organização escolar. Cortez e Moraes, São Paulo, 1978.
- SCHWARTZ, Roberto. "As idéias fora do lugar". *Estudos CEBRAP*, nº 3, janeiro, 193.
- SMITH, David G. *Liberalismo*. Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales, Madrid, Aguilar.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo. "O processo político-partidário na 1ª República" in Mota, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*, 8ª. ed., Difel, Rio de Janeiro, 1977.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Sete teses equivocadas*. (mimeo -Biblioteca IFCH, Unicamp.
- TEIXEIRA, Anísio S. "As diretrizes da escola nova". *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, vol. 2, nºs 1 e 2, janeiro/julho, 1962, pp. 1-24.
- 
- "A Pedagogia de Dewey". (Esboço da teoria de educação de John Dewey) Pref. de *Vida e Educação de J. Dewey*.

- TEIXEIRA, Anísio S. "A escola pública." *Boletim Informativo da CAPES*, nº 48, 1956.
- "A propósito da escola única." *Revista do Ensino*, vol. I, Bahia, 1924, Ano I, nº 3.
- "Bases para uma reorganização econômico-financeira da instrução pública." (Exposição de motivos do Diretor Geral de Instituição, apresentando o Decreto do Fundo Escolar Permanente). *Boletim de Educação Pública*, vol. 2, nºs 1 e 2, janeiro/junho, 1932, Diretoria Geral de Instrução Pública, Rio de Janeiro, pp. 91-117.
- "Como ajustar os "cursos de matérias" na escola oficial com os cursos de prática de ensino." *Boletim de Educação Pública*, janeiro/junho, 1933, Rio de Janeiro.
- "Dewey e a filosofia da educação". *Boletim informativo da CAPES*, nº 85, pp. 1-2, dezembro de 1959.
- "Discurso de Posse do Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Anísio Spínola Teixeira, em 15 de outubro de 1931." *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, vol.2, nºs 1 e 2, janeiro/junho, 1932, pp. 75-76.
- "Editorial". *Revista Educação e Ciências Sociais*. Ano V, vol. 7, nº 3, fevereiro, 1960.
- *Educação e o mundo moderno*. Cia. Editora Nacional, 2a. ed., 1977.
- "Educação e Sociedade". (Conferência realizada perante a 5a. Conferência Nacional de Educação). *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, vol. 2, julho/dezembro, 1932, pp. 237-253.
- *Educação é um direito*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- *Educação não é privilégio*. Cia. Editora Nacional, 4a. ed., 1977.
- *Educação no Brasil*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1969.
- *Educação para a democracia*. (Introdução à administração educacional). Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1936.
- "Extensão do ensino primário brasileiro." *Boletim da CBAI*, vol. 10, nº 6, 1956.
- "O ensino brasileiro". *Boletim da CBAI* (Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial), outubro 1953, vol. VII, nº 10.

- TEIXEIRA, Anísio S. "O ensino secundário". *Boletim Informativo da CAPES*, 1958.
- "O sistema escolar do Rio de Janeiro, D.F.". (Relatório de um ano de administração). *Boletim de Educação Pública*, Rio de Janeiro, vol. 2, nºs 3 e 4, julho/dezembro, 1932, pp. 307-370.
- "Paris é um filho espiritual de Roma." "A Tarde", Bahia, 30 de novembro, 1925.
- *Pequena introdução à filosofia da educação*. Cia. Editora Nacional.
- "Por que especialistas de educação?" *Boletim Informativo da CAPES*, nº 62, 1958.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. Editora Ática, 1974.
- TROSTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Trad. de E. Huggins, Editora Saga, Rio de Janeiro, Guanabara, 1967.
- VELHO, Otávio Guilherme C.A. (org.). *Estrutura das classes e estratificação social*. por Georg Lukács e outros, 5a. ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1974.
- VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Oliveira Viana e o Estado Corporativo: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo*. Grijalbo, São Paulo, 1976.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- WOOLF, R.P.; BARRINGTON, Moore Jr. e MARCUSE, H. *Crítica da tolerância pura*. Trad. Ruy Jungmann, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.